



Dissertação de Mestrado

Crianças em Situação de Rua: O Caso do IAC – *Projecto Rua* *“Em Família para Crescer”*

Nome do Autor: Matilde de Jesus de Castro Esteves Sirgado

Nome do Orientador: Prof. Doutor Hermano Carmo



“Só se vê bem com o coração o essencial é invisível aos olhos”

Antonie de Saint-Exupéry
in “*O Príncipezinho*”

Crianças da rua
Todos nós sabemos quem são
Onde estão e porque estão
Mas nem todos têm a coragem
De as ver com coração
Quisemos que elas estivessem
Mais perto do nosso coração
Do que dos nossos olhos
Com este sentimento
Esforço e dedicação
Conseguimos olhá-las
Não numa perspetiva técnica,
Mas principalmente como seres humanos
A quem o essencial
Deixou também de ser invisível.

Matilde Sirgado

2015



Índice Geral

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO.....	5
PARTE I APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO.....	11
Capítulo 1 Intervenção social e sustentabilidade.....	12
1.1. A Intervenção social.....	12
1.2. Sustentabilidade (conceito, dimensões, indicadores).....	15
1.3. Síntese de reflexão	28
Capítulo 2 As Crianças de rua como Problema Social.....	30
2.1. A criança de rua como sistema cliente: inclusão na agenda internacional-da retórica inicial às primeiras estimativas	32
2.2. Dimensão atual do problema em termos Mundiais (estimativas)	39
2.3. O Estudo das Crianças de Rua (caldo de cultura das comunidades de residência, processo de fuga, comunidades de fuga).....	43
2.4. Das respostas tradicionais às novas respostas	51
2.5. Alguns exemplos de projetos de intervenção com crianças de rua	52
2.6. Estratégias comuns dos sistemas de interventores	56
2.7. Síntese de reflexão	66
Capítulo 3 Avaliação como domínio do conhecimento.....	68
3.1. Avaliação formal e informal	69
3.2. Avaliação como transdisciplina	71
3.3. Avaliação formativa e sumativa.....	71
3.4. Avaliação de Programas.....	73
3.5. Propósitos e objetivos da avaliação.....	75



3.6. Síntese de reflexão	80
Capítulo 4 Opções Metodológicas.....	82
4.1. Tipo de Pesquisa.....	82
4.2. Estratégias de Investigação e de Diagnóstico.....	83
4.4. Técnicas de recolha e tratamento de dados	86
4.5. Registos	87
4.6. Modelo de Análise	88
4.7. Resultados Esperados	89
4.8. Síntese de reflexão	90
PARTE II- O IAC- <i>PROJECTO RUA</i>	91
Capítulo 5 Fundamentos	92
5.1. Nascimento, fases e evolução do <i>Projecto</i>	92
5.2. O <i>Projecto Rua</i> na Atualidade	112
5.3. Síntese e reflexão	118
Capítulo 6 O Rasto do <i>Projecto</i> : indícios de sustentabilidade	120
6.1. O <i>Projecto Rua</i> como Observatório Social	120
6.2. O <i>Projecto Rua</i> como Laboratório Social	143
6.3. O <i>Projecto Rua</i> e os cuidados de proximidade	160
6.4. O <i>Projecto Rua</i> e as políticas públicas.....	166
6.5. Percurso de inclusão: Uma história de vida de sucesso	173
CONCLUSÃO.....	181
BIBLIOGRAFIA.....	188
ANEXOS.....	199



Índice de Anexos

- Anexo 1 - Grupos alvo de crianças abrangidas pelas organizações membro da EFSC
- Anexo 2 - As necessidades das crianças
- Anexo 3 - Zonas de maior risco e concentração de menores em contexto de rua
- Anexo 4 - Funções de Equipa Técnica do *Projecto Rua*
- Anexo 5 - Guião do *Focus Group* aos técnicos e animadores da equipa do IAC – *Projecto Rua*
- Anexo 6 - As crianças em situação de rua na comunicação social
- Anexo 7 - Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua
- Anexo 8 - *Projecto Rua* como Laboratório Social
- Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais
- Anexo 10 - *Projecto Rua* e os cuidados de proximidade
- Anexo 11 - *Projecto Rua* e as políticas públicas
- Anexo 12 - Guião de história de vida
- Anexo 13 - Grelha de análise das histórias de vida

Índice de Figuras

- Figura 1 - Um modelo compreensivo da intervenção social 12
- Figura 2 - Índice de desenvolvimento humano 22
- Figura 3 - Tipos de problemas sociais 31
- Figura 4 - Crianças em situação de rua: um mapa concetual 36
- Figura 5 - Subsistemas que interagem com a criança 43
- Figura 6 - O caldo de cultura: a subcultura de pobreza 45
- Figura 7 - Modelo de Análise 89
- Figura 8 - Primeira fase da intervenção: Abordagem 101
- Figura 9 - Segunda fase da intervenção: Transição 102
- Figura 10 - Terceira fase da intervenção: Integração 103
- Figura 11 - Áreas e Níveis de Intervenção 110
- Figura 12 - Níveis de Intervenção 114
- Figura 13 - O IAC - *Projecto Rua* noticiado na comunicação social 137



Figura 14 - Participações do IAC - <i>Projecto Rua</i> em eventos de âmbito nacional e internacional	139
Figura 15 - Publicações do IAC no âmbito da problemática das crianças em risco, com especial incidência nas crianças de rua	141
Figura 16 - Componentes do Acompanhamento Social e Individual	145
Figura 17 - Componentes do Desenvolvimento de Competências Sociais e Pessoais	147
Figura 18 - Representação geográfica dos membros da RCJ	166
Figura 19 - Percursos de Inserção	174
Figura 20 - A Estrela	174

Índice de Quadros

Quadro 1 - Princípios do Desenvolvimento Sustentável e do Serviço Social	25
Quadro 2 - Publicações do IAC - <i>Projecto Rua</i>	140
Quadro 3 - Instituições educativas de origem dos estagiários	142
Quadro 4 - Cursos dos estagiários	142
Quadro 5 - Crianças abrangidas no âmbito da Ação "Aprender na Rua" entre 2004 e 2014	159

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa do <i>Projecto Rua</i>	123
Gráfico 2 - Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa da Comunidade de Fuga.....	124
Gráfico 3 - Género das Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa da Comunidade de Fuga	125
Gráfico 4 – Faixas etárias das Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa da Comunidade de Fuga	125
Gráfico 5 - Crianças a dormir na rua	126
Gráfico 6 - Dados referentes às Fugas de Crianças/Jovens, reportadas à linha SOS - Crianças Desaparecidas (2004 – 2014).....	128
Gráfico 7 - Principais formas de subsistência na Rua	129
Gráfico 8 - Intervenção junto das Crianças/Jovens acompanhadas pela Equipa da Comunidade de Fuga.....	135



Gráfico 9 - <i>Projecto Rua</i> na Comunicação Social.....	137
Gráfico 10 - <i>Projecto Rua</i> em Eventos.....	138
Gráfico 11 - Ações de Formação dadas pelo <i>Projecto Rua</i>	138
Gráfico 12 - Encontros Nacionais e Internacionais em que o <i>Projecto Rua</i> foi preletor	138

Siglas e Abreviaturas

A: Animador

AMI: Assistência Médica Internacional

BITE: Bureau International du Travail

CDC: Convenção sobre os Direitos da Criança

CDIJ: Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil

CEE: Comissão das Comunidades Europeias

CPCJ: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CR: Criança de Rua

DGRSP: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DS: Desenvolvimento Sustentável

EFSC: Federação Europeia para as Crianças de Rua (European Federation for Street Children)

EI: Equipa de Intervenção

E: Entrevista

ESAN: European Social Action Network (Rede Europeia de Acção Social)

EUA: Estados Unidos da América

FG: *Focus Group*

IAC: Instituto de Apoio à Criança

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INE: Instituto Nacional de Estatística

INNFA: Instituto Nacional para a Criança e a Família

IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social

IS: Intervenção Social

ISS: Instituto de Segurança Social

JAC: Prayas Juvenil Aid Centre

MAPA: Método Aplicado de Plano e Avaliação

MEC: Ministério da Educação e Ciência

NAC: Núcleo de Apoio às Comunidades

NAD: Núcleo de Apoio e Desenvolvimento

NEF: Núcleo de Educação e Formação

NICF: Núcleo de Intervenção em Contexto de Fuga

NIMI: Núcleo de Intervenção em Modelo Integrado

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OTSH: Observatório de Tráfico de Seres Humanos

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNAI: Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PAQPIEF: Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF

PEEFPI: Protocolo de Elaboração e Avaliação dos Percursos de Inserção

PEETI: Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PETI: Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIB: Produto Interno Bruto

PIEC: Programa para a Inclusão e Cidadania

PIEF: Programa Integrado de Educação e Formação

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSP: Polícia de Segurança Pública

RAPVT: Rede de Apoio e Proteção às Vitimas de Tráfico

RCJ: Rede Construir Juntos

SIDS: Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

SCM: Santa Casa da Misericórdia

T: Técnico

TSH: Tráfico de Seres Humanos

UNESCO: United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNICEF: United Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNIVA: Unidade de Inserção na Vida Activa

URBAN: Unidade de Aconselhamento em Emprego e Formação

Agradecimentos

O espaço limitado desta secção de agradecimentos, seguramente, não me permite agradecer, como gostaria, a todas as pessoas que, ao longo do meu Mestrado em Política Social me ajudaram, direta ou indiretamente, a cumprir os meus objetivos e concretizar mais esta etapa da minha formação académica.

Desta forma, deixo apenas algumas palavras, mas com sentido e profundo sentimento de reconhecido agradecimento.

Ao Coordenador do Mestrado, Professor Doutor Fernando Serra, agradeço a oportunidade e privilégio que tive em frequentar este Mestrado que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica.

À Direção do Instituto de Apoio à Criança, por me ter proporcionado as condições necessárias para a elaboração deste Mestrado. Agradeço em particular o incentivo e disponibilidade da Vice-Presidente do IAC – Dra. Dulce Rocha que em muito contribuiu para que este objetivo fosse uma realidade.

Ao Professor Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo, expresso o meu profundo agradecimento pela orientação e apoio incondicionais que muito elevaram os meus conhecimentos e, sem dúvida, muito estimulou o meu desejo de querer, sempre, saber mais e a vontade constante de querer fazer melhor, com sentido de responsabilidade que me incutiu em todas as fases deste projeto.

Reconheço também com gratidão, o reforço e a confiança que em mim depositaram alguns dos meus ex-professores, especialmente a Professora Doutora Margarida Mesquita, pelo seu incentivo neste trabalho de investigação.

A toda a equipa do IAC – *Projecto Rua* que se disponibilizou a colaborar nesta investigação, através da sua experiência. O seu apoio foi determinante na elaboração desta dissertação. Um agradecimento especial à Isabel Porto e ao Bruno Pio.

Às minhas colegas de coordenação, Ana Carichas, Carmen Lopes, Conceição Alves e Paula Paçó, um muito obrigada pela vossa amizade, companheirismo e ajuda, muito importantes na realização desta dissertação e que permitiram que cada dia fosse encarado com particular motivação.



À administrativa, Maria das Dores Sousa pela amizade e colaboração incansável e generosa, indispensável na realização desta dissertação. Um agradecimento também à Andreia Bojaca pela sua colaboração.

À equipa do IAC – CEDI, agradecimentos pelo apoio prestado, em particular ao Pedro Pires e ao Nuno Domingues.

Às estagiárias de Serviço Social (Catarina Gomes, Sónia Basílio) e Sociologia (Inês Miranda) um agradecimento especial pela ajuda prestada nesta investigação ao longo do ano.

Expresso, também a minha gratidão e solidariedade a todos os utentes (crianças e seus familiares), alguns de forma direta, outros no anonimato, que prestaram uma contribuição fundamental para que este estudo fosse possível e para o avanço da investigação nesta área do conhecimento.

Aos meus Amigos, nomeadamente à Mónica Valente e à Silvana Marques, pelos desafios e pela partilha dos bons (e menos bons) momentos, e por nunca deixarem de acreditar em mim.

À minha família, em especial à minha mãe, irmãos, um enorme muito obrigada por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida.

Um agradecimento muito especial ao meu marido, Edson Sirgado e ao meu filho Fábio Sirgado, pelo apoio e carinho diários, pelas palavras doces e pela transmissão de confiança e de força, em todos os momentos.

Por tudo, a minha enorme gratidão!

Resumo

O problema social complexo das Crianças de Rua está presente na maioria das cidades do mundo e tem vindo a transformar-se em função da evolução e da própria dinâmica das sociedades.

Nesta investigação pretendemos estudar as crianças em situação de rua da cidade de Lisboa, através da metodologia de intervenção desenvolvida pelo Instituto de Apoio à Criança.

Neste sentido, o foco central da nossa investigação é a avaliação do *Projecto* “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade”; atualmente designado por *Projecto Rua* “Em Família para Crescer”.

Na procura de um conhecimento sobre o legado que o *Projecto Rua* deixa à sociedade portuguesa, procuramos estabelecer a ligação entre a missão do Instituto de Apoio à Criança – *Projecto Rua*, a sua proposta pedagógica, o papel dos diferentes intervenores sociais e a realidade das crianças e jovens em situação de rua.

Através de uma pesquisa exploratória de estudo de caso único, apoiada numa abordagem qualitativa teórico/analítica, optou-se por uma análise aprofundada do desenvolvimento do *projecto* que visa a compreensão do seu papel na construção de percursos de inclusão, em torno das seguintes dimensões: como **Observatório Social** da problemática, como **Laboratório Social**, como **Serviços de Cuidados de Proximidade** e enquanto contributo para a adequação das **Políticas Públicas**.

Palavras – Chave

Crianças de rua; Percursos de Inserção; Observatório Social; Laboratório Social; Política Pública; Sustentabilidade.

Abstract

The complex social problem of street children is present in the majority of cities in the world and has been changing depending on the evolution and the dynamics of societies.

In this investigation we will study about the street children on the streets of Lisbon, through the intervention methodology of the Instituto de Apoio à Criança (Child Care Institute).

In this sense, the central focus of our research is the assessment of the Project "Working with street children at risk or marginal situation", currently known as *Projecto Rua* “*Em Família para Crescer*” (***Street Project*** “**A family to grow up**”).

In the search for knowledge about the legacy that Street Project leaves the Portuguese society, we seek to establish the link between the mission of Child Care Institute - *Street Project*, its pedagogical proposal, the role of different social stakeholders and the reality of children and adolescents on the street.

Through an exploratory research of a single case study, based on a analytical and theoretical qualitative approach, it opted for an in-depth analysis of the *project* development aimed at understanding its role in building inclusive paths, taking into consideration the following dimensions: as a **Social Observatory** of the problem, as a **Social Laboratory**, as a **Community Care Service**, and to what extent does the *project* contributes to the improvement and adequacy of the **Public Policies**.

Key-Words

Street children; integration pathways; Social Observatory; Social Laboratory; Public Policies; Sustainability.



Introdução

Atualmente, vivemos num tempo histórico que se materializa numa crise global: crise de valores, normas e princípios; crise da democracia; crise de superprodução; crise de projetos societários e crise das instituições.

Nesta esfera, o processo de emancipação/ controle do homem em relação à natureza converte-se em “*domínio e manipulação dos homens sobre outros homens*”, sendo o irracionalismo inevitável, já que as palavras de ordem são individualismo, manipulação, poder, tecnologia e lucro (Guerra, *in* Mouro *et al.*, 2001).

Para além disso, o futuro do Estado providência, que outrora fora visto como um modelo de resposta às aspirações de países recentemente industrializados, em transição ou em vias de desenvolvimento, foi posto em causa e a exploração da sua própria pertinência torna-se um dos mais importantes problemas do nosso tempo, já que como nos diz Elaine Carey – Bélanger, o “*Estado é um utensílio precioso*” para um maior equilíbrio (Carey-Bélanger *in* Mouro *et al.*, 2001). No entanto, é no mercado que o indivíduo busca os meios de sobrevivência, sem contar mais com os fundos públicos garantidos anteriormente.

Num cenário onde a “Lei do mais forte” prevalece, desenvolveram-se grandes assimetrias entre a população mundial. Fala-se em desigualdades, ligadas à existência de estratificações económicas, políticas ou mesmo de prestígio, que resultam sobretudo de um grau variável de acesso a bens, serviços ou oportunidades, cuja raiz explicativa se encontra nos próprios mecanismos da sociedade (Giddens, 2007).

Exemplo claro dessa injustiça social são as crianças que povoam as ruas das nossas cidades: as crianças em situação de rua.

Devido ao seu potencial futuro impacto na sociedade, a resolução dos problemas associados a este fenómeno implica a procura de novas e diversificadas respostas que venham colmatar atempadamente as necessidades que lhe estão subjacentes¹.

A propósito do problema central apresentado, parece-nos interessante avaliar o Projeto “Trabalho de rua com crianças em risco ou situação de marginalidade” de iniciativa do Instituto de Apoio à Criança e patrocinado pelo Programa Pobreza 3 como “projeto inovador”, atualmente designado por “*Projecto Rua – Em Família para Crescer*”.

¹ As “respostas” mais eficazes costumam estar ligadas a intervenções a nível da prevenção.



O Estatuto de projeto inovador, implica que se reconheça uma natureza experimental aos projetos assim designados, ou pelas características especiais do grupo-alvo, ou pela originalidade da metodologia adotada. Por definição, tais projetos têm de ser alvo de um cuidado especial em matéria de avaliação, a fim de deles extrair ensinamentos práticos e atitudes que possam eventualmente vir a ser imitáveis ou, pelo contrário, evitáveis (Carmo, 1995).

Neste sentido, a realização de uma investigação que possa ao mesmo tempo avaliar um projeto social em termos da sua eficácia, e aproximar as contribuições académicas relacionadas com a problemática das crianças de rua à construção das políticas públicas, constitui uma oportunidade relevante.

Um dos fatores motivacionais para a realização deste estudo refere-se à necessidade que o IAC tem de avaliar o seu modelo de intervenção de assistência social às crianças que vivem em contexto de rua, como uma dívida à sociedade.

Objeto de estudo e Questão – Chave

A nossa pesquisa teve o seu início, como deve ter qualquer pesquisa social, na definição do problema de estudo. Este constitui o primeiro passo para a restrição daquilo que se quer efetivamente estudar. Se esta tarefa não for realizada poderá o investigador menos experiente chegar a uma momento da pesquisa em que já não sabe definir com precisão o tipo de informação que procura.

De acordo com Carmo e Ferreira, “em Ciências Sociais a determinação do campo que se vai investigar não deve ser feita ao acaso (...) mergulhar cegamente num processo de recolha de dados sem delimitar minimamente o objeto de estudo resulta numa perda de tempo e energias que reduzem naturalmente as condições objetivas para uma pesquisa bem-sucedida” (Carmo & Ferreira, 1998:44).

Se a definição do problema for devidamente executada, ela norteará todas as fases seguintes da pesquisa. Se, pelo contrário, tal não acontecer corre-se o risco de se demorar demasiado tempo na busca de informações sem qualquer interesse para o estudo em causa. Segundo Moreira, “(...) uma má definição do problema central do projeto levará, por certo, a recolha de dados irrelevantes” (Moreira, 1994:13).



Neste trabalho dedicado à problemática das crianças de rua, a tarefa da definição do problema foi de certa forma facilitada na medida em que este nos foi proposto pela instituição alvo da nossa pesquisa. Assim, o nosso problema consistiu na **avaliação do *Projecto “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou em Situação de Marginalidade” do Instituto de Apoio à Criança.***

Pretendemos saber se a experiência acumulada ao longo de vinte e cinco anos deixou um legado, que permita às instituições de intervenção social agir no domínio da problemática das crianças de rua e beneficiar dessa experiência de modo sustentável.

Interessa saber onde este legado é visível (e quais as suas características), de modo a que a memória deste projeto se possa vir a reproduzir através de doutrinas, de políticas e de práticas adequadas às necessidades reais do grupo alvo.

Assim, o presente projeto de investigação de carácter exploratório terá como **objeto de estudo o *Projecto Rua “Em Família para Crescer” do Instituto de Apoio à Criança***, a partir da seguinte **questão-chave**:

- Será que o *Projecto Rua* do IAC foi eficaz na prevenção e combate à problemática das crianças em situação de rua e contribuiu para a criação de um modelo de intervenção social transferível para outros contextos?

Tal questão desdobra-se em quatro questões operacionais:

- a) Será que o *Projecto Rua* trouxe algum valor acrescentado de conhecimento sobre a problemática das crianças de rua em Portugal? Isto é, será que ao longo dos vinte e cinco anos se constituiu um observatório social com um legado adequado para equacionar este problema social complexo?
- b) Será que a sua prática experimental, numa perspetiva de laboratório social, foi suficientemente registada para deixar marcas e poder constituir referência para outras práticas de intervenção?
- c) Poderá a experiência do *Projecto Rua* ser generalizada a outros contextos, sobre a forma de práticas de cuidados de proximidade de qualidade? Deixou um legado suficientemente claro para que tal aconteça?
- d) Será que a experiência do *Projecto Rua* deu contributos à conceção e execução de políticas públicas nestes domínios? Se assim for, o rasto desta experiência é visível?



A autora acredita que uma investigação sobre crianças e adolescentes em situação de risco social na rua exige explicações sobre a conduta, moral e ética a ser adotada pelo investigador.

É um imperativo de honestidade intelectual referir que as representações e os valores da autora sobre a sociedade atual e sobre esta problemática em particular condicionaram este estudo.

A experiência do trabalho de campo é única e intransferível, pertence à subjetividade do investigador, por isso deve ser observada e reconhecida como dado relevante na medida em que tem efeito sobre os resultados.

Perante a impossibilidade de ser neutro e objetivo na representação da experiência e da realidade social (Pellencit, *in* Riessman, 1993) considerou-se que poder-se-iam somar os perigos consequentes da “imersão” emocional do investigador neste estudo, bem como da crença personalista de que as crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social na rua têm direitos inabaláveis, devendo por isso o interesse superior de cada criança ser colocado acima de qualquer outro; e da convicção de que a intervenção social deve enfatizar a participação (individual, comunitária e da sociedade civil) como modelo de apoio socio-afetivo para estas crianças e suas famílias.

Assim, considerando o risco do subjetivismo (Canpenhoudt, 2003:27) e de enviesamento (Amaro, 2007:169), para garantir validade à investigação, e maximizar a objetividade na construção da realidade social, recorreremos à triangulação de dados de fontes e de métodos.

As teorias no processo de investigação não são representações de factos existentes, mas versões através das quais se vê a realidade, tornando-se preliminares, relativas, e apresentam-se como versões a reformular do objeto.

A autora apresenta agora alguns aspetos da sua inspiração teórica que fundamentaram a investigação. Destaca-se a filiação explícita ou implícita do pensamento da investigadora para a designada “teorias das forças”. Esta reveste-se de especial significado, porque nesta investigação está em causa a análise de processos de intervenção com pessoas em situação de desvantagem e exclusão social.

Trata-se, segundo Haly, de uma teoria para o serviço social que procura superar a cultura profissional fortemente presente nas profissões de ajuda “*saturada com abordagens psicossociais baseadas nas patologias, défices, problemas, criminalidade, vitimização e*



desordem individual, familiar e Comunitária” (Haly, 2002:153). Focando-se nas capacidades e potencialidade do sistema cliente e na sua resiliência psicológica.

Independentemente da criticidade que esta orientação possa suscitar, a sua mobilização encerra sem dúvida potencialidades e convida a um debate pouco explorado em Portugal em torno das teorias sobre práticas em serviço social, particularmente pertinente no atual contexto societário e de mutação das políticas sociais (Branco, 2010).

Esta pesquisa está dividida em duas partes e seis capítulos. A primeira parte faz uma aproximação ao objeto de estudo.

No **capítulo 1**, apresentamos o campo semântico da intervenção social, procurando refletir sobre esse conceito, sobre as suas dimensões e sobre a sua sustentabilidade, operacionalizada em indicadores observáveis.

No **capítulo 2**, apresentamos uma reflexão sobre as várias conceções desenvolvidas por inúmeros autores, para que se compreenda a definição do público-alvo em questão, enquanto problema social relevante. São também apresentados alguns dados quantitativos que elucidam a dimensão desta problemática à escala mundial.

Relativamente ao tipo de respostas para combater este flagelo, fizemos uma análise sobre a sua evolução partindo das respostas tradicionais às novas respostas, para melhor ilustrar, apresentamos alguns exemplos das estratégias comuns dos sistemas interventores de diversos países à escala mundial.

Relativamente à realidade nacional, e de forma a conhecer-se qual a influência das políticas e das medidas sociais de resposta a este fenómeno, desenvolvemos uma pesquisa exaustiva do Quadro Legal Nacional em busca da legislação referente a estas crianças, assim como à orientação das políticas de intervenção nesta área.

O **capítulo 3** dedica-se à reflexão sobre as diferentes formas de avaliação, enquanto domínio do conhecimento.

O desenho metodológico desenvolvido ao longo da investigação é apresentado no **capítulo 4**, onde identificamos o tipo de pesquisa, o método, as técnicas utilizadas e o modelo de análise escolhido.

A segunda parte dedica-se ao estudo empírico. O campo empírico sustenta-se no trabalho do Instituto de Apoio à Criança (IAC) como estratégia de prevenção e resolução de situações

de risco, sendo destacado o *Projecto Rua* – “Em Família para Crescer” como uma iniciativa ímpar nesta área, apresentado no **capítulo 5**.

Através de uma pesquisa exploratória, analisando relatórios de atividades e literatura cinzenta complementada pelo olhar privilegiado dos técnicos do *Projecto Rua*, ao longo do **capítulo 6** procuramos descrever o *Projecto Rua* como Observatório Social das problemáticas e como Laboratório Social de práticas sociais sedimentadas em Cuidados de Proximidade possíveis de serem replicados noutros projetos, para além de procurar também identificar o seu contributo para as Políticas Públicas.

Por último, avaliam-se os esforços desenvolvidos e as orientações que regulamentam a sua intervenção, enumerando os progressos e resultados, as maiores dificuldades sentidas na ação, ilustrados com a apresentação de uma história de vida de sucesso.

De forma a compreender e sistematizar a investigação desenvolvida e abrir novos horizontes para futuros estudos na área das crianças em situação de rua, concluímos este trabalho com uma reflexão crítica, tendo em conta os dados recolhidos e os contributos teóricos de inúmeros autores que inspiraram e fundamentaram toda esta pesquisa e que são apresentados na bibliografia. Apresentamos ainda, alguns dados e informações complementares em anexo.



PARTE I | Aproximação ao objeto de estudo

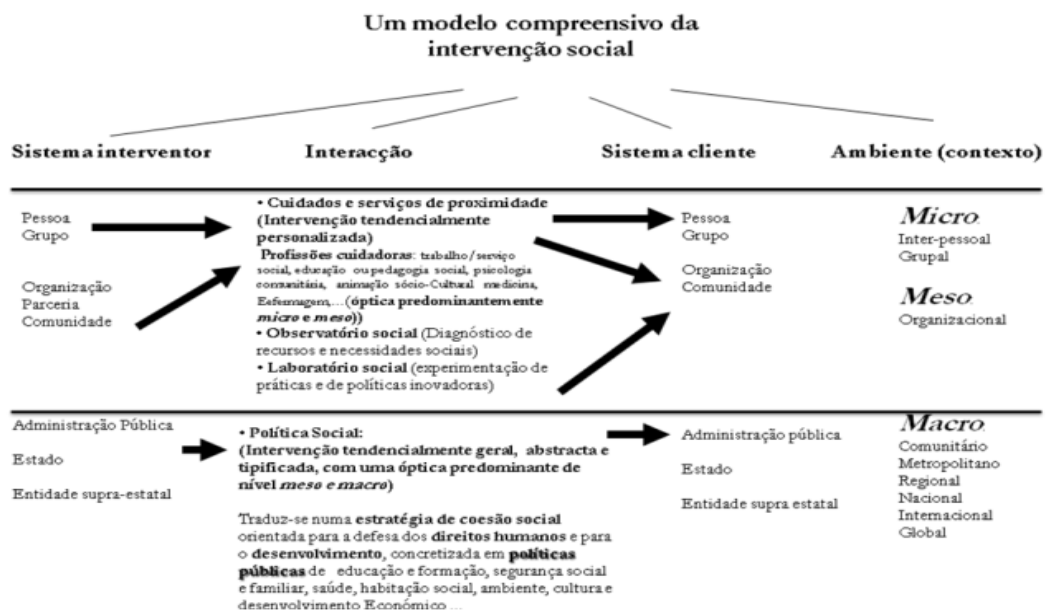
Capítulo 1 | Intervenção social e sustentabilidade

1.1. A Intervenção social

Genericamente pode definir-se intervenção social como sendo um complexo processo social, em que uma determinada pessoa, grupo, comunidade, organização, ou rede social – designados de **sistema-interventor** – funciona como recurso social de outra pessoa, grupo, comunidade, organização, ou rede social – designados de **sistema-cliente**. Ambos podem ser constituídos por um só ou mais indivíduos, sendo que o sistema-interventor tem o objetivo de ajudar a satisfazer (e assim, eliminar) uma necessidade social, potencializando estímulos e capacidades e combatendo obstáculos à mudança pretendida, através de um sistema de comunicações com o sistema-cliente, que é alguém que carece dessa ajuda (Carmo, 2000:61)

Devido à complexidade destes sistemas em fase de processo de intervenção social é comum categorizá-los em três planos de complexidade crescentes: os sistemas microssociais (pessoas, grupos), os mesossociais (organizações), os macrossociais (comunidades e redes), sendo que cada um deles requer procedimentos específicos, como podem observar no diagrama expresso na fig. 1.

Figura 1 - Um modelo compreensivo da intervenção social



Fonte: Teoria da Política Social “*Um olhar da Ciência Política*” (Carmo, 2011:42)



A intervenção enquanto processo pode decorrer em contexto interpessoal, ou pode ter como ambiente um grupo, uma organização, uma rede de organizações, uma comunidade ou uma dimensão ainda mais ampla.

O tipo de interação criado pode visar a prestação personalizada de cuidados e serviços de proximidade com elevado nível de especialização técnica (Feio, 2000); ou ações de observatório social, para identificar, caracterizar e diagnosticar problemas sociais, criando uma massa crítica de conhecimentos que possibilite preveni-los e resolvê-los; permite também a experimentação de práticas e políticas inovadoras, através de ações de laboratório social; Por outro lado, pretende atingir ações que integrem a prestação de serviços de forma generalizada e abstrata de segmentos de população ou a sua totalidade através de diversas políticas públicas.

Carmo (2015) destaca três rotas prioritárias de intervenção social em torno dos três níveis de atuação identificados. Ao nível macro, o autor destaca as políticas que promovam uma cultura de solidariedade, que apoiem a sustentabilidade da família, que estimulem a inclusão e a justiça nas escolas, nas empresas e nas comunidades, isto é políticas nacionais e internacionais que promovam a cooperação e a paz.

Carmo reforça que para que tudo isso aconteça, a palavra de ordem para os interventores sociais é recriar comunidades, através de três estratégias complementares:

- Fortalecer os vínculos às zonas residenciais, às famílias e às escolas;
- Estimular o aumento da confiança pessoal, familiar e institucional;
- Promover a educação para a democracia.

Através destas estratégias criam-se condições para uma maior coesão social (Carmo, 2015:119-120).

A nível meso, é fundamental criar parcerias autossustentáveis, tirando partido do potencial de recursos existentes evitando dispersar recursos.

O autor afirma que este tipo de parceria requer três exigências técnicas: uma orientação adequada, uma boa coesão e a sustentabilidade de jure e de facto da rede de parceiros, o que promove a participação, sem prejuízo da organização - mãe (Carmo, 2015:120-121).

Ao nível micro, há que definir-se prioridades socioeducativas, uma vez que não há desenvolvimento social sem qualificação das pessoas.



Dever-se-ão privilegiar as camadas infanto-juvenis, para garantir a sustentabilidade das medidas.

As prioridades socioeducativas são então três:

- A educação da **personalidade**, visa desenvolver os talentos individuais de modo a formar identidades individuais mais ricas;

- A educação para a **liderança**, aposta na autonomia de cada pessoa para serem sujeitos da sua própria história (Paulo Freire, 1972 *in* Carmo 2015:121);

- A educação para a **democracia**, isto é, competências para viver em comunidade de modo a poder ser um cidadão de corpo inteiro (Carmo, 2006 *in* Carmo 2015:121).

Tendo em conta os subsistemas da intervenção social, podemos concluir que o Serviço Social se inscreve predominantemente nos subsistemas de cuidados de proximidade e de laboratório social, exercendo uma intervenção tendencialmente personalizada em contexto micro (interpessoais e grupais) e meso (organizacionais).

Na viragem do século XX para o século XXI, o campo de atuação da intervenção social complexificou-se, deixando de estar centrado na assistência a populações em condições de indigência e passando a abranger áreas tão diversas como a terapia, a educação, a proteção civil, a segurança social, a saúde, a habitação, a família, o ambiente, a defesa dos direitos civis, entre outros domínios.

Assim, também o profissional ao intervir deixou de se posicionar numa ótica micro e assumiu uma perspetiva meso (organizacional) e macro (sociopolítica). Podemos afirmar que os interventores sociais deixaram de ser meros executores, para serem administradores de programas, gestores de serviços, especialistas em planeamento social, consultores, defensores e organizadores de grupos sem voz² (Carmo, Esgaio & Pinto, 2014).

“Uma profissão que se denomina social tem inerentemente de ir acompanhando os tempos, isto é, tem de adaptar-se aos desafios e condicionalismos das sociedades onde opera, sob pena de inutilidade” (Pinto, 2015:143).

Tendo em conta a natureza da problemática em análise e a complexidade crescente da intervenção social nas sociedades contemporâneas, podemos afirmar que as Crianças de rua, enquanto sistema cliente, requerem intervenções por parte do sistema interventor

² É neste contexto que surgiram os conceitos de *Empowerment* e *advocacy* (Carmo, 1999).

predominantemente ao nível micro e meso, isto é, uma intervenção em contexto interpessoal e grupal que carece de mais e maiores cuidados de proximidade, e uma atuação no campo da implementação das políticas sociais, através da execução e prestação de serviços personalizados, necessitando no entanto, também, de intervenções genéricas ao nível macro, conforme explicitação do modelo compreensivo da intervenção social apresentado.

1.2. Sustentabilidade (conceito, dimensões, indicadores)

Neste capítulo procurou-se também refletir sobre o conceito, dimensões e indicadores da sustentabilidade com o objetivo de explicar as suas características, proporcionando um melhor entendimento da aplicabilidade do termo à Intervenção Social.

Estamos certos que, se os seus limites e características estiverem bem definidos, o conceito poderá ser empregue com maior eficiência e legitimidade a fim de fornecer algumas linhas de orientação práticas no sentido de:

- Analisar a sustentabilidade de um determinado projeto e, sobretudo,
- Desenvolver e implementar estratégias de sustentabilidade (Schiefer & Bal-Dobel, 2006:166).

Evolução do conceito de desenvolvimento Sustentável

O conceito de sustentabilidade começou a ser utilizado, de várias formas, principalmente a partir do final do século XX. Nesta época, a preocupação com a sustentabilidade tornou-se uma orientação permanente e determinante das estratégias de.

Neste contexto, várias reuniões internacionais sobre a temática da sustentabilidade foram promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir dessa preocupação. Foi o caso, por exemplo, da ação pioneira do Clube de Roma - Limites do Crescimento (1972), da Conferência de Estocolmo (1972), do Relatório Brundtland – O Nosso Futuro Comum (1987), e da Conferência do Rio (1992) – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- (CNUMAD).

O Desenvolvimento Sustentável (DS) surgiu então para traduzir várias ideias e preocupações devido à gravidade dos problemas que causam riscos às condições de vida no planeta. Uma das primeiras organizações a apontar os riscos do crescimento económico



contínuo foi o Clube de Roma em 1972. No mesmo ano, a Conferência de Estocolmo, abordou problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, crescimento populacional e crescimento *versus* desenvolvimento. Em 1974, surgiu a proposta do ecodesenvolvimento, formulada por intelectuais como Sachs, Leff & Strong, que incorpora, além das questões económicas e sociais, as questões culturais, políticas e ambientais à noção de desenvolvimento (Sachs, 2000).

A expressão “Desenvolvimento Sustentável” aparece pela primeira vez no relatório das Nações Unidas: “O Nosso Futuro Comum” (Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, 1991), conhecido como relatório Brundtland, em 1987. Este definiu o desenvolvimento sustentável como uma abordagem ao progresso humano que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer nesse processo a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- (CNUMAD) é o evento onde o conceito de desenvolvimento sustentável é definitivamente popularizado, servindo como base para o mais importante compromisso até então assumido entre as Nações- a Agenda 21³.

No entanto, a falta de precisão no conceito de sustentabilidade traz consigo deficiências nas referências teóricas, e estas, por sua vez, poderiam contribuir para diversos campos de conhecimentos económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais (Rattner, 1999). O conceito de sustentabilidade vai muito além de explicar a realidade, pois exige aplicações práticas. Esta discussão teórica apenas revela uma luta disfarçada pelo poder entre os atores sociais. Para aprofundar-se o conceito é necessário ter uma visão mais ampla, analisando o passado, o presente e o futuro (Rattner, 1999; Marrul Filho, 2000).

Conceitos de desenvolvimento sustentável

Uma clara definição do conceito de sustentabilidade é relevante para a nossa investigação. Apresentamos agora a tentativa de definição de Leonardo Boff, que faz uma abordagem histórica criticando os vários modelos existentes: O autor afirma que existe hoje

³ A Agenda 21 é o documento mais importante, entre vários outros, e ofereceu a base para vários tipos de ação em busca de ‘sustentabilidade’. Junto com o Relatório Brundtland, construiu o pensamento *mainstream* do desenvolvimento sustentável.



um conflito entre as várias compreensões do que seja sustentabilidade. Segundo a definição clássica da ONU, do relatório Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações. Este conceito é correto, mas possui duas limitações: é antropocêntrico (só considera o ser humano) e nada diz sobre a comunidade de vida (outros seres vivos que integram a biosfera). O autor tentou apresentar uma formulação mais integradora possível. Para ele a sustentabilidade é toda a ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais e físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando à sua continuidade, e ainda a responder às necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em toda a sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (Boff, 2012).

O autor considera que as futuras gerações têm o direito de herdar uma Terra e uma natureza preservadas. A sustentabilidade mede-se pela capacidade de conservar o capital natural, permitir que se refaça e ainda que, por meio do génio humano, possa ser enriquecido para as futuras gerações. Este conceito ampliado e integrador de sustentabilidade deve servir de critério para avaliar o quanto temos progredido, ou não, rumo à sustentabilidade, e devemos igualmente servir de inspiração ou de ideia geradora para realizar a sustentabilidade nos vários campos da atividade humana. Sem isto a sustentabilidade é pura retórica sem consequências (Boff, 2012).

Esta definição permite-nos concluir que não podemos dissociar o conceito de sustentabilidade do conceito de desenvolvimento.

Assim, podemos afirmar que em função dos paradigmas produtivos, o conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo associado ao crescimento económico sem considerar as várias formas de desenvolvimento social, político e económico que transcendem o simples crescimento. Era suposto que o aumento de riquezas melhorasse as condições de vida da população, mas conceitualmente, desenvolvimento e crescimento não têm o mesmo significado, podendo, inclusive, serem conduzidos de forma oposta⁴.

⁴ Um exemplo paradigmático foi o crescimento económico ocorrido em países africanos, fruto de investimento maciço em monoculturas agrícolas como a borracha ou o tabaco, que teve como efeito o subdesenvolvimento dessas regiões em virtude do esgotamento de solos que provocaram, seguido da penúria de recursos alimentares e da consequente fome das populações (Dumont, 1962).



De certo modo, esta visão dissocia-se da realidade, pois nela é enfatizada apenas a geração de riqueza, não havendo condução de ordem social, cultural ou ambiental. A premissa básica estava na tentativa de aumentar o bem-estar social por meio de um processo de industrialização que objetiva a produção de bens e serviços para responder às necessidades da sociedade. Esta relação conflituava com o uso de recursos naturais, cujas externalidades negativas⁵ pouco ou nunca eram avaliadas. Sob esta ótica, a marcha do desenvolvimento correspondia a um ritmo acelerado de crescimento económico, difusão de tecnologia, acumulação de capital, exploração do trabalho e desejo por incrementar o consumo *per capita*.

A palavra “ desenvolvimento” leva-nos a considerar um processo de alargamento de abrangência, um “ des-envolver”- o contrário de envolver, entender, apertar, limitar (Carmo, 2007).

Já o termo desenvolvimento sustentável (DS) é relativamente recente como vimos anteriormente e o seu significado ainda está em construção. Porém, várias são as visões propostas:

“o desenvolvimento sustentável deve conciliar, por longos períodos, o crescimento económico e a conservação dos recursos naturais” (Ehlers, 1999:103);“...está associado ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro...” (Moreira, 1999:196); “... o desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável” (Romeiro, 1998:248).

Outros autores escolhem o desenvolvimento sustentável para indicar a nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência económica com justiça social e prudência ecológica (Brüseke, 1998:35).

Como todos os novos paradigmas, o conceito de desenvolvimento sustentável passa também por questionamentos. Desde o relatório Brundtland que o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido falado, debatido, criticado, mas mesmo assim este permanece um conceito ambíguo, vago, indefinido, cheio de arbitrariedade na definição e operacionalização. Embora possamos encontrar algum consenso maioritário sobre o conceito,

⁵Considerando externalidades negativas todos os efeitos negativos inesperados.



também nos deparamos com algumas críticas. (Pinto, 2015). Uma dessas críticas é formulada por Moreira (1999:177) quando afirma que o desenvolvimento sustentável “traz implícita a ideia de que a solução por meio da técnica é possível. E mais, que o problema é apenas a questão do desenvolvimento de tecnologias adequadas e que nada garante que os benefícios deste paradigma trarão ganhos para os setores sociais historicamente subalternos, como é o caso da agricultura familiar”. O sustentável ou a sustentabilidade continuará a carregar elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social (Moreira, 1999:178). Contrapondo a essas críticas, Ehlers (1999:111) afirma que “a erradicação da pobreza e da miséria deve ser um objetivo primordial de toda humanidade” e que a prática sustentável envolve aspetos sociais, económicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente. A técnica é um meio necessário à condução do desenvolvimento sustentável. Vários são os objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável.

Não será de estranhar que neste domínio vago haja quem defenda que o desenvolvimento sustentável é um verdadeiro oxímoro, (Redclift, 2005) ou mesmo mera hipocrisia (Robinson, 2004 cit. *in* Pinto, 2015).

Evolução das dimensões de desenvolvimento sustentável

A noção de sustentabilidade contida no Relatório Brundtland rompe com a ideia da preservação ambiental como sinónimo de intocabilidade dos recursos naturais. Neste documento a noção de sustentabilidade é construída a partir de diferentes dimensões, as quais devem ser consideradas no planeamento do desenvolvimento.

A sustentabilidade, de acordo com Sachs (1990), “constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão” (Sachs, 1990:235-236). Para ele, a sustentabilidade tem como base 5 dimensões principais que são as sustentabilidades **social, cultural, ecológica, ambiental e económica**. A sustentabilidade social está vinculada ao padrão estável de crescimento, e a uma melhor distribuição de rendimentos com redução das diferenças sociais. Já a sustentabilidade económica está vinculada ao “fluxo constante de inversões públicas e privadas” além da destinação e administração corretas dos recursos naturais. A dimensão sustentabilidade ecológica está vinculada ao uso efetivo dos recursos existentes nos diversos ecossistemas com mínima deterioração ambiental. A sustentabilidade geográfica está ligada à



má distribuição populacional no planeta, sendo “necessário procurar uma configuração rural urbana mais equilibrada”. A sustentabilidade cultural procura a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente (Sachs, 1990:235-236).

Em 2000, este mesmo autor acrescenta mais quatro dimensões ou critérios de sustentabilidade: ambiental, territorial, política nacional e política internacional. A sustentabilidade ambiental permite que ecossistemas naturais realizem autodepuração. A territorial visa à eliminação de disparidades inter-regionais, a destinação igualitária de investimentos públicos e a “conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento”. A sustentabilidade no âmbito das políticas nacionais passaria por um “nível razoável de coesão social”, democracia e capacidade institucional do Estado “para implementar o projeto nacional”. Quanto as políticas internacionais, a sustentabilidade passaria pela garantia de paz assegurada pelo fortalecimento da ONU, controle do sistema financeiro internacional, verdadeira cooperação científica e diminuição das disparidades sociais norte-sul (Sachs, 2000:86-88).

Outros autores apresentam diferentes formas de análise da sustentabilidade, como Chambers & Conway (1992), que a dividem em dois grupos: o social e o ambiental. A sustentabilidade ambiental estaria ligada, de acordo com o pensamento tradicional, à preservação ou aprimoramento da base de recursos produtiva, principalmente para as gerações futuras. Ainda segundo Chambers & Conway (1992:12), na sustentabilidade local, a questão seria se atividades sustentáveis manteriam e aumentariam, ou esvaziariam e degradariam a base natural de recursos. Globalmente, a questão seria saber se atividades sustentáveis trariam contribuições positivas ou negativas, em longo prazo, ao meio ambiente. Localmente, o principal desafio é melhorar a qualidade de vida, de maneira sustentável, intensificando o uso de recursos nas áreas rurais do sul pobre. Globalmente, o desafio principal é reduzir a insustentabilidade do estilo de vida, especialmente nas áreas urbanas dos países ricos.

Ainda de acordo com Chambers & Conway (1992), para se fazer completa, a sustentabilidade ambiental tem que ser complementada pela sustentabilidade social. Sustentabilidade social, de acordo com esses autores, refere-se não somente ao que o ser humano pode ganhar, mas à maneira como pode ser mantida decentemente a sua qualidade de vida. Isto gera duas dimensões: uma negativa e outra positiva. A dimensão negativa é reativa como resultado de tensões e choques e a dimensão positiva é construtiva, aumentando e



fortalecendo capacidades, gerando mudanças e assegurando a sua continuidade. A sustentabilidade de indivíduos, grupos e comunidades está sujeita a tensões e choques. Esta vulnerabilidade tem dois aspetos: um externo, em que as tensões e choques são o sujeito, e outro interno, que é a sua capacidade de resistir. As tensões são tipicamente contínuas e cumulativas, previsíveis e dolorosas, como escassez sazonal, crescimentos populacionais e decréscimos de recursos, enquanto choques são eventos tipicamente súbitos, imprevisíveis e traumáticos, como incêndios, inundações e epidemias. Qualquer definição de sustentabilidade tem que incluir a habilidade para evitar, ou mais comumente resistir, a essas tensões e choques. Já a dimensão positiva da sustentabilidade social está na sua capacidade para prever, adaptar e aproveitar mudanças no ambiente físico, social e económico (Chambers & Conway, 1992).

A análise da sustentabilidade social vem enfatizar que as dimensões sociais, económicas e ecológicas são sinérgicas para o objetivo vital do DS, mas são igualmente suscetíveis, e até promotoras de conflitos de valores (Pinto, 2015). Daí a ideia da sustentabilidade como “diálogo de valores” que segundo Ratner (2004), traduz a necessidade do diálogo e da mediação de conflitos a diferentes níveis.

Dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável ao Índice de Desenvolvimento Humano Sustentável

É fundamental salientar que o desenvolvimento serve as pessoas e não as pessoas o “desenvolvimento”.

Por isso, a caracterização do desenvolvimento por um mundo mais e melhor, significa que o desenvolvimento será suscetível de uma quantificação e qualificação, para o que se tem desenvolvido metodologias com a utilização de Índices e/ou Indicadores Sociais.

Um dos momentos essenciais neste caminho foi a criação pela ONU do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), (fig.2) que aparece no primeiro relatório global de desenvolvimento humano em 1990 (UNDP, 1990:10). Este índice assenta em três dimensões – saúde, educação e padrão de vida -, e quatro respetivos indicadores (Pinto, 2015:146).

Figura 2 - Índice de desenvolvimento humano

Saúde	Esperança de vida à nascença
Educação	Média de anos de escolaridade de adultos aos 25 anos. Anos de escolaridade esperados para crianças com idade de entrada na escola
Padrão de vida	PIB <i>per capita</i>

Fonte: Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas; *in* Serviço Social -Teorias e Práticas (Pinto, 2015:146)

Na senda do pensamento de autores como Sen, o desenvolvimento humano é definido neste relatório como um processo de alargamento das escolhas dos indivíduos, sendo que estas escolhas variam no espaço e no tempo e podem ser infinitas nas suas variações.

Contudo, o relatório entende que três tipos de escolhas são essenciais: primeiro que cada pessoa possa levar uma vida longa e saudável; segundo, que possa adquirir conhecimento; e, por fim, que possa aceder aos recursos necessários para viver uma vida decente segundo os padrões sociais (UNDP, 1990:10). Estes três níveis são essenciais, pois sem eles muitas outras oportunidades de vida ficam inacessíveis (Pinto, 2015:146).

Um dos primeiros indicadores a ser utilizado foi o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*. É um indicador ainda hoje correntemente utilizado, que assenta na ideia da identidade entre crescimento e bem-estar. No entanto, a pouco e pouco, foi-se tomando consciência de que, se o crescimento económico resolve um conjunto de problemas, também acaba por acarretar uma série de outros novos, tais como a poluição, a alteração do ambiente, etc., com graves implicações na saúde e qualidade de vida das populações.

Tudo isso, aliado ao fracasso da teoria e dos processos de planificação, assentes no PIB, que, a partir dos anos de 1950 até hoje, em pouco ou nada contribuíram para a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento, tem levado ao aparecimento de estratégias alternativas, como um modelo que conjugasse o Índice do Desenvolvimento Humano, preconizado pelo PNUD, desde 1990 a esta parte, com um Índice de Desenvolvimento Sustentável, minimamente consensual, ainda inexistente, não obstante, algumas tentativas de construção desse Índice.



Ao Índice de Desenvolvimento Humano como índice-base vieram juntar-se outros indicadores e índices, resultantes da preocupação crescente pelas desigualdades constáveis dos indicadores-base entre diferentes grupos sociais. Mas outros métodos têm surgido, tais como, por exemplo:

- O modelo Ecological Footprint Method (Método da Pegada Ecológica);
- O modelo Dashboard of Sustainability (Painel de Sustentabilidade);
- O modelo Barometer of Sustainability (Barómetro de Sustentabilidade);
- O Índice de Sustentabilidade Ambiental;
- O Índice de Desempenho Ambiental;
- O modelo Pressão-Estado-Resposta, com os Indicadores da OCDE;
- O modelo Força Motriz-Estado-Resposta, com os Indicadores das Nações Unidas.

Deste modo, em 2010, é introduzido designadamente o índice de desigualdade de género e o IDH ajustado para as desigualdades. Desde o primeiro relatório de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem vindo a editar relatórios globais e regionais sobre o desenvolvimento, nos quais se pode ir acompanhando os avanços e recuos da Humanidade, numa perspetiva do desenvolvimento humano como processo que serve a Humanidade e não o contrário (Pinto, 2015:146).

Em Portugal, após a edição de um documento de trabalho, em 1998, elaborado no âmbito do Ministério do Ambiente, publicou-se em 2000, segundo o modelo Pressão-Estado-Resposta da OCDE, a Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, com 132 indicadores, dos quais 72 ambientais, 29 económicos, 22 sociais e 9 institucionais (Ambiente, 2000: 1). Este trabalho foi melhorado, em 2007, com o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - SIDS-PORTUGAL (Ambiente, 2007), incluindo as categorias Atividade/Força Motriz, Pressão, Estado, Impacte e Resposta, selecionados com base em critérios específicos para este tipo de indicadores, nomeadamente os critérios apresentados pela Comissão da União Europeia e pela OCDE, entre outros (Ambiente, 2007: 14).

Como se pode ler no referido documento, o “ número de indicadores-base do atual SIDS Portugal é de 118 (...), enquanto os subdomínios de indicadores-chave e de indicadores-regionalizáveis são de 30 indicadores (...), seguindo a experiência internacional em que os

indicadores-base não devem exceder os 150 e que os restantes subdomínios se devem situar entre os 10 e 30 indicadores (...)” (Ambiente, 2007: 14).

Serviço social e sustentabilidade

Segundo Pinto, (2015:154), neste momento, ”podemos equacionar mais facilmente a relação significativa do DS com o serviço social, no sentido em que ambos ganham um com o outro”. A autora refere ainda que “é importante salientar esta relação porque os problemas ambientais e a questão da sustentabilidade global não têm tido grande relevância no serviço social, até recentemente, embora, na sua prática os assistentes sociais estejam a intervir em situações- problema relacionadas com questões ambientais, e estão certamente a intervir em problemas que são ou serão de sustentabilidade nas suas dimensões essenciais”.

Ainda que o serviço social esteja mais centrado no desenvolvimento social e económico, é essencial que englobe a dimensão ambiental. A grande ação do serviço social terá que ser um desenvolvimento sustentável sob pena de não ser uma missão autêntica da profissão segundo os seus valores deontológicos (Pinto, 2012 cit. *in* Pinto 2015:155). Concordamos que o Serviço Social enquanto profissão de mudança e de desenvolvimento, pode assumir o papel de vetor significativo do desenvolvimento sustentável (Pinto, 2015:155).

Na perspetiva do departamento de serviço social da Universidade de Leuven (Peeters, 2012) o desenvolvimento sustentável é entendido como parte da missão do serviço social, que podemos confirmar a partir da análise comparativa dos princípios centrais quer do desenvolvimento sustentável quer do serviço social (quadro 1).

Podemos observar comparativamente que ambos trabalham com múltiplos níveis de atuação, desde o individual e comunitário, passando pelo organizacional, até ao nível nacional e internacional. Em ambos também é clara a importância da colaboração entre vários profissionais privilegiando a multidisciplinariedade de saberes e práticas de intervenção do DS, bem como na prática geral do serviço social (Coates & Gray, 2012 cit. *in* Pinto, 2015).

Quadro 1 - Princípios do Desenvolvimento Sustentável e do Serviço Social

Princípios do desenvolvimento sustentável e do Serviço Social	
Desenvolvimento sustentável	Serviço Social
Satisfação das necessidades humanas	Promover o bem-estar (sentido mais amplo que a mera satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e segurança)
Respeito pelos limites ecológicos	Ausente das preocupações centrais da prática mas compatível (ligado à definição do bem estar que se considere)
Responsabilidades comuns embora diferenciadas (por exemplo, entre as nações)	Implícito na prática do Serviço Social, particularmente na promoção da responsabilidade social como instrumento de cidadania. Ética de <i>empowerment</i> Ênfase na diferença entre indivíduos e/ou grupos na sociedade em termos das suas capacidades para agir e das suas necessidades
Justiça global	Justiça global
Solidariedade/Equidade intrageracional	Solidariedade/Equidade intrageracional
Solidariedade/Equidade intergeracional (responsabilidade pelas gerações futuras como princípio inovador)	Compatível com a preocupação em relação ao futuro dos indivíduos e comunidades que é central na prática do Serviço Social
Participação ativa	Participação ativa
Igualdade de género e respeito pela diversidade	Igualdade de género e respeito pela diversidade

Fonte: Adaptado de (Peeters, 2012a:16, 2012b:292 cit. in Pinto, 2015:155)

Partilham igualmente a maior parte dos valores centrais destacando-se a ação socioeducativa e sociopolítica de intervenção numa perspetiva de não-violência ativa e de *advocacy*, num contexto de democracia e cidadania participada onde todos os atores sociais assumem corresponsabilidades para com os outros.

Os valores partilhados por ambos são: a justiça social, a equidade, a igualdade de género e respeito pela diversidade, e o empenho pela luta contra a pobreza. Os mais vulneráveis e os mais pobres são os que mais sofrem os principais embates da falta de sustentabilidade. Neste contexto, os assistentes sociais revelam-se mediadores por excelência, facilitadores, organizadores e mobilizadores do tipo de ação necessária à mudança e ao desenvolvimento que seja sustentável e inclusivo de todos os benefícios do desenvolvimento humano, (Peeters,



2012 cit. *in* Pinto, 2015) por seu lado irão desenvolver a justiça social, a qualidade de vida e o bem-estar global.

A Sustentabilidade de Projetos de Intervenção Social

No âmbito da gestão de projetos, entende-se por sustentabilidade a capacidade de os beneficiários de um projeto ou intervenção terem continuidade, ou manterem e sustentarem os seus efeitos, após a conclusão do projeto e o final do apoio da(s) entidades(s) financeiras(s).

Neste sentido, a análise da sustentabilidade consiste na identificação e na apreciação dos fatores que podem influenciar, positiva ou negativamente, a capacidade de um projeto resultar em benefícios sustentáveis. Isto é, a análise de sustentabilidade questiona em que medida podemos esperar que os impactes de um programa durem após a sua finalização (Schiefer & Bal-Dobel, 2006:166).

A sustentabilidade tem um valor estratégico que garante a continuidade das organizações. É um processo transparente, que comunica com os diferentes públicos, a prestação de contas de forma fundamentada em dados mensuráveis, comprovando os resultados obtidos.

Como já vimos, a Sustentabilidade, está constituída em torno de três pilares: o económico, o social e o ambiental; por isso qualquer investimento para se tornar viável, daqui para o futuro, terá que ser socialmente justo, responsável, não interessando só o crescimento económico, mas tendo que ter também objetivos sociais e ambientais.

Partindo do princípio que o processo de mudança cultural, ao nível das pessoas, das organizações e do investimento, pressupõe uma visão a longo prazo, foram criadas desde o início da década de noventa do século passado iniciativas locais, com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social, de acordo com uma lógica integrada e articulada que realça a importância das parcerias locais e do *empowerment* institucional e do grupo alvo, numa finalidade de autossustentabilidade das ações futuras; salienta-se (a título de exemplo) o Programa de Luta Contra a Pobreza (CCE⁶, 1994:12) que definiu, desde o seu início, objetivos como:

- A promoção de projetos especiais no domínio do combate à pobreza, face a situações humanas inaceitáveis;

⁶ CCE – Comissão das Comunidades Europeias.



- A coordenação de atividades dos diferentes departamentos, incluindo a iniciativa privada de forma a potenciar a eficácia e a eficiência dos esforços e meios nele colocados; e as entidades envolvidas neste combate;
- A divulgação, a troca de conhecimento e avaliação das ações empreendidas.

Assim, os projetos eram vistos como processos de desenvolvimento social local, de transformação e de mobilização da comunidade local e não apenas centrados no grupo alvo da intervenção. Isto implicou assumir que a luta contra a pobreza e a exclusão social só pode ser eficaz, se traduzir processos de mudança de forma global, da comunidade e local, como forma de prevenção e resolução, atuando sobre as causas das situações, concretamente através de iniciativas geradoras de emprego, mobilizando as solidariedades e os recursos locais.

O Programa apostou na coordenação entre os diversos departamentos do Estado e das iniciativas particulares, potenciando os recursos, avaliando os resultados, promovendo o envolvimento dos vários organismos, a participação alargada no debate de ideias sobre as causas da pobreza e ações em curso, e a formulação de recomendações sobre políticas, prioridades e estratégias de atuação.

Contudo, para melhor compreensão, apresentamos agora alguns obstáculos à sustentabilidade dos projetos de intervenção social:

- Políticas de financiamento desajustadas à realidade (espaços rurais, urbanos, mistos);
- Falta de recursos técnicos e financeiros;
- Politização dos agentes locais;
- Isolamento da população,
- Baixas qualificações,
- Resistências à mudança;
- Individualismo e distanciamento institucional;
- Desarticulação das políticas dos diferentes sectores.

Vejamos também algumas oportunidades para a sustentabilidade dos Projetos:

- Metodologias de intervenção centradas, não só no público-alvo, mas complementadas com abordagens sócio culturais e comunitárias;
- Desenvolvimento de uma cultura de parceria e responsabilidade social (público e privado);



- Metodologia de projeto, incentivando a criatividade e a inovação; criação de instrumentos de trabalho;
- Experiência e conhecimentos adquiridos;
- Valorização e mobilização dos recursos coletivos disponíveis ao nível local;
- Sentimentos de união e solidariedade;
- Elevação dos níveis de bem-estar e qualidade de vida de todos os estratos da população;
- Combate persistente e sistemático contra as situações de carência, quer em zonas rurais, quer urbanas.

Podemos concluir que a análise da sustentabilidade de um projeto concentra-se nos efeitos e impactos do projeto para lá do período da sua implementação. Segundo alguns autores e organizações existem duas formas de sustentabilidade: a estática e a dinâmica (UNDP, 2012). A primeira refere-se à manutenção de um fluxo contínuo dos mesmos benefícios, para o(s) mesmo(s) grupo(s) alvo, após a finalização do projeto. Já a segunda, diz respeito à adaptação a um contexto diferente por parte do (s) grupo (s) alvo original (is) ou outros grupos.

1.3. Síntese de reflexão

Neste capítulo apresentamos uma reflexão sobre a intervenção social enquanto atividade social com um novo *status*, legitimado pela necessidade que a nossa sociedade tem em responder de forma sistemática aos problemas sociais decorrentes da mudança acelerada dos nossos tempos.

Refletimos sobre os campos de atuação da intervenção social em torno do modelo compreensivo da intervenção social (IS) (nível macro, meso e micro), as suas finalidades, funções, valores e bases da intervenção social.

Destacamos ainda, a evolução dos papéis desempenhados pelo sistema interventor, passando de meros executores, para serem administradores de programas, gestores de serviços e especialistas em planeamento social.

Por outro lado, observou-se também a diversificação dos sistemas cliente, que evoluiu do indivíduo para o grupo, organização, comunidade e mais recentemente a rede, requerendo estratégias específicas de atuação.



Este capítulo apresentou também, sucintamente, o conceito, as dimensões e indicadores do desenvolvimento sustentável e refletiu sobre a sua importância para o Serviço Social, procurando realçar a sua importância mútua, para o futuro da humanidade.

Destacamos as sinergias que existem entre o DS e o Serviço Social e a verificação dos seus ganhos e vantagens. Podendo o Serviço Social, por um lado incorporar a dimensão ambiental na sua prática e por outro lado promover a dimensão social da sustentabilidade, que tem sido muito descurada.

Neste âmbito, deu-se especial relevo ao tema da sustentabilidade de projetos de intervenção social.

A este nível, salienta-se os esforços do Programa de Luta Contra a Pobreza, como contributo para garantir a continuidade, manter e sustentar os efeitos dos Projetos Sociais, após a conclusão final dos apoios financeiros.

O capítulo conclui que a sustentabilidade está constituída em torno de três pilares: o económico, o social e o ambiental, com o objetivo de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer nesse processo, a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Capítulo 2 | As Crianças de rua como Problema Social

Neste capítulo, iremos, em primeiro lugar, refletir sobre um tipo de exigência que incide sobre o sistema político, os problemas sociais sentidos pelos cidadãos no seu quotidiano e expressos de modo mais ou menos organizado pelos diversos atores sociais (opinião publicada, elites, movimentos sociais, grupos de interesse e de pressão e partidos políticos) que indiciam situações que ameaçam a qualidade de vida, condicionando-os a produzir respostas sob a forma de políticas públicas de natureza social (Carmo, 2011).

Seguidamente, far-se-á uma reflexão sobre o conceito de *problema social*, culminando com a caracterização e análise do conceito de *Criança de Rua* como problema social relevante.

A identificação, o desenvolvimento e a implementação de soluções para um conjunto de problemas sociais constituem o objetivo fundamental da Política Social. Entende-se por problema a “discrepância entre um curso favorito de ação e o *status quo*”. Assim, e em virtude do cumprimento dos objetivos traçados, é proposta a realização de uma representação estratégica de situações no sentido de promover os objetivos pretendidos (Cardim, 2009; Carmo, 2011; Pereirinha, 2008; Stone, 2002).

Para estarmos perante uma construção social da realidade, é necessário que consideremos o processo de racionalização assente no processo de categorização. Os factos são construídos e garantidos como reais pelos membros da sociedade na condução subjetiva e simbólica das suas vidas (Berger & Luckmann, 2010).

No âmbito da política, a definição dos problemas, a atribuição da responsabilidade a uma identidade individual/coletiva e a definição da população alvo da elaboração e concretização das políticas assenta na representação simbólica. Importa adicionar a esta ideia de processo dinâmico que a implementação de políticas públicas depende da ação dos atores políticos, com a finalidade de tratar e de solucionar um determinado problema (Stone, 2002; Bilhim, 2008).

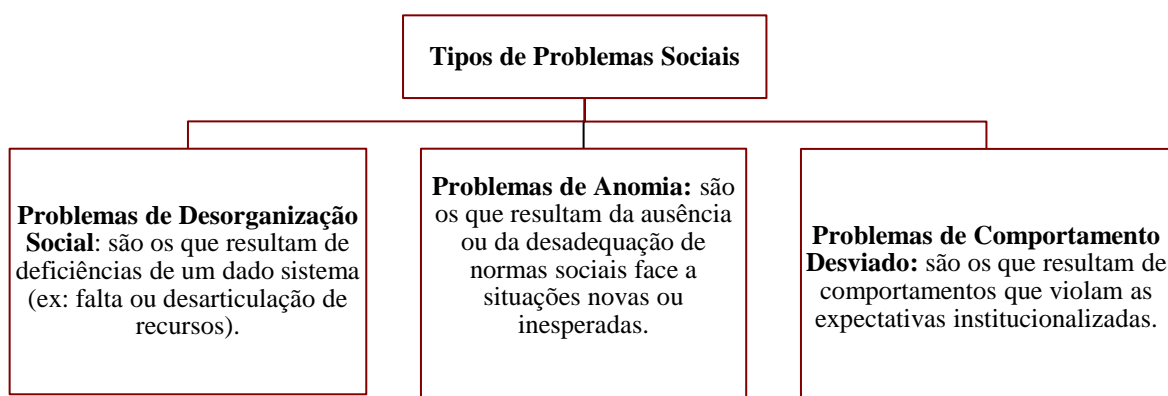
De acordo com um dicionário da UNESCO dos anos cinquenta do século passado, considera-se problema social “uma situação que afeta um número significativo de pessoas e é julgado por estas ou por um número significativo de outras pessoas como uma fonte de dificuldade ou de infelicidade e considerada suscetível de melhoria” (Abecassis, sld).

Cinquenta anos depois, Rubington & Weinberg (1995:4) definiam problema social como “uma alegada situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para alterar”.

Comparando as duas definições, são noções relativamente consensuais, apenas com uma mudança existente na segunda definição, quando em vez de *situação* fala de *alegada situação*. Os autores chamam à atenção para o facto de ser irrelevante que uma dada situação corresponda ou não à realidade para ser considerada como o problema social: desde que exista um número significativo de pessoas envolvidas (como vítimas e/ou como avaliadores); desde que se observe um julgamento negativo sobre a situação; e a consciência social existente sobre a necessidade de mudar (Carmo, 2011).

Os problemas sociais não são todos da mesma natureza; existem três tipos diferentes (fig. 3):

Figura 3 - Tipos de problemas sociais



Fonte: Carmo, 2011, Teoria da Política Social: Um olhar da Ciência Política, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 101

Podemos identificar que as Crianças de Rua enquanto problema social relevante situam-se numa primeira abordagem no domínio dos problemas de comportamento desviado, porque vivem à margem das normas e expectativas criadas pela sociedade onde estão inseridas.

Constituem também, no entanto, um problema de anomia, porque a sua situação resulta da inadequação ou mesmo ausência de normas sociais para atenuar ou resolver este problema complexo novo e inesperado.



Podemos ainda afirmar que dada a sua complexidade a sociedade não estava preparada para encontrar de imediato um sistema articulado de recursos para responder adequada e atempadamente, transformando-o também num problema de desorganização social.

2.1. A criança de rua como sistema cliente: inclusão na agenda internacional-da retórica inicial às primeiras estimativas

Como já identificámos, o sistema-cliente refere-se a pessoas, famílias, grupos, organizações ou comunidades que apresentam uma situação-social-problema, sobre as quais o profissional intervém no sentido da mudança.

A criança de rua como sistema cliente

Agora importa saber, o que se entende realmente por criança de rua enquanto sistema cliente. A importância de decompor esta definição prende-se com a necessidade prática de criar uma ferramenta de comunicação eficaz e eficiente e também com questões de rigor teórico e metodológico. Sendo fundamental que todos os agentes envolvidos no processo de intervenção tenham uma boa linha de comunicação e tenham a certeza de que serão bem entendidos, reduzindo assim os filtros comunicacionais de origem ideológica. Caso a definição do conceito seja desviada ou pouco rigorosa, podem ocorrer dois tipos de consequências negativas na implementação de estratégias de intervenção social:

- Pode dar-se a assimilação de atitudes estigmatizadas relativamente à realidade em causa; e
- A escolha de estratégias de intervenção desadequadas.

Vamos então definir claramente Criança (em situação) de Rua (Carmo, 2011). Fúlvia Rosenberg, uma socióloga brasileira, refere num artigo sobre esta matéria: “(o) esforço de sensibilizar a opinião pública quanto à violência a que são expostas crianças e adolescentes, principalmente dos países subdesenvolvidos, gerou uma retórica específica que vem percorrendo o mundo, e que, no seu esforço de convencimento, muitas vezes incorpora diagnósticos catastróficos, inverosímeis, distantes da realidade, estigmatizadores de famílias, crianças e adolescentes pobres, e inadequados enquanto balizas para a ação” (Rosenberg, 1993:71).



Assim, ao redor do conceito Criança de Rua surge a expressão *nevoeiro informacional*, usada para descrever a presença simultânea de excesso, de escassez, e de deturpação de informação, relativamente aos problemas da sociedade (Morin, 1981:19 e sgs). De acordo com o autor, a questão do nevoeiro informacional opera três tipos de filtros que não facilitam a conceptualização da realidade:

- A sobre informação, que consiste no excesso de informações inúteis com que somos bombardeados no nosso quotidiano;
- A subinformação, que se traduz na carência de informações necessárias para uma perceção adequada da realidade; e
- A pseudoinformação, que designa um conjunto de informação deformada deliberada ou involuntariamente sobre a realidade.

Criança de Rua é um conceito sobre o qual tanto a comunicação social como vários autores se têm debruçado nas últimas décadas, muitas vezes associando situações de delinquência juvenil, prostituição infantil, toxicoddependência e outros problemas sociais de comportamento desviado. Contudo, o excesso e a deformação de informação sobre esta temática revelam a falta de conhecimento evidente sobre quem são e como vivem estas crianças e adolescentes, porque razão acabaram em situação de rua e porque é que isso se mantém.

O facto de existirem vários autores dedicados ao estudo deste tema não faz com que exista um consenso a nível conceptual – países diferentes adotam designações diferentes para o mesmo fenómeno. Enquanto uns referem crianças ou jovens de rua, outros falam de jovens itinerantes, outros ainda de crianças e jovens sem-abrigo ou simplesmente crianças em risco. Independentemente de não existir consenso entre os autores, verifica-se que todos têm em comum a questão de se considerar a rua como local onde a criança ou jovem passa a maioria do seu tempo.

Le Roux defende que a utilização do termo crianças de rua se iniciou nos anos oitenta para sinalizar aquelas que tinham escolhido passar a maior parte do seu tempo na rua em diversas “ocupações”, sendo que as suas idades variam entre os 6 e os 18 anos. A primeira definição oficial destas crianças foi elaborada pela InterNGO (1983) e usada pela Nações Unidas (ICCB, 1998), “Uma Criança de rua é qualquer menino ou menina que não alcançou a idade adulta e para quem a rua (no senso mais amplo da palavra, incluindo casas



abandonadas, terrenos baldios, etc.) tornou-se a sua habitual fonte de vida e que é inadequadamente protegida, supervisionada ou orientada por adultos responsáveis”.

O conceito é usado para diferentes situações em diferentes países. Por exemplo, nas Filipinas distinguem-se três categorias de criança de rua: criança de rua, criança na rua e criança abandonada; na Malásia, as crianças que se encontram na rua são englobadas na categoria ampla de crianças com necessidades de carinho e proteção ou simplesmente em risco; no caso do Camboja considera-se criança de rua, todas as crianças que se encontram na rua a mendigar ou a usar outra estratégia de sobrevivência; na China designa-se por criança de rua, aquelas que vagueiam pela rua ou que abandonam a escola antes de fazer os nove anos de escolaridade obrigatória. Foi no Canadá e nos Estados Unidos da América que surgiu a proposta de uma designação oficial de itinerância

No Nepal, crianças de rua são apenas e exclusivamente as do Sul que se relacionam com regularidade em atividades económicas na via pública. Já no Norte, crianças com estas características são frequentemente designadas de “sem-abrigo”, “fugitivos” ou “delinquentes”, termos com conotações muito distintas.

Após esta listagem de definições, podemos concluir com a definição da UNICEF na qual, segundo Le Roux, a identificação de uma criança de rua sustenta-se na disponibilidade de um abrigo para esta e no grau de contacto que mantêm com a sua família. Esta é adotada habitualmente pelos decisores políticos e interventores sociais, que identificam duas categorias de crianças: as crianças de rua (*street- living children*) que dormem em espaços públicos sem as suas famílias; e as crianças na rua (*street – working children*) que trabalham nas ruas durante o dia e retornam a casa da família para dormir (Szanton, 1994). A partir de 1990 foi incluída mais uma categoria: *Street – family children* que vivem com as suas famílias na rua. Estas crianças são socializadas pela dinâmica da rua e pelas leis que ela lhes impõe.

Em Portugal, este fenómeno integra duas variantes a distinguir. Segundo o Instituto de Apoio à Criança, existem as crianças da rua, e crianças na rua. Define-se “criança da rua” por todo o menor que entrou em rutura com a rede familiar ou comunitária, por abandono ou por escolha própria, de forma mais ou menos radical, passando assim, a viver sob a sua própria responsabilidade, por vezes com outros menores na mesma situação, conseguindo a sua sobrevivência através de atos mais ou menos ilícitos, pernoitando em locais destinados a sem-



abrigo e com condutas antissociais progressivamente mais graves. São portanto crianças em situação de marginalidade. Enquanto que “criança na rua” designa todo o menor que, por vários motivos passa grande parte do seu tempo na rua, mantendo no entanto, laços de ligação com a sua rede familiar ou comunitária.

Com tudo o que foi analisado até agora, torna-se relativamente evidente que não existe um consenso quanto ao conceito que é aceite como “criança de rua”. No nosso país existe uma grande aproximação da definição defendida pela UNICEF ao distinguir apenas Crianças de Rua de Crianças na Rua.

Numa tentativa de uniformização do conceito no atual quadro mundial, a UNICEF considera as crianças de rua, como um dos sete grupos infantis de mais alto risco, sendo elas: as crianças com estratégias de sobrevivência, as crianças maltratadas e abandonadas; as crianças institucionalizadas, as crianças em conflito armado; as crianças em desastres naturais e ecológicos; as crianças com necessidades específicas; e *as crianças de rua* (Espert, 1988 cit. in Carmo, 2010: 156).

Realça-se que a UNICEF e o United Nations Center For Human Rights, dividem as Crianças de Rua em quatro grupos básicos e distintos, sendo eles:

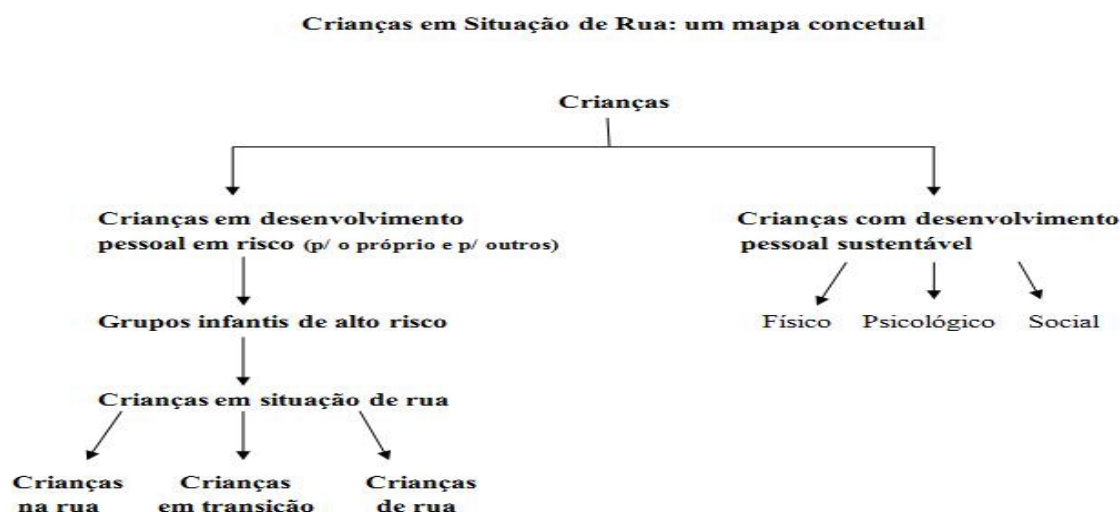
- 1º Grupo: crianças que vivem nas ruas, sem abrigo, no limiar da sobrevivência;
- 2º Grupo: crianças que se desvincularam das famílias e vivem em grupos em zonas degradadas;
- 3º Grupo: crianças que, mantêm contacto com as famílias, mas devido a diversos abusos, pobreza, ou falta de espaço em casa passam todo o dia e algumas noites nas ruas;
- 4º Grupo: crianças que, sendo filhos dos sem-abrigo, estão temporariamente “internadas”, correndo o grande risco de se virem a tornar, também elas, adolescentes e jovens adultos sem abrigo.

Segundo Hermano Carmo, após duas décadas de reflexão sobre esta problemática já é relativamente consensual distinguir crianças em situação de desenvolvimento sustentável e crianças em situação de risco de comprometer o seu processo de desenvolvimento (psicológico, físico e social) – distinção que permite a desconstrução de algumas pré-ideias como a de associar a situação de risco à pobreza. Nestas últimas, têm vindo a distinguir-se diferentes situações de risco, como por exemplo:

- . entre as que fazem perigar o seu desenvolvimento físico (como a doença prolongada ou deficiência), psicológico (como a negligência ou maus tratos), e social (como o absentismo, o insucesso/abandono escolar, a exclusão de grupos de pares estimulantes), que apenas constituem um perigo para si próprias; e
- . aquelas que aumentam a probabilidade da criança produzir danos em outrem (como a frequência de ambientes propícios à formação de comportamentos socialmente penalizados).

A situação de rua, pelas suas próprias características, constitui um risco complexo que pode abranger uma ou mais das situações descritas (fig. 4).

Figura 4 - Crianças em situação de rua: um mapa concetual



Fonte: Intervenção Social com Grupos (Carmo, 2014: 265)

Qualquer investigador terá de ter em atenção a complexidade e diversidade deste fenómeno, já que não existem grupos sociais estáticos. Desta forma, desenvolveremos a nossa investigação com base na terminologia sugerida por Koller e Hutz (1996) que engloba todas estas categorias na designação ampla de *Crianças em situação de Rua*.

Para Stoecklin (2003), esta qualificação destaca a situação em que o menor se encontra, não limitando este fenómeno apenas ao contacto com a família e ao tempo vivenciado na rua. Rizzini (2003), confirma que este conceito tem em consideração as mudanças e alterações do fenómeno ao longo do tempo (Neiva-Silva & Koller, 2002).



Neiva e Koller (2002) propõem a identificação das *crianças em situação de rua*, segundo cinco critérios: grau de vinculação com a família, tipo de atividade exercida, aparência pessoal, local onde se encontram e, por último, ausência de controlo e supervisão de um adulto. Não surge assim uma tipologia, mas apenas um conjunto de critérios que orientam a análise desta população.

Tal como Williams (1993) “*a terminologia é o ponto de partida necessário para respostas positivas, pois a não classificação pode significar o não reconhecimento*”.

Inclusão na agenda internacional

A problemática das Crianças de Rua é relativamente recente, pois passou a integrar a agenda académica e política sobretudo a partir dos anos oitenta do século passado, fazendo da UNICEF e de diversas agências governamentais e de ONG’s internacionais, as pioneiras nesta tarefa (Carmo, 2010). Também a União Europeia demonstrou evidente preocupação com o apoio a este “tipo de crianças”, apesar de esta problemática não se evidenciar em tão grande escala como noutras regiões do mundo. Nesta sequência, o apoio prestado consistiu num financiamento a partir do Programa Pobreza 3 (1989/1994) (Carmo, 2010).

Fatores como a comunicação social, ou pressões sobre instituições particulares de solidariedade social e sobre as políticas públicas para a implementação de novas respostas, continuam a fazer com que este fenómeno tenha vindo a ganhar cada vez maior impacto social. No entanto, o conhecimento real deste fenómeno é ainda reduzido e disperso, nomeadamente no nosso país.

Segundo o relatório da UNICEF, correspondente à situação mundial da infância publicado em 1991 (Grant, 1991:36), denuncia os atropelos sistemáticos aos direitos das crianças, adolescentes e jovens. “Aproximadamente 30 milhões de crianças vivem nas ruas das cidades, crianças que fugiram de casa, ou foram abandonadas, ou são órfãs. A maioria é privada de cuidados como a saúde e a educação e quase todas são levadas a enfrentar a difícil escolha entre resistir ou aderir à violência, ao crime, à prostituição e ao uso das drogas que são a realidade da vida de rua desde Lima e Rio de Janeiro até Bombaim, Lagos e Nova Iorque.”

É possível encontrarmos inúmeros exemplos de iniciativas anteriores relativamente às crianças e adolescentes em risco. Apesar de numerosas, estas iniciativas nunca tiveram



dimensão nacional e internacional semelhante à que alcançou o movimento dos anos oitenta. As crianças de rua ganhavam visibilidade nacional e internacional e, em pouco tempo, passaram a ser um tema importante da agenda Mundial.

Constatamos, então, que do ponto de vista social, o fenómeno “crianças de rua” não é isolado e deve ser reconhecido como um problema social complexo que é gerado pelas ações e pelas indiferenças de toda a sociedade (Pinto, 2001).

A problemática das Crianças de Rua é um caso específico de exclusão social. A exclusão social constitui atualmente um problema social muito relevante em torno do qual se tem procurado estruturar políticas económicas e sociais para o prevenir ou reduzir.

Estamos conscientes de que as sociedades evoluem conforme os seus contextos e não num vazio abstrato e desconexo. A par das novas tecnologias, a atualidade vê-se confrontada com as mutações sociais, económicas e culturais, resultando daí os novos conteúdos e valores a promover nas populações das sociedades em mudança para a qualidade de vida por todos ambicionada. Essas mudanças velozes que varrem todo o planeta são chamadas, genericamente, de processo de globalização.

A globalização, compreendida na sua complexidade refere-se à crescente transnacionalização das relações económicas, sociais, políticas e culturais que vem ocorrendo no Mundo. Trata-se ao mesmo tempo, de um processo real e uma fonte de produção ideológica. O processo é complexo e contraditório, envolvendo praticamente todas as dimensões da existência humana e todos os locais do planeta. O Professor Roland Robertson, da Universidade de Pittsburgh, EUA, definiu a globalização como a “concretização do mundo inteiro como um único lugar” (Robertson, 1994: 33-52).

A globalização, porém, tem-se caracterizado principalmente pelos seus impactos sociais e ambientais na maioria dos países.

O conjunto das mudanças sociais que ocorrem atualmente, acarretam diversos distúrbios que provocam entre as crianças, os adolescentes e os jovens, a desintegração da família e dos seus laços relacionais, a pobreza crescente (afetando principalmente as famílias monoparentais), o crescente abandono escolar, o desemprego, situações de violência familiar, abuso sexual e vitimização das crianças, os fenómenos de *gangs* de rua, os problemas relacionados com consumo de drogas, álcool e a prostituição, entre outros.



Segundo o economista francês, Pierre Salama (1998) a globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo zonas de integração em alguns lugares e, em outros, zonas de desintegração do tecido social. Longe de gerar o universalismo que pretende, a abertura acelerada das fronteiras acentua as vulnerabilidades (Salama, 1998).

2.2. Dimensão atual do problema em termos Mundiais (estimativas)

A problemática em destaque nesta investigação são as crianças em situação de rua, expostas a um elevado índice de riscos e perigos, muitas vezes invisíveis e a sofrerem silenciosamente. Porque é uma problemática que não se esgota nas fronteiras do nosso país, apresentamos uma reflexão que faz uma abordagem ao panorama mundial, ajudando a tornar visível esta realidade.

Em pleno século XXI seria de esperar que a civilização mundial conseguisse assegurar o bem-estar das suas crianças e que reconhecesse a importância vital do seu legado, insubstituível, na continuidade e qualidade do próprio futuro da Humanidade. Paradoxalmente, continuamos a assistir a nível mundial, ao fracasso da garantia e efetivação dos Direitos da Criança e de proporcionarmos a todas as crianças uma vida de oportunidades com dignidade, enquanto futuros adultos aptos para uma participação consciente e responsável, constituindo uma mais-valia social, cultural e económica para a sociedade presente e futura.

Uma das dificuldades sentidas na elaboração de medidas de respostas ao problema social aqui retratado – criança de rua - relaciona-se com a oscilação dos valores que lhe são reportados.

O Relatório da Consortium for Street Children, *State of the World's Street Children: Violence Report* define os obstáculos que surgem na produção de estatísticas sobre crianças de rua, afirmando que “*esta oscilação dos números decorre de múltiplas causas*” (Bénitez, 2007). Podemos então distinguir três aspetos que dificultam a tarefa de definir valores precisos que retratem a realidade. Em primeiro lugar, os recenseamentos realizados a esta população são muitas vezes distorcidos para beneficiar alguns grupos políticos e institucionais. Para além disso, a fácil mobilidade das crianças na própria cidade e muitas vezes para o estrangeiro, dificulta a avaliação das tendências ao longo do tempo, já que as crianças não permanecem sempre no mesmo local, não tendo uma “*morada*” certa. Para além



disso, distinguir as crianças de adultos jovens através da observação ou mesmo da entrevista, pode ser problemático, especialmente no caso das raparigas, que podem iludir mais facilmente a sua idade.

Não obstante, um outro fator de imprecisão na elaboração de estatísticas está na definição do conceito de criança de rua, pois não existe nenhum acordo internacional sobre a definição desta população tão heterogénea.

A primeira estimativa mundial sobre as crianças de rua foi, provavelmente, da autoria de Peter Taçon (1981: 13 cit. *in* Rosemberg, 1993: 71) assessor da UNICEF que calculou um número aproximado de cem milhões, estimando que metade deste valor se localizasse na América Latina. No Brasil, algumas fontes divulgavam a existência de sete a dez milhões (Baker et al, 1991; Maciel *et al.*, 1991).

Diminui, no decorrer dos anos oitenta, para setenta milhões a estimativa de Taçon no mundo subdesenvolvido (Black, 1986: 360); trinta milhões (Landers, 1988) e menos ainda em publicações posteriores (UNICEF, 1992: 18 cit. *in* Rosemberg, 1993: 72).

A verificação da discrepância entre os dados apresentados indicia uma situação de subinformação e pseudoinformação sobre este tema, sem referência a fontes ou metodologia utilizadas no cálculo. Subinformação, devido ao facto da infabilidade dos dados existentes, tanto do ponto de vista quantitativo, como a diversidade das estimativas comprova, como qualitativo, baralhando categorias tão distintas como crianças trabalhadoras, crianças em risco, crianças com comportamentos delinquentes e crianças de rua. Pseudoinformação, pois quer do alarmismo dos *media* que associam com frequência as crianças de rua ao crescimento da delinquência, quer da retórica das organizações (governamentais e não governamentais) que trabalham no terreno e usam tais estimativas como ferramenta de visibilidade junto da opinião pública, tal como meio de legitimar maiores financiamentos para os projetos (Carmo, 2010).

Em desacordo com uma tal *folia numérico-concetual* (Rosemberg, 1993: 77) registou-se uma saudável reação que, aos poucos foi esclarecendo o quadro concetual e promovendo a realização de estimativas credíveis por meio de procedimentos rigorosos de recolha tratamento de informação (Rosemberg, 1994: 32 e sgs).

Com base numa metodologia de contagem e observação direta, as estimativas de crianças em situação de rua (na e de rua) diminuíram drasticamente segundo a contagem realizada em



São Paulo em 1993. Por iniciativa do município, foram contabilizadas quatro mil quinhentas e vinte crianças nas contagens de dia e oitocentas e noventa e cinco nas de noite (Carmo, 2010).

Segundo os dados recentes da Eurostat, 1/3 da população mundial são crianças e 27% das crianças da União Europeia encontram-se em risco de pobreza (UNICEF, 2013).

Em Portugal, de acordo com os dados do INE (rendimento e condições de vida - 2014), 24% das crianças estavam em risco de pobreza no final de 2012, cifra que passou para 25,6% em 2013, o que significa que 1 em cada 4 crianças se encontram numa situação em que os seus direitos fundamentais não estão garantidos (INE, 2014).

Também os dados apresentados pelo Relatório Anual de Segurança Interna indicam que no total dos inquéritos abertos em 2012 por crimes sexuais, o “abuso sexual de crianças” representa 46%, a “violação” 20% e a “pornografia de menores” 14% do total. Ainda neste mesmo relatório, é destacado o aumento de 24,5% dos crimes de “maus tratos ou sobrecarga de menores”.

Em relação ao crime de violência doméstica, os dados apresentados pelo mesmo relatório, referem que em 42% das ocorrências participadas foi assinalada a presença de crianças e que 10% dos crimes foram cometidos contra crianças com idade inferior a 16 anos e mais 9% contra jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos de idade (RASI, 2013).

Em Portugal, a pobreza infantil assume uma dimensão particularmente preocupante com uma taxa de pobreza de 22,4% e está identificada nos grupos mais vulneráveis à pobreza. A situação de grande precariedade de uma parte significativa das crianças no nosso país é clara: as famílias monoparentais (27,9%) e as alargadas com crianças (34,5%) conjugam altas taxas de pobreza, confirmando-se a preocupação que a pobreza infantil deve suscitar na nossa sociedade (Farinha, 2013).

Não podemos esquecer no entanto, o papel que as diversas políticas sociais desempenharam nos últimos anos, até 2009, na redução da pobreza em Portugal, altura em que se iniciou a presente crise económica. Ainda não é possível avaliar o impacto que a presente crise económica e as políticas sociais implementadas para a sua superação, estão a ter sobre os níveis de pobreza. Porém, a conjugação do enfraquecimento das políticas sociais com o forte agravamento do desemprego e a redução dos rendimentos reais das famílias, sugerem uma inversão muito significativa do processo de redução da pobreza seguido até 2009.



Relativamente à dimensão do problema das crianças de rua na Europa, não é fácil encontrar estatísticas que nos demonstrem de forma global as estimativas sobre a sua realidade. No entanto Anthony Simpson, então Diretor da Federação Europeia de Crianças de Rua (EFSC⁷), no Fórum Europeu de Crianças de Rua⁸ afirmou: “*mesmo que haja uma falta de dados concretos sobre os factos recentes de crianças de rua, as nossas organizações e outras ONG que trabalham no campo estimam que haja pelo menos 150 mil a 250 mil crianças de rua na Europa*” (Marco, in Seminário, 2008). É discutível se o número de crianças de rua está a crescer globalmente ou se, na verdade, há uma maior sensibilidade das sociedades para esta temática, estando por isso a humanidade mais desperta a esse fenómeno (Hecht, 1998). Mas é importante referir que este problema social não é um privilégio de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas um fenómeno à escala mundial (Tyler, 1987).

Neste contexto, assistimos nos últimos anos a várias iniciativas para tentar caracterizar o fenómeno das crianças de rua, que ganharam vida graças à EFSC, entre as quais destacamos um estudo que envolveu as organizações parceiras da referida federação, o que permitiu a recolha de dados relativamente às crianças vulneráveis, nomeadamente crianças de rua⁹. O objetivo era conseguir dados suficientes para proceder a uma comparação entre países Europeus, em que os indicadores foram questões relacionadas com grupos específicos de crianças: crianças de rua, crianças institucionalizadas, crianças de famílias monoparentais, crianças consumidoras de drogas, crianças na pobreza, crianças que frequentam a escola, crianças com acesso a condições de saúde, crianças em conflito com a lei, crianças sem estrutura familiar e crianças estrangeiras.

Podemos concluir que o número de crianças com que as organizações afirmaram trabalhar foi muito variado, por exemplo as organizações polacas e gregas trabalharam com

⁷A EFSC- European Federation for Street Children é uma rede sem fins lucrativos que visa a promoção dos Direitos e a melhoria das condições de vida das crianças em risco, em particular das crianças de rua, através da sensibilização da sociedade civil e das instituições europeias.

⁸Realizado em Lisboa a 6 e 7 de outubro de 2008 e coorganizado pela EFSC e pelo IAC.

⁹Anexo 1- Grupos alvo de crianças abrangidas pelas organizações membro da EFSC.

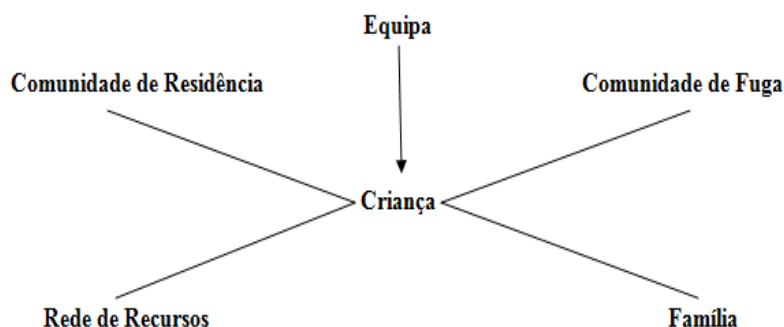
milhares de crianças, enquanto outras, como as francesas, as italianas, as portuguesas e as espanholas, com algumas centenas de crianças.

Outra conclusão deste estudo pode ser traçada a partir do facto de serem escassas as informações fiáveis acerca do número de crianças de rua e em situação de extrema exclusão nas cidades/países onde estas ONG intervêm. Podemos também concluir que não existe diferença significativa entre países da Europa Oriental e países da Europa Ocidental: todos apresentam elevados números de crianças de rua, provando que países com economias mais desenvolvidas não têm menor número de crianças em situação vulnerável do que países com economias menos desenvolvidas (EFSC, 2009).

2.3. O Estudo das Crianças de Rua (caldo de cultura das comunidades de residência, processo de fuga, comunidades de fuga)

Agora que já refletimos sobre os conceitos e tentamos estabelecer a dimensão provável do problema, apresentamos de seguida alguns elementos caracterizadores do mesmo. Vejamos o diagrama em que se procura caracterizar os principais subsistemas em jogo quando se fala nesta realidade (fig. 5):

Figura 5 - Subsistemas que interagem com a criança



Fonte: Pinto, (2001) *Crianças em perigo e em situação de rua: Histórias de vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro*, p.102

Sumariamente, constatamos que grande parte dos “excluídos socialmente” fixam-se em determinadas zonas da cidade devido ao grande desenvolvimento e crescimento das áreas



urbanas. Estas zonas são espaços degradados onde a população sobrevive com graves carências económicas; são aquelas, definidas pela Escola de Chicago, como “zonas intersticiais” - “lugares em que a acumulação de fatores de exclusão e marginalização contribuem ainda mais para reforçar as características estigmatizantes já atribuídas aos grupos em situação de pobreza” (Sebastião, 1996).

As crianças provenientes destas áreas vivem diariamente condicionadas pela insegurança, pela vulnerabilidade, pela imprevisibilidade e pelo imediatismo. Vêm-se obrigadas a desenvolver precocemente a sua autonomia, na medida em que têm de ser capazes de alcançar (ou, no mínimo, ajudar a família a conseguir) o seu sustento e a satisfazer progressivamente as suas necessidades de forma independente.

O facto de desenvolverem desta forma a sua autonomização origina o abandono do lar por parte das crianças e jovens, e que estes procurem um meio de subsistência. Segundo Fall, os motivos que “empurram” estas crianças para a rua são vários, e, por outro lado, são outros tantos os que os atraem para a vida na rua. Deste modo, “o aumento populacional superior à capacidade, a tendência internacional da urbanização, o custo de vida, a procura de rendimento adicional, o abandono e negligência das crianças, a dimensão da família e a desintegração da família tradicional” são motivos que empurram as crianças para a rua, enquanto, “a excitação e o entusiasmo causado pela vida agitada das grandes cidades, a esperança de aumentar o seu estilo de vida, a segurança financeira e a independência” são os motivos que os atraem para a vida na rua (Fall, 1986 cit. *in* Le Roux 1996).

- De que fogem? De onde fogem? Para onde fogem?

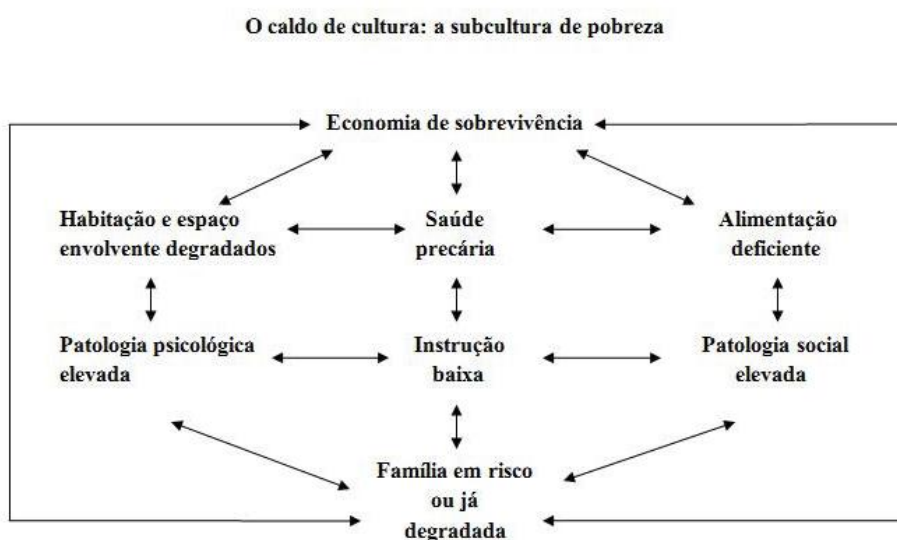
São apenas algumas perguntas que podemos fazer quando abordamos esta problemática. O que pretendemos, neste capítulo, é clarificar um pouco as possíveis respostas a estas perguntas.

Assim, teremos como referência os vários subsistemas que interagem com a criança de rua. São eles: a família, a comunidade de residência, a comunidade de fuga, a rede de serviços (recursos) e a equipa do projeto “Criança de Rua” (em relação a este subsistema, este será tratado no capítulo seguinte).

- A comunidade de residência da criança de rua (de onde fogem?)

Para podermos compreender um pouco o comportamento da criança de rua, é necessário apreender o “caldo de cultura” onde ela foi enculturada. Na gíria dos técnicos de intervenção social que trabalham com estas crianças, designa-se a zona de vizinhança onde a criança vivia quando foi para a rua por comunidade de residência. Este é o local de onde é oriundo este tipo de criança, que apresenta normalmente padrões típicos de subcultura de pobreza, podendo estes especificar-se em oito situações diferentes (fig. 6), (Carmo, 2014: 267).

Figura 6 - O caldo de cultura: a subcultura de pobreza



Fonte: Intervenção Social com Grupos (Carmo, 2014: 267)

O primeiro aspeto caracterizador é a economia de sobrevivência, pela qual os agregados familiares quotidianamente se confrontam com a necessidade de alcançar rendimentos suficientes para sobreviver (Cf. Lewis, Óscar, 1969). Esta situação está relacionada com os elevados índices de desemprego ou de subemprego, com os baixos salários e reduzidos índices de produtividade. É frequente nestes agregados urbanos, a população adotar formas de crédito de emergência - como o recurso a casa de penhores e a agiotas locais – que, muitas vezes, as endividam ainda mais. Assim, a conquista da sobrevivência diária é o seu principal objetivo.

A segunda característica das comunidades de residência liga-se à habitação. Estas situam-se na periferia dos grandes centros urbanos, são normalmente degradadas, tal como as próprias habitações. Estes locais não proporcionam condições para uma qualidade de vida



socialmente aceitável pois é, entre outros motivos, um espaço exíguo e demograficamente sobrecarregado. Estes fatores vão “empurrando” a criança para fora de casa.

Um outro aspeto relacionado com as comunidades de residência das crianças de rua prende-se com a precariedade da saúde, apresentando grandes taxas de morbilidade e maiores taxas de mortalidade de menores de 5 anos.

Diretamente ligada ao aspeto da saúde, verifica-se que a população destas comunidades possui uma alimentação deficiente, tanto a nível quantitativo como a nível qualitativo. A este propósito Lewis, observou em diversas pesquisas que realizou, que todas estas subculturas de pobreza apresentavam um traço comum, a ausência de despensas, uma vez que não é habitual haver reservas alimentares em casa.

A questão dos níveis de instrução e formação profissional extremamente baixos, é mais um aspeto caracterizador e tem implicações diretas sobre o rendimento familiar, e, a longo prazo, sobre a reprodução das situações de pobreza¹⁰.

Como resultado de todos estes fatores, observam-se nestas comunidades elevados índices de patologia psicológica e de problemas sociais de comportamento desviado (tais como agressividade, violência, fatalismo, baixas aspirações e alcoolismo, toxicod dependência, prostituição...), observa-se também que têm pouca participação em atividades como sindicatos, vida partidária e fracos indicies de consumo médio.

Um dos elementos que mais marca os indivíduos que são socializados numa cultura de pobreza, é a constante preocupação com o Presente, que constitui um quadro ameaçador, não deixando espaço para a eventual criação de imagens e perspetivas de Futuro, exceto através de pequenas fantasias totalmente aparte da realidade. Esta excessiva focagem no Presente conduz, por vezes, a comportamentos consumistas.

Decorrentes de todos os aspetos enumerados, é grande o número de famílias das comunidades de residência das crianças de rua que vivem em alto risco de desagregação ou já desagregadas: o caso do monoparentalismo e do casamento consensual são frequentes e fragilizam o núcleo conjugal, bem como a relação entre adultos e crianças (Carmo, 2010).

¹⁰Num trabalho pioneiro, no âmbito do Instituto de Apoio à Criança, Maria João Terraquente comprovou isto mesmo, observando uma quase nula mobilidade intergeracional numa amostra de famílias de crianças de rua, bem como a reprodução genérica de padrões de cultura de pobreza: (Terraquente, 1991). Recentemente Fausto Amaro (Amaro *et al.*, 2001) num trabalho notável com histórias de vida de famílias pobres há três gerações, provou que a questão da reprodução se mantém com atualidade.” (Intervenção Social com Grupos, Carmo, 2014: 268).



- De que fogem?

Da família

Constatamos que as causas da fuga para a rua são, simultaneamente, sociológicas e psicológicas, provocadas em parte pelo meio familiar perturbado que não proporciona um clima estável e afetivo, não havendo também uma presença de bons modelos adultos para um crescimento saudável (Pinto, 2001).

Assim, observamos que, estas crianças fogem duma família já desagregada ou em vias de desagregação. O “normal” são os maus-tratos (físicos e psicológicos), a violência (sexual, física, psicológica), o desrespeito, a incompreensão, a intolerância, a raiva, (algumas das razões invocadas para a fuga). O “anormal” é a afetividade, a compreensão, tolerância, segurança, o amor, (condições essas consideradas essenciais para o pleno desenvolvimento da criança)¹¹.

Sabe-se que para muitas crianças de rua a família é, muitas vezes, um agente de expulsão para a rua. Estas famílias demitiram-se do seu papel afetivo, educativo, socializador. Esta demissão pode até ter resultado de atos não percebidos conscientemente.

De instituições

Tradicionalmente, grande parte das Crianças de Rua eram encaminhadas para as instituições de internamento, com regras de funcionamento muito rígidas.

Por isso, existem também crianças e jovens que fogem de instituições, pois a maior parte destas têm formas de intervenção tradicionais que não se coadunam com a maneira de estar destas crianças e jovens. Verifica-se uma forte imposição de regras às quais estas não estão habituadas, sentem a sua liberdade invadida e carência de afetos.

Há uma incompatibilidade entre as respostas das instituições (resolução imediata da problemática) e as expectativas da criança ou jovem (Carmo, 2010).

- Zona de fuga (Para onde fogem?)

Depois de termos analisado os fatores repulsivos que levam as crianças e jovens a serem excluídos ou a autoexcluírem-se das comunidades de residência constata-se que esse processo

¹¹Anexo 2- As necessidades das crianças



de exclusão pode ser gradual ou repentino, pode dar-se através de uma fuga súbdita ou de expulsão de casa.

Na primeira situação, é a criança que se afasta de casa aos poucos, começando por passar apenas algum tempo fora de casa, normalmente depois da escola, para mais tarde passar a fixar-se cada vez mais tempo diário na rua, em absentismo escolar. Ao longo deste processo, a criança vai perdendo as raízes com a comunidade de residência, tornando-se naquilo a que chamamos de criança na rua (Carmo, 2010).

Posteriormente, existe a possibilidade de a criança fazer a transição para condição de criança de rua. Aqui a criança faz toda a sua rotina na rua – sobrevive, trabalha, dorme, socializa, e cria pequenas redes de apoio constituídas por pares, pares esses, que se encontram em zonas específicas da cidade.

A maioria das atividades adotadas por estas crianças são socialmente condenadas, como a prostituição ou a passagem de droga. Isto conduz, normalmente, a estereótipos e representações coletivas deturpadas sobre a realidade destes indivíduos, identificando-os como delinquentes juvenis (Carmo, 2010: 163).

Estas crianças fogem para zonas da cidade com alto índice de população fluente, ou seja, para zonas de comércio, de diversão (bares, discotecas), administrativas (repartições de finanças, conservatórias, ministérios, bancos). Estas zonas proporcionam-lhes aventura, o anonimato e a liberdade “descontrolada”: livres e seguros para criarem o seu mundo de fantasia e evasão são áreas onde o anonimato, associado ao pouco controlo social, é uma constante.

Estes locais, são conhecidos por *comunidades de fuga* e correspondem, por norma, a antigas áreas residenciais, degradadas, situadas na periferia urbana. É aqui o local onde podem ter comportamentos de resposta à agressividade familiar e comunitária e que tentam encontrar o equilíbrio perdido.

É na rua que estas crianças se tornam os protagonistas principais da sua própria conduta. Criam o seu próprio vocabulário, as suas próprias regras – encontram no grupo da rua a sua “*família*” - enfim, criam a sua subcultura (Marques & Santos, 1993).



O estudo das crianças de rua

De modo a fundamentar tudo o que foi enunciado anteriormente, apresentamos alguns exemplos de estudos realizados a nível nacional e internacionalmente acerca das crianças de rua.

Constatamos que, no decorrer dos tempos, a literatura tem dedicado pouca atenção às crianças em situação de rua. Para além disso, as descrições destas crianças revelam mais os valores e preconceitos da sociedade em geral do que uma visão objetiva da realidade.

A primeira vez que houve referência à Criança de Rua foi no ano de 1554, na obra “*La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*”. Na época da Revolução Francesa, Vitor Hugo deu alma a outra criança de rua num romance, embora só no século XIX (publicado pela primeira vez em 1837) Dickens nos tenha apresentado Oliver Twist (Neiva-Silva *et al.*, 2002).

Segundo Neiva-Silva & Koller (2002), o termo “Criança de Rua” foi utilizado pela primeira vez pelo escritor Henry Mayhew, na obra “*London Labour and the London Poor*”, em 1851. Contudo, a definição oficial deste termo emergiu apenas em 1979, com a celebração do Ano da Criança, pelas Nações Unidas.

Hoje em dia vários documentos denunciam a existência de crianças e adolescentes a viver nas ruas das cidades de todo o mundo. Estas crianças são caracterizadas como marginais, doentes, delinquentes, violentas e sujas.

Na realidade a vivência na rua é um fenómeno que sinaliza a existência de um problema social e que gera inúmeras consequências. Desta forma, a visão e representação social da criança em situação de rua está marcada por valores negativos e por estereótipos. Os problemas, nomeados por várias investigações relacionadas com crianças de rua, permitem alcançar o fundamento que leva a sociedade em geral a apresentar essa visão a respeito deste grupo marginalizado, já que a maioria dos estudos refere-se essencialmente a problemas de difícil controlo como o consumo de drogas e de álcool, a promiscuidade, a insanidade, a desadaptação, a exclusão social e a marginalidade.

As suas características emocionais e neurológicas foram avaliadas por Aptekar em diversos estudos: confrontados estes menores com os irmãos que permanecem em casa, as crianças que vivem na rua apresentam uma grande resistência mental e psicológica. Aptekar (1989a) afirma que o abandono da casa e da família onde estas crianças foram “violentadas”



por inúmeros fatores prejudiciais ao seu crescimento, fez com que muitas desenvolvessem uma capacidade ímpar para enfrentar obstáculos.

Felsman (1985) e Aptekar (1989a,1989b) afirmam que a rua transforma as crianças em indivíduos mais autónomos, não provocando essa experiência isolada a existência de distúrbios emocionais e mentais. Estes resultados apontam que as problemáticas familiares possam ser, provavelmente, a origem dos distúrbios observados.

Reppold (1996), ao procurar as causas que levam à saída dessas crianças de casa, concluiu que a busca de liberdade era elevada em ambos os sexos. “*Liberdade significa para estas crianças independência do controlo da família e o desejo de fazer o que quiserem*”, no entanto, a referência à busca de liberdade não deve ser interpretada como a busca da vastidão da rua, mas como fuga ao abuso e exploração que sofreram no seio das suas famílias (Reppold, 1996). De qualquer forma, estas crianças, abandonadas à sua própria vontade, acabam por se tornar na rua “escravas” de novos controlos e limites.

Algumas obras apontam e enaltecem as capacidades destes jovens lidarem com as dificuldades, sobrevivendo a condições adversas. Estes estudos afirmam que estas crianças podem ser “*saudáveis, inteligentes e emocionalmente estáveis*” sendo a idade e o tempo de permanência ou vivência na rua fatores mediadores ou agravantes dos seus problemas (Aptekar, 1989b). No entanto, devido às experiências negativas durante o crescimento, à falta de formação e educação formal, ao abuso físico e sexual, à perseguição da polícia e à formação de imagens contraditórias de si mesmas, as crianças de rua podem ter períodos de desenvolvimento alterados (Aptekar, 1989b).

English (1991) descreve a vulnerabilidade destas crianças e salienta as suas necessidades. Devido à sua condição, a criança em situação de rua desenvolve estratégias de sobrevivência, que se destinam a obter alimentação, roupa, abrigo, a suprimir as suas necessidades imediatas (Luna, 1991). As suas estratégias de sobrevivência baseiam-se muito na colaboração entre si e na criação de grupos.

Koller (1994) verificou que as crianças de rua demonstram reciprocidade e solidariedade para com os seus irmãos, amigos mas também para com pessoas que os auxiliaram no passado.

Em Portugal, Maria João Terraquente debruçou-se sobre a situação das famílias dos menores acompanhados pelo Projecto “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação



de Marginalidade” e, com este trabalho concluiu que as formas tradicionais de atendimento são insuficientes para a resolução do problema, existindo, por isso, a necessidade de criar novas metodologias de trabalho com a população em questão baseadas na educação, no regime aberto, no respeito e na afetividade. A autora defende que este processo deve incluir não só as crianças mas também as suas famílias, bem como a comunidade em geral (Terraquente, 1991).

Por sua vez, João Sebastião, estudou a situação de 21 crianças de Lisboa com idades entre os 10 e os 16 anos, das quais 7 estavam na rua e 14 institucionalizadas. Deste estudo verificou que a maior parte das crianças e jovens que fogem para a rua são oriundas das designadas “camadas sociais mais baixas e residentes em bairros sociais degradados e com famílias numerosas”. Isto explica o facto de as crianças se deslocarem para a rua representar apenas uma das fases do processo de autonomização dos jovens (Sebastião, 1996).

2.4. Das respostas tradicionais às novas respostas

Começamos por constatar que alguns recursos habituais dos sistemas de proteção social (nomeadamente as instituições de proteção à infância) não estão especificamente preparados para responder às necessidades destas crianças, precocemente independentes face ao mundo dos adultos de que têm referências negativas. Por isso, qualquer tentativa das respostas tradicionais por via da institucionalização são votadas ao fracasso porque retira-lhes a independência conquistada.

Verificamos que as crianças em situação de rua e a pobreza infantil são fenómenos que têm vindo a ganhar relevância e expressão, tanto a nível nacional como internacional e, como tal, também as respostas estão em constante mutação, sempre com vista à melhor resolução das variáveis que envolvem esta problemática. Dado o crescente impacto deste problema social é essencial a elaboração de novas políticas sociais que visem garantir o bem-estar social de grupos específicos e da população em geral.

É neste contexto que surgem em vários países novos projetos e novas abordagens de intervenção social para apoiar as crianças de rua na sua maioria financiados pela UNICEF.

2.5. Alguns exemplos de projetos de intervenção com crianças de rua

Os países onde o problema se torna mais evidente são o Brasil (na América do Sul) e em alguns países da América Latina, nomeadamente, México, Equador e Colômbia.

Característica comum a estas regiões é o facto de a situação de pobreza em que se encontram se agravar de dia para dia, o que originou a criação de várias formas de atendimento a crianças de rua, nas quais, a UNICEF tem desempenhado um papel fundamental.

Na América Latina, o acentuado êxodo rural urbano veio provocar um crescimento desordenado nas periferias das grandes cidades, estabelecendo-se aí grupos humanos que procuravam melhores condições de vida e de serviços básicos, que sendo deficientes, se encontravam já sobrecarregados. Aliados a esta situação, verificámos o aumento considerável do preço dos bens primários, assim como a crescente diminuição do poder de compra e as elevadas taxas de desemprego. Todos estes condicionamentos vêm não só contribuir para a deterioração do nível de vida dos pobres, mas também origina a modificação no tipo de família tradicional que, com a migração camponesa, sofre alterações dando lugar à família nuclear.

A mudança do meio rural para o meio urbano implica para a família a adoção de novos valores, gerando uma nova vivência cultural, através da mistura das duas culturas (a urbana e a rural). Esta situação tem produzido um crescimento rápido do problema da criança de rua, que por um lado se torna rapidamente num adulto responsável e por outro, se desliga quase totalmente da família. É neste contexto, que em vários países surgiram projetos de apoio às crianças de rua patrocinados pela UNICEF que, em 1983 inicia uma série de ações de apoio a governos, à Igreja, às instituições particulares e à comunidade, tendo em vista a procura e consolidação de alternativas e apoio e promoção destas crianças. Na própria União Europeia, em que a gravidade deste problema não é tão acentuada, também foi patente a preocupação relativamente a este fenómeno, o que conduziu à contemplação de financiamento a partir do Programa Pobreza 3 (1989-1994).

Deste modo, é assinado um convénio de cooperação técnico-financeira em Julho de 1983, denominado “Programa Regional do Menino Abandonado e de Rua”, que tinha como objetivo o desenvolvimento de um modelo não convencional de atendimento à população infantil em situação de risco e/ou marginalidade.



A este programa aderem alguns países, destacando-se entre eles, o Brasil, o Equador, o México e a Colômbia que vão colocar em prática projetos experimentais cuja chave de êxito da sua execução tem o ponto fulcral na pessoa do educador de rua, que atende a criança sem a tirar do seu ambiente, respeitando a sua liberdade, fortalecendo, sempre que possível, os seus vínculos com a família e a comunidade e procurando a satisfação das suas necessidades básicas.

Com o sucesso alcançado no Brasil e no México, tem sido possível definir vários princípios constituintes dos programas, como as atividades direcionadas para o atendimento das crianças de rua que alcançam um maior sucesso quando:

- O principal objetivo, para além da assistência social ou da reabilitação corretiva, se centra no desenvolvimento da criança;
- A criança é tratada com amor, afeto e respeito;
- A criança é motivada a ser protagonista da resolução dos seus próprios problemas, a nível individual e a nível solidário com os outros.

Este trabalho possui uma estrutura tal que se transforma em instrumento educativo, em vez de instrumento de marginalização, permitindo um reforço dos laços da criança com a família e a comunidade e ampliando os recursos e as oportunidades.

A UNICEF tem desenvolvido experiências de “Programas para Crianças da Rua” em diversos países, sendo de salientar as experiências do Brasil, México, Colômbia e Equador.

Brasil: em 1982, o Governo apelou ao apoio da UNICEF, iniciando-se uma fase de mobilização intensa e de treino, bem como desenvolvimento de projetos inovadores que visavam a garantia de apoio às crianças em situação de rua (Grant, 1993). Hoje em dia, existem mais de 300 projetos em todo o país, sendo 6000 pessoas capacitadas nos diferentes aspetos de trabalho com as crianças da rua. Foi inclusive no Brasil, que surgiram os educadores de rua, inovação que foi adotada por outros países. O número de crianças de rua protegidas por este programa, no Brasil, foi maior do que em qualquer outro país.

Paradoxalmente, o movimento foi ganhando expressão principalmente através e a partir do agravamento da repressão policial e institucional, que por vezes consistiu no homicídio de meninos de rua. Assim, no ano de 1985, duzentas ONG procederam à organização de um movimento em favor destas crianças (Carmo, 2010). Apresentam-se alguns indicadores da sua atuação:



- em 1986 estima-se que tenham sido produzidos cerca de 3 mil artigos e 72 programas de TV sobre os direitos da criança
- em 1987, a igreja com o apoio de magistrados, fez uma petição ao Presidente da Assembleia Constituinte assinada por 1.3 milhões de brasileiros, pedindo a inclusão dos direitos da criança na constituição
- no mesmo ano criaram-se diversos serviços de SOS e Centros de defesa de Direitos da criança e do adolescente
- em 1991 foi criada uma rede de vigilância e de defesa dos direitos da criança denominada *pacto pela infância* (Rosemberg, 1994) .

Neste sentido surgiram variados projetos inovadores como por exemplo o da Associação Beneficente de S. Martinho do Rio de Janeiro e o Projeto Axé de São Salvador da Baía (Pinto, 2001).

México: também no estado de Vera Cruz foi colocado em prática um projeto-piloto que visava resolver os problemas das crianças de rua a nível local. Mais uma vez é de salientar a presença dos educadores de rua, os quais procuram atrair o interesse das crianças, proporcionando-lhes um atendimento em meio aberto e com a participação da comunidade. Trata-se de um programa com bases metodológicas sólidas que tem como objetivo principal a preparação das crianças de rua para desenvolverem um sentimento de solidariedade e autoconfiança, assim como torná-las protagonistas da solução dos seus próprios problemas. Uma das intenções mais relevantes deste programa é ainda o incentivo ao regresso da criança à sua família de origem e a sua reintegração na comunidade.

Equador: em 1983, o Instituto Nacional para a Criança e a Família (INNFA) assinou um acordo de assistência técnica com a UNICEF, tendo em vista o atendimento às crianças de rua que não possuíam qualquer tipo de acesso aos serviços básicos. Dois anos mais tarde foi assinado um acordo com a cidade de Quito, tendo em vista a promoção do projeto “Ação Guambras”.

“Ação Guambras” é uma modalidade aberta, de participação comunitária e mobilização institucional que atende, apoia e promove a criança da área urbana, que utiliza a rua como um espaço de sobrevivência. Neste meio-habitat, é oferecido à criança um pacote de serviços integral, respeitando a sua vontade de participação.



Entendido como um programa não-institucional, pretende-se assim, dar atendimento à criança sem que para isso haja necessidade de a afastar bruscamente do seu meio ambiente. Como o objetivo é partir da criança e das suas necessidades, e não de uma visão adulta e tradicional, torna-se necessária a criação de uma figura capaz de estabelecer laços de amizade com a criança no âmbito do seu meio natural e quotidiano de desenvolvimento, mantendo uma atitude recetiva quanto às necessidades que a criança expressa, de maneira a que ela participe na definição das ações do programa (falamos aqui, do educador de rua). Deste modo, o projeto “Ação Guambas” tem ainda como objetivos primordiais, a análise da situação dos grupos e população infantil afetados por algum tipo de problema social, como os casos de abandono, trabalho desde tenra idade, mendicidade, falta de estímulos, e/ou atividades recreativas no seu meio social. Propõe-se ainda o desenvolvimento de ações inovadoras, tendentes a melhorar a situação presente, tendo em conta a participação da própria comunidade com a inclusão de todos estes aspetos em projetos e subprojectos. Para além disto, o projeto promove a participação ativa das organizações que formam parte do INNFA no desenho e execução das ações orientadas a superar os problemas assinalados, mediante atividades de capacitação e contacto com a comunidade.

Colômbia: o Governo colombiano, em conjunto com a UNICEF, delineou estratégias de ação preventivas direcionadas para as crianças de rua e adolescentes. Estas ações incluem formação de grupos de adolescentes aos quais é solicitada ajuda para a resolução de problemas da sua comunidade evitando, assim, o abandono, a adesão às drogas, a prostituição e a delinquência. O programa está vocacionado para o atendimento de jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos de idade, visa ainda a participação comunitária, sendo promovido através do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar e conta com a assistência técnica e financeira da UNICEF, tendo por base uma coordenação interinstitucional.

Surgiram outros projetos de apoio a crianças em situação de rua em Angola, mas num contexto mais complicado – a questão da pobreza junta-se aos efeitos da guerra, salientando-se o drástico crescimento dos refugiados nas cidades e o aumento do número de órfãos (Miguéis, 2000). Daqui nasceram projetos, tais como o dos Kadengues Unidos (que significa Crianças em algumas zonas de Angola) e Crianças de Rua do Lubango, o primeiro dos quais em Luanda e o segundo na cidade da Huila.



Todos os projetos visavam apoiar crianças e seus familiares em situação aguda de exclusão social, bem como de meios familiares destruídos pela guerra, no caso de algumas crianças angolanas (Carmo, 2010). Devido a esta situação e em alguns casos, o trabalho com elas carecia de uma prévia intervenção de cariz terapêutico (stress pós-traumático de guerra).

No caso das Filipinas, podemos apurar que, segundo o estudo “Situação da Juventude nas Filipinas” (1998), existiam cerca de 1,5 milhões de crianças de rua, dos quais 70% são do sexo masculino. Cerca de 75% eram crianças da rua, e apenas cerca de 25% a 30% eram efetivamente crianças na rua. Ainda dentro desta última percentagem cerca de 5% a 10% não tinha nenhum laço familiar, mas cerca de 15% a 20% mantinha laços familiares. Estas crianças enfrentam uma grande variedade de problemas, dos quais se destacam o consumo de drogas, os escassos cuidados de saúde (doenças sexualmente transmissíveis e má nutrição), prostituição infantil, exploração sexual e o facto de serem erradicadas em algumas zonas.

Tal como no Brasil, também aqui a partir do ano 2001, foram criados os esquadrões da morte – segundo diferentes autores foi uma política do governo não escrita para lidar com o crime por falência do sistema judicial criminal numa perspectiva extrema. Diversas fontes relatam ainda que apesar da legislação do país asiático não permitir a prisão de menores de 18 anos, desde 1995 é comum que as crianças sejam levadas pela polícia para a prisão ao lado de violadores, assassinos e ladrões.

Mas várias organizações criaram instituições de caridade e abrigos para proporcionar aconselhamento, alimentação, vestuário, orientações religiosas, numa tentativa de ajudar as crianças de rua¹².

2.6. Estratégias comuns dos sistemas de interventores

Princípios e metodologia

Constatamos que a maior parte dos projetos elaborados no âmbito das crianças de rua, têm em comum as suas equipas de intervenção assentarem na figura do animador de rua. Este tem a tarefa de estabelecer uma relação fraternal com a criança, transformando-se numa referência emocionalmente securizante para a criança.

¹² (Relatório “Situação da Juventude nas Filipinas” 1998) <http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/as-criancas-de-rua-nas-filipinas.php>, consultado em 24/03/2015).



Mas nem sempre este é um processo fácil, ou rápido, cada qual tem o seu ritmo e deve-se acima de tudo, respeitar o ritmo da criança e do jovem, os seus receios, as suas desconfianças e, muitas vezes, as suas mentiras, como forma de defesa perante um estranho que considera um possível ameaçador. Aos poucos, o animador conquista a confiança ao nível de companheirismo tornando-se um ouvinte que não julga. Quando já há laços estabelecidos entre criança e animador de rua, este tem como objetivo ajudá-los a construir o seu projeto de vida. Nesta fase surge como dificuldade o facto de a criança ou jovem se focar tanto em estratégias de sobrevivência para o presente, que revela sérias dificuldades em perspetivar o futuro. Nesta situação, como em todas as outras, o animador de rua não pode cometer o erro de manipular ou tentar levar a criança ou jovem a envergar por determinado caminho, caso contrário, provocará uma regressão na sua relação, despertando antigas recordações, desconfianças e medos.

No fundo, o projeto de vida leva a que a criança ou jovem seja capaz de refletir e problematizar questões como a da família, da escola ou do trabalho de onde fugiu ou foi expulso. A função do animador de rua é, então, ajudar a traçar metas e contribuir para que elas sejam alcançadas com sucesso, contando sempre com o apoio de uma equipa técnica sem a perceção da criança ou jovem.

No caso de a criança ou jovem decidir regressar a casa, à escola ou ao trabalho, o animador vai ajudar a “pré-ver” as adversidades que encontrará, bem como uma forma de as contornar. Entretanto, a equipa técnica tem o papel de preparar a família, ou professor que vai receber essa criança ou jovem. Essa preparação é a nível quer da aceitação, quer de estratégias de apoio, na criação de condições básicas para garantir à criança ou jovem que não irá reincidir. Isto leva a que surjam obstáculos sociais complicados de ultrapassar devido às características do modo de vida das comunidades de residência permanecerem, mesmo após a intervenção de toda a equipa (Carmo, 2010: 274).

Relativamente a Portugal, Carmo, considera que o *Projecto “Trabalho de Rua com Crianças em Situação de Risco ou em Marginalidade”* do Instituto de Apoio à Criança (IAC), integrado no Programa Pobreza 3 da União Europeia, também baseou a sua intervenção na figura do animador de rua (Carmo, 2010).



De acordo com Adelina Odete Marques (1994: 128) este *Projecto* do IAC possui uma estratégia de ação para intervenção com este grupo populacional baseada nos seguintes princípios:

- “Prioridade à dimensão afetiva;
- Abordagem das crianças na rua através de animadores de rua;
- Trabalho na rua – lá onde as crianças se encontram;
- Utilização dos delegados de rua (crianças do grupo alvo com capacidade de liderança);
- Envolvimento da família o mais cedo possível no processo de reinserção do menor;
- Trabalho em rede (instituições e serviços implicados, em conjunto com a criança e a família);
- Animação das comunidades de residência para a prevenção e acolhimento das situações de risco.”

Este projeto será analisado em profundidade uma vez que é o objeto de estudo desta investigação.

Das experiências resumidamente descritas identificam-se os seis subsistemas que interagem ao longo do processo de intervenção, anteriormente apresentados.

Segundo Carmo, a análise da intervenção com crianças de rua sobre esta perspetiva ajuda as equipas de intervenção a serem mais eficazes, permitindo-lhes alcançar os resultados propostos com mais consciência e mais eficácia.

Em particular observa-se que:

- O sistema- cliente não se limita a cada criança de forma individual, mas abrange a constelação de grupos que interagem com ela e dos quais faz parte (pares, família, rede social de apoio etc.);
- Os interventores sociais desempenham o duplo papel de facilitador da autonomização, do desenvolvimento pessoal e social (*empowerment*) do sistema cliente e de seu representante (*advocacy*);
- A intervenção procura, numa perspetiva curativa e preventiva, apoiar a solução, corrigir o agravamento das situações - problema detetadas e evitar a ocorrência de novas situações;
- Nestes projetos procura-se responder tanto a necessidades de subsistência bem como de participação, pretendem ainda criar condições para o exercício dos direitos cívicos,



assumem também uma dimensão essencialmente socioeducativa (qualidade de vida e solidariedade), (Carmo, 2010: 177 e 178).

Neste âmbito de reflexão, podemos ainda constatar que nos projetos com este grupo populacional existem diferentes perspetivas referentes ao tipo de intervenção-ação a realizar, e muitas delas complementam-se entre si.

Assim, Fortier & Roy (*in* Fortier, Jean & Roy, Shirley, 1996: 139) defendem que os recursos existentes devem centrar-se nas crianças e jovens e nas suas necessidades, fazendo com que estes adquiram o seu próprio poder sobre as situações. É necessário focar-se em intervenções de crise, específicas e a curto prazo. Deve-se alcançar a confiança dos jovens, não os julgando mas apoiando-os nas suas necessidades e escutando os seus pedidos. É, então, fundamental assistir as crianças e os jovens nas suas tentativas junto das instituições e recursos, de ser flexível, de descobrir os seus talentos, de encorajá-los continuamente e convencê-los de que não estão sozinhos.

Os autores consideram que existem cinco tipos de estratégias de intervenção relevantes:

- *Outreach*: esta estratégia consiste em reunir as crianças e os jovens onde eles se encontram – na rua – e promove a eliminação dos problemas de desconhecimento e de acessibilidade dos serviços disponíveis na difusão da informação. Incentiva-se o recurso a trabalhadores de rua, que poderão estabelecer a ponte entre as crianças e os jovens e os serviços;
- Aproximação pelos pares: aplica-se no meio escolar e visa apoiar as crianças e jovens em dificuldades, ajudando-os a solucionar variados problemas relacionados com a adolescência. Baseia-se na ideia de que estas crianças e jovens são mais sensíveis e, por isso, mais recetivos à ajuda vinda de uma pessoa da sua idade, que partilha dos mesmos valores e que tem as mesmas referências;
- *Case management*: esta estratégia assume que a intervenção pontual e especializada não é favorável às crianças e jovens de rua, pois estes necessitam de um enquadramento sustentado e de um acompanhamento individualizado;
- *Empowerment*: visa dar às crianças e aos jovens a oportunidade de escolher o seu próprio rumo de vida, responsabilizando-se pelas suas escolhas. Este tipo de plano proporciona variados serviços e modos de ajuda. É fundamentalmente voluntário e



apoia-se na aceitação mútua das crianças e jovens, do organismo e do interventor, através de um comportamento moral que os liga;

- Tipo institucional: é uma intervenção fundamentada num sistema de recompensas, ou seja, promove o esforço tendo em vista uma alteração de comportamentos e aquisição de novas capacidades. A partir daqui existe uma avaliação da situação das crianças, jovens e dos serviços para identificar os aspetos a melhorar (Fortier, Jean & Roy, Shirley; 1996: 139).

Da análise do tipo de intervenção que se faz em Portugal, podemos dizer que ele tem pontos comuns à estratégia que Fortier & Roy definem como *Outreach*. Aposta-se no contacto com as crianças no local onde estas estão, ou seja, na rua. Este contacto é feito por animadores de rua, que têm idades relativamente próximas das crianças e jovens de rua e que procuram estabelecer com estes uma relação de confiança baseada na amizade.

Este tipo de estratégia revela-se uma resposta inovadora a um problema que, como referiu Carmo, não parece poder ser solucionado com recurso aos sistemas tradicionais de proteção social à infância (Carmo, 2010).

É importante destacar o papel ativo de diversas Instituições/Organizações Governamentais e Não-governamentais que dão apoio a crianças em risco, sem as quais muito do trabalho realizado nos últimos anos não seria possível. É o caso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa¹³, da Polícia de Segurança Pública¹⁴, da Direção-Geral da Reinserção Social e Serviços Prisionais¹⁵, da Associação REMAR¹⁶ e da Associação “Questão de Equilíbrio”¹⁷.

¹³ A SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, aprovada pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de Dezembro. Tem por missão prosseguir e desenvolver fins de ação social apoiando, sobretudo, os cidadãos mais desprotegidos residentes na cidade de Lisboa, nomeadamente crianças e jovens, adultos, famílias, comunidades étnicas, idosos, indivíduos em risco de exclusão, toxicodependentes, pessoas com deficiência e pessoas portadoras de VIH/SIDA. Descrição retirada de: <http://www.scml.pt/>.

¹⁴ A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma força de Segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei. Descrição retirada de: <http://www.psp.pt/Pages/defaultPSP.aupx>.

¹⁵ A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) é o serviço responsável pela definição e execução das políticas da administração de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos, designadamente, pela promoção e execução de medidas tutelares educativas e medidas alternativas à prisão. Descrição retirada de: <http://www.dgrsp.mj.pt/>.

No entanto, o Instituto de Apoio à Criança (IAC) é a única instituição com um Projeto específico direcionado à problemática das crianças de rua: *Projecto Rua* “*Em Família para Crescer*” (que é o objeto de estudo e campo empírico desta investigação).

Enquadramento Jurídico-Legal da Problemática das Crianças em Situação de Rua ***Dimensão Internacional***

Contrariando a tendência de desvalorização da criança socialmente aceite em determinadas épocas passadas, assiste-se na nossa época, ao desenvolvimento de esforços tendentes a dar corpo ao sentimento de dever moral de proteção contra situações de necessidade no plano infantil. A ONU criou, em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), na consequência de longas negociações entre representantes de vários países e ONG. O seu princípio base assenta no interesse superior da criança e apela aos Estados que a ratifiquem para que seja possível criar condições dignas de vida a este grupo. A Convenção enaltece e defende a área dos Direitos Humanos ao proteger as crianças contra todas as formas de exploração e ao abordar a questão da prostituição, dos problemas da toxicod dependência e do abandono. Possui condutas específicas no que concerne à proteção dos indivíduos menores de 18 anos, uma vez que “*criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo*” (ONU, 1989).

A Convenção estabelece quatro princípios orientadores que procuram agilizar a sua interpretação e auxiliar os programas nacionais na sua aplicação. São eles: “*a não discriminação, pois todos os direitos se aplicam a todas as crianças sem exceção; o interesse superior da criança, já que todas as decisões que digam respeito à criança devem ter*

¹⁶ REMAR, “Reabilitação de Marginalizados”, é uma ONG fundada em Portugal em 1989 que tem como missão melhorar as condições de vida das crianças, das famílias e comunidades em países e regiões pobres, através de projetos autossuficientes de desenvolvimento integral e atividades de sensibilização, com a finalidade de proporcionar mudanças estruturais que contribuam para a erradicação da pobreza. Descrição retirada de: <http://www.remar.pt/quem-somos>.

¹⁷ “A Questão de Equilíbrio”- Associação de Educação e Inserção de Jovens, foi criada em 1994 com o objetivo principal de promover, entre os jovens que então deambulavam pelas ruas de Setúbal, atividades físico-pedagógico-terapêuticas de descoberta, aventura e risco, como forma de intervenção na modificabilidade do seu comportamento. Descrição retirada de: <http://www.questaodeequilibrio.org>.



*plenamente em conta o seu interesse superior; o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento; e o respeito pela opinião da criança, pois esta tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração, assim como tem o direito de exprimir os seus pontos de vista, obter informações, dar a conhecer ideias e informações, sem considerações de fronteiras*¹⁸ (ONU, 1989).

Quando nos referimos a crianças em situação de rua, verificamos que muitos dos direitos contemplados na Convenção são postos em causa, principalmente:

- o direito da proteção contra todas as formas de maus-tratos (violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual) por parte dos pais ou de outros responsáveis pelas crianças, bem como o estabelecer programas sociais a fim de prevenir os abusos e tratar as vítimas (art.º 19 da CDC);
- o direito da proteção especial à criança privada do seu ambiente familiar para que possa beneficiar de cuidados alternativos (art.º 20 da CDC);
- o direito de acesso a serviços de saúde eficazes, a uma alimentação completa e saudável, tal como ao consumo de água potável (art.º 24 da CDC);
- o direito de beneficiar da segurança social, incluindo prestações sociais (art.º 26 da CDC);
- o direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social (art.º 27 da CDC), assim como à educação que deve destinar-se a promover o seu desenvolvimento (art.º 28 da CDC);
- o direito a tempos livres e a participar em atividades culturais e artísticas próprias para a sua idade (art.º 31 da CDC);
- o direito à proteção contra qualquer trabalho que ponha em perigo a sua saúde, a sua educação ou o seu desenvolvimento (art.º 32 da CDC), contra o consumo, produção e tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (art.º 33 da CDC), contra a violência e exploração sexual, nomeadamente contra a prostituição e participação em qualquer produção de carácter pornográfico (art.º 34 da CDC), assim como para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de menores (art.º 35 da CDC).

¹⁸ Artigos 2º, 3º, 6º e 12º.



Este acordo internacional foi alvo de um número histórico de ratificações: 192 Estados ratificaram a Convenção, sendo os Estados Unidos da América e a Somália, os únicos Estados que ainda não o fizeram.

Atualmente, muitos Governos e membros da sociedade civil têm vindo a unir esforços no sentido da defesa das crianças em situação de rua. Porém, é necessário um plano internacional para satisfazer as necessidades básicas a estas crianças. Alguns países da Europa, como a Bélgica, Holanda, Finlândia, Espanha e Portugal têm tomado medidas eficazes no combate nacional desta realidade.

Erradicar este problema social requer a resolução de assuntos socioeconómicos complexos, sendo então necessária a assistência de Organizações Não Governamentais (ONG).

De acordo com a ONU, as ONG são as primeiras a dar resposta às necessidades urgentes das crianças que trabalham ou vivem na rua. Constituem um recurso internacional importante, pois proporcionam a sua experiência ao desenvolver medidas inovadoras para a defesa e proteção das crianças de rua do abuso, da negligência, da exploração e do abandono. Diversas ONG têm sido fundadas com o objetivo de melhorar a situação destas crianças. É o caso da Casa Alianza, ativa no México e América Central; da Criança Esperança, criada no Reino Unido e que trabalha com grupos locais em todo o mundo; da Street Kids Internacional, estabelecida no Canadá; da Borboletas, sediada em Nova Deli na Índia, assim como da Prayas Juvenil Aid Centre (JAC) pioneira no estudo intensivo sobre crianças de rua; e a Federação Europeia para as Crianças de Rua (EFSC), criada em 1995 por Maartje Van Putten. No entanto, apenas através de políticas governamentais adequadas e projetos de intervenção comunitária é possível realizar um trabalho coordenado interinstitucional.

Dimensão Nacional

Em Portugal, ao longo dos últimos anos, temos assistido a uma preocupação crescente e progressiva na efetivação da defesa dos direitos fundamentais das crianças. Esta preocupação vem tornar eficaz a proteção das crianças e promover os seus direitos. Está espelhada na Legislação Portuguesa e em todas as Convenções Internacionais e protocolos Adicionais entretanto aprovados, designadamente os protocolos facultativos à Convenção sobre os



Direitos das Crianças e a Convenção de Lanzarote do Conselho da Europa, o que revela um esforço do Estado Português na área da proteção das crianças.

Na busca da concretização da efetiva Proteção da Criança, em Portugal, tem-se procurado enunciar um conjunto de direitos da criança cuja violação ou desrespeito permite antever uma situação de prejuízo ou perigo, de modo a ponderar se a sua verificação merece, designadamente, a aplicação de medidas que afastem o perigo visando a prossecução do seu desenvolvimento integral – bem jurídico garantido, estão presentes na Constituição da República, como direitos fundamentais a Infância (art.º 69) e a Juventude (art.º 70), em sequência da revisão constitucional de 1976¹⁹, após a Revolução de Abril.

Relativamente às Crianças de Rua, para fazer face a esta problemática, o Estado Português e a Sociedade Civil têm vindo a promover uma política de proteção, tendo sido um dos primeiros países da União Europeia a assumir as Crianças de Rua como problemática específica, com necessidade de uma resposta concreta e urgente.

No Código Civil, o Decreto-Lei nº496/77 (art.º 1887) referente ao Direito da Família, é descrito que “*os menores não podem abandonar a casa paterna ou aquela que os pais lhe destinaram, nem dela ser retirados. Se a abandonarem ou dela forem retirados, qualquer dos pais e, em caso de urgência, as pessoas a quem eles tenham confiado o filho podem reclamá-lo, recorrendo, se for necessário, ao tribunal ou à autoridade competente*”. Porém, no respetivo Decreto-Lei, segundo o art.º 1918, “*quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício das responsabilidades parentais, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indicadas no nº1 do art.º 1915, decretar as providências adequadas, designadamente, confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência*”.

Embora o fenómeno das Crianças de Rua não seja novidade, de acordo com Castro (1997), o início dos anos 90 do século passado sinalizou o ponto de viragem para a importância desta realidade, através da divulgação de diversas reportagens que abordavam a situação de inúmeros jovens que viviam em condições precárias na rua e que permaneciam

¹⁹ Em 1911, surge um quadro legal em que Portugal é pioneiro, aprovando uma lei de Proteção à Infância – esta foi revista em 1976, após a Revolução de Abril.



em infraestruturas abandonadas no centro da cidade de Lisboa. Era, então, indispensável criar um plano de intervenção capaz de agir com estes menores. Deste modo, no ano de 1990, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança, sendo no ano seguinte, criadas as Comissões de Proteção de Menores e em 1995, extinta a Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores.

A Lei de Proteção de Crianças e jovens em Perigo²⁰, veio regulamentar uma nova perspetiva da proteção e promoção da criança e jovem. Nesta reforma as situações de perigo são alargadas, como se verifica no capítulo 1, art.º 3, nº 2, alíneas a) e f). Esta Lei prevê medidas de apoio específicas à condição das crianças em risco, nomeadamente em situação de rua, visando que as várias medidas a executar no meio natural de vida se façam acompanhar de diretivas e obrigações próprias ou que as medidas de acolhimento sejam conduzidas a efeito em família “de tipo profissional” ou em “lar especializado”. Para além disso considera como medida inovadora o “apoio para a autonomia de vida”, que tem em atenção a condição destes menores que vivem uma experiência de grande liberdade na rua e que dificilmente se adaptam a esquemas de vida rígidos e a formas de intervenção de forte controlo (Fernandes, 2006).

A Lei Tutelar Educativa aprovada pela Lei 166/99 é também um grande contributo na defesa e proteção das crianças em situação de rua, no âmbito da educação e formação. A Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à interdição das piores formas de trabalho das crianças, foi ratificada por Portugal em 2000. No Decreto-Lei nº 107/2001 é declarada a regulação dos trabalhos leves dos menores com idade inferior a 16 anos e a admissão ao trabalho de menores com essa mesma idade, declarada no Decreto-Lei nº 58/2002. Estas medidas vieram permitir a entrada no mercado de trabalho, de uma forma regulamentada, de muitos jovens que viviam uma situação de perigo e vulnerabilidade ao fazerem da rua o seu meio de subsistência. Através do Decreto do Presidente da República nº 14/2003, Portugal ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil.

A nova Lei da Adoção, Lei nº 31/2003, contribuiu também para a qualidade de vida das crianças que vivem em lares, centros de acolhimento e famílias de acolhimento, uma vez que agiliza o processo de adoção e preconiza uma série de medidas, nomeadamente a

²⁰Revista pela Lei nº 31/2003.



apresentação de um relatório anual relativo aos projetos de vida destas crianças e jovens, sendo, assim, possível sinalizar antecipadamente situações de futuras fugas e de risco.

Mais recentemente, através da Lei n.º 105/2009²¹ (artigos 2.º a 11.º), a regulamentação do Código do Trabalho na participação de crianças em espetáculos de natureza cultural, artística e publicitária vem também sublinhar as questões da exploração infantil, frequentes nas crianças de rua nas questões da mendicidade e dos espetáculos de rua.

Ao longo do tempo foram desenvolvidas várias iniciativas, planos nacionais e locais que procuram defender o interesse superior da criança na área da justiça, saúde, educação e habitação. Uma medida de relevo foi a formação do Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI)²², criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004, que sucede ao Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). Desenvolve, entre outras medidas o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)²³ que procura alargar e flexibilizar a resposta aos casos de abandono escolar motivados pela exploração infantil ou por outras formas de exploração de menores.

2.7. Síntese de reflexão

Tal como sugerem inúmeros especialistas nacionais e internacionais na área das crianças de rua, através da revisão da literatura compreendemos que este problema social está presente na maioria das cidades do mundo e Lisboa não é exceção. Podemos concluir que o fenómeno das crianças em situação de rua evoluiu em função da dinâmica das sociedades. As suas origens e relações familiares, características pessoais, necessidades e perceções transformaram-se, tendo por isso esta problemática ganho uma nova dimensão. No entanto, apesar de ser menos visível, a criança em situação de rua continua sujeita a riscos como a mendicidade, a prostituição, o absentismo escolar, o consumo de substâncias psicoativas, o tráfico de estupefacientes, as transações ilícitas, os furtos e os assaltos. Tal como nos sugeriu a pesquisa

²¹ Revogou o regime da Lei n.º 35/2004.

²² Substituído pelo Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), atualmente já extinto.

²³ O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida de exceção que se apresenta como solução quando os jovens já abandonaram o ensino formal. O PIEF foi criado pelo Despacho conjunto n.º 882/99 do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, tendo sido revisto e reformulado pelo Despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de Setembro, DR n.º 223, II série.

documental, apesar de cada país ter as suas especificidades, a maioria das características/problemáticas destes menores são comuns, sendo unânime a necessidade e a busca de medidas que colmatem este fenómeno. É então necessária a articulação de todos os esforços na defesa e proteção destas crianças, tendo surgido em Portugal nos últimos anos, uma maior mobilização governamental e institucional.

Podemos afirmar que não existem soluções isoladas nem “mágicas” para combater esta problemática complexa. De facto, trata-se de uma tarefa coletiva que necessita de sinergias conjuntas dos diversos setores da sociedade civil e política. É necessário que as estratégias de intervenção sejam parte integrante de um contexto abrangente, onde existem atuações ao nível dos seis subsistemas que interagem com a criança neste processo, de uma forma global e generalizada.

Podemos concluir que, apesar das políticas e iniciativas desenvolvidas em favor destas crianças, existe ainda um longo caminho a percorrer, já que atualmente no mundo, muitas crianças continuam sem resposta nem acompanhamento. A situação de rua é o *iceberg* de algo mais complexo, pois existe uma pluralidade de fatores que estão na génese deste problema social. Desta forma, a complexidade da problemática implica uma diversidade de respostas e de uma ação sistemática de inúmeras áreas.

Capítulo 3 | Avaliação como domínio do conhecimento

O conceito de avaliação tem evoluído significativamente, nos últimos anos, no que respeita à sua natureza como procedimento científico, para o qual têm contribuído trabalhos de muitos autores. A própria noção de avaliação tem sofrido alterações, no termo, em si, e na sua função de regulação social, abrangendo as mais diversas áreas da sociedade.

Para Fernandes (2013), a avaliação tem-se evidenciado nas sociedades contemporâneas enquanto prática social, que contribui para a compreensão, divulgação e resolução de muitos dos problemas sociais, tendo como grande meta a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “A avaliação é uma prática que pode contribuir para caracterizar, compreender, divulgar e ajudar a resolver uma grande variedade de problemas” (Fernandes, 2013:15). Por isso, as práticas avaliativas têm de estar assentes em critérios de rigor, credibilidade, utilidade e relevância social. Segundo a definição do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (cit in Stufflebeam & Shinkfield, 2007:9), a avaliação consiste em identificar e discutir sistematicamente o valor e o mérito de um objeto. A avaliação é sempre um ato de comparar o previsto com o realizado, para introduzir correções ou simplesmente para validar a qualidade do que foi feito. Para avaliar há que formular juízos que resultam de processos complexos, rigorosos e diversificados de recolha de informação, não podendo os resultados ser confundidos com meras opiniões ou convicções pessoais (Fernandes, 2013).

Para este autor, a avaliação ainda não é reconhecida como uma disciplina científica. A avaliação tal como qualquer outra ciência tem uma lógica e metodologias próprias; detém o seu núcleo de matérias e de conceitos, podendo, assim, “produzir afirmações rigorosas, consistentes, válidas, com real utilidade e significado para as pessoas e para a sociedade em geral” (Fernandes, 2013:16-17). Contudo, a comunidade científica, põe muitas vezes em causa a natureza da avaliação como disciplina científica por considerar que a ciência não pode aceitar afirmações imbuídas de juízos de valor como afirmações válidas e conclusivas.

Algumas definições de avaliação, centram-se na verificação do cumprimento de um plano e análise do alcance de objetivos, supondo que este tem um valor já reconhecido e aceite (Mokate, 2002). Outro conceito de avaliação, mais delimitado, é apresentado por Minayo (2005:23): “Conjunto de atividades técnico científicas ou técnico operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a um processo de intervenção em sua

implementação, implantação e resultados”, esta definição salienta o aspeto técnico e metodológico da avaliação.

Brandão e Silva (2008) consideram que a avaliação é a disciplina que se dedica a medir, descrever e julgar objetos e fenómenos. Cada avaliação será contemplada por esses três elementos essenciais que se manifestam com diferentes intensidades:

- a) Mediação, relacionada ao ato objetivo e muitas vezes quantitativo de medir as coisas, as variações e as mudanças;
- b) Descrição, que diz respeito ao ato de representar um objeto ou fenómeno, caracterizando-o na sua integralidade e multiplicidade pela via da linguagem qualitativa;
- c) Julgamento, elemento que dá identidade à avaliação, à medida que explica que os processos de avaliação podem determinar o mérito e a relevância de um objeto ou fenómeno.

Para falar-se da natureza científica da avaliação importa distinguir as características das práticas de avaliação formal e de avaliação informal e do carácter transdisciplinar da própria avaliação.

3.1. Avaliação formal e informal

Para os seres humanos, em geral, avaliar é uma função básica, ou seja, olhamos o mundo de um ponto de vista avaliativo mais do que descritivo. A investigação na área da psicologia e das neurociências evidencia que os seres humanos tendem a centrar-se mais na elaboração de juízos avaliativos acerca dos objetos que a rodeiam, do que na sua descrição, estando essas duas formulações associadas a diferentes áreas do cérebro (Maio; Osloson, 2000; Musch; Klauer, 2003 cit. *in* Fernandes, 2013:14).

Podemos afirmar que todos nós, no nosso dia-a-dia, fazemos avaliações sob a forma de juízos de valor. É algo que acontece rotineiramente, quer na nossa vida profissional, pessoal ou familiar. A avaliação, vista deste modo, é um processo natural ao ser humano que permite dizer se algo é bom ou mau, desejável ou indesejável, confortável ou incómodo, com o objetivo de regularmos as ações e decisões que nos permitam sentir melhor, quer pessoal quer profissionalmente.



A este tipo de avaliação dá-se o nome de avaliação informal ou tácita, porque não é deliberada nem sistemática. Segundo Worthen & Sanders (1987) trata-se de uma avaliação insuficiente e insatisfatória, pois como é natural, é muito dependente das experiências, saberes e concepções das pessoas e, conseqüentemente é muito influenciada pelas suas vivências.

Como estas avaliações são individuais, nem sempre o indivíduo possui a informação necessária que lhe permita emitir um julgamento avaliativo que inspire confiança aos outros. Por isso, este tipo de avaliação acaba por não ser clara para os outros e até para aqueles que formulam os próprios juízos de valor, uma vez que nem sempre se consegue definir o que sustenta essa mesma avaliação.

Por outro lado, a avaliação formal é sistemática e rigorosa, desenhada e executada para reduzir a parcialidade (Stufflebeam & Shinkfield, 2007). A avaliação sistemática, por ser mais abrangente, permite ir para além da evidência disponível a qualquer indivíduo, facilitando processos de avaliação que são coletivos.

Segundo o autor, este tipo de avaliação permite alcançar uma grande variedade de propósitos que “(. . .) são determinantes na escolha das estratégias, dos processos e dos procedimentos avaliativos a utilizar” (Fernandes, 2007:7).

No entanto, a realidade é demasiado vasta para poder pensar-se que tudo pode ser avaliado de modo formal. Na verdade, muitas vezes, a única abordagem possível é através de uma avaliação informal.

Embora diferentes, estas duas formas de avaliação produzem conhecimentos acerca da realidade. De acordo com Worthen & Sanders (1987) estas duas práticas avaliativas formam um contínuo.

Na comunidade científica não há consenso sobre o tipo de conhecimentos gerados por estas duas formas de avaliação. Contudo, não pode haver avaliações formais sem avaliações informais, pois elas dominam a vida e é inevitável que, quando os resultados de uma avaliação formal são apresentados, eles sejam interpretados por aqueles a quem se destinam, à luz de uma avaliação informal, numa lógica de raciocínio do dia-a-dia, resultante das nossas vivências e experiências pessoais e sociais (Fernandes, 2013:15).

Assim, a avaliação informal e a avaliação formal não devem ser vistas como antagónicas, ou inconciliáveis, mas como processos que se podem e devem complementar, porque ambas geram conhecimentos válidos e úteis sobre uma dada realidade.

3.2. Avaliação como transdisciplina

Scriven (1991) apresenta a avaliação como uma transdisciplina pois, para além de gozar do seu estatuto de disciplina autónoma, é utilizada como “ferramenta” metodológica em várias outras disciplinas.

Scriven (cit in Fernandes, 2007) salienta a presença da avaliação em várias áreas práticas de aplicação e designou-as por *Big Six*: Avaliação de Programas; Avaliação de Pessoal; Avaliação de Desempenho; Avaliação de Produtos; Avaliação de Propostas e Avaliação de Políticas. Para além destas aplicações, considera ainda as *Super-Two*: Avaliação Intradisciplinar e a Meta-Avaliação (Scriven, 1999). A primeira é o pilar de qualquer disciplina (aquilo que as define enquanto disciplinas), a segunda é o pilar da própria avaliação, fazendo-a ganhar consistência ao permitir-lhe pôr em prática aquilo que defende na teoria, ou seja, avaliar-se a si própria.

Segundo Scriven “O problema da avaliação é que sempre teve áreas aplicadas porque as circunstâncias e os problemas de natureza prática assim o exigiam, mas sempre teve dificuldades várias em determinar a sua área pura, o seu núcleo central de definições, de conceitos integrados, de pressupostos básicos ou de noções relativas aos seus próprios limites. Esta será uma das razões que tem vindo a retardar a afirmação da avaliação como disciplina” (Scriven, 1994 cit. in Fernando, 2013:18).

A credibilidade da avaliação, como disciplina autónoma, depende muito da articulação entre todas as áreas acima referidas, de modo a que se desenvolvam conceitos e linguagens comuns e se criem os mecanismos e procedimentos específicos de um campo científico (Fernandes, 2013:15).

3.3. Avaliação formativa e sumativa

Da prática avaliativa destacam-se dois conceitos-base fundamentais: a avaliação formativa e a sumativa. Scriven (cit. in Popham, 1974) ao introduzir estes dois termos, procura distinguir o objetivo da avaliação (julgar o valor de algo), das suas funções (construção de informação avaliativa). Para o autor, a avaliação formativa pretende ser uma ajuda no desenvolvimento de um programa ou qualquer outro objeto, enquanto a avaliação sumativa visa atribuir um valor ao objeto que foi avaliado.



Na modalidade formativa a avaliação é parte integrante do desenvolvimento do programa, fornecendo *feedback* constante durante as fases do planeamento, desenvolvimento e conclusão de um programa ou serviço.

Segundo Haydt (1995:17), é possível constatar se, de facto, estão a ser atingidos os objetivos pretendidos, verificando a sua compatibilidade com os resultados efetivamente alcançados. Esta forma de avaliação é o principal meio para dar a conhecer os erros, encontrando assim maior estímulo para continuar, possibilitando correções e recuperações.

Em suma, pretende-se determinar se um programa está a decorrer como planeado, identificando os obstáculos ou as necessidades de ajustamentos que aumentem a possibilidade do seu sucesso. Toda a informação recolhida durante esta fase oferece orientação àqueles que são responsáveis pela sua implementação, com o fim claro de assegurar ou melhorar a qualidade do programa ou serviço em questão.

Para Stufflebeam & Shinkfield (2007) tal como a avaliação formativa e a avaliação diagnóstica, também a avaliação sumativa tem como função a tomada de decisões. É uma avaliação retrospectiva, pois acontece no fim de um projeto, conclusão de um programa ou utilização de um serviço, sob a forma de julgamento do valor do objeto. Esta função da avaliação pretende responsabilizar pelos sucessos ou fracassos, informando os consumidores da qualidade e segurança dos produtos e serviços apresentados. Para estes autores esta modalidade de avaliação não é destinada ao pessoal que trabalha no programa, mas aos seus patrocinadores e consumidores.

Tendo em conta estes pressupostos teórico-práticos é assumido que, quando vocacionada para a melhoria é formativa. Se é usada para atribuir o valor de algo, então é sumativa. O objetivo é determinar o grau de domínio de aprendizagem de algo, o que permite atribuir uma qualificação como sinal de credibilidade, por isso também pode ser denominada avaliação creditiva (Miras & Solé, 1996:378).

Regra geral, a avaliação formativa é dominante nas fases iniciais de um programa, diminuindo à medida que aquele se consolida. Por seu lado, a avaliação sumativa tem lugar quando o programa termina e, até mesmo após a sua conclusão. Assim, a ênfase que é dada a uma ou a outra vai variando ao longo da vida do programa, tendo em conta os propósitos que se pretende alcançar.



Stake (2003) defende a importância da coexistência das duas vertentes avaliativas na função da avaliação responsiva²⁴: a vertente formativa quando o pessoal necessita de meios para a monitorização do programa, quando ninguém está seguro do que virá a seguir; a vertente sumativa quando o público requer a compreensão das atividades do programa, os seus pontos fortes e fracos e os avaliadores sentem a responsabilidade de fornecerem o resultado das experiências em que estiveram envolvidos.

“No desenvolvimento de um projeto, programa ou serviço são indispensáveis as duas modalidades de avaliação, como formas complementares do mesmo processo. Dito de outra forma, a avaliação formativa é, frequentemente, a base da avaliação sumativa, uma vez que a informação recolhida vai facilitar a análise do processo em si, permitindo fazer as correções em tempo útil, tendo em conta os interesses dos *stakeholders*, com vista a garantir a satisfação das suas necessidades. A compilação, análise e emissão de julgamentos valorativos sobre a informação recolhida, não obstante os métodos utilizados nesse processo, não é mais do que a vertente sumativa da avaliação” (Mestre, 2011:29).

3.4. Avaliação de Programas

Como foi referido anteriormente, a avaliação é uma disciplina em evolução, apresentando vários domínios práticos de aplicação. No âmbito deste trabalho importa abordar o da Avaliação de Programas.

Para Patton (1986), a Avaliação de Programas consiste na recolha sistemática de informações respeitantes às atividades, características e resultados dos programas, com o fim de introduzir melhorias nos programas e ajudar à tomada de decisões. Para o autor, uma das principais razões da avaliação de programas é verificar se aquilo que se quer que aconteça durante o desenvolvimento de um programa, está realmente a acontecer. Nesta definição está implícito o uso de métodos de recolha de dados válidos e fiáveis que permitam julgar os respetivos programas.

Segundo Nevo, para a realização de uma avaliação de um Programa importa ter em conta um conjunto de aspetos, salientando-se a opção por uma avaliação de carácter formativo ou sumativo, podendo essa avaliação ser efetuada por avaliadores internos ou externos ao próprio

²⁴ É uma abordagem de avaliação com vertentes formativas e sumativas, pois permite a monitorização do programa (formativa) e a compreensão das atividades (sumativas).



Programa, tendo em conta o propósito da avaliação e os recursos disponíveis para a sua concretização.

O mesmo autor considera que a avaliação de um programa requer um trabalho de planificação prévio, devendo incluir as seguintes fases: (a) compreender o problema de avaliação e o seu contexto; (b) planear a avaliação; (c) proceder à recolha de informação; (d) efetuar a análise da informação recolhida; (e) divulgar os resultados da avaliação. A compreensão do problema de avaliação e do seu contexto deve acontecer antes de tudo o resto, devendo para tal ter-se uma boa compreensão sobre: (a) a natureza do projeto ou programa a ser avaliado; (b) os *stakeholders*; (c) a razão da avaliação do programa; (d) os tipos de informação a serem recolhidos; (e) os critérios a privilegiar na avaliação do programa (Nevo, 2006).

Uma condição indispensável para o planeamento de todo o processo de avaliação é a realização de uma boa conceptualização do programa. Considera-se indispensável, neste momento, fazer referência ao conceito de teoria do programa. De entre as múltiplas definições analisadas selecionamos a apresentada por Fernandes (2010:30) para quem “a teoria do programa não é mais do que um enquadramento que nos ajuda a determinar de que formas é que um projeto, programa ou intervenção visa resolver um dado problema social”. Através das teorias dos programas compreende-se a natureza do que realmente se quer avaliar e os pressupostos que lhe estão subjacentes, produzindo-se deste modo, conhecimento acerca do funcionamento do programa, da sua organização, das relações entre as suas componentes, assim como dos processos utilizados e dos resultados a obter. A partir da teoria do programa formulam-se as questões de avaliação relevantes, definem-se os procedimentos mais adequados de recolha de informação e identificam-se as dimensões do programa sobre as quais deve incidir a atenção do avaliador, dado serem as mais críticas para o sucesso do programa (Fernandes, 2010).

Donaldson & Lipsey (2006) referem que, a teoria do programa estabelece a ligação entre o *design* da avaliação e as preocupações e pretensões dos diferentes *atores*, uma vez que fornece a representação do programa a que todos os interessados podem fazer alusão quando a avaliação for planeada, implementada e quando os resultados forem interpretados.

Para Isabel Guerra (2000:175) a avaliação de programas é uma componente do processo de intervenção, na medida em que todos os projetos contêm necessariamente um “Plano de

Avaliação que se estrutura em função do desenho do projeto e é acompanhado de mecanismos de autocontrolo que permitem, de forma rigorosa ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias, caso estas sejam indesejáveis”. Ainda segundo esta autora a avaliação consiste sempre na comparação com um modelo – ou seja medir – e implica uma finalidade operativa que visa corrigir ou melhorar. O padrão ou modelo a partir do qual se avalia é, em última instância, um valor de referência que, numa situação de planeamento, se encontra geralmente fixado, a partir do diagnóstico da situação inicial, nos objetivos e metas fixados.

Segundo Glória Serrano (2008:84) a avaliação não é uma etapa final num projeto, esta deve estar presente desde o seu início até ao fim do mesmo com o propósito de controlar a forma como alcançar os resultados, as lacunas existentes no processo, os aspetos não previstos que vão surgindo e a adequação e inadequação das atividades, ou seja, num sentido amplo dos aspetos iniciais do processo e do produto.

3.5. Propósitos e objetivos da avaliação

Hoje em dia assistimos a uma corrida aos estudos de avaliação de programas ou projetos, de instituições ou organizações, de pessoal, de professores, de alunos, tendo em vista um conjunto de propósitos bem diversos.

Em qualquer estudo avaliativo os propósitos são determinantes para a planificação, seleção de métodos e modo de divulgação dos resultados. Fernandes (2013:2) refere como principais **propósitos de avaliação**:

- Apoiar a tomada de decisões;
- Servir a prestação pública de contas;
- Melhorar as práticas e procedimentos numa dada organização;
- Compreender problemas sociais, ajudando à definição das respetivas soluções;
- Compreender as experiências vividas daqueles que são parte integrante de uma qualquer prática social;
- Acreditar e reconhecer programas.

Sichuan considerou como **objetivos de avaliação** os já definidos em 1961, por Bigman (*in* Stufflebeam & Shinkfield 1995:92).



Descobrir se e até que ponto é que os objetivos estão a ser atingidos:

- Determinar as razões para sucessos e fracassos específicos;
- Descobrir os princípios que estão na base de um programa de sucesso;
- Dirigir o curso de experiências e técnicas de forma a aumentar a eficácia;
- Estabelecer as bases para uma futura pesquisa sobre as razões que levaram ao relativo sucesso de técnicas alternativas;
- Redefinir os meios a utilizar para atingir os objetivos e até para redefinir metas à luz das descobertas que decorrem do processo de pesquisa.

Para concretizar os propósitos e objetivos de uma avaliação há que recorrer a práticas avaliativas que, regra geral, se caracterizam por ser formais e sistemáticas e enquadradas por um determinado modelo teórico. Porém, isto não significa que não possam utilizar-se, conjuntamente, avaliações informais, ou até combinações dos dois tipos de práticas avaliativas (formais e informais).

A partir de uma análise da literatura, constata-se uma proliferação de modelos e abordagens de avaliação que, entre outras razões, são fruto da crescente complexidade das realidades e problemas sociais que as sociedades hoje enfrentam (Fernandes, 2010). Mas também podem ser um sinal do crescimento e da maturidade alcançado pela própria avaliação nestas últimas décadas. Mais importante ainda é o facto de não haver uma teoria ou abordagem que se considere ser a adequada em qualquer contexto e para qualquer propósito de avaliação. Como tal, há que recolher contributos de diferentes abordagens, reunindo as “ferramentas” que melhor possam responder aos propósitos da avaliação que se pretende concretizar.

Tendo em conta o que foi dito acima, importa reconhecer que a avaliação de um projeto social constitui um processo de extrema importância, na medida em que, só avaliando podemos melhorar a nossa intervenção. Esta necessidade foi sempre reconhecida, no entanto, nem sempre foi traduzida em termos operacionais.

De acordo com Ander-Egg a avaliação pode ter duas modalidades principais:

- “a avaliação como última etapa ou fase da estrutura básica de procedimento.
- a avaliação como processo permanente de controle operacional” (Ander-Egg, 1982:212).



Carmo (1995) concorda com o autor citado ao afirmar que a avaliação não pode ser entendida como uma fase mas como um processo contínuo, iniciado quando o projeto nasce.

Numa primeira tentativa operacional, poder-se-á dizer que a avaliação de um projeto, é um processo que visa determinar o grau de eficácia e de eficiência desse projeto, em si mesmo ou em comparação com projetos alternativos, ao longo do seu ciclo de vida.

Podemos concluir que, em qualquer processo avaliativo existem quatro aspetos que estão em jogo:

- Eficácia absoluta, isto é, a comparação entre resultados obtidos e esperados;
- Eficácia relativa, ou seja, a comparação entre eficácia do projeto com outros projetos;
- Eficiência absoluta, que significa a comparação entre os meios afetados e os resultados alcançados;
- Eficiência relativa que é, a comparação entre eficiência deste e a de outros projetos.

Carmo indica que estes quatro pontos de vista da avaliação, deverão acompanhar todos os momentos em que esteja previsto realizá-la, nomeadamente em cada uma das fases clássicas de um projeto:

- Estudo e diagnóstico,
- Planeamento e programação;
- Execução;
- Avaliação final (Carmo, 1995:677).

A avaliação não deve ser apenas uma fase, nomeadamente a última de um projeto. Esta deve ser realizada ao longo da aplicação do mesmo. Se a avaliação for uma constante mais rapidamente se procederá à correção dos desvios.

A avaliação não tem apenas como finalidade a constatação dos resultados obtidos mas tem também a função de propor as correções e os ajustes considerados pertinentes para aumentar a eficácia e a eficiência do projeto.

Os técnicos responsáveis pelo processo de avaliação utilizam metodologias de pesquisa social para avaliar e, se necessário, indicar formas de melhorar a intervenção tendo em consideração todo o processo, desde o momento da sua conceção até ao final da implementação do mesmo.



Segundo Ander-Egg, “ a avaliação, como forma de investigação aplicada é feita com o intuito de se saber como vai aquilo que se está a fazer, isto é, em que medida se estão a alcançar os objetivos e metas propostos dentro de um programa ou projeto em marcha” (Ander-Egg, 1982:214).

Cohen e Franco, por seu lado definem a avaliação social como “ uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção dos seus fins e a eficácia na atribuição dos recursos para a prossecução dos mesmos” (estes autores consideram como eficácia o grau em que foram atingidos os objetivos propostos e como eficiência a minimização dos custos de consumo e maximização dos resultados do projeto) (Cohen, Ernesto, Franco & Roland 1992:77).

Consideramos que estas duas definições se complementam na medida em que Ander-Egg define com precisão aquilo que se deve avaliar, isto é, a verificação da prossecução dos objetivos a que inicialmente o projeto se propôs. Cohen e Franco, por seu lado, abordam o lado mais prático da avaliação, isto é, apesar de se focarem também no cumprimento dos objetivos definidos inicialmente, apontam ainda para a verificação da forma como esses objetivos foram (ou não) atingidos em termos de utilização eficaz e eficiente dos recursos.

Monserrat Colomer considera que não se procede a uma avaliação “para (nos) justificarmos nem para obter uma boa qualificação profissional mas sim para conhecer melhor o trabalho realizado, a realidade estrutural, para descobrir novas perspetivas de ação, aprofundar a problemática que nos ocupa e aproveitar ao máximo os recursos disponíveis” (cit. *in* Ander-Egg,1982:211).

Podemos concluir pelo exposto que a avaliação não deve ser apenas considerada como a verificação dos objetivos iniciais. Ela é também uma forma de melhor conhecer a realidade em que se atua, aprofundar os conhecimentos sobre o problema em causa, aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e também conhecer diretamente a população abrangida pelo projeto e os seus sentimentos em relação a este.

A avaliação tem de ser compreendida não como a “formulação de juízo de valor” mas sim como um exercício de aprendizagem. Se for uma “avaliação contínua”, a aprendizagem correspondente poderá ser integrada no mesmo projeto, se for uma “avaliação final” poderá beneficiar os projetos subsequentes.



A consulta do manual de planeamento e avaliação de projetos - MAPA- Método Aplicado de Planeamento e Avaliação (Schiefer & Bal-Dobel, 2006:43) - uma metodologia operacional e participativa de planeamento e avaliação enquadrada nos métodos participativos, permite-nos concluir que a avaliação procura três tipos de consensos:

- . Consenso sobre o método (avaliação participativa de *stakeholder*);
- . Consenso sobre os indicadores aplicados para medir o sucesso do projeto;
- . Consenso sobre o grau de concretização atingido pelo projeto.

Este tipo de avaliação permite determinar o grau de concretização dos resultados e do objetivo do projeto, por meio da interpretação da informação existente de acordo com os procedimentos previamente acordados. A grande vantagem reside em fazer com que todos os *Stakeholders* participem nesta interpretação de forma partilhada, transparente e, por conseguinte possui maior visibilidade do que uma avaliação conduzida por um avaliador externo.

Todavia, é melhor não restringir a avaliação à lógica interna. Constitui sempre uma vantagem possuir um avaliador externo, para evitar as naturais omissões de uma avaliação interna resultantes do envolvimento em rotinas particulares do projeto. Um avaliador externo traz sempre uma perceção e um juízo novo e independente ao projeto, melhorando o efeito de aprendizagem pretendido por uma avaliação.

“No âmbito dos projetos sociais é prestada pouca atenção à avaliação e, no entanto é necessário determinar como, em que grau e medida foram alcançados os objetivos propostos, determinar lacunas e os erros na realização dos mesmos, os êxitos e os efeitos não esperados. Esta dimensão é pouco frequente nos Projetos de Ação Social” (Serrano, 2008:84).

Enquadrado em tudo o que foi dito até agora, podemos reconhecer que o estudo de avaliação aqui apresentado teve um duplo propósito: compreender as experiências vividas por aqueles que fazem parte de uma prática social, e contribuir para a melhoria de práticas e procedimentos de organização sociais. Em termos de práticas de avaliação utilizadas destaca-se o carácter formativo da avaliação, considerando-o como parte de um processo de mudança, fornecendo informação que ajude ao desenvolvimento do objeto avaliado (Stake, 2004).

A ação avaliativa tem que ser útil e ajudar a resolver problemas, contribuindo para o bem-estar da sociedade em geral (Fernandes, 2010).



Segundo Ander-Egg (1985:121-213) (cit. *in* Carmo & Esgaio 2015:233-234) em função do momento em que se realiza a avaliação e dos objetivos que prossegue, a avaliação pode ser de três tipos: ex-ante, on-going e ex-posta.

O primeiro corresponde à avaliação que é feita, como o próprio nome indica, antes da implementação do projeto, ou seja, corresponde ao diagnóstico, tem como objetivo determinar se este deve ou não ser posto em prática. O segundo é a avaliação contínua, utilizada em projetos que ainda estão em curso, tem como objetivo avaliar os resultados e processos intermédios para permitir melhorar continuamente a ação. O terceiro é aquele que é utilizado nos projetos que já foram concluídos, corresponde à avaliação sumativa, é a avaliação que, em termos gerais, indica se os objetivos do projeto foram alcançados.

3.6. Síntese de reflexão

Este capítulo partiu do pressuposto que, sem uma discussão e uma compreensão aprofundada acerca das questões críticas da avaliação, dificilmente poderemos responder mais eficazmente às necessidades, cada vez mais prementes de informação acerca do que acontece nos sistemas de intervenção social.

Abordamos aspetos mais associados à natureza da avaliação, questões da qualidade dos objetos, questões centrais da avaliação, e refletimos sobre a necessidade de se abrirem novos caminhos ao desenvolvimento da avaliação, baseados na integração de outras abordagens de avaliação, bem como na relevância e utilidade social dos seus resultados.

Sublinhamos os seguintes aspetos:

É importante reconhecer que as avaliações formal e informal produzem conhecimento acerca dos objetos e relacionam-se com formas mais ou menos complexas, podendo ser consideradas complementares.

Os investigadores atualmente, consideram que as avaliações tácitas, do dia-a-dia, produzem conhecimento que não deve ser desprezado.

Por outro lado, foi igualmente importante clarificar que a avaliação, como disciplina, tem como finalidade produzir conhecimento sobre determinados objetos e realidades, que podem ser utilizados por outras disciplinas. E é precisamente neste sentido que Scriver a chamou uma (trans) disciplina.



Deste modo, pretendemos demonstrar que a avaliação tem que resultar de um esforço partilhado por investigadores e avaliadores de diversas disciplinas que se revelam indispensáveis para descrever, analisar e interpretar rigorosamente uma realidade específica, através das práticas de avaliação formal e informal, identificando as suas funções formativa e/ou sumativa.

A credibilidade da avaliação como disciplina científica está em desenvolvimento. Não é considerada uma ciência exata nem uma mera técnica.

Por isso concluímos que a avaliação é um domínio fundamental do conhecimento porque nos permite formular juízos acerca de todas as áreas de funcionamento da sociedade e tomar decisões fundamentadas, tendo em vista a sua melhoria, podendo garantir melhor qualidade de vida das pessoas, das organizações e das sociedades.

Capítulo 4 | Opções Metodológicas

4.1. Tipo de Pesquisa

Neste capítulo procuramos sistematizar, clarificar o objeto de estudo e as opções metodológicas que sustentaram toda esta investigação, que pretende compreender a evolução da realidade e das problemáticas subjacentes ao fenómeno criança em situação de rua, bem como avaliar a respetiva intervenção institucional.

Trata-se de uma pesquisa social empírica. Fomos à realidade para conhecer e para obter os dados necessários ao nosso trabalho. Segundo Quivy, na investigação social “importa acima de tudo, que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação real, isto é, no seu sentido mais lato, um método de trabalho” (Quivy, 2005).

A investigação social implica sempre a mobilização de um procedimento ou estratégia de pesquisa que não é mais do que o processo de aplicação do método e de técnicas de pesquisa a situações e problemas concretos da realidade social, para os quais se procura resposta (Almeida, *et al.*, 1993).

Os principais objetivos das Ciências Sociais são, analisar, explicar, prever e intervir, segundo o método científico. Este método reúne um conjunto de determinadas normas que devem ser satisfeitas na condução da pesquisa para a obtenção de conclusões válidas, tendo como fim o conhecimento. O método científico percorre a recolha, a observação, a análise e a sistematização dos factos que devem procurar o princípio da objetividade, da racionalidade e da inteligibilidade; a objetividade permite compreender que nem sempre o que a realidade aparenta se concretiza verdadeiramente; a racionalidade exige um discurso coerente, inter-relacional nos diversos raciocínios e perspetivas; o princípio da inteligibilidade mostra que a realidade é compreensível (Bravo, 1985).

Em função do objeto de investigação e do tipo de pesquisa, desenvolvemos uma combinação entre o método dedutivo e indutivo: indutivo na medida em que procedemos à clarificação sistemática dos dados obtidos; com o intuito de determinar as uniformidades e regularidades entre si, resultando, de forma imediata, na criação de dados sobre a realidade das crianças em situação de rua. No entanto, a relação entre estes dados, o estabelecimento e definição de conceitos e a elaboração de conclusões assentam num trabalho dedutivo.

Esta pesquisa visa desenvolver um estudo de caso que procura investigar o fenómeno atual das crianças de rua e que pressupõe a realização de uma análise intensiva, tanto em

amplitude como em profundidade. Através desta tipologia de estudo, foi possível obter uma visão global e integral de várias dimensões inerentes ao problema social em análise. Desta forma, podemos afirmar que o estudo de caso facilita a compreensão de realidades sociais complexas, permitindo uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos (Burgess, 1995).

4.2. Estratégias de Investigação e de Diagnóstico

A orientação metodológica que se privilegiou foi o estudo de caso único, com uma abordagem exploratória – descritiva de natureza qualitativa. Pretendeu-se estudar o contributo de um modelo de intervenção social como fator promotor de inclusão de crianças “em situação” de rua. Para o efeito partiu-se da reconstituição do *Projecto Rua* do IAC, tendo em conta os percursos favoráveis ou desfavoráveis a essa inclusão. O objetivo foi estabelecer os nexos (ligações) entre a missão institucional do IAC – *Projecto Rua* “*Em família para crescer*” a sua proposta pedagógica, o papel dos diferentes interventores sociais e a realidade das crianças e jovens.

Optamos por fazer uma análise da intervenção sob o ponto de vista teórico/analítico e retomar a mesma análise da intervenção a partir quer do olhar e da vivência das crianças, adolescentes e jovens acompanhados quer, da equipa de intervenção.

Neste sentido, a estratégia qualitativa está orientada para descobrir, captar e compreender uma teoria, explicação, um significado (Cf, Olabuénaga,1999).

Neste sentido, o estudo do *Projecto Rua*, torna-se em si mesmo objeto de análise onde se torna necessário compreender o significado dos símbolos sociais, onde o “objeto social não é uma realidade exterior – É uma construção subjetivamente vivida” (Guerra, 2006:15).

A autora deste trabalho é participante e investigadora, uma vez que o seu campo de trabalho é também o seu campo empírico de estudo.

Utilizou-se a observação direta, tirando partido da participação da investigadora no projeto pressupondo um esforço de neutralidade, permitindo um conhecimento interno da dinâmica de funcionamento do projeto, das suas práticas e procedimentos complementando os demais níveis e estratégias de investigação, pelo que, existindo envolvimento com o objeto de estudo, este foi afetado e afetou a investigadora.



No entanto, a proximidade relativamente ao objeto de estudo permitiu um acesso facilitado à informação relativa ao Projecto, bem como a existência de uma sensibilidade empírica que, conjugada com a exploração e sistematização teórica, facilitou o processo de recolha de dados e a sua interpretação.

Desta forma, numa análise de custo-benefício, a utilização da técnica da observação participante foi positiva, já que as vantagens superam, no nosso entender, as fragilidades apontadas.

Nesta ótica, esta investigação pretendeu construir uma relação entre a teoria e o material empírico como se refere (Flick, 2005).

Para atender a este propósito, como já referimos a estratégia metodológica adotada enquadrou-se na perspetiva da investigação qualitativa, apresentando, como procedimento fundamental o estudo de caso único (Cf, Yin, 2002). Para Almeida (1980), o Estudo Caso Único “(...) consiste num exame intensivo, tanto em amplitude, como em profundidade e utilizando todas as técnicas disponíveis de uma amostra particular, selecionada de acordo com determinado objetivo de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes como forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade” (Almeida, *et al.*, 1980:163).

O caso que se apresenta nesta investigação é um projeto de intervenção com crianças e jovens “em situação” de rua: - O *Projecto Rua* “*Em Família para Crescer*”, sendo o nosso objeto empírico este mesmo projeto.

Neste contexto, o que esteve sobretudo em causa foram as qualidades reconhecidas ao caso selecionado para ilustrar o problema em estudo e que lhe permitiu atribuir representatividade teórica.

No presente estudo, a escolha deste projeto de intervenção social, como **observatório social**, como **laboratório social** e como **serviço de cuidados de proximidade**, foi presidida por critérios de relevância do caso face ao fenómeno em estudo e pela exequibilidade e acesso ao campo.

A constituição da amostra foi intencional e baseou-se na “amostragem teórica” segundo Glaser & Strauss (cit. *in* Flick, 2005:66) “ é o processo de coleta de dados para desenvolvimento de uma teoria, em que o analista regista, codifica e analisa os dados, decidindo quais vai registar a seguir e onde encontrá-los, a fim de elaborar a sua teoria, à



medida que ela vai emergindo”. A representatividade da amostra é garantida pelo alcance de saturação teórica; isto é, pelo nível esperado de geração de novas ideias para a elaboração da teoria. O processo de amostragem só está concluído quando se esgota a informação a extrair através do confronto das várias fontes de evidência.

Privilegiou-se o *Focus Group* aos diferentes atores e as entrevistas semiestruturadas às crianças e jovens e a especialistas qualificados que conhecem e acompanharam o projeto nas suas diferentes etapas.

A seleção do *Focus Group* foi realizada tendo como critério de partida para a escolha da amostra um conjunto de variáveis estratégicas. Concretamente, a sua situação face ao desenvolvimento do *Projecto* e o seu conhecimento sobre este; a garantia de diversidade da vivência das diferentes fases da intervenção e a diversidade pessoal de cada entrevistado.

O grupo foi composto por 8 profissionais técnicos de áreas diferentes: uma Assistente Social (T1), uma Pedagoga Social (T2), três Técnicas de Política Social (T3, T4, T5), dois Animadores de Rua (A6 e A7) e um Psicopedagogo (T8), e teve como objetivo gerar tantas ideias quanto possível, por isso optou-se por um grupo de dimensão maior.

O mesmo grupo participou em quatro sessões temáticas complementares (Laboratório Social, Observatório Social, Cuidados de Proximidades, Políticas Públicas).

Cada sessão teve a duração de 2h00, subdivididas em três partes: Período inicial de aquecimento seguido do debate/interação, finalizado com a sessão de encerramento.

O respeito pelo tempo estipulado foi importante para evitar fadiga entre os participantes ou intelectualizações excessivas, acerca do tema, desgaste ou esvaziamento e viés da pesquisa.

Apesar da abordagem generalista do caso único, pretendeu-se também apresentar outros ângulos de focagem, nomeadamente especificidades das trajetórias individuais dos percursos de inclusão das crianças e jovens em situação de rua ao longo das diferentes etapas/fases do projeto em análise.

Para tal foram utilizadas entrevistas semidirectas a elementos do grupo alvo selecionados através de uma amostra intencional para análise de casos contrastantes. Este grupo de entrevistados foi constituído por 4 jovens que foram alvo da ação, nas diferentes fase de intervenção do projeto em estudo, visou conhecer e analisar a trajetória dos jovens e a sua visão sobre a intervenção realizada. Considerou-se também importante a realização de uma

entrevista de história de vida para ilustrar a sua trajetória individual e, de certo modo, reconstruir o seu percurso através de acontecimentos considerados significativos.

O procedimento de recolha de dados resultou de uma “Estratégia de Combinação” ou seja, optou-se por uma triangulação entre técnicas de cariz qualitativo, com algumas de cariz quantitativo. Assim, utilizaram-se os dados estatísticos (caraterização diagnóstica através dos processos sociais), na construção da evolução do perfil das crianças/jovens desde o início até a atualidade no projeto, mas utilizaram-se também os dados provenientes da pesquisa documental, de literatura cinzenta (relatórios de avaliação e de estágio – sínteses temáticas, projetos educativos) para complementar e reforçar a informação recolhida através das técnicas principais já citadas, o *Focus Group* aos diferentes atores e as entrevistas semiestruturadas às crianças e jovens e a especialistas.

Para a análise da informação optou-se por registar os dados numa base que permitiu uma análise de carácter mais quantitativo. Na análise de dados qualitativos, optámos pela análise de conteúdo, tipo categorial, pela sua dimensão descritiva e interpretativa, tornando possível encontrar explicações para as questões que se colocam ao nível do objeto de estudo (Cf, Guerra, 2006).

Para avaliarmos os percursos de inserção das crianças e jovens selecionados representativos das principais fases do *projecto*, utilizámos o Protocolo de Elaboração e Avaliação dos Percursos de Inserção (PEEFPI) criado por Khaled Abichou & Valérie Osmont (1994), de forma a melhor compreender como se processa a construção de um percurso de inserção, com relevância na interpretação de trajetórias inclusivas.

Consideramos a utilização do referido protocolo, relevante para os objetivos deste trabalho de investigação.

4.4. Técnicas de recolha e tratamento de dados

Como estratégia metodológica cruzámos diferentes técnicas que se complementaram e permitiram a recolha de informação necessária para responder à pergunta de partida.

A análise documental foi a fonte de inspiração e de orientação para a elaboração desta pesquisa. O uso de documentos como obras anteriormente publicadas, documentários, relatórios de atividades do *Projecto Rua*, assim como o Quadro Legal Nacional, foram



ferramentas indispensáveis na construção do próprio guião de entrevista mas também na recolha de informações indispensáveis à consolidação deste trabalho.

No entanto, apesar da inegável importância da pesquisa documental, as entrevistas semiestruturadas e o *Focus Group* constituíram o elemento fundamental desta investigação, visando estimular os entrevistados a partilhar os seus conhecimentos e pontos de vista, permitindo a descrição do fenómeno em estudo. De acordo com Ghiglione & Matalon (2001), a entrevista é uma “*conversa tendo em vista um objetivo*”. Esta técnica é um instrumento privilegiado nos estudos descritivos com uma abordagem qualitativa.

Acroyd & Hughes (1992) salientam que as entrevistas permitem que um investigador tenha acesso a relatórios verbais fornecidos pelos entrevistados e que contêm uma grande variedade de informação que seria impossível recolher de outra forma. O grande objetivo do recurso à técnica da entrevista é o de transformar um raciocínio dedutivo, presente na linguagem do entrevistado, num raciocínio indutivo: O investigador procura traduzir um discurso de senso comum em dados qualitativos de pertinência analítica, tendo por orientação todo um conjunto de pressupostos teóricos que estiveram presentes ao longo de toda a pesquisa e que assumem, nesta fase, uma grande relevância. Tendo presentes todas estas preocupações metodológicas procedemos à análise e interpretação dos dados recolhidos, de acordo com os objetivos propostos, para que fosse possível desenvolver conclusões que pudessem contribuir não só para a investigação, mas também para a intervenção social na área infantil.

Após a recolha de dados, estes foram ordenados com o intuito de preservar o carácter unitário da amostra, obtendo-se assim uma compreensão profunda do grupo e dos fenómenos em estudo. No entanto, estes resultados não podem ser extrapolados a outras populações. A análise de conteúdo foi desenvolvida em torno de quatro dimensões distintas. Observatório Social da criança em situação de rua; os cuidados de proximidade; o Laboratório Social e o Sistema de Proteção Social.

4.5. Registos

No sentido de uma gestão eficiente do registo da informação recolhida, recorreremos a fichas bibliográficas e de leitura concernentes à problemática específica visada pelo estudo (Carmo & Ferreira, 1998:66 – 71).



Pelo facto de ser um estudo desenvolvido no próprio contexto do projeto, privilegiam-se os métodos que permitem reconstituir experiências para conhecer e interpretar factos e comportamentos.

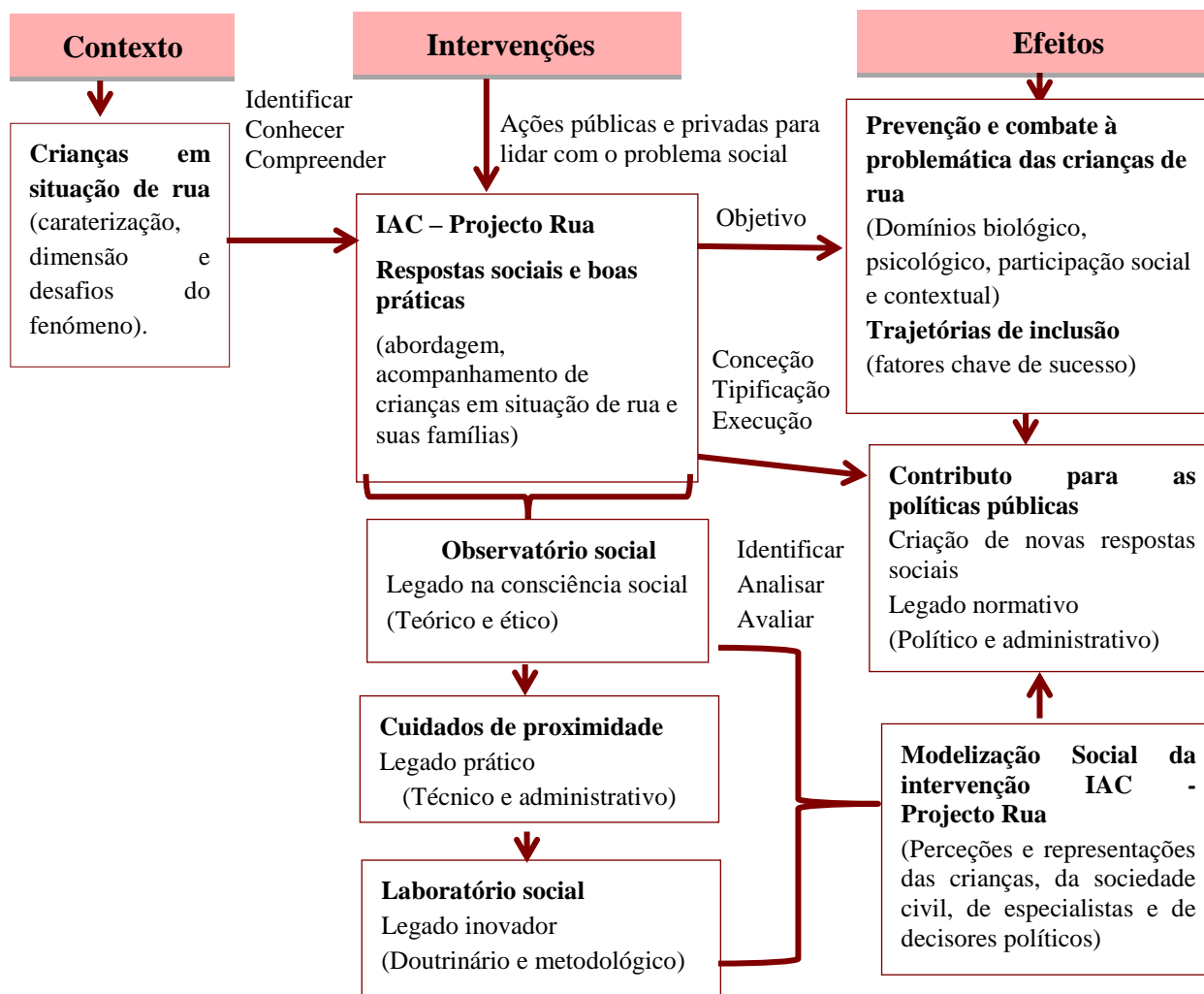
Deste modo, recorreremos à observação direta (notas de campo) a gravações de áudio de narrativas (com autorização prévia dos participantes) ilustrativas sem transcrição integral e fichas de registo de entrevistas (Flick, 2005: 169-176).

4.6. Modelo de Análise

Avaliar modelos de intervenção com crianças em risco ou situação de marginalidade não é tarefa fácil, pois estes projetos têm simultaneamente características de ação grupal e comunitária, com grande dinamismo e dificilmente observáveis.

A partir da literatura sobre avaliação de programas e projetos sociais, e sobre intervenção com crianças em situação de rua, foram constituídos os referenciais de base que sustentam as análises, destacando-se o modelo compreensivo da intervenção social, e os subsistemas da intervenção social (Carmo, 2007 e 2008). A fim de percebermos as relações entre a nossa pergunta de partida e objetivos, apresentamos abaixo a esquematização do nosso modelo de análise:

Figura 7 - Modelo de Análise



Fonte: Própria

4.7. Resultados Esperados

Este estudo pretendeu vir a dar um contributo ainda que modesto, como instrumento auxiliar para a elaboração de políticas públicas, através da identificação de lacunas e boas práticas na intervenção com crianças em situação de rua, contribuindo para a formulação e implementação de políticas mais eficazes, para a reintegração dessas crianças, que respondessem às suas reais necessidades.



Visou a modelização da prática de intervenção do IAC – *Projecto Rua*, a flexibilidade e articulação entre o conhecimento e ação e assim potenciar a produção de conhecimento com relevância para a ação numa lógica de teorização na prática profissional.

A história de vida contribuiu para a compreensão da dinâmica dos percursos de inserção das crianças, permitindo colocar em evidência os elementos mais importantes para a solução das dificuldades de reintegração destas crianças.

4.8. Síntese de reflexão

Através desta pesquisa exploratória dedicada à problemática das crianças de rua, optando pelo estudo de um caso único, procuramos delinear o retrato destas crianças de rua e investigar o trabalho desenvolvido na prevenção e resolução deste problema, ao nível das Políticas Governamentais e Institucionais. Simultaneamente, fizemos uma avaliação, que procuramos fosse suficientemente sistematizada de modo a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e fiável, dados e informações relevantes acerca do mérito e do valor do conjunto de atividades específicas que integram o *Projecto Rua* e a eficácia e eficiência das metodologias adotadas.

Efetuámos esta pesquisa em dois momentos fundamentais: o primeiro foi a identificação de todo o quadro legal relacionado com as problemáticas inerentes às crianças em contexto de rua. Foi desenvolvida também uma pesquisa das organizações e entidades que procuram dar resposta a este fenómeno na cidade de Lisboa e arredores. Concluimos que existem algumas entidades que apoiam estas crianças, no entanto, o Instituto de Apoio à Criança, através do *Projecto Rua* – “*Em Família para Crescer*” é a única entidade que realiza um trabalho direto com as crianças em situação de rua. Num segundo momento demos a conhecer e avaliamos com maior profundidade a ação do *Projecto Rua*. Apesar da análise documental ter sido a fonte de orientação desta pesquisa, mas tendo em conta o facto de os técnicos desse projeto serem privilegiados no contacto direto com esta realidade, procurámos, através do seu relato, compreender a evolução do público-alvo ao longo dos tempos, assim como avaliar as metodologias, medidas e políticas e os efeitos na vida das crianças. As narrativas do grupo alvo, bem como as declarações dos técnicos da Equipa do *Projecto Rua* surgem assim como contributo fundamental para a compreensão do objeto de estudo, já que avaliámos este projeto também através das suas perceções e experiências.



Parte II- O IAC- *Projecto Rua*

Capítulo 5 | Fundamentos

5.1. Nascimento, fases e evolução do *Projecto*

Nascimento

O *Projecto* “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade” teve o seu início em 16 de Outubro de 1989 em Lisboa e inscreveu-se no quadro de atividades do Instituto de Apoio à Criança (IAC).

O IAC é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) criada em 1983, que tem como objetivo fundamental contribuir para o desenvolvimento integral da criança, através da defesa e promoção dos seus direitos.

O IAC, com o apoio de diferentes ministérios e de inúmeras entidades, tem desenvolvido múltiplas atividades e programas no sentido de obter novas respostas para os problemas da infância e tem também colaborado com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras.

Entre os vários setores de intervenção desta IPSS, nomeadamente, SOS-Criança/Criança Desaparecida; Atividade Lúdica; Apoio Jurídico; Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança; Fórum Construir Juntos; Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância; destacamos o *Projecto Rua* “Em Família para Crescer”, inicialmente designado por “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade” (IAC, 2008).

No âmbito das suas competências, o IAC candidatou o referido projeto ao 3º Programa de Luta contra a Pobreza das Comunidades Europeias, que tinha como objetivo a integração económica e social de grupos desfavorecidos, tendo sido aprovado como *iniciativa inovadora*. Foi igualmente integrado no contexto do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza da Região Sul.

Podemos, assim, afirmar que houve uma forte incidência dos Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza na criação do *Projecto* “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade”.

Do cruzamento dos objetivos e dos princípios teóricos de referência resultaram, na prática, seis princípios metodológicos que animaram todo o Programa e que vieram a ser decisivos na delimitação do futuro Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza em Portugal. Estes seis princípios metodológicos tinham que ser cumpridos por todas as instituições que apresentaram candidaturas a concurso e, portanto, consideramos que a equipa do IAC foi



fortemente influenciada na escolha dos seus princípios metodológicos de atuação para o desenvolvimento do *Projecto*.

Por essa razão, analisam-se de forma sucinta os seis princípios metodológicos, a saber:

- Investigação – ação: esperava-se que através de novas práticas, refletidas e avaliadas, se pudesse propor novas políticas e estratégias de intervenção alternativas às que até aí tinham sido aplicadas, sem grande sucesso;
- Visão societal e multidimensional da Pobreza e da Exclusão Social: esta apreensão societal da Pobreza e da Exclusão Social, teve como consequência, uma visão multidimensional das mesmas, sublinhando as suas diferentes expressões sociais, económicas, culturais, políticas e ambientais;
- Integração das dimensões económicas e sociais na abordagem destes problemas e na definição de políticas e estratégias de combate aos mesmos; valorizando uma nova atitude e novos modelos de intervenção mais articulados, que promovessem a integração económica e social dos excluídos e a adoção de políticas integradas;
- Partenariado: compromisso entre os vários agentes e instituições, formais ou informais, individuais ou coletivos. Havia portanto, segundo este princípio, um apelo importante à corresponsabilização da sociedade civil e à articulação de estratégias e recursos;
- Participação: defendia-se a implicação ativa das pessoas e grupos desfavorecidos, o seu protagonismo nas ações orientadas para a sua integração económica e social, como única forma de promover o *Empowerment*.
- Valorização do nível local dos projetos e das ações: finalmente, a perspetiva multidimensional, concretizada numa lógica de parceria de base local (tipo territorial), acabou por conduzir à valorização de uma abordagem de Desenvolvimento Local na Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social.

A Iniciativa Inovadora do IAC

Os princípios metodológicos atrás identificados serviram de suporte a um conjunto de experiências protótipo, realizadas no conjunto dos Estados-membros das Comunidades Europeias.



O seu financiamento era assegurado parcialmente pela Comissão Europeia e completado por participações nacionais, regionais ou locais, públicas ou privadas.

A Comissão Europeia apoiou, através do III Programa de Luta Contra a Pobreza um total de 42 Projetos provenientes de todos os Estados – membros (REAPN, 1998:78-79):

- Trinta «Ações Modelo», que tinham em vista a experimentação de modelos organizacionais de luta contra a pobreza, reunindo, a nível local, vários parceiros públicos e privados, das quais três foram portuguesas;
- Doze «Iniciativas Inovadoras», ou microprojectos, que visavam desenvolver respostas relativas aos problemas de pobreza e exclusão social de grupos específicos. Apenas foi selecionado um único projeto português, Projecto “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade” (Lisboa), que “chamou a atenção para a gravidade das situações sociais associadas com as crianças da rua e para a insuficiência das respostas existentes” (BIT, 2003:50).

Pressupostos

Para determinar os seus objetivos, a equipa do Projecto “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade” baseou-se nos seguintes pressupostos:

- As crianças que vivem na rua ou permanecem nela por largos períodos de tempo, estão a “descoberto” de todos os serviços institucionalizados, governamentais ou não;
- Esta situação-problema necessita de uma resposta adaptada, dado que as respostas tradicionais dadas pelas instituições ou comunidades de residência desses menores, não correspondem às suas características nem contam com elas como possíveis utentes;
- Para trabalhar com uma população que vive na rua tem de se ir ao encontro dela, também na rua, e de acordo com os seus horários e ritmos (dia / noite / fins de semana / feriados);
- Estas crianças, que iniciaram ou estão prestes a iniciar o ciclo marginalizante, são oriundas de zonas degradadas da cidade ou da periferia de Lisboa, pertencentes a camadas sociais cuja situação socioeconómica gera o seu abandono. Populações que



- têm também elas de ser alvo de ação coordenada de forma a promover uma bem-sucedida integração da criança na família de origem, ou noutra substituta;
- É impossível tratar uma situação complexa, como a das crianças da rua, sem concertar a intervenção com a participação de várias entidades e serviços (trabalho sinérgico em rede);
 - A marginalização resulta de uma interação de condições externas e internas. O desvio não pode ser identificado como uma característica de comportamento, a simples atribuição de uma etiqueta, nem a consequência inevitável de certos fatores ambientais;
 - A causa da marginalidade dos menores visados são resultantes da correlação entre as causas gerais das condições estruturais do País, facilitadoras da Pobreza, na desorganização do meio familiar e nas características genéticas ou de condicionantes ao seu processo normal de crescimento.

Princípios orientadores

Num documento intitulado “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade” (Marques, 1994), resumiam-se os princípios orientadores constantes nos métodos a utilizar. Foram estes os apresentados a concurso para obtenção de verbas através da Secretaria de Estado da Segurança Social:

- Abordagem das crianças visadas, quer através de outros jovens cuja experiência de vida os tenha despertado para esta problemática, quer através de contactos de técnicos com os responsáveis de menores a apoiar, quer ainda através do contacto direto dos técnicos com os menores nos locais de abandono ou de práticas antissociais;
- Envolvimento das estruturas económicas e sociais da zona onde se irá desenvolver o Projecto, tais como Juntas de Freguesia, Paróquias, instituições de carácter social, Comércio e Indústria, de modo a mobilizá-las para serem elementos atuantes do Projecto ou, pelo menos, não desmotivadores;



- Apoio social individualizado a fim de encontrar com cada criança e família, se a houver, a resposta mais adequada à sua situação, fazendo o seu acompanhamento sempre que tal se torne necessário ou aconselhável;
- Ação junto das famílias e das comunidades onde as crianças residem, com vista à melhoria e equilíbrio das relações familiares e de vizinhança;
- Utilização de todo o equipamento social existente e articulação com entidades públicas e privadas, nomeadamente: Instituto de Emprego e Formação Profissional; Instituto de Reinserção Social; Casa Pia e Escolas; Polícia de Segurança Pública; Administração Regional de Saúde; Câmara Municipal de Lisboa; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; juntas de freguesia e paróquias;
- Sensibilização da opinião pública para o problema das crianças em risco e que se consiga de cada cidadão, uma atitude de civismo e solidariedade perante os menores.
- Estavam então criadas as condições prévias para a implementação do *Projecto*.

A constatação de haver na Baixa de Lisboa crianças em situação de abandono, vítimas de exploração ou com conduta antissocial, provenientes de zonas degradadas de Lisboa e zonas limítrofes, despertou o dever de fazer algo em benefício delas.

A Presidente da Direção do IAC recordava num dos seus textos (Eanes, 1993:7-8).

“O Instituto de Apoio à Criança que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento integral da Criança e a defesa dos seus direitos, teve sempre como grande prioridade o problema das crianças em risco, abandonadas, maltratadas, mal-amadas ou dolorosamente revoltadas e infelizes, porque nunca descobriram o milagre de um afeto verdadeiro”.

Esta instituição assumiu que, a situação de crianças vítimas de abandono, vítimas de exploração ou já com uma conduta antissocial, dormindo na rua ou nas grelhas do metropolitano, que na zona da Baixa de Lisboa já tinham iniciado ou estavam prestes a iniciar um ciclo de marginalidade²⁵ há muito que a preocupava.

A presidente da instituição estava convicta que não chegava este peso doloroso nas nossas consciências. *“Era preciso um projeto concreto, que fosse dar uma resposta capaz, humana e socialmente, àquelas crianças e jovens e as ajudasse a ter uma vida nova, onde fossem mais consideradas como pessoas, com a sua dignidade própria e não apenas como*

²⁵ Mendicidade, prostituição infantil, roubo, tráfico de droga, pornografia, etc.



marginais. Pessoas que também têm direito a ter uma família (a de origem, de acolhimento ou de adoção). Pessoas que também têm direito à educação, à profissão para que se sintam mais vocacionadas. Pessoas que também têm direito a ser felizes, a serem úteis, a sentirem-se respeitadas e amadas.”

No mesmo texto afirmou que “(...)as crianças e os jovens não nascem marginais nem delinquentes. Todos somos moral e socialmente responsáveis por elas. Por isso o papel fundamental da prevenção, atuando ao nível das fontes de onde emergem os problemas. A prevenção, que tem de ser uma resposta organizada pelo Estado, pelos cidadãos e pelas várias instituições da comunidade, desde autarquias, escolas, segurança social, saúde e associações recreativas e culturais”.

O trabalho que era necessário fazer com essas crianças, estava a dar os seus primeiros passos na rua desde a Primavera de 1989, mais propriamente desde Maio de 1989²⁶, como é mencionado num relatório redigido em Março de 1990.

Adelina Odete Marques foi coautora do referido *Projecto*, na altura subdiretora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde o tentou implementar pela primeira vez. Mas várias dificuldades relacionadas com a alternância política da época, não permitiram a operacionalização do mesmo na referida instituição.

Para que algo tão importante para a vida das crianças não se perdesse, o IAC assumiu em Junho de 1989 o encargo de realizar este *Projecto* com o objetivo de evitar ou interromper o ciclo de marginalização de tais crianças, nascendo assim o *Projecto* “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade”.

O facto de o IAC ser uma instituição privada, veio também facilitar o desenvolvimento do *Projecto* como foi referido pela presidente da Direção da instituição, Manuela Ramalho Eanes: “ (...) mas aqui realça-se a força das instituições privadas: sem formalismos burocráticos nem exigindo uma pirâmide de autorizações e despacho, o *Projecto* arrancou fundamentalmente com a força do nosso entusiasmo e do nosso afeto. Sem nenhuma verba

²⁶ Relatório redigido em francês, destinado a Bruxelas, datado de Março de 1990, assinado pela Dr.^a Adelina Odete Marques, chefe do *Projecto* e que menciona algumas tarefas executadas no início do *Projecto*: “contactos pessoais, entrevistas, observações locais, reuniões com o fim de começar a penetrar no mundo da marginalização dos menores e tomar conhecimento com a realidade económica da comunidade de fuga”, Portugal – Lisbonne, Initiative Innovatrice n° 38, “Travail de Rue auprès des Enfants en Risque ou en Situation de Marginalité”, pág. 24.



especial. Na esperança que os apoios viriam depois (...). Em Agosto de 1989 realizava-se o primeiro Curso de Formação de Animadores de Rua e em Setembro tínhamos na rua os primeiros jovens que começaram a contactar as crianças” (Eanes, 1993:9).

Pouco tempo depois acontece a primeira intervenção na rua, debaixo dos holofotes da comunicação social e de outras entidades. Teve lugar a 16 de Outubro de 1989²⁷.

De assinalar que quase um mês depois desta data, mais exatamente o dia 20 de Novembro de 1989, ficou marcado como o dia em que as Nações Unidas adotaram, por unanimidade, a Convenção sobre os Direitos das Crianças.

Fases e evolução do Projecto

A análise documental ao *Projecto* (relatórios, sínteses avaliativas e projetos educativos) permitiu identificar quatro fases na estruturação do *Projecto Rua*, atendendo quer às dinâmicas geradas, quer às estratégias e metodologias utilizadas, quer ainda aos atores intervenientes.

1ª Fase (1989-1994)

RECUPERAR

Na primeira fase do *Projecto* pretendia-se a renovação do quadro de vida das crianças de rua, para tal, contou-se com três protagonistas: a criança, seguida da família e da comunidade.

Estabeleceram como Objetivos Gerais:

- Fornecer aos menores quadros de referência valorativa para a sua integração na família e na Comunidade;
- Contribuir para interromper ou evitar o ciclo de marginalização e exercer, com a eficácia possível, um processo educativo, em regime aberto.

Tendo em conta a realidade social, o *Projecto Rua* procurou colmatar a situação de marginalidade das crianças em contexto de rua, abrindo o caminho destas crianças para o futuro, inserindo-as na comunidade, mais propriamente na família. Para isso, foi necessária a adoção de um estilo de vida saudável e emocionalmente equilibrado, o regresso à escola, a

²⁷ Data assumida pelo IAC como o início oficial do *Projecto*.



outro sistema de instrução, ou o ingresso na vida profissionalizante, a participação em atividades e a aquisição de valores necessários à vida em comunidade.

Desta forma o *Projecto* desenvolveu a sua atividade em torno dos seis subsistemas que interagem com a criança ao longo do processo de intervenção (a criança em situação de rua, a família, a comunidade de fuga, a comunidade de residência, a equipa de intervenção e a rede de apoio), anteriormente caracterizados no capítulo 2.

Considerou-se, então, que o processo de integração das crianças passava por três fases: (Marques, 1994:37):

- Abordagem;
- Transição;
- Integração.

Passamos agora a descrever mais em pormenor, cada uma destas fases:

A fase de Abordagem

Esta fase traduzia-se no momento dos primeiros contactos e no estabelecimento de uma relação baseada na confiança e na camaradagem entre a criança e o animador. Nesta fase assumia crucial importância o papel do animador.

Inicialmente a criança encontrava-se em rotura com todos os subsistemas de interação.

Assim, a primeira fase da intervenção visava atingir dois objetivos²⁸:

- O animador de rua proporciona o bem-estar à criança, estabelecendo com ela uma relação personalizada e implicada, de afeto, companheirismo e confiança;
- O(s) técnico(s) de intervenção social faz(em) um diagnóstico inicial do caso, estabelecendo relações com a comunidade de residência, comunidade de fuga e rede de apoio e dá apoio de retaguarda ao animador (Carmo, 2010:169).

Assim, a criança iniciava um relacionamento com um dos animadores de rua, com vista ao estabelecimento de uma relação de confiança e/ou amizade. Isto proporcionava a aquisição de referências facilitadoras ao seu processo de mudança.

Basicamente tipificam-se três situações no decorrer do trabalho (Marques, 1993: 38):

²⁸ Os objetivos são formulados sob a forma de objetivos comportamentais, indicando o sujeito responsável pela sua execução e o resultado previsto.

- Simples contacto;
- Camaradagem;
- Desejo de ajuda e apoio.

Na primeira fase de abordagem, o animador começa por estabelecer um simples contacto, cumprimentando a criança e perguntando-lhe o nome e a idade. Após ter conquistado alguma confiança, o animador passa a adotar uma postura de camaradagem, para que a criança se sinta confiante e interessada em participar em alguma atividade com o animador. É nesta fase que ela mostra, ou não, interesse em receber ajuda ou apoio.

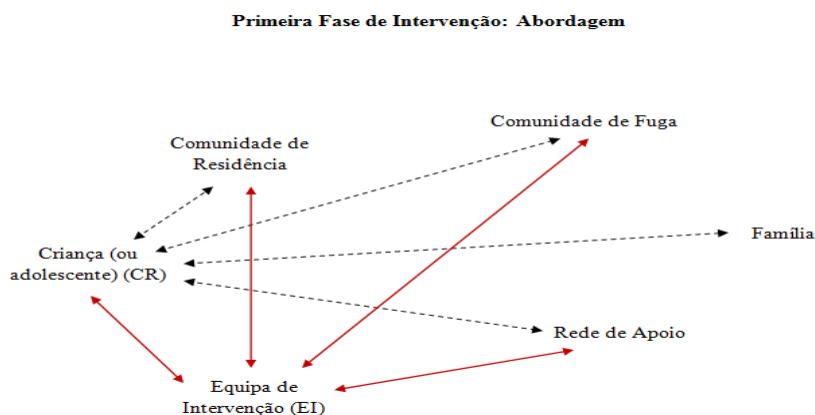
É importante nesta fase que a criança não sinta que está a ser interrogada e que a confiança se instale. o processo tem que ser progressivo. Depois da criança compreender que o animador está ali para ajudar e não para denunciar ou para a “apanhar”, levando-a contra vontade de regresso donde partiu, tudo se tornará mais fácil.

À medida que se aprofunda o contacto com a criança, a equipa recolhe dados acerca do historial dela, isto é, irá obtendo informações acerca da família, da vida escolar e acima de tudo, procurando saber quais foram as causas que a levaram para a rua e para a marginalidade. Estes dados são relevantes pois permitem definir as formas de atuação mais adequadas à situação de cada uma das crianças.

“ Esta fase caracteriza-se, assim, pela natureza exploratória, em que o animador e técnico vão desempenhar papéis bem diferentes: um estabelece contacto com a criança; o outro com o meio circundante – Comunidades de Fuga e de Residência, Rede de Apoio - (não com a família), procurando elementos que lhe permitam fazer um primeiro diagnóstico e dando apoio de retaguarda ao primeiro” (Carmo, 2010:169).

Podemos observar esta fase na seguinte representação gráfica (fig. 8):

Figura 8 - Primeira fase da intervenção: Abordagem



Legenda: <-- --> Relacionamento negativo da criança com os subsistemas

<-- --> Intervenção da equipa nos subsistemas que interagem com a criança

Fonte: Política Social e Sociologia (Carmo, 2010: 169)

A fase de Transição

Esta fase caracteriza-se pela definição (ou tentativa de definição) de um projeto de vida pela criança. A criança apoiada pelo animador de rua, experimenta pequenos projetos (atividades lúdicas na rua, programas de fim de semana, inserção na residência de transição), aumentando a sua auto estima. Atenuam-se, assim, as tensões entre a criança de rua e a comunidade de fuga.

Assumia particular importância o papel do técnico e as articulações estabelecidas com a família, com os serviços disponíveis na comunidade e com os diferentes parceiros económicos e sociais, intervindo como facilitador.

É o período em que se visa aprofundar a relação do animador com a criança, conhecer melhor as suas expectativas de vida e estimulá-la a criar o seu projeto de vida, através do qual se pretende restabelecer uma relação positiva com a família, com a comunidade de residência (bairro) e com a rede de apoio (escola e/ou emprego, instituição de saúde e de proteção social). É aqui que a criança começa a acreditar que é possível mudar (Marques, 1993).

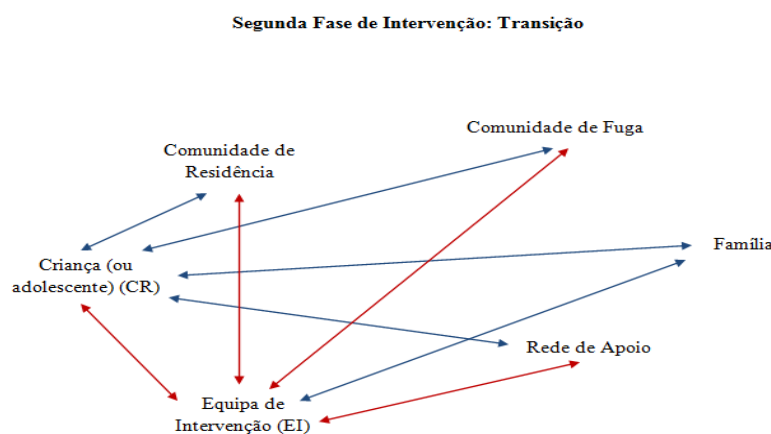
O(s)técnico (s) estabelece(m) contactos com a família, comunidade de residência (bairro) e rede de apoio (escola e/ou emprego, instituições de saúde e de proteção social) intervindo como facilitador da implementação do projeto de vida estabelecido pela criança de rua.

Reforça os comportamentos positivos junto da comunidade de fuga e dá apoio de retaguarda ao animador. (Carmo, 2010:170)

Toda a relação criada nesta fase entre o Animador <-> a Criança <-> o Técnico, funciona em uníssono, conforme a realidade de cada criança e tendo em vista a concretização do seu projeto de vida.

Observemos agora a sua representação gráfica (fig. 9):

Figura 9 - Segunda fase da intervenção: Transição



Legenda: <--> Intervenção na primeira fase - Abordagem

<--> Representa a interação da criança e da equipa com os subsistemas

Fonte: Política Social e Sociologia (Carmo, 2010: 170)

A fase de Integração

Esta fase constituía o último passo do longo caminho que a criança tinha de percorrer até à integração plena.

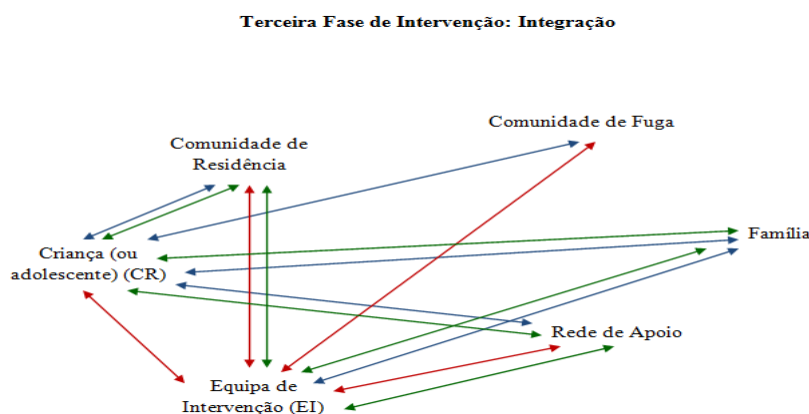
Nesta fase, pressupunha-se que estivesse em concretização o seu projeto de vida, tinha adquirido hábitos normais de viver o dia-a-dia, tinham sido restabelecidos os laços com a família, comunidade de residência e rede de apoio. A criança aprende a lidar com o fracasso e a definir objetivos a longo prazo.

O técnico, agindo em função da criança, apoia a família, a comunidade de residência e a rede de apoio (Carmo, 2010:171).

Este trabalho com as famílias implica uma forte articulação e um trabalho em “rede”, com os serviços existentes na comunidade (Marques, 1993).

Também se consegue observar graficamente esta fase (fig. 10):

Figura 10 - Terceira fase da intervenção: Integração



Legenda: ↔ Interação na primeira fase - Abordagem

↔ Interação na segunda fase – Transição

↔ Representa a interação da criança e da equipa com os subsistemas

Fonte: Política Social e Sociologia (Carmo, 2010: 171)

Nesta primeira fase do *Projecto Rua*, implementaram-se algumas boas práticas inovadoras como a figura do **Animador de Rua**, que ia ao encontro da criança onde quer que estivesse (Giros diurnos e noturnos).

Foi neste período que funcionou também a **Escola de Rua** onde, através de um processo educativo em regime aberto, se procurava facilitar as aprendizagens e a aquisição de competências que, através do ensino formal, se haviam revelado impossíveis. É de salientar, a integração do *Projecto* no Programa Horizon²⁹, apoiando a **Formação Profissional em Exercício** de jovens e famílias ligadas ao *Projecto*. Como resposta de acolhimento temporário

²⁹ Programa Operacional Nacional Horizon, no âmbito da Iniciativa Comunitária Horizon (18-12-91), que visa, através da realização de ações transnacionais: Lutar contra a exclusão social de pessoas desfavorecidas, nomeadamente através de ações de prevenção, informação, formação profissional e integração no mercado de trabalho e na sociedade em especial pelo reforço das capacidades locais de ação e experiências de nível comunitário. (<http://www.pcd.pt/biblioteca/ver.php?id=125>).

para as crianças que queriam deixar a rua, mas não tinham reunidas as condições para voltar de imediato à família, criou-se a **Residência de Transição**.

Foi nesta primeira fase, que se esboçou a natureza das atividades que foram continuamente utilizadas nas fases posteriores, quer como forma de consolidar a relação, de proporcionar momentos de convívio, quer como meio de desenvolver competências.

Iremos descrever algumas destas boas práticas, de forma detalhada no, Capítulo 6 deste trabalho.

Fruto desta intervenção, a situação das Crianças de Rua alterou-se: mais de 600 crianças saíram da rua, tendo voltado à família ou instituição de onde tinham fugido.



Ações desenvolvidas com crianças em contexto de rua

2ª FASE (1995-2000)

RECUPERAR – DESENVOLVER - REVALORIZAR

Esta fase é responsável pelo atual nome do Projecto –“Trabalho com Crianças de Rua Em Família para Crescer”.

Ao longo da primeira fase do *Projecto* constatou-se que muitas crianças que tinham sido encaminhadas para a sua família de origem acabavam por regressar à rua, apesar do trabalho dos animadores e técnicos.



Ao tentar compreender “os motivos de permanência destas crianças na rua”, o IAC concluiu que “o tipo de estrutura familiar e as formas de relacionamento entre os seus membros parecem ser os fatores decisivos nas características do comportamento que estas crianças adotam (Marques, 1994: 122).

A fim de sustentar a problemática nas suas origens e prevenir o aparecimento de novos casos, o *Projecto* fixou equipas nas comunidades de residência, das quais a maior parte das crianças que encontraram na rua eram provenientes: Bairro 6 de Maio (Damaia), Bairro do Condado (Zona J de Chelas), Bairro Olival do Pancas (Pontinha) e Pátio 208 (Chelas).

Percebeu-se que, para que todo o trabalho realizado com as crianças fosse objeto de alguma eficácia, seria necessário que a própria família fosse envolvida no processo e estivesse pronta a acolher o menor da melhor forma possível.

Avançou-se assim, para uma fase de trabalho que envolveu não só as “crianças na rua” mas também as suas próprias famílias. Este trabalho permitiu o diagnóstico das reais necessidades mas também das potencialidades da população. Este foi o primeiro passo para um trabalho articulado com outras instituições e organizações que acabou por dar origem a uma iniciativa de desenvolvimento comunitário.

Nesta fase o trabalho incidiu fundamentalmente em três áreas:

Recuperar - Deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido na comunidade de fuga mas com um carácter preventivo, dando particular atenção às crianças na rua que pelo seu comportamento corriam o risco de entrar na marginalidade.

Utilizou-se a metodologia anteriormente destacada e pretendeu-se a transmissão de quadros de referência e de identidade cultural, a mudança de atitudes e comportamentos e a construção de um projeto de vida.

Desenvolver – Esta área de atuação resume-se em termos espaciais, às comunidades de residência. Aqui, a equipa do *Projecto* constituiu uma referência para a população, fornecendo respostas e apoio às necessidades primárias e secundárias da comunidade. A equipa apostou nas qualidades humanas da população para fomentar o seu crescimento pessoal.

À medida que foram conseguindo identificar interesses, objetivos capacidades, foi-se passando do trabalho individual para o trabalho em grupo (crianças, jovens e famílias) partilhando interesses comuns, disponibilidades compatíveis e idades aproximadas, desenvolvendo atividades e projetos em conjunto.



Nas “casinhas”, equipamentos nas comunidades de residência que acolhiam a equipa e o grupo alvo, numa relação diária, cada grupo encontrou um espaço aberto, onde existia a disponibilidade horária, a capacidade de saber ouvir, a possibilidade de brincar, de experimentar novos materiais, de fazer dramatizações, entre outras atividades.

O trabalho desenvolvido nas “casinhas” facilitou a integração e melhor aprendizagem na escola, apoiou a integração socioprofissional, procura de emprego, formação profissional.

Através de uma forte rede de parceiros, da organização de cooperativas e iniciativas locais de postos de trabalho, conseguiu-se uma maior aproximação da população às instituições locais, uma abertura dos parceiros em colaborar na resolução das situações problema identificadas e um maior sentido de responsabilidade e de autoestima da população.

Consequentemente, atingiu-se a melhoria das condições socioeconómicas das comunidades visadas, rumo ao “*empowerment*” e à sua autonomia.

Revalorizar – Esta área investiu na formação, intercâmbio e informação dos diversos interventores sociais, que possuem um papel fundamental na revalorização do meio humano em que vivem e trabalham.

Apoiou o espírito de serviço, apostou no trabalho em parceria e incentivou a criação de redes de intervenção social. Adotou uma postura de troca e trabalho conjunto, para maior qualidade e eficácia.

A ação focalizou-se em sensibilizar a sociedade para a mudança de mentalidades, atitudes e políticas, com vista a um novo olhar sobre a problemática das crianças em risco e perigo.

Foi nesta fase do *Projecto* que surgiram as figuras do **Animador de Escola, Animador de Residência e os Agentes de Solidariedade**, elementos da própria comunidade, com estabilidade e referências positivas, e por essa razão, podiam estabelecer uma relação privilegiada com a comunidade.

Foram também implementados metodologias e projetos inovadores.

Através da ligação do *Projecto* com as Escolas, surgiu o projeto “**Escola e Comunidades em Movimento**”. Esta parceria visava a articulação permanente com o objetivo de estabelecer a ligação entre a escola e as famílias.

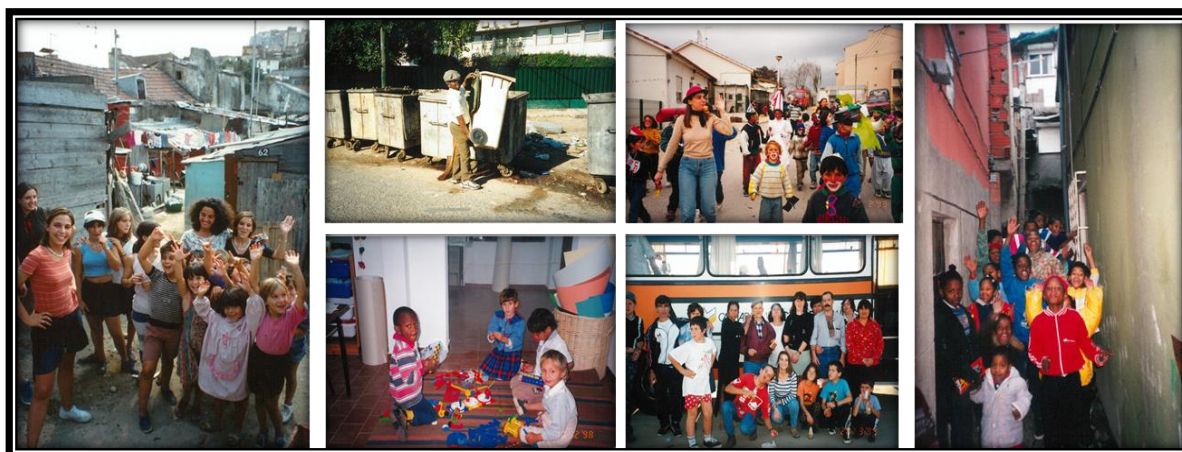
Não podemos deixar de referir a ação de duas **Unidades de Apoio à Integração Socioprofissional**, que possibilitaram uma oportunidade real de trabalho, procura de emprego e formação profissional - referimo-nos ao Programa URBAN³⁰ e à UNIVA³¹.

Ao longo dos seis anos de trabalho nas Comunidades de Residência, foram várias as estratégias utilizadas para tornar viável o “*empowerment*”. Destacamos a “**Visita da Alegria**”, que aliou o lúdico a uma pedagogia participativa, sendo uma estratégia de abordagem à família e funcionou como estímulo para a mudança.

Outras iniciativas foram o “**Clube de Mães**”, que nasceu da necessidade de criar um espaço específico para apoiar mães adolescentes, e a **Oficina da Mamã**, espaço de referência e de aprendizagem onde era possível promover a aquisição de competências relacionais entre mãe e filho.

Como exemplo da articulação com outras instituições, o *Projecto Rua* impulsionou, em 1997, a constituição da **Rede “Construir Juntos”** – Uma Rede “informal sustentada em compromisso e responsabilidade partilhada pelos membros” e que tinha por finalidade a obtenção de uma mais ajustada coordenação de esforços no combate à exclusão social de grupos desfavorecidos.

Voltaremos a descrever com mais detalhe algumas destas metodologias, ações e projetos inovadores no Capítulo 6 desta investigação.



Ações de prevenção com crianças, jovens e famílias nas comunidades de residência

³⁰ Unidade de Aconselhamento em Emprego e Formação.

³¹ Unidade de Inserção na Vida Activa.



3ª FASE (2001-2009)

RECUPERAR – REVALORIZAR

Nesta fase a intervenção incidiu em duas grandes áreas. Por um lado, observou-se a crescente autonomia das populações das Comunidades de Residência e por outro, diagnosticou-se a mutação das características das crianças de rua.

RECUPERAR – Nesta fase constatámos que praticamente já não existiam crianças a viver na rua. No entanto, um novo contexto social, a pedofilia, a prostituição infantil e o tráfico de droga - as denominadas “piores formas de exploração de trabalho infantil” (convenção nº182 da OIT) - interpelaram e exigiram um novo olhar e uma nova metodologia.

Assim, o *Projecto* consciente da importância e gravidade desta problemática, adequou a sua intervenção às necessidades do grupo alvo, com o objetivo de interromper o mais precocemente possível, o ciclo de marginalidade onde a criança e o jovem se encontravam.

Esta nova dinâmica implicou, inevitavelmente, novas estratégias de intervenção.

E, assim, passou-se a atuar não apenas na Baixa de Lisboa, mas também noutras zonas da cidade³² identificadas como potenciais locais de concentração destas crianças e jovens e nas grandes superfícies comerciais.

Nas equipas de rua – animadores e técnicos - atuavam em verdadeira sintonia, definindo-se como educadores de rua, independentemente da formação académica ou experiência.

Destaca-se o protocolo estabelecido com o Ministério do Trabalho e Solidariedade, no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). Fruto desta parceria, como suporte à ação, surge a Unidade Móvel Lúdico Pedagógica com o objetivo de ultrapassar a dificuldade que a mobilidade do grupo alvo representava e ajudar no projeto de recuperação pela diversidade de atividades que oferece.

Como suporte à ação, destaca-se também a Unidade Fixa - ponto de encontro situada no centro da cidade, no qual as crianças e jovens podiam encontrar a equipa para participarem em atividades, tais como *ateliers* de informática, carpintaria, eletricidade, artes plásticas, expressão dramática, fotografia e música.

³² Anexo 3 – Zonas de maior risco e concentração de menores em contexto de rua.



Este local funcionou também como Centro de Emergência, onde as crianças e jovens podiam dormir, uma ou duas noites, sempre que se avaluasse necessário.

Alicerçada no RECUPERAR, a área do **REVALORIZAR** vê, nesta fase, o seu âmbito de intervenção alargado, passando a abranger algumas das ações que até então faziam parte da área do DESENVOLVER.

A 1 de janeiro de 2001, a entrada em vigor da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99, de 01 de setembro) e da Lei Tutelar Educativa (Nº166/99, de 14 de setembro) constituiu um desafio à equipa do *Projecto Rua*, como um contributo especializado, no âmbito da sua implementação. As Medidas de Promoção e Proteção, previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo são da exclusiva competência das CPCJ's³³ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e dos Tribunais. Mas o IAC – *Projecto Rua* disponibilizou alguns recursos e meios necessários para o funcionamento das CPCJ's em Lisboa, onde tem desenvolvido um trabalho de parceria que em muito tem contribuído para um melhor acompanhamento destas crianças.

Nesta área, o *Projecto Rua* intensifica o diálogo com os parceiros e tem como aliados o Programa Escolhas³⁴ e o Acordo de Cooperação Atípico³⁵ para a resolução dos problemas do grupo alvo das comunidades de residência.

Apesar de continuar a apostar na formação de técnicos, na informação à sociedade em geral e nos intercâmbios entre as várias comunidades, o *Projecto Rua*, focalizou-se essencialmente na área da Educação e Formação.

Para melhor compreensão, apresentamos agora a sua estrutura de funcionamento, onde se destacam quatro Núcleos de Intervenção (fig. 11):

³³ São instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os Direitos da Criança e do Jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. (http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=2729&m=PDF).

³⁴ Programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. (<http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>).

³⁵ Acordo de Cooperação com os Centros Distritais de Segurança Social, através dos quais garantem a concessão direta de prestação, equipamentos e serviços à população, ou Acordos de Gestão, através dos quais assumem a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado. (Própria).

Figura 11 - Áreas e Níveis de Intervenção



Fonte: Própria

Núcleo de Intervenção em Contexto de Fuga (NICF)

Teve como objetivo geral otimizar respostas que permitissem recuperar as crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente, com especial incidência sobre as que se encontravam em contexto de fuga.

O seu objetivo específico foi cooperar com as entidades competentes na procura das crianças em fuga e manter atualizado o diagnóstico das crianças/jovens que estavam na rua, em situação de perigo, na cidade de Lisboa (com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica);

Núcleo de Educação e Formação (NEF)

Foi criada uma resposta inovadora na área da Educação e Formação, para crianças e jovens entre os 12 e os 18 anos, a descoberto das respostas institucionais existentes. O objetivo foi, desenvolver (em parceria) competências pessoais, sociais, escolares (em meio não escolar) e profissionais (em posto real de trabalho) com as respetivas certificações.

Núcleo de Apoio às Comunidades (NAC) e o Núcleo de Intervenção em Modelo Integrado (NIMI)

Procuram garantir o acompanhamento das crianças integradas em instituições nas comunidades de residência, com o objetivo de contribuir para a criação e (ou) desenvolvimento de projetos integrados de educação/ formação. Deu-se especial ênfase à

prevenção, favorecendo o acompanhamento educativo das crianças em situação de vulnerabilidade, através de metodologias adaptadas - “Aprender na Rua” -, com recurso à Unidade Móvel Lúdico Pedagógica.

Destaca-se também a dinâmica de Modelo Integrado, que funcionou com uma equipa mista e um conjunto alargado de parceiros locais de diferentes áreas, que convergiam para a resolução de situações problema.

Núcleo de Apoio e Desenvolvimento (NAD)

Teve como objetivo potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a criação de políticas integradas na área da infância e juventude.

Destacamos a dinamização e participação em Redes Sociais (nacionais e internacionais) que contribuiu para a tomada de posição relativamente às referidas políticas. Continuamos a ter como exemplo, a Rede “Construir Juntos”, criada em 1997, que reúne mais de 90 instituições portuguesas a intervir no domínio da Infância/Juventude; a ESAN – Rede Europeia de Ação Social e a EFSC – European Federation for Street Children, adquirindo, nesta última, o estatuto de interlocutor privilegiado entre a EFSC e os PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com especial incidência em Cabo Verde e Moçambique.

Como metodologias, ações e projetos inovadores destacam-se nesta fase a **Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica**, o **Centro de Emergência**, a **Ação Aprender na Rua**, a **Intervenção em Modelo Integrado** e o **Projeto Educar e Formar para Inserir**.



Ações lúdico pedagógicas, formativas e de desenvolvimento comunitário



5.2. O *Projecto Rua* na Atualidade

Na atualidade, o *Projecto Rua* “Em Família para Crescer”, consciente do muito que já realizou, continua implicado no muito que ainda há a realizar e por isso, canaliza agora a sua energia nas novas problemáticas e metas a atingir. Esta fase corresponde ao momento atual do *Projecto* e expressa a consolidação das fases anteriores.

A estrutura que nesta etapa apresentamos contempla cinco anos de intervenção. Ao nível metodológico, não existem alterações significativas, no entanto, importa referir que o grupo alvo sofreu alterações significativas, a realidade com que nos deparamos hoje é diferente. Praticamente já não existem crianças a viver na rua.

Um novo contexto social leva-nos a falar de diferentes problemáticas, tais como o desaparecimento e exploração sexual de crianças e o tráfico de seres humanos.

Assim, podemos afirmar que à medida que o *Projecto* foi avançando, o grupo alvo foi solicitando uma dinâmica diferenciada. Presentemente, o *Projecto Rua* apresenta uma heterogeneidade maior ao nível do grupo alvo, com crianças e jovens em diferentes etapas de desenvolvimento social e pessoal e, conseqüentemente, a necessidade em ajustar estratégias, com vista à construção do seu projeto de vida.

Reflexo da conjuntura de recessão económica do nosso país, também o *Projecto Rua* tem apresentado grandes constrangimentos financeiros. Estes têm-se acentuado, muito em parte, pela insuficiência dos apoios governamentais no âmbito do Protocolo Interministerial³⁶ e devido em parte, também à extinção do Programa para a Inclusão e Cidadania, que financiava através de um Protocolo uma parte da intervenção do *Projecto Rua*.

Assim, entre o balançar do risco de desanimar e a oportunidade de pensar soluções úteis e criativas, o *Projecto Rua* optou por continuar a estimular emoções positivas nas vidas do seu grupo alvo, para enfrentar situações de vida menos positivas.

³⁶ Protocolo Interministerial é uma parceria entre o IAC e diversos Ministérios: Trabalho e da Solidariedade Social; Educação e Ciência; Saúde; Justiça; Administração Interna; Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude. Dá um contributo fundamental para a prossecução dos objetivos e desenvolvimento da intervenção do IAC.

O apoio financeiro e técnico prestado é essencial para uma intervenção atempada, adequada e eficaz em prol do Superior Interesse da Criança. (própria).



Demonstrando resiliência face às dificuldades sentidas, as equipas de terreno souberam impor-se, através da sua metodologia de ação mostrando que o seu papel e a sua intervenção têm sido vitais na obtenção de respostas para os problemas da Infância e Juventude.

As dificuldades de ordem financeira e também resultantes de alterações políticas e legislativas, levaram à suspensão de alguns projetos e ações muito importantes como o Projecto “Educar e Formar para Inserir”, a Ação “Aprender na Rua” e a “Intervenção em Modelo Integrado” em algumas das comunidades que apoiava.

A equipa do Projeto Rua teve que realizar adaptações, por forma a recuperar as áreas de intervenção. Destaca-se a criação dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – CDIJ, a intensificação do envolvimento dos outros setores do IAC (SOS Criança e Apoio Jurídico) e de diversos parceiros, onde se destaca o Protocolo com o ISS no âmbito da medida PAQPIEF³⁷, resultando na gestão de turmas PIEF (nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014).

O *Projecto Rua* considera que o modelo criado é aquele que efetivamente melhor se adequa à necessidade dos alunos com este perfil, pois alia a experiência das IPSS`s ao nível da intervenção social, com quem tem a experiência de transmitir os conteúdos académicos. No entanto, este modelo de parceria – ISS, MEC, IPSS`s – terminou em agosto de 2014, passando a gestão das turmas PIEF a ficar na alçada exclusiva do MEC - Ministério da Educação e Ciência.

Destaca-se, também, o Protocolo com a DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que visa o acompanhamento individual e o atendimento psicológico no âmbito do cumprimento de medidas tutelares educativas de reinserção social.

Assim, e reiterando o compromisso de contribuir para a diminuição do número de crianças e jovens em risco e ou em perigo, promovendo a sua reinserção sociofamiliar, o *Projecto Rua* continua a considerar pertinente a manutenção da sua estrutura de intervenção, pese embora, a necessidade premente de reorganizar algumas áreas temáticas transversais da intervenção, por forma a garantir a sustentabilidade financeira, rentabilização de recursos e contributo de forma eficaz ao combate à exclusão.

³⁷ O Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação (PAQPIEF), tem por finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens, mediante a criação de respostas integradas designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar. (<http://www4.seg-social.pt/programa-de-apoio-e-qualificacao-da-medida-pief-paqpief>).

Assim, num trabalho coordenado das várias equipas, atualmente o Projecto Rua está estruturado em três níveis de intervenção – Recuperar, Prevenir e Revalorizar, nos quais se inserem quatro centros de intervenção (fig. 12):

Figura 12 - Níveis de Intervenção



Fonte: Própria

O **Nível do Recuperar** tem como foco de intervenção o CDIJ - **Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – Zona Centro**. Visa otimizar respostas que permitam recuperar adolescentes e jovens com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável. O enfoque principal da equipa é a intervenção junto de crianças/jovens desaparecidas e/ou exploradas sexualmente, com especial incidência sobre os que se encontram em fuga de casa ou da instituição.

Os casos sinalizados à equipa podem advir de duas formas: através de sinalizações feitas ao IAC – SOS Criança³⁸, outras entidades ou particulares, ou através do diagnóstico feito pela

³⁸ SOS – Criança criado em 1988 pelo IAC – É um serviço de âmbito nacional que desenvolve respostas e dá voz à criança, jovem e famílias através de atendimento telefónico: Linha de apoio a criança – 116111 /Linha de Criança Desaparecida – 116000.



própria equipa quando realiza os giros diurnos e noturnos, onde são percorridos os territórios socialmente mais vulneráveis da cidade de Lisboa.

A intervenção que se estabelece com estes adolescentes ou jovens pauta-se pela proximidade e informalidade, de modo a que se possa construir uma relação empática e de confiança.

Os giros diurnos e noturnos continuam a constituir uma metodologia privilegiada, em que técnicos e animadores percorrem a cidade de Lisboa, a pé ou com recurso à Unidade Móvel Lúdico Pedagógica, que facilita a identificação institucional, diminui os riscos para a equipa, inerentes a este tipo de zonas, assim como apoia a realização de atividades com crianças e jovens encontrados em contexto de rua.

A equipa tem feito ainda um trabalho no sentido de corresponsabilizar as famílias, com o objetivo de garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças e jovens acompanhados.

Esta intervenção com crianças em situação de rua, tem sido uma mais-valia para o trabalho desenvolvido no âmbito das parcerias formais e informais em que o IAC se encontra inserido, contribuindo para um maior conhecimento desta realidade, promovendo sinergias e complementaridade das intervenções, tornando possível uma resposta mais eficaz aos desafios que se colocam.

Ao Nível do Prevenir, inserem-se o CDIJ – Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil - Zona Oriental e o Centro de Apoio Comunitário.

O CDIJ – **Zona Oriental** desenvolve a sua intervenção no Bairro do Condado (antiga zona J de Chelas). A missão da equipa, idêntica à do CDIJ – Zona Centro, é otimizar respostas que permitam recuperar adolescentes e jovens com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável. A estratégia adotada prende-se com a dinamização de grupos de adolescentes, que tem funcionado como uma mais-valia no desenvolvimento de competências pessoais e sociais e também na socialização interpares, com vista a uma futura integração social saudável, através do acompanhamento individual, e uma forte articulação com a escola.

Assume-se como um recurso da comunidade, para as famílias, dando-lhe apoio, envolvendo os serviços competentes, implementando uma abordagem integrada, por forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais.



Na vertente do trabalho em parceria, destaca-se a articulação com CPCJ Lx Oriental e a representatividade do IAC na Comissão Social de Freguesia de Marvila.

O **Centro de Apoio Comunitário** desenvolve também a sua intervenção no nível da prevenção, tal como o CDIJ – Zona Oriental. É da competência desta equipa o diagnóstico de comunidades de risco e a resposta a um conjunto de necessidades ao nível da integração das crianças e jovens nas suas comunidades.

Tem como princípio metodológico o trabalho em parceria, a partilha de metodologias e boas práticas que conduzam a uma intervenção integrada. Como tal, cabe à equipa desenvolver ações pedagógicas de prevenção e promoção de competências pessoais e sociais de crianças e jovens com especial enfoque no desenvolvimento do relacionamento interpessoal, da participação e da cooperação, através da Ação “Aprender na Rua” e utilizando como recurso a Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica.

As comunidades onde se desenvolve a Ação “Aprender na Rua” são zonas de risco, onde existem problemáticas sociais muito acentuadas. Com frequência são identificadas situações de risco e perigo e para as quais é necessário, em conjunto com os parceiros locais, encontrar as respostas/encaminhamentos mais indicados a cada situação. Os projetos integrados assumem aqui um papel de mediação institucional, desempenhado pela equipa.

Nesta medida, destaca-se a articulação com as escolas ao nível da sinalização e acompanhamento de casos de crianças em situação de risco. É fundamental a proximidade com as famílias destas crianças, a abordagem e o acompanhamento com vista ao reforço da motivação e valorização do seu papel parental.

Por último, ao **Nível do Revalorizar**, encontra-se o **Centro das Redes Sociais** que tem como finalidade potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a realização de políticas integradas nas áreas da infância e juventude. Para tal, a equipa encontra-se dividida em quatro eixos de intervenção:

- Eixo divulgação/transferibilidade – Visa a divulgação de metodologias de intervenção, contribuindo para o desenvolvimento pedagógico, bem como a promoção do envolvimento da sociedade civil em prol do grupo alvo do *Projecto Rua* e ainda a contribuição para a reflexão e conhecimento sobre as problemáticas das crianças e jovens em situação de risco, através da elaboração e redação de publicações;



- Eixo formação – Através de ações de formação, sessões de sensibilização e *workshops* temáticos, o eixo formação visa o reforço de conhecimentos teórico-práticos da equipa do *Projecto Rua*, para que esta possa responder de forma mais eficaz aos desafios que diariamente lhe são colocados;
- Eixo cooperação nacional e Eixo cooperação internacional (dando continuidade aos anos anteriores) – Ambos focam-se na dinamização e participação em Redes Sociais³⁹, que permitem responder de forma mais eficaz às necessidades do grupo alvo, através do intercâmbio de conhecimentos, experiências e metodologias. A intervenção destas redes caracteriza-se pela aposta em ações e projetos que promovem o *empowerment* e a participação do grupo alvo.

Atualmente, destacamos também algumas metodologias e projetos inovadores, tais como: A intervenção com as **Crianças desaparecidas – nomeadamente as fugas**; o **Protocolo com a DGRSP**; os **Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil**; a **Mediação Institucional Nacional e Internacional**; a intervenção com as **Vítimas de Tráfico de Seres Humanos** (Adesão à Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico); a criação de **Ferramentas Pedagógicas/Formativas – Treino de Competências Pessoais e Sociais** para jovens em risco, resultante de projetos, no âmbito da parceria com a EFSC – European Federation for Street Children.

Com uma metodologia centrada na Educação/Formação, utilizando o lúdico como auxiliar pedagógico, através de uma relação personalizada, em que se aliam a afetividade e a técnica, indo ao encontro, recorrendo a equipas multidisciplinares e reforçando o trabalho em parceria, o *Projecto Rua* consegue transformar reais obstáculos em utopias possíveis (adaptado de Paulo Freire).

³⁹ Nível Nacional - Rede Construir Juntos, Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico.
Nível Internacional – Rede Europeia de Ação Social, Federação Europeia das Crianças de Rua.



Dinamização de novos projetos para respostas a problemáticas emergentes

5.3. Síntese e reflexão

Ao longo de todas as fases do *Projecto* anteriormente apresentadas, foram criadas condições para que o *Projecto* fosse conduzido de forma mais estruturada e sistemática ao nível da metodologia e das atividades/ações desenvolvidas.

Assistiu-se à evolução das suas dimensões específicas de intervenção, atribuindo funções⁴⁰ concretas a cada equipa, de acordo com os objetivos traçados.

Segundo a análise dos relatórios e testemunhos de elementos da equipa, foi possível constatar algumas dificuldades ao longo das etapas do *Projecto* tais como: o financiamento, uma vez que este dependia de protocolos com o Estado, candidaturas a projetos, donativos e outros apoios exteriores, para garantir a manutenção dos recursos materiais e humanos do *Projecto*; também com a credibilidade que era necessária conquistar, quer junto das entidades parceiras, quer no interior da própria instituição promotora e com o próprio grupo alvo; dificuldades com as crianças e jovens relacionadas com os objetivos propostos e com o perfil que o grupo visado apresentava.

Mas, todas estas etapas foram fundamentais para a construção de um pensamento mais estruturado sobre a intervenção.

Assistimos à maturação e adaptação de metodologias específicas de intervenção, onde foi visível o espaço de estruturação da dinâmica do *Projecto* que tentou sempre abranger todos os subsistemas que interagem com a criança/jovem durante as trajetórias de inserção.

⁴⁰ Anexo 4 - Funções de Equipa Técnica do *Projecto Rua*.



Assistimos, também, à estruturação das atividades, implementando projetos educativos, complementadas por atividades formativas a nível pessoal e social das crianças e jovens, constituindo-se o *Projecto* como um apoio prático no seu processo de socialização e outras atividades, onde se tentou consolidarem as áreas formativas com as desportivas e recreativas.

Valorizou-se sempre o acompanhamento individual, transversal a todas as atividades, pois este assume grande importância na definição do projeto de vida das crianças e jovens.

A valorização do grupo como espaço de aprendizagem aparece, em todas as fases, claramente evidenciada.

Observou-se, desde o seu início até à atualidade, a criação de referências e modelos sociais positivos, exigindo à equipa uma estrutura organizada e estável que proporcionou uma grande articulação e relação interdisciplinar, a qual privilegiou o espaço de partilha, discussão e decisão, de onde resultaram novos saberes que permitiram à equipa reconsiderar estratégias e adequar o processo de intervenção.

Constatamos, também, que foi-se constituindo uma resposta em termos da intervenção adequada às características do público – alvo, que se traduziu no estabelecimento de um horário ajustado ao ritmo de vida das crianças e jovens e a uma maior especificação do papel da equipa e das próprias crianças e jovens nas decisões como agentes da sua própria mudança.

Transversalmente também a todas as etapas do *Projecto*, foram as atividades que equilibraram o lúdico e o formativo, num processo de aprendizagem cooperativa.

A parceria tornou-se uma estratégia nuclear no *Projecto*, possibilitando o envolvimento de diferentes agentes locais e uma união de esforços, para resolver ou encaminhar os problemas das crianças e jovens, seja ao nível individual ou familiar.

Em resumo, pode afirmar-se que se está face a um projeto em transmutação, não é um projeto acabado, mas permanentemente em construção, mas cuja obra anteriormente referida, permitiu um reconhecimento por parte das entidades parceiras e da sociedade civil em geral, que veio a traduzir-se num acréscimo de solicitações e conseqüentemente na necessidade de um alargamento do *Projecto*.

A avaliação tem sido utilizada como um elemento regular de todo o processo, lançando novos desafios e ajustamentos à intervenção.

Capítulo 6 | O Rasto do *Projecto*: indícios de sustentabilidade

Neste capítulo apresenta-se uma sistematização e análise do material empírico, visando compreender os mecanismos e as especificidades dos processos de intervenção junto das crianças e jovens em situação de rua, através do estudo do caso “*Projecto Rua – Em Família para Crescer*”, tendo como chave o referencial teórico abordado nos capítulos anteriores e partindo da perspectiva dos diferentes atores (técnicos, especialistas) participantes no *Focus Group* (FG)⁴¹ e outros entrevistados enquanto especialistas.

Deste modo, destacam-se os elementos que, do ponto de vista da reconstituição do *Projecto* e do seu percurso, apresentam maior relevância para a intervenção, na perspectiva da promoção de trajetórias mais inclusivas.

Para facilitar a leitura, a organização dos dados apresenta-se agrupada em torno dos quatro eixos centrais, que foram previamente definidos na questão de partida desta investigação: Observatório Social, Laboratório Social, Cuidados de Proximidade e Políticas Públicas.

Assim, este capítulo procura dar conta do trabalho do IAC – *Projecto Rua* ao longo de 25 anos. Para contrariar, como afirma Carmo (2008:286) “a prática socialmente correta de inviabilizar os êxitos e exaltar os fracassos dos portugueses e que tem tido efeitos tão negativos na autoestima nacional”, dando a conhecer a quem se interessa por estas matérias os momentos altos, mas também o desânimo sentido quando não se conseguiu integrar uma criança.

Importa agora encontrar as respostas para as questões inicialmente formuladas.

6.1. O *Projecto Rua* como Observatório Social

Um claro indício de que o IAC – *Projecto Rua* foi e continua a ser um Observatório Social sobre a problemática das Crianças de Rua, foi a realização de um trabalho permanente de atualização do seu diagnóstico na cidade de Lisboa.

A equipa, de forma sistemática, percorreu os territórios socialmente mais vulneráveis da cidade, a diferentes horas do dia e da noite. Hoje em dia, com uma maior abrangência, alargada ao distrito de Lisboa. O principal objetivo desse papel de Observatório Social, foi

⁴¹ Anexo 5 - Guião do *Focus Group* aos técnicos e animadores da equipa do IAC – *Projecto Rua*.



desde o início do *Projecto* aumentar a consciência cívica e sensibilizar as pessoas para o fenómeno das Crianças de Rua.

Com as várias ações que integraram o subsistema *observatório*, pretendeu-se também, prevenir e combater esta problemática com maior eficácia, promovendo a cooperação nacional e internacional.

Como resultado desse trabalho de diagnóstico, apresentamos a evolução do fenómeno das Crianças de Rua na cidade de Lisboa, destacando o retrato da situação desde o início até à atualidade.

No final da década de 80, havia um vasto número de crianças que se encontravam na Baixa de Lisboa, que dormiam na rua, nas grelhas do metro, em carros abandonados, prédios devolutos ou em cubículos em más condições. Naquela altura era uma realidade muito visível na cidade de Lisboa, pois estas crianças fugiam dos seus bairros e concentravam-se em zonas específicas de grande movimento.

Era fácil o reconhecimento dessas crianças “*não só pelos locais onde estavam na cidade, mas também pelo seu aspeto. Tinham um aspeto degradado, roupas esfarrapadas, poucos cuidados de asseio pessoal*” FG (T1- Assistente Social). A pobreza imperava, muitas destas crianças andavam rotas e descalças, passavam fome e grandes dificuldades, recorrendo a estratégias de sobrevivência como a mendicidade, a venda de pequenos objetos, como pensos, ou cometendo pequenos delitos. Em determinadas zonas da cidade encontravam-se vários menores na prática da prostituição.

A maioria destas crianças era do sexo masculino, nascidas em Portugal, mas os pais eram oriundos de Cabo Verde, Guiné, Moçambique e Angola. Atualmente, existem também várias crianças brasileiras e provenientes de Países de Leste, relacionadas, essencialmente, com a mendicidade.

Maioritariamente, provinham de famílias de pais separados ou de famílias monoparentais e muitas delas eram crianças de tenra idade: “*Chegámos a encontrar crianças com cinco e seis anos na rua, eram crianças que viviam na rua*” FG (T3- Técnica de Política Social).

Ao longo do tempo e à medida que o diagnóstico era aprofundado, eram encontradas crianças com diferentes características, apesar de muitas destas problemáticas se manterem. Desta forma, segundo os técnicos da Equipa do *Projecto Rua*, foi necessário distinguir dois conceitos: *crianças de rua e crianças na rua*.



Por criança de rua entende-se *“todo o menor que entra em rutura com a família, de forma mais ou menos radical, por abandono ou por sua própria escolha, adotando a cidade como a sua casa, passando a viver sob a sua responsabilidade, acamaradando porventura com outros menores em iguais circunstâncias, obtendo a sua alimentação por meio de processo mais ou menos ilícitos, pernoitando em locais de vagabundagem e que vai assumindo condutas antissociais progressivamente mais graves”* (*Projecto Rua*, 2001). Segundo os técnicos que participaram no *Focus Group* *“eu conheço adolescentes, jovens adultos que foram crianças de rua naquela altura, que dormiam na rua, em cubículos e praticavam muitas coisas para se orientar, ou dormiam em pensões de vez em quando, quando havia dinheiro, mas hoje em dia, nós, nestes últimos anos não temos conhecimento de crianças que vivam na rua”* FG (T2 – Pedagoga Social). A criança na rua é, segundo os técnicos, aquela que encontramos habitualmente nos bairros, uma criança que tem uma relação ténue com a sua família e passa grande parte do tempo na rua. Este tipo de crianças sempre existiu, no entanto, atualmente, tornou-se mais usual ouvir uma criança dizer: *“Estou fechado na rua”*.

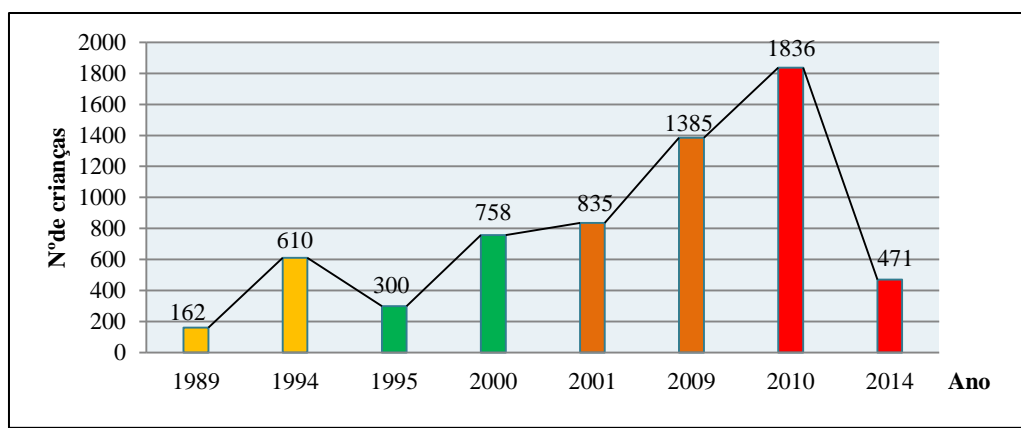
Com a evolução da própria sociedade, da própria cidade, o fenómeno das crianças de rua acabou por se dispersar. *“Houve bairros construídos nos concelhos da Amadora, de Sintra, de Loures e portanto os problemas, a questão estética das casas foi alterada, passaram a ter casas melhores, mas o problema que estava dentro das casas continuou a existir, continuou a produzir crianças em risco”* FG (T1-Assistente Social).

Atualmente, nos *Giros* desenvolvidos semanalmente por estes técnicos, não se encontram habitualmente crianças a dormir na rua, no entanto todos afirmam que não é linear que essa problemática tenha desaparecido, desenvolveu foi contornos diferentes passando mais despercebida: *“hoje em dia, não temos visto crianças a dormir na rua e não nos têm sido sinalizadas situações destas. Mas é uma resposta que fica em aberto porque não é uma resposta garantidamente segura”* FG (T3 -Técnica de Política Social). Isto não quer dizer que não haja crianças a dormir na rua, já que segundo os resultados do *Focus Group* *“nós todos os anos encontramos crianças a dormir na rua, mas já não são aquelas que encontrávamos há dez, quinze anos. São crianças que muitas vezes estão em situação de fuga de casa ou da instituição, não têm sítio onde ficar e acabam por se abrigar no sítio onde os sem – abrigo costumam ficar”* FG (T1 - Assistente Social). Normalmente abrigam-se em locais onde possam ter alguma proteção e não sejam visíveis às autoridades, recorrendo por vezes aos

balneários públicos e aos serviços das instituições e associações que intervêm na rua, nomeadamente ao nível do apoio dos alimentos, das carrinhas da *Comunidade Vida e Paz*⁴² e da *AMI*⁴³. No entanto, estas entidades que estão diariamente na rua, sinalizam estas situações, alertando o *Projecto Rua*, a PSP e as CPCJ's, que não permitem que estas situações se prolonguem por muito tempo. É possível pernoitarem uma noite na rua, mas não um longo período. “*Não há tantas crianças a dormir na rua, quando isso acontece é esporadicamente*” FG (T1 – Assistente Social).

Podemos compreender a caracterização do grupo alvo anteriormente apresentada através da análise dos seguintes gráficos.

Gráfico 1- Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa do *Projecto Rua*



1ª fase
 2ª fase
 3ª fase
 4ª fase

Fonte: Própria

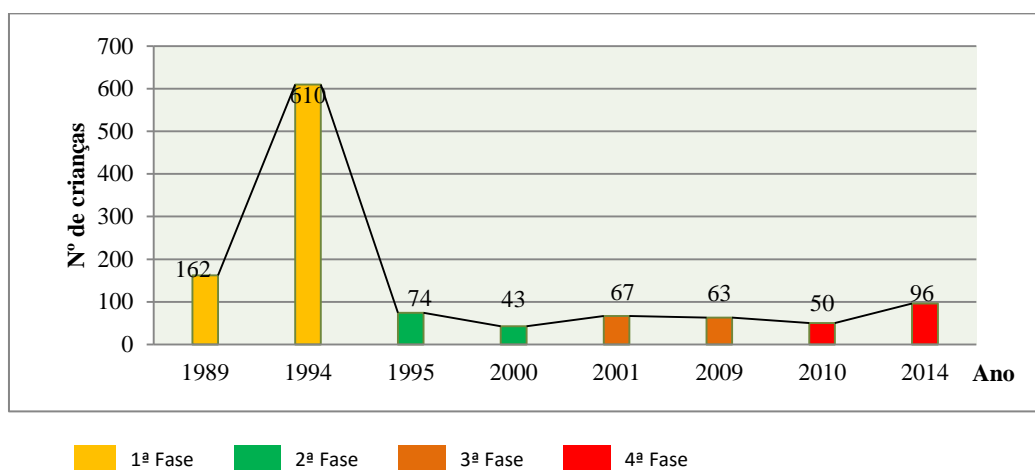
Nota: Números no âmbito da intervenção global do *Projecto*, abrange todas as equipas desde o nível do recuperar ao nível da prevenção.

⁴²A Comunidade Vida e Paz é uma IPSS criada em 1989, tutelada pelo Patriarcado de Lisboa e que tem como missão apoiar as pessoas sem – abrigo de Lisboa com o objetivo de as reabilitar e reinserir como cidadãos participativos na sociedade. Descrição retirada <http://www.cvidaepaz.pt>.

⁴³ A Assistência Médica Internacional é uma ONG portuguesa, privada, independente, apolítica e sem fins lucrativos, criada em 1984, destinada a intervir rapidamente em situações de crise e emergência e a combater o subdesenvolvimento, a fome, a pobreza, a exclusão social e as sequelas de guerra em qualquer parte do Mundo. Desde 2001, desenvolve o projeto Equipa de Rua que pretende ir ao encontro da população sem – abrigo que permanece na rua, através de uma intervenção que permita responder às suas necessidades e prevenir futuras formas de exclusão social. Descrição retirada <http://www.ami.org.pt>.

Nestes números não estão contabilizadas as famílias das crianças/jovens acompanhados pelo *Projecto Rua*. Os dados acima referidos dizem respeito ao início e ao final de cada fase da intervenção do *Projecto Rua*, de forma ilustrativa.

Gráfico 2 - Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa da Comunidade de Fuga



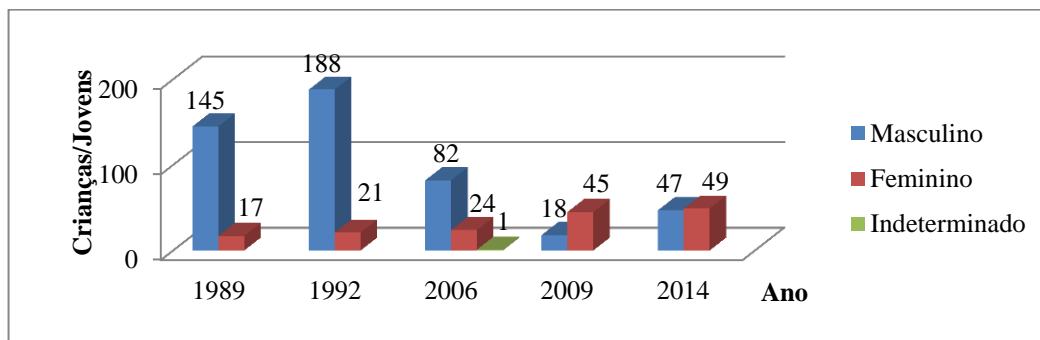
Fonte: Própria

Nota: Números no âmbito da intervenção de primeira linha ao nível do recuperar, abrange apenas a equipa da comunidade de fuga.

Podemos observar que o grupo alvo abrangido pela totalidade das equipas do *Projecto Rua* tem vindo a aumentar ao longo dos anos, verificando-se apenas uma descida acentuada no início da terceira fase e mais recentemente outra descida acentuada no ano 2014 (gráfico 1) isto não evidencia que o número de crianças de rua tenha aumentado, mas é o resultado da reestruturação da intervenção de forma a acompanhar as mudanças que se têm operado na sociedade (abrangendo outros públicos-alvo e outros territórios) passando por isso a apostar também num trabalho de prevenção junto das comunidades de origem das crianças de/na rua.

Na realidade, analisando especificamente a intervenção na comunidade de fuga, verificamos que se registou uma diminuição destacada do número de crianças e jovens acompanhados, pela equipa que atua naquele território, a partir do início da segunda fase (gráfico 2), facto que pode ser justificado pela redução acentuada do número de crianças a dormir efetivamente na rua (gráfico 5), resultante da ação sistemática junto destas crianças e jovens.

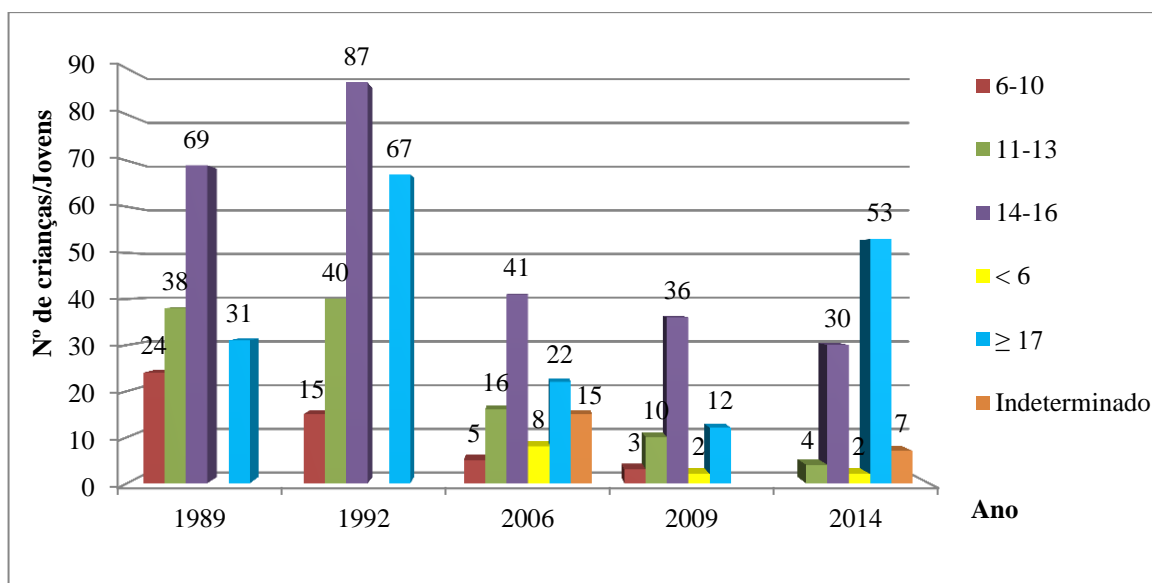
Gráfico 3 - Género das Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa da Comunidade de Fuga



Fonte: Própria

Relativamente às crianças e jovens acompanhados pela equipa de rua, podemos observar que o género masculino teve uma redução expressiva, face ao número de crianças do género feminino, tendo-se mesmo registando uma inversão em 2009, estando presentemente em valores muito aproximados (gráfico 3). Este facto poderá explicar-se devido ao nº de jovens do género feminino que têm vindo a efetuar fugas (de casa/instituição) ser superior ao dos jovens do género masculino. Na origem da fuga estão fatores como o desejo de independência e autonomia face aos pais; namoros com jovens mais velhos ou até mesmo jovens adultos; e a resistência face as regras das instituições de acolhimento.

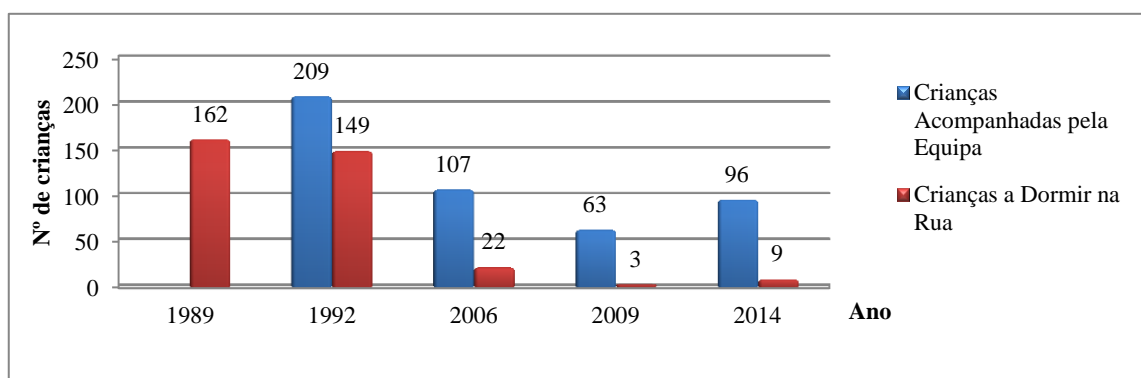
Gráfico 4 – Faixas etárias das Crianças/Jovens acompanhados pela Equipa da Comunidade de Fuga



Fonte: Própria

Quanto às faixas etárias das crianças/jovens acompanhados pelo *Projecto Rua*, podemos constatar uma predominância dos adolescentes/jovens que se encontram com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos. Em 2014, sobressaem os jovens com mais de 17 anos (gráfico 4). Este destaque encontra justificação no número de jovens que são acompanhados pela equipa há três ou mais anos. Portanto, a idade atual não corresponde à idade em que o jovem foi sinalizado ou encontrado na rua pela equipa.

Gráfico 5 - Crianças a dormir na rua



Fonte: Própria

A redução acentuada do número de crianças e jovens a dormir na rua, deve-se em parte, ao trabalho sistemático do *Projecto Rua*, mas encontra também explicações na melhoria significativa das condições de vida dos portugueses, sentidas sobretudo a nível habitacional e ao nível das políticas sociais de apoio à família. Esta evolução permitiu, por sua vez, uma mudança de atitudes e mentalidades, tornando a sociedade e os seus atores/agentes mais vigilantes e intolerantes face a estas situações de extrema vulnerabilidade social, não permitindo que estas situações ocorram com tanta facilidade. Presentemente, as situações que têm sido identificadas pela equipa de rua, devem-se sobretudo a **fugas**⁴⁴ (gráfico 6) que os jovens fazem quando entram em conflito com a família ou instituição de acolhimento, não permanecendo na rua por muito tempo.

Não está diretamente associada a fuga destas crianças às condições socioeconómicas da família: “*Neste momento encontro famílias diferenciadas, de todas as classes sociais, porque*

⁴⁴Esta tipologia foi integrada em 2004 na problemática mais ampla das Crianças Desaparecidas. Para mais informação consultar a Diretiva Europeia nº 2001/C283/1.



é muito transversal às várias classes sociais. Tão depressa foge um menino de uma classe média como um menino de um bairro” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa). Apesar de existir uma maior incidência nos bairros sociais pelo tipo de problemáticas associadas (matrifocalidade, ausência ou apagamento da figura paterna, fratria numerosa, maternidade precoce, instabilidade na composição do núcleo familiar, dificuldades financeiras, situações de ilegalidade no nosso país, escolaridade reduzida, álcool, toxicod dependência/tráfico), esta realidade está a expandir-se por todas as classes. *“Temos famílias que têm a sua casa, que pagam ao banco, que nunca se viram nesta situação de ter de vir a uma instituição ou pedir apoio à Segurança Social ou às comissões, por isso para elas é tudo um bocado assustador”* FG (T2 - Pedagoga Social). Constatase que está diretamente relacionada com a solidão, à ausência de acompanhamento que as famílias dão às crianças e à pobreza de valores que acaba, na opinião dos técnicos, por ser transversal à nossa sociedade. Atualmente *“pode ser o meu irmão, o seu primo, pode ser qualquer tipo de família nomeadamente média e média – alta”* FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa).

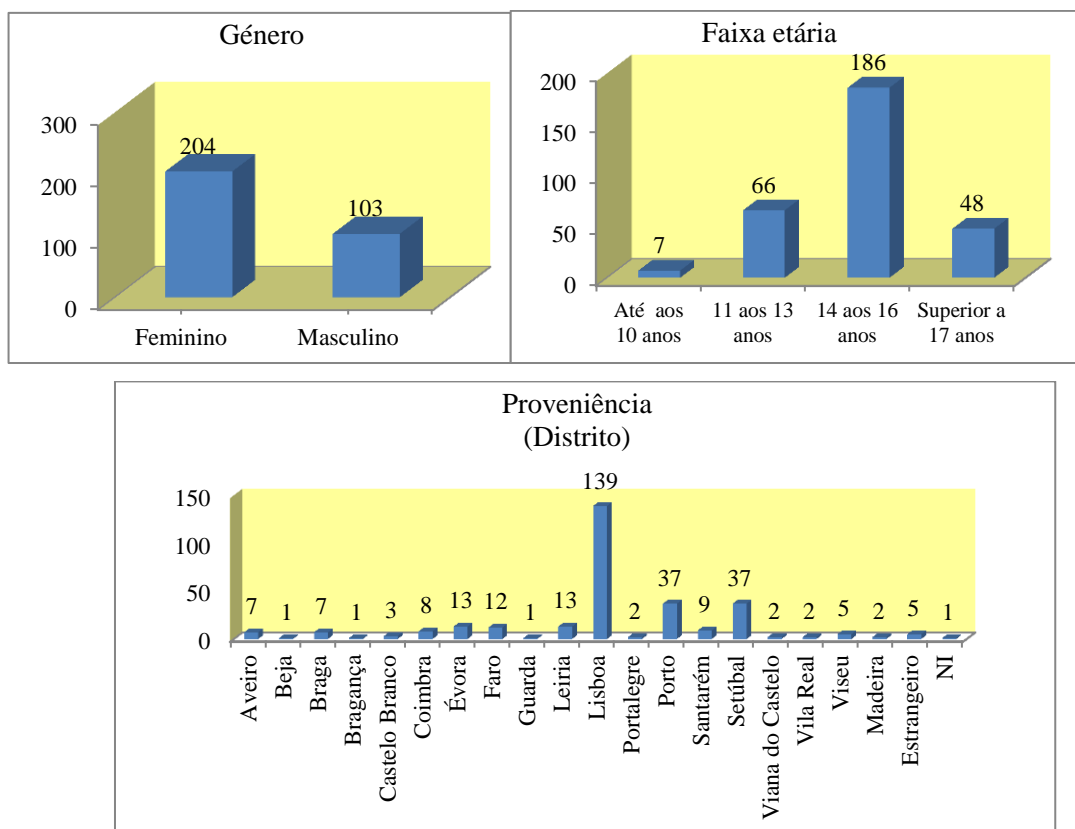
O surgimento das zonas comerciais, fez com que o centro da cidade perdesse a sua importância, atraindo muitos jovens que deixaram de vaguear pelas ruas e passaram a frequentar os grandes Centros Comerciais da cidade, aliciados pelos diversos jogos e consolas que têm à sua disposição. Sendo um local de grande concentração de massas, é também um local onde estas crianças provocam distúrbios com os clientes.

É importante que se compreenda que por detrás de uma fuga existe sempre um conjunto de problemáticas associadas. Por vezes, é apenas o facto de terem uma nota negativa, algum problema com um colega, outras vezes, são influenciados pelo grupo de pares ou por um suposto namorado cujo namoro é contrariado. Muitas fogem devido *“ao mau trato continuado em casa, quer na área da violência sexual ou simplesmente na negligência, e chega um dia e diz “basta!” ou simplesmente porque vai inocentemente à procura de um sonho, de uma aventura e encontra outra realidade, nos bares, na diversão noturna. Procura uma fantasia, um escape àquela vida, àquele bairro”* FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa).

Há muita ânsia de autonomia, de liberdade, de querer crescer o mais rapidamente possível, de forma a fugir do controlo dos pais ou dos adultos em geral. Em muitas situações,

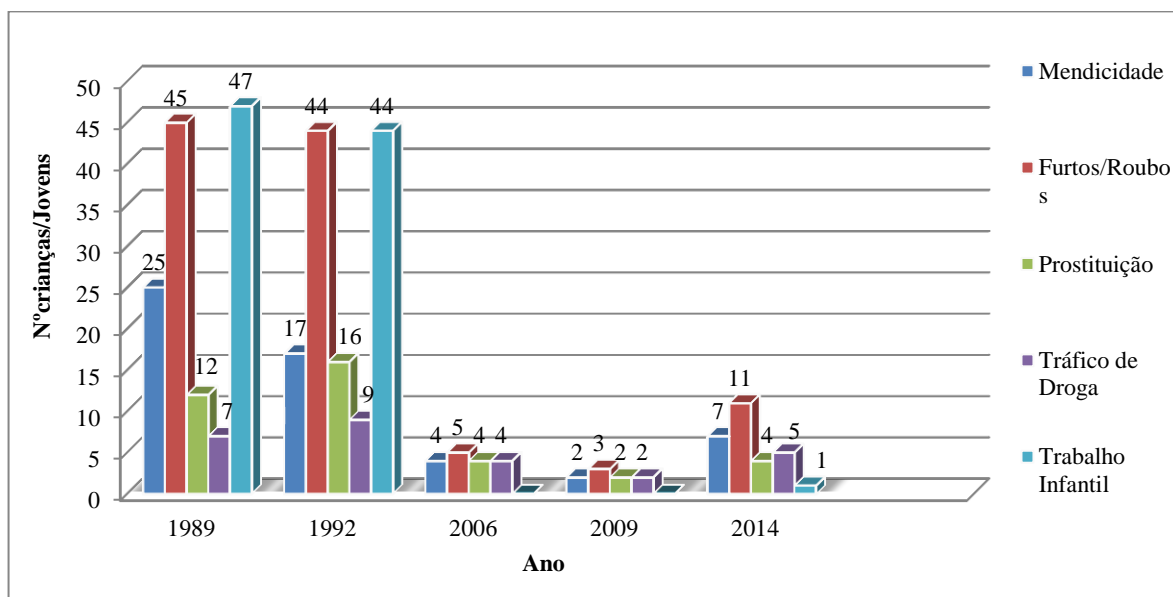
as crianças fogem porque a sua educação assenta num excesso ou défice de liberdade, isto é, o estilo educativo é marcado pelo facto dos pais serem punitivos ou permissivos. Para além disso, existe alguma dificuldade na interiorização da figura dos pais e dos adultos, não respeitando por isso muitas vezes a autoridade. Todos os participantes no *Focus Group* afirmam que a principal causa de fuga encontrada é o crescimento com falta de comunicação e diálogo entre o jovem e os progenitores, pois, muitas vezes, a família não tem competências ou se demite das responsabilidades de cuidar desse menor. Assim, a fuga, segundo os técnicos, é uma consequência de inúmeros problemas que interferem no crescimento da criança e raramente um ato isolado.

Gráfico 6 - Dados referentes às Fugas de Crianças/Jovens, reportadas à linha SOS - Crianças Desaparecidas (2004 – 2014)



Fonte: IAC- SOS Criança

Gráfico 7 - Principais formas de subsistência na Rua



Fonte: Própria

Como fonte de subsistência muitas das crianças sinalizadas nos *Giros* recorrem à prostituição, à mendicidade, a pequenos expedientes, aos furtos e ao tráfico de estupefacientes (Gráfico 7). Existem crianças que desenvolvem estratégias, vinculando-se a algum adulto que as acolhe mas muitas vezes também as explora.

Verificou-se uma significativa redução do número de crianças e jovens expostos às problemáticas associadas ao contexto de rua, porque houve fenómenos que influenciaram decisivamente a dimensão e a expressão de cada problema específico, nomeadamente ao nível das políticas destinadas à família e em particular à infância (habitação, apoios sociais, promoção e proteção dos direitos da criança).

Neste contexto, o impacto foi sobretudo sentido ao nível da tipologia Trabalho Infantil (venda de pequenos objetos /pequenos serviços).

Relativamente à prática da prostituição também são encontrados menos jovens nas zonas mais vulneráveis. No entanto, esta problemática, devido à fácil comunicação e mobilidade também mudou os seus contornos: “*Hoje em dia, não lhe posso dizer se há muitos, se há poucos, nós temo-nos deparado com muitas poucas situações, mas isto não significa que não existam, porque agora há muitos meios de comunicação*” FG (A6 - Animador de Rua). Para

além disso, os próprios técnicos salvaguardam que a equipa não está todos os dias e noites no terreno e eventualmente poderá haver alguma situação que aconteça e passe despercebida.

A prática da prostituição teve essa redução também, em grande parte devido à alteração do quadro legislativo que passou a punir o recurso à prostituição infantil. Destacamos a criação de novas medidas e políticas como o PEETI, que ajudou a combater o trabalho infantil e nomeadamente as suas piores formas de exploração (prostituição, mendicidade, tráfico de droga). A forte mediatização do processo “Casa Pia” (que está na origem da alteração à lei) e a adoção de outras formas de contacto entre jovem e “clientes”, nomeadamente através do recurso à internet (redes sociais e *chats*), também estarão na génese desta evolução. A redução da mendicidade também é explicada pelo aumento da consciencialização das instituições em matéria de infância e juventude, onde se destaca naturalmente a Polícia de Segurança Pública, que tornou-se mais vigilante nas situações em que adultos recorriam a crianças para comover/convencer os transeuntes a ofertarem esmolas. Atualmente é unânime o reconhecimento que se trata de uma violação clara dos direitos da criança, comprometendo o seu desenvolvimento presente e futuro (esta problemática passou a estar integrada na problemática mais ampla do TSH).

Apesar da acentuada diminuição das principais estratégias ilícitas de sobrevivência na rua, entre 2009 e 2014, a equipa de intervenção registou um pequeno aumento de praticamente todas as problemáticas, ficando no entanto muito aquém dos valores apresentados no início dos anos noventa. Sem querermos dar grande destaque a este eventual retrocesso, realçamos que os diversos atores afirmam que este ligeiro aumento pode estar relacionado com a crise económica e social que tem vindo a penalizar de forma bastante relevante as famílias portuguesas e em especial as crianças e jovens.

Estes menores têm comportamentos de alto-risco, colocando-se facilmente em perigo. A maioria inicia a sua vida sexual muito precocemente, sem grandes cuidados, nem precauções, sendo propícios ao contágio de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada: *“Pela falta de maturidade, muitas vezes acontece, não conseguem vivenciar uma vida sexual saudável e acabam por iniciar uma relação muito cedo, por vezes com diferentes parceiros, portanto naquilo que nós achamos uma falta de respeito por si própria, e deixar que o seu corpo seja utilizado a Bel- prazer por quem quer que seja”* FG (T5 - Técnica de Política Social).



Um dos outros riscos é a prostituição e a exploração sexual de menores, que atualmente, apesar de menos visível, continua a ser praticada com recurso a jovens de ambos os sexos. Existe, efetivamente, uma grande negligência ao nível da saúde, chegando muitas vezes a haver risco de vida.

A inconsequência e inconsciência destes jovens fazem com que se coloquem em risco permanente: *“É assim, não crendo ser retrógrada, que não o sou, nem demasiado conservadora, mas o que é que um adolescente de 12, 13, 14 anos, a altas horas da noite no Bairro Alto a beber, o que é que vai acontecer, o que é que pode acontecer?”* FG (T3 - Técnica de Política Social). São jovens que estão em situação ilegal a consumir quando não é permitido pela idade, expostos a inúmeras situações que põem em risco a sua saúde e integridade física e psicológica. *“Há imensas meninas que são violadas exatamente porque a partir de um determinado momento acabam por perder a consciência e portanto tudo pode acontecer: assaltos, violações, maus tratos, portanto ficam expostos a uma quantidade de riscos”* FG (T5 - Técnica de Política Social). A questão dos consumos é também uma grande preocupação, pois muitos deixam de ter um consumo ocasional para se tomar uma dependência.

“A rua promove a estratégia de sobrevivência daí o comportamento ilícito” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa), já que muitos jovens, que praticam pequenos furtos, em pouco tempo são devorados pela via da criminalidade: *“têm o risco de se tornarem a curto prazo, marginais porque eles têm já o pezinho na delinquência”* FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa). Existe assim uma relação provável entre uma infância/juventude de delinquência e uma vida de criminalidade, pois acabam por ser estratégias de sobrevivência que se enraízam nestes indivíduos ao longo da sua história.

Os técnicos do *Projecto Rua* afirmam que apesar de estarem inscritos e matriculados, a maioria destas crianças/jovens já se demitiu do papel de estudante. A maioria vive em *“ociosidade escolar”* FG (T3 -Técnica de Política Social) com níveis de escolaridade muito baixos. Muitas crianças, por não se identificarem com as metodologias da educação formal, acabam por desanimar e se auto – excluir da escola, abandonando-a mesmo antes de cumprir a escolaridade obrigatória. Segundo a Equipa do *Projecto Rua*, estas crianças não têm um défice intelectual, mas dificuldades de aprendizagem, de concentração, de atenção e, por vezes, distúrbios de personalidade. Inúmeras vezes, *“em casa a língua que se fala não é a*



mesma, os livros que lêem não são os mesmos, os códigos linguísticos não são os mesmos” FG (T1 - Assistente Social), ou seja, são crianças que vão resistindo um, dois, três anos, mas como não conseguem progredir, começam a ser rotulados como maus alunos e acabam por abandonar os estudos ou serem expulsos da escola.

Muitos passam os dias na escola, mas não frequentam as aulas, outras dirigem-se para os centros comerciais onde se entretêm com o seu grupo de pares, fazendo os seus pais acreditar que estão na escola. Algumas famílias que se demitiram da educação e formação dos seus filhos, permitem que as crianças passem o dia em casa, “em frente ao computador”. Compreendemos que estas crianças, maioritariamente, não têm regras nem um sentido de responsabilidade, são indisciplinadas, acabando por passar os dias a “*não fazer nada*” FG (T2 - Pedagoga Social), não tendo nenhuma ocupação diária.

Relacionam-se essencialmente com o seu grupo de pares, procuram estar com quem se identificam, no entanto atualmente “*não há aquela ideia dos gangs*” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa).

Os seus gostos não se distanciam das crianças e jovens da mesma faixa etária, têm exatamente as mesmas necessidades e os mesmos gostos que os outros. “*Gostam de jogar computador, gostam de telemóveis, gostam de ir a teatros, mas quando promovidos e estimulados por nós. Por eles sozinhos, como é óbvio, não têm acesso e aí é complicado*” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa).

Fruto da sociedade de consumo atual, estas crianças têm uma grande preocupação com a sua imagem e com a ostentação de riqueza. A sociedade atual uniformizou os padrões de gosto e identidade, desta forma, estas crianças têm uma aparência idêntica às restantes crianças: “*São jovens como os outros que se identificam e copiam os seus ídolos, os seus líderes, tal e qual. São igualzinhos*” FG (T8 - Psicopedagogo).

Procuram seguir as tendências da moda, ostentam sinais de riqueza superficial, independentemente das suas condições económicas. Na sua posição perante o grupo de pares, o exterior conta muito e por isso investem todo o dinheiro que conseguem na sua aparência física: vestem roupas de marca “*da cabeça aos pés*” FG (T5 - Técnica de Política Social), usam os ténis e acessórios, vestem também calças descaídas “*com os boxers à mostra*” FG (T3 - Técnica de Política Social), têm telemóveis topo de gama, usam os mesmos penteados. “*Não significa agora que nós não vejamos na rua um menino todo bem vestidinho, cujo*



banho não seja assíduo. No início às vezes é muito bonito por fora, mas o cheiro de quem não toma banho...” FG (T3 - Técnica de Política Social).

Exceções são os menores que praticam a mendicância que mantêm uma aparência mais empobrecida e descuidada ou jovens em situação de consumo. Para além disso, muitas jovens, tanto pelo seu aspeto físico como pela forma como se produzem, aparentam ter mais idade, dificultando a intervenção da Equipa de Rua, nomeadamente em locais de divertimento noturno ou na prática da prostituição.

Atualmente, estes jovens têm as suas necessidades básicas mais ou menos satisfeitas, pois, acima de tudo, têm grandes carências a nível afetivo e valorativo: “*As principais necessidades delas acho que são serem aceites, serem queridas, serem amadas*” FG (A6 - Animador de Rua), são “*crianças que foram crescendo sem, se calhar, alguma vez terem sentido o toque da mão da mãe ou do pai, ou o toque de uma maneira afetuosa, porque, se calhar, o toque sentiram-no e mais do que uma vez, mas de uma maneira mais abrupta*” FG (A7 - Animador de Rua). Muitos pais ausentam-se da educação dos seus filhos por completo, “*facilmente se fazem substituir por um brinquedo que a criança tanto quer*”. “*Às vezes é tão fácil, toma lá e não me chateies, já não posso ouvir!*” FG (T5 - (Técnica de Política Social)..

Apesar de procurarem aparentar uma imagem de confiança, a maioria destes jovens tem uma auto – imagem negativa ou baixa auto – estima, pois “*desde que nasceram sempre ouviram dizer que não prestam e que não valem e que são maus e comportam-se à altura, pela negativa*” FG (T4 -Técnica de Política Social – Responsável de Equipa). Muitos não têm grandes expectativas da vida nem de si próprios, são pouco ambiciosos, não têm a mínima projeção e noção das suas verdadeiras capacidades, assim como dos seus desejos mais profundos. Normalmente são muito limitados porque não conhecem de forma real o mundo, tendo uma visão muito redutora da vida. “*Nós temos situações de jovens com quinze, dezasseis anos que nunca foram ao cinema, alguns, que apesar de serem da linha de Sintra nunca tinham ido a Sintra, pensavam que Sintra era o Cacém, era Mem – Martins, Algueirão, Monte Abraão. Há jovens que nunca tiveram a oportunidade de conhecer outras realidades*” FG (T1- Assistente Social). São jovens que vivem muito fechados num contexto específico, e como não se relacionam com outros meios acabam por solidificar aquilo que conhecem. Não perspetivam ascender a um patamar mais elevado, não vão além daquilo que conhecem na



família e nos vizinhos, ou seja, procuram trabalhos que requerem pouca qualificação seja nas limpezas, na construção civil, em cadeias de *fastfood* ou hipermercados.

“São jovens que não sonham muito alto porque também não lhes foi permitido” FG (A7 - Animador de Rua). E muitos deles nem sabem o que é sonhar, dizem: “*ah, não me lembro o que é que sonhei hoje, sonhar para eles é dormir...*” FG (T2 -Pedagoga Social). Vivem muito o imediatismo, não têm perspectivas futuras muito acentuadas, nenhum projeto. Só lhes interessa o presente: “*Não investem muito no agora para colherem mais tarde, não conseguem aguentar a espera, é tudo muito descartável, tudo muito rápido*” FG (A6 - Animador de Rua). Existem também jovens que vivem num mundo de ilusões que ambicionam coisas megalómanas: “*Há alguns jovens que têm jeito para a bola mas pensam que podem ser o Cristiano Ronaldo e portanto alimentam expetativas pouco realistas*” FG (A7 - Animador de Rua).

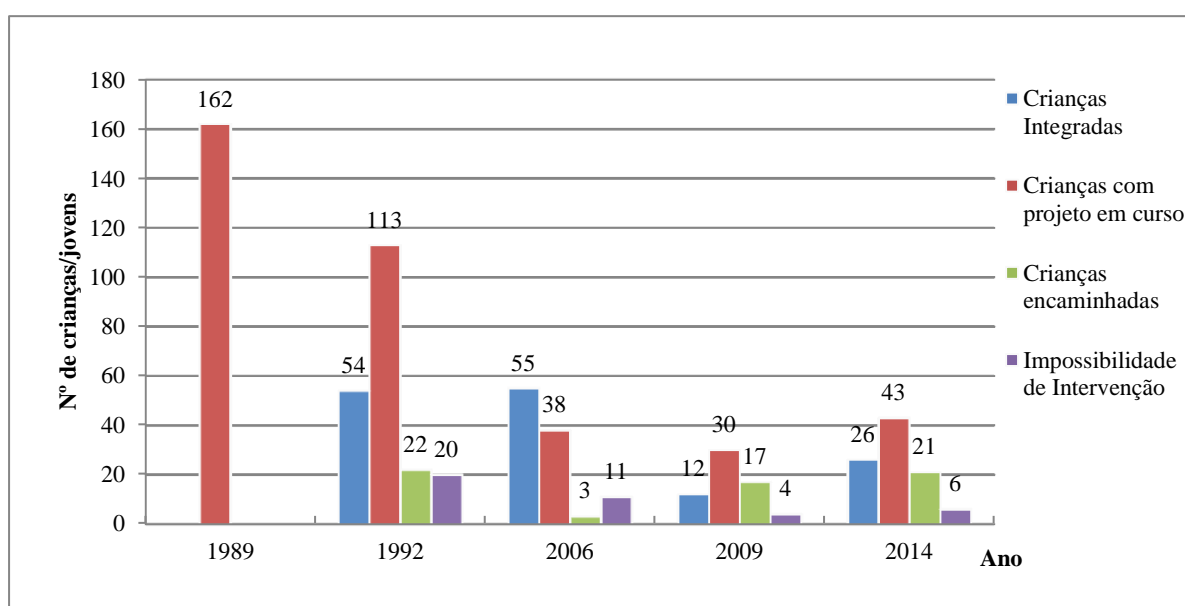
Habitualmente, estes jovens responsabilizam o seu contexto social e os outros pelos problemas e nunca se assumem como um fator de mudança ou como alguém que tem importância na reversão das situações. “*Normalmente é o professor que não gosta de mim, é a escola que me expulsou*” FG (T1 - Assistente Social). O próprio jovem alheia-se desse papel.

Frequentemente, são jovens descrentes da figura adulta porque durante o seu percurso foram muitas vezes enganados e defraudados. Têm graves problemas na relação, “*a arma que lhes ensinaram como instrumento é a violência, para a resolução de conflitos*” FG (T8 - Psicopedagogo), dificultando o processo de socialização. Apesar de muitas vezes agressivos e de apresentarem um grande espírito de liderança e rebeldia, “*a maior parte destes jovens têm também muita sensibilidade, não podem é demonstrá-la*” FG (T5 -Técnica de Política Social) isso seria devastador para a sua imagem.

Conclui-se que, apesar dos visíveis resultados positivos, não se conseguiu extinguir o problema, o que há agora é um conjunto de crianças e jovens em perigo, com práticas comportamentais de risco, que fazem da rua o seu local de subsistência e de diversão, sendo muitas vezes explorados por adultos. Em momentos de fugas dormem em pensões, em casas de amigos e conhecidos, mas acabando, normalmente, por regressar à sua família base ou à instituição onde estão inseridos. A grande diferença do passado está no vínculo de dormir ou não ao relento, no entanto, continua a existir uma passagem pela rua e inúmeras problemáticas que consequentemente resultam na fuga destas crianças (Gráfico 8).

A atual preocupação dos profissionais do *Projecto* “*não é tanto a pobreza económica, mas a pobreza de valores, a ausência de referências, de acompanhamento, de disponibilidade no processo de sociabilidade das crianças*” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa), sendo esta realidade transversal a todas as classes sociais. No entanto, a crise internacional que atualmente vivemos, poderá vir a redimensionar esta problemática.

Gráfico 8 - Intervenção junto das Crianças/Jovens acompanhadas pela Equipa da Comunidade de Fuga



Fonte: Própria

Nota: Os dados apresentados representam alguns anos ao longo das fases de evolução do *Projecto Rua* de forma ilustrativa.

Crianças Integradas: Todos os casos em que a criança ou jovem atingiu os objetivos delineados, nas dimensões predefinidas: família, escola, formação, emprego e acolhimento institucional;

Crianças com Projeto em Curso – Situações em que a criança ou jovem tem um projeto delineado, com objetivos definidos, encontrando-se em fase de execução (acompanhamento por parte da equipa) de forma a atingir os objetivos previamente definidos;

Crianças ou Jovens Encaminhados – Todas as situações em que pela sua especificidade, o *Projecto Rua* propõe o acompanhamento por parte de outras entidades/modelos de intervenção alternativos;

Impossibilidade de Intervenção - Quando o *Projecto Rua* nada mais pode fazer pela criança ou jovem por insuficiência de dados; recusa de intervenção; situações de mudança de residência, país, prisão ou morte.

As crianças em situação de rua na comunicação social

Um outro modo de perceber se o *Projecto Rua* deixou algum rasto na consciência cívica da população portuguesa, foi analisar as notícias dos meios de comunicação. Concluiu-se que os meios de comunicação social contribuíram para não silenciar os dados recolhidos pelas equipas de terreno, permitindo a sua divulgação, alcançando os diversos segmentos da opinião pública.

Para o efeito, procedeu-se a uma breve pesquisa exploratória, com o auxílio de uma base de dados organizada pela equipa técnica do IAC. Os indicadores que se obtiveram pecam por defeito, principalmente no que se refere aos primeiros anos de existência do *Projecto*, mas são ainda assim, bastante elucidativos (gráfico 9).

De 274 unidades de informação registadas (notícias, artigos, crónicas e outra), observa-se que grande percentagem foi publicada nos primeiros anos, diminuindo substancialmente nas fases intermédias, para voltarem a ser intensificadas na fase atual, mas ainda sem expressão estatística.

Observa-se, no entanto, um esforço constante e crescente de difusão do problema.

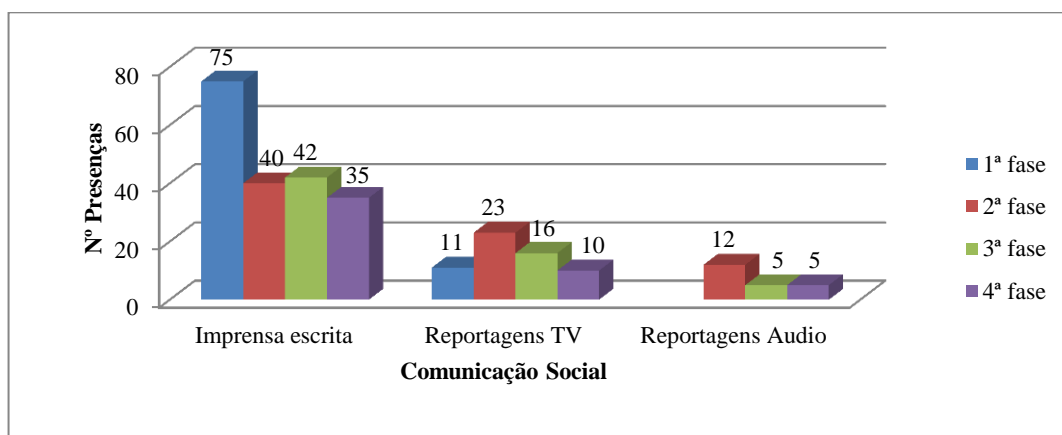
Figura 13 - O IAC - *Projecto Rua* noticiado na comunicação social



Fonte: Arquivos do IAC

O ritmo de produção informativa foi irregular ainda que volumoso, resultado da importância dada pela média à temática em questão, como se pode observar nos exemplos da (fig.13).

Gráfico 9 - *Projecto Rua* na Comunicação Social

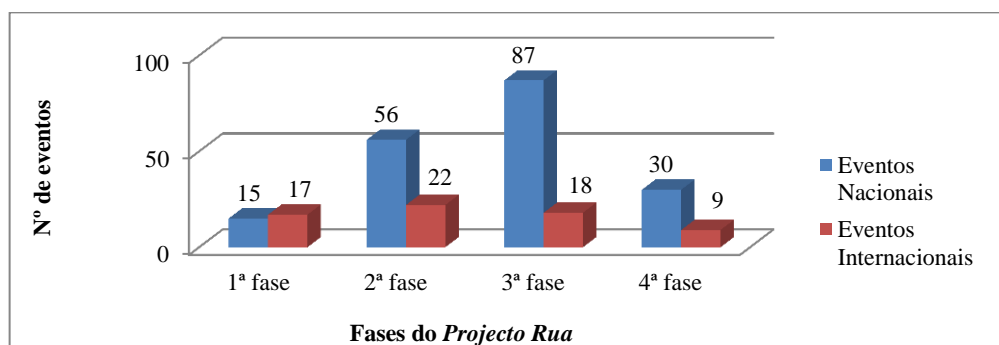


Fonte: Arquivos do IAC

Eventos sobre a problemática das Crianças em Situação de Rua

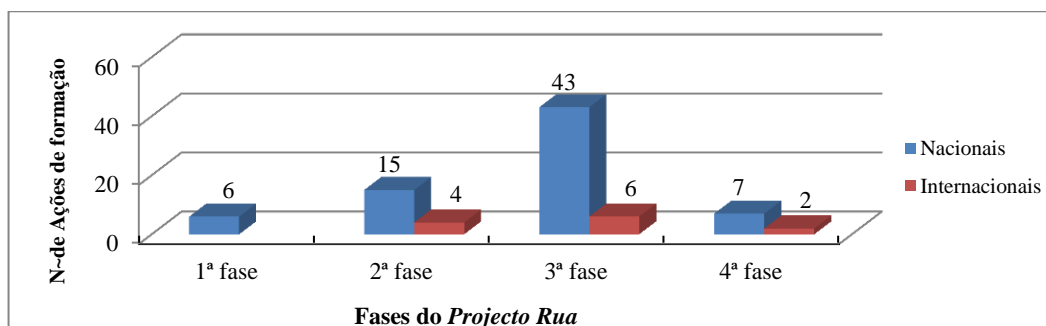
Outro meio de grande difusão desta problemática foram os **eventos promovidos** pelo *Projecto*, como podemos observar no gráfico nº 10, 11 e 12, bem como a participação de um grande número de elementos do *Projecto Rua* em diversos **eventos nacionais e internacionais** para divulgar e debater sobre as causas, contextos, efeitos e soluções globais do fenómeno em análise.

Gráfico 10 - *Projecto Rua* em Eventos



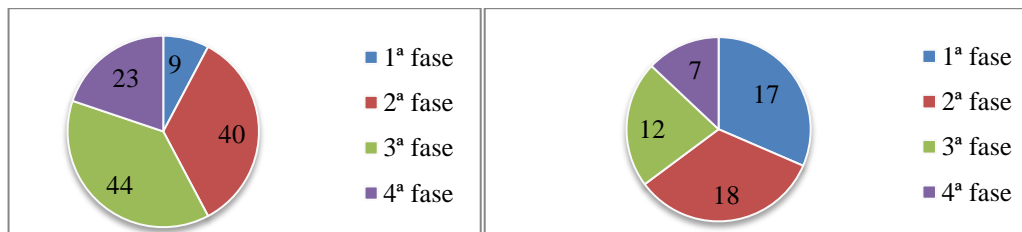
Fonte: Própria

Gráfico 11 - Ações de Formação dadas pelo *Projecto Rua*



Fonte: Própria

Gráfico 12 - Encontros Nacionais e Internacionais em que o *Projecto Rua* foi preletor



Fonte: Própria

Pode observar-se alguns exemplos nos anexos 5 e 6⁴⁵, evidenciados também nos cartazes e desdobráveis em baixo apresentados.

Figura 14 - Participações do IAC - *Projecto Rua* em eventos de âmbito nacional e internacional



Fonte: Arquivos de IAC

De facto, a variedade de organizações de comunicação social de diversa natureza (escrita, digital, de rádio, televisão), mostra bem como se constituiu um autêntico observatório cívico sobre o problema das crianças em situação de rua em Portugal, com evidentes vantagens para se apontar caminhos, adequar medidas e políticas, sedimentar práticas de cuidados de proximidade, para a sua resolução. Quer pela ajuda que deu à consciencialização do fenómeno, chamando todos os agentes sociais à responsabilidade que lhe era inerente, quer pela pressão introduzida sobre diversos decisores em presença, visando uma boa decisão, no espaço de responsabilidade de cada um.

⁴⁵ Anexo 6 - As crianças em situação de rua na comunicação social.

Anexo 7 - Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua.

Publicações e Literatura Cinzenta

Uma rápida pesquisa bibliográfica testemunha que a divulgação desta problemática, concretizou-se para além dos meios anteriormente apresentados, por isso destacamos também, as **publicações** sobre o tema em análise e a **literatura cinzenta** produzida.

Número de **publicações** produzidas pelo IAC – *Projecto Rua* não foi muito significativo (ver quadro 2), mas produziu informação mais duradora, que será visível durante mais tempo, ao contrário daquela que é produzida pelos media, que apesar de ter um impacto assinalável pela quantidade de pessoas que atinge, causando a intensidade das suas emoções, têm curta duração, devido à transitoriedade da mudança e ao seu curto ciclo de vida.

Quadro 2 - Publicações do IAC - *Projecto Rua*

	Boletins do IAC	Folhas informativas (<i>Projecto Rua</i>)	Livros Publicados (IAC)	
1ª Fase	26	7	1	
			1	
2ª Fase	24	20		
3ª Fase	36	24	3	
4ª Fase	22	9	8	
Total de Publicações	108	60	13	181

Fonte: Arquivos do IAC

Com estas publicações, o *Projecto* disponibilizou ao público em geral e especializado, informações fiáveis sobre o problema, visando a reflexão sobre as suas principais características, com vista à sua prevenção e combate.

Figura 15 - Publicações do IAC no âmbito da problemática das crianças em risco, com especial incidência nas crianças de rua



Fonte: Arquivos do IAC

Sublinhe-se que não se cometeu o erro recorrente de produzir um *superavit* de informação e um deficit de ação (Carmo, 2007), pelo contrário, apostou-se em guias – práticos, que permitiram aos interventores sociais no terreno disporem de conhecimentos normativos e técnicos adequados para poderem agir.

Uma das áreas mais promissoras para a reprodução do conhecimento na sociedade de informação, integra a chamada **literatura cinzenta**, constituída por um conjunto cada vez maior de relatórios de pesquisa, produzidos em contexto académico de graduação e de pós-graduação, não publicados mas validados por júris qualificados de professores especialistas em diversos domínios (Carmo, 2010).

É neste contexto que se situa o valor de cerca de 76 estágios que se realizaram e dos respetivos relatórios produzidos no âmbito do *Projecto Rua* e dos quais se salientam os seguintes aspetos (quadro 3).



Quadro 3 - Instituições educativas de origem dos estagiários

Tipo de Instituição	Identificação	Nº de Relatórios de Estágio
Universidades Públicas	Universidade de Coimbra	1
	Universidade do Minho	1
	Universidade Nova de Lisboa	1
	Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP)	11
	Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)	6
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1
Universidades Privadas	ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada	6
	Universidade Aberta	1
	Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)	2
	Universidade Católica Portuguesa	6
	Universidade Lusíada	1
	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	5
	Universidade Moderna	4
	Universidade Independente	1
Politécnicos Públicos	Escola Superior de Comunicação Social	1
	Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa	1
	Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil	2
	Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende	1
	Escola Superior de Enfermagem de Santarém	2
	Instituto Superior de Ciências Educativas	1
	Instituto Superior de Serviço Social	17
	Escola Superior de Saúde do Alcoitão	2
	Instituto para o Desenvolvimento Social	1
	Total de Relatórios de Estágios	

Fonte: Arquivos do *Projecto Rua*

Quadro 4 - Cursos dos estagiários

Identificação do Curso	Nº
Animação Cultural e Social	2
Antropologia	1
Comunicação Empresarial	1
Educação	3
Enfermagem	6
Política Social	9
Psicologia	11
Psicopedagogia Curativa	3
Serviço Social	25
Sociologia	14
Relações Interculturais	1
Total	76

Fonte: Arquivos do *Projecto Rua*



Os dados apresentados são um bom indício da grande mobilização do *Projecto*, do interesse crescente dos meios de comunicação social, do maior conhecimento sobre a problemática por parte dos técnicos e, por último, da visibilidade e consciencialização da sociedade em geral.

6.2. O *Projecto Rua* como Laboratório Social

Conforme foi referido anteriormente, agora há que indagar se o IAC – *Projecto Rua* exerceu um papel de Laboratório Social, através da experimentação de novas práticas de intervenção social e, em caso afirmativo, constatar se essas experiências deixaram um rasto significativo, utilizável em práticas futuras.

Ao longo da sua existência, o *Projecto Rua* tem funcionado como um Laboratório Social, através da experimentação social de novas práticas de intervenção, quer ao nível de projetos-piloto, quer ao nível de metodologias e de ações inovadoras, como podemos observar através do anexo 7⁴⁶.

Salienta-se, ainda, o facto de o *Projecto* ter desenvolvido o seu papel de laboratório social em diferentes domínios da intervenção ou seja, na área da educação, justiça, social, formação/emprego, saúde e do seu impacto se verificar na transferibilidade para outras práticas e no contributo para a legislação e políticas públicas.

Iniciativa Inovadora

Podemos constatar que o aspeto **inovador** está na génese do próprio *Projecto Rua*, ao ser reconhecido pelos decisores do 3º Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, como elegível para financiamento, na categoria especial das iniciativas inovadoras.

As suas características inovadoras aí evidentes foram as seguintes:

- Realizar pela primeira vez em Portugal uma ação deste tipo com crianças de rua, já há muito sinalizadas por várias instituições públicas e privadas;
- Utilizar técnicas inovadoras de abordagem das crianças e jovens, através do recurso à figura dos animadores de rua, que, pela sua proximidade (idade, vizinhança,

⁴⁶ Anexo 8 – *Projecto Rua* como Laboratório Social.



compreensão etc.) conseguem estabelecer contacto, facilitando as intervenções subsequentes dos técnicos;

- Criar respostas inovadoras para as situações dos menores, sendo o trabalho realizado predominantemente na via pública, tanto de dia como de noite;
- Ter constituído uma ação de referência, reconhecida como boa prática, tendo efeito multiplicador a nível comunitário e nacional.

A Solidariedade que se desejou no sistema levou à necessidade de utilização de todos os equipamentos sociais existentes e à articulação com entidades públicas e privadas, e até as próprias crianças até aí marginalizadas tornaram-se progressivamente participantes do próprio processo de integração social.

A Vice-presidente do IAC, Dulce Rocha, comenta em relação à inovação do trabalho desenvolvido: *“Foi um Projecto aprovado por ser inovador. Era o primeiro que tratava as crianças de rua em Portugal, e que tinha uma metodologia inovadora. Uma educação em regime aberto, não institucional, e tinha vários fatores que foram considerados inovadores como por exemplo a utilização de animadores de rua, o facto de as equipas irem ao encontro da população e desenvolverem um trabalho lá no local onde elas se sentem seguras. Outro dos aspetos era o facto de não sermos só nós (...) era uma obrigatoriedade do Projecto, o próprio programa exigia que tivéssemos um partenariado forte não só a nível nacional, como europeu, mas também a participação do grupo alvo”* E1 (Procuradora da República).

Assim, o investimento relacional constitui-se como um dos elementos de base da confiança entre a equipa e a criança/jovem. Esta relação aparece marcada por traços de empatia, afetividade, disponibilidade, interesse, genuinidade, confiança, igualdade, capacidade de escuta, suporte e dedicação.

Princípios orientadores, métodos e técnicas

Os discursos produzidos pelos diversos atores, sobre a inovação da intervenção, reforçam a importância do **acompanhamento individual** concomitante com uma intervenção grupal, presente em todas as fases de evolução do *Projecto*.

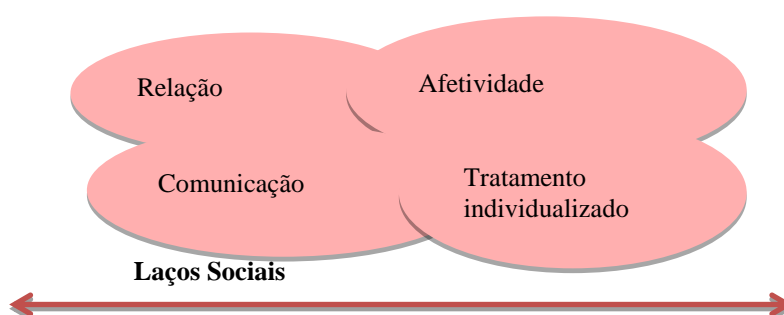
Nesta linha de pensamento, o acompanhamento necessita de uma abordagem de proximidade, através de um contato individualizado e uma construção de perspetivas comuns

de ação, com base numa construção conjunta. Esta perspetiva enquadra-se no entendimento do acompanhamento social como um processo personalizado, permitindo uma resposta individual por parte da criança/jovem, considerando-o como sujeito ativo e gestor do seu próprio percurso, valorizando as suas singularidades e biografia, numa relação que permita compreender as suas atitudes, e motivações; cria um suporte que permite uma orientação contínua do seu agir.

Torna-se necessário uma avaliação global e integrada da situação de partida da criança e jovem, para poder identificar e priorizar as suas dificuldades e necessidades e um conhecimento aprofundado da sua trajetória, que pressupõe um conhecimento global e integrado das várias dimensões presentes: individual, familiar, social e escolar (Oliveira, 2010).

Em síntese, o acompanhamento social e individual evidencia a necessidade de uma intervenção onde estejam presentes componentes de natureza interativa, afetiva e comunicacional, num processo individualizado, permitindo uma reconstrução identitária, aliada a um processo de intervenção coletiva, possibilitando a reconstrução social que visa a inserção da criança e jovem, sintetizada na seguinte (fig.16):

Figura 16 - Componentes do Acompanhamento Social e Individual



Fonte: O Virar da Seta: Factores Positivos em Vidas de Jovens em Risco (Oliveira, 2010:148)

O *Projecto*, consciente de que as crianças e jovens apoiados tinham um passado feito quase sempre de histórias de desencontros, rejeições e exclusão que contribuíram para comportamentos de risco, teve presente que a intervenção tinha de visar a formação pessoal e social, em domínios como: autoestima e autoconceito, a comunicação, a resolução de problemas e a tomada de decisão, rumo à construção de um projeto de vida.



Assim, o **treino de competências pessoais e sociais do *Projecto Rua***⁴⁷ funcionou sempre como um instrumento auxiliar no âmbito do acompanhamento de medidas aplicadas, a crianças e jovens de Promoção e Proteção e/ou Tutelares Educativas ou nas sanções penais.

O desenvolvimento de competências pessoais e sociais destaca-se como uma dimensão essencial para uma intervenção inclusiva, apresentando resultados positivos ao nível da vida em sociedade, mobilizando diferentes fatores da personalidade, tais como a motivação, a antecipação, a responsabilidade, a imagem de si próprio, etc.

Neste sentido, os programas de competências sociais do *Projecto Rua* apareceram num contexto de trabalho de grupo como um todo, apresentando resultados mais eficazes através da experimentação e vivência de situações reais e simuladas.

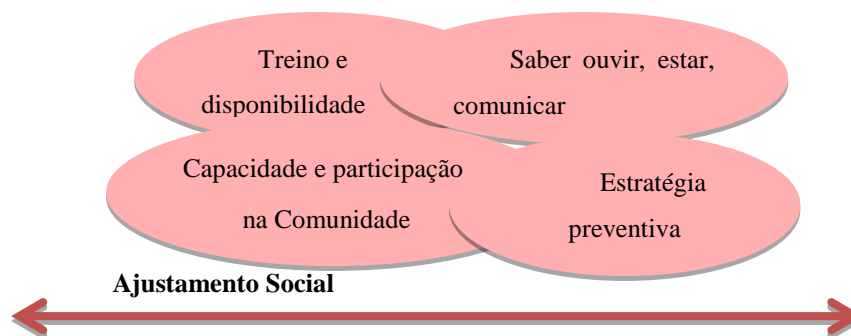
A promoção destes programas de desenvolvimento de competências pessoais tem um caráter muitas vezes lúdico, mas existe também uma intencionalidade clarificada nos objetivos propostos nas atividades que se realizam, nomeadamente, a promoção de comportamentos assertivos, o fortalecimento do sentido de pertença a uma grupo ou o desenvolvimento de atitudes livres e saudáveis.

Em suma, a aquisição de competências sociais e pessoais, em síntese na (fig.17), parece destacar-se como um aspeto importante na maturação, ajustamento social e inclusão. Os programas de competências sociais e pessoais surgem como uma das práticas do *projeto* com maior relevo, utilizados em todas as suas etapas, traduzindo-se em variadas expressões positivas relativas à inserção na sociedade e mudança de comportamento das crianças e jovens acompanhados.

“Na intervenção social, não é suficiente que o jovem domine certos comportamentos relacionais. Este necessita de ter oportunidades relacionais para experimentar os progressos e realizar ajustamentos, obtendo assim ganhos pessoais e sociais. Neste sentido, a promoção de competências apresenta-se como uma estratégia preventiva do desajustamento social e pessoal” (Oliveira, 2010:153).

⁴⁷ Anexo 9 – Grelhas de competências, emocionais, sociais e profissionais.

Figura 17 - Componentes do Desenvolvimento de Competências Sociais e Pessoais



Fonte: O virar da Seta: Fatores Positivos em Vidas de Jovens em Risco (Oliveira, 2010:154)

Podemos assim afirmar que o cariz **inovador do Projecto** segundo os técnicos da equipa, advém dos seus princípios orientadores (os anteriormente descritos e estes agora apresentados) que procuram compreender e perceber a criança de rua consoante a suas necessidades, mas também descobrir as suas potencialidades, no seu contexto real: A rua. A proximidade que os técnicos e animadores procuram ter com a criança, “*o estar com a criança, estar na rua, ir ao encontro de ... basicamente isto é o pilar da nossa intervenção*” FG (T8 - Psicopedagogo). “*A grande inovação do Projecto consistiu antes de mais, em ir ao encontro da criança/jovem onde quer estivesse e não esperar que viesse até nós*”. A equipa considera que sendo visível a existência de problemas graves, o interventor social tem de ser pró-ativo indo ao encontro destas crianças: “*não podemos estar sentados atrás de um gabinete e esperar que o utente se socorra de nós dos nossos serviços. Vamos nós ao encontro*”. Em defesa deste princípio, o *Projecto Rua* desenvolve a sua ação em regime aberto com base na relação de confiança, “*é quase um namoro pedagógico*” FG (T3 - Técnica de Política Social).

O *Projecto* desenvolve as suas atividades apelando ao interesse das próprias crianças através de **técnicas lúdico pedagógicas**, “*não a brincadeira pela brincadeira, o lúdico pelo lúdico, mas como uma metodologia de treino, uma metodologia pedagógica para a inserção destes miúdos*” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa). Segundo esses técnicos, deve haver por parte das instituições uma grande aposta na educação informal para que cada criança seja cativada e intervenha no seu processo de inserção.



O verdadeiro êxito desta metodologia de intervenção, foi a aposta numa **visão inovadora** da criança como sujeito de direitos. Conforme afirma a Vice – Presidente do IAC, Dulce Rocha, “*confiar na capacidade do adolescente, reconhecendo-lhe o direito de participação, envolve-lo no Projecto, contagia-lo no entusiasmo da equipa, fazendo-lhe crer que o sucesso desta, radica no êxito do seu próprio projeto de vida, esses são realmente os segredos chave dos bons resultados obtidos*” E1 (Procuradora da República).

Revelou-se de importância crucial a figura do **animador de rua** – outro aspeto inovador do *Projecto* – que com o seu comportamento informal, estabelece com a criança uma relação personalizada e implicada, de afeto, companheirismo e compreensão.

Segundo a Vice-presidente do IAC, Dulce Rocha “ (...) *O animador é um jovem que se dirige à criança e faz o primeiro contato, despido de formalismos com naturalidade e espontaneidade. É alguém que está próximo da criança, na idade e na linguagem*” E1 (Procuradora da República).

Os giros diurnos e noturnos, giros animados, maratona de giros e giros integrados, constituem uma metodologia privilegiada. Técnicos e animadores percorrem a cidade, a pé ou com recurso a uma Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica para diagnosticar, abordar e intervir com crianças de rua.

A **Unidade Móvel Lúdico Pedagógica** é uma metodologia de intervenção inovadora. Nasceu do Protocolo estabelecido em 30 de junho de 2000 entre o IAC e o PEETI, que facilita a identificação institucional, diminui os riscos da equipa, inerentes ao tipo de zonas que percorrem, assim como apoia a realização de atividades com crianças e jovens ligadas às piores formas de exploração de trabalho infantil (Mendicidade, tráfico de droga, prostituição).

Jogos de computador, consolas, música, televisão e vídeo, preenchem o seu interior, enquadrado pela presença, pela relação, que animadores e técnicos constroem com as crianças e jovens.

No âmbito da dimensão social e da justiça, destaca-se, também, a criação de respostas de acolhimento temporário adaptadas às especificidades das crianças de rua. Começou por ser implementada a **Residência de Transição**, para as crianças que desejavam deixar a rua, mas não tinham ainda reunidas as condições básicas que garantissem o seu regresso imediato à família ou a uma instituição de acolhimento. Esta resposta previa a permanência da criança/jovem por um período de 6 meses a 1 ano no máximo. Com o evoluir da intervenção



deixou de haver necessidade desse tipo de resposta e o *Projecto* passou a dispor de um **Centro de Emergência** situado no centro de cidade, possibilitando a dormida de crianças em situação de rua, por um período de 48 horas, até se encontrar uma resposta adequada às suas necessidades.

No trabalho de desenvolvimento nas comunidades de residência, realça-se as metodologias que foram utilizadas com a **participação do grupo alvo**. Destaca-se a figura do **Mediador de bairro** e dos **Agentes de Solidariedade**, que lideravam processos importantes para as comunidades, colaborando na realização de atividades necessárias ao bem-estar da comunidade como por exemplo, limpezas com pequenos arranjos do bairro, Serviços de Amas, Serviço de Confeção de Refeições – Finka Panela⁴⁸, etc.

Assim, numa postura de troca e partilha, com a participação da população e dos parceiros sociais e económicos, o *Projecto* deu apoio na resposta às necessidades imediatas das crianças/jovens e famílias, bem como às necessidades globais da comunidade.

Por outro lado, o *Projecto* ia “colaborando” na instalação de uma consciência crítica, com vista a estimular o poder de decisão, que culminou com a constituição legal de Associações Recreativas de Moradores e Associações Sócio – Recreativas e Culturais nos bairros de intervenção.

Boas práticas a destacar

Outra iniciativa que se destacou na dimensão social e saúde foi o denominado **Clube de Mães**, que nasceu da necessidade de criar um espaço específico para apoiar mães adolescentes, com afinidade entre si (laços familiares ou de amizade) que vinham regularmente ao espaço do *Projecto*.

A equipa facilitou a ideia das jovens que propuseram formar um clube, e foram planeados espaços semanais, onde se falava livremente de namorados, das relações com os pais, dos companheiros, dos filhos, de alegrias, tristezas, sonhos.

Um espaço aberto para conversas, acompanhadas com um lanche onde todas as preocupações do momento podiam ter lugar, nomeadamente questões relacionadas com a

⁴⁸ Nome do grupo de mulheres que prestava serviço numa das áreas prioritárias na comunidade – a confeção de refeições ao domicílio.



gravidez, a capacidade de dar resposta às necessidades básicas dos filhos e, mais tardiamente, as preocupações relativas ao planeamento familiar, entre outras.

Numa fase posterior, as sessões começaram a ser programadas previamente com o grupo, tendo sempre em atenção as suas inquietações do momento.

As sessões de planeamento familiar, por ex., tinham início com um vídeo, (habitualmente, da APF - Associação para o Planeamento Familiar), em que as jovens se identificavam com os atores, pelas idades, pelas preocupações manifestadas e até mesmo pelo vestuário utilizado.

Após a visualização do vídeo, seguia-se o debate, moderado por um técnico, que em algumas sessões era um elemento extra equipa, um especialista na temática ou um médico perito em adolescência.

Utilizaram-se estratégias como a “produção” de caixas de pílulas gigantes, coloridas e atraentes, que ensinavam a forma correta de as tomar.

Do acompanhamento individual às visitas domiciliárias integradas, passando por sessões de formação/informação, procurou, assim, atenuar-se o fenómeno que, em última análise e potencialmente, implicaria o risco de aparecimento de novas crianças de rua.

A “**Oficina da Mamã**”, espaço de referência e de aprendizagem onde era possível promover a aquisição de competências relacionais entre a mãe e filho, foi outra estratégia utilizada.

Funcionava, além disso, como um espaço onde as mães podiam deixar os filhos (dos 0 aos 3 anos) para poderem tratar de algum assunto (só uma vez por semana).

Era uma das jovens que ficava responsável por assegurar a “Oficina”, com a supervisão de um técnico da equipa, nomeadamente a enfermeira.

“Visita da Alegria” – Um estímulo para a mudança

Ao nível das metodologias inovadoras destaca-se com maior detalhe a “**Visita da Alegria**”, uma estratégia de abordagem à família.

Esta metodologia surgiu da necessidade de despertar as potencialidades daqueles que cuidavam e protegiam as crianças que a equipa acompanhava diariamente no Bairro 6 de Maio. Famílias em situação de carência extrema, onde se concentravam problemas de várias



áreas – educação, saúde, habitação, emprego, higiene, documentação... um amontoado de situações que ia aumentando de volume e adquirindo novas formas perante a “incapacidade” para agir e até mesmo para pedir apoio. Tornou-se necessário repensar uma nova estratégia de abordagem que fosse um estímulo para a mudança e levar alegria ao domicílio destas famílias.

Foi formada uma equipa de intervenção ao domicílio, constituída por uma técnica e um animador, que tinham como função realizar uma visita por semana à família, com a duração de uma hora. Estas visitas baseavam-se na animação temática e no lúdico, sendo o “mote” de entrada na casa das famílias o de ir “brincar” com as crianças e com os outros elementos do agregado familiar, pois o que se pretendia era envolver toda a família na animação, proporcionando um momento de descontração e de alegria, onde se tratavam temas sérios em forma de brincadeira. Assim nasceu a Visita da Alegria.

Para a realização destas visitas, os dois elementos da equipa vestiam a pele de duas personagens, com perfis bem delineados – o Tapioca e o Cebolinha. Esta equipa criou uma imagem própria, apareciam vestidos de fato de macaco branco, alegremente decorado e com o nome “Visita da Alegria” escrito nas costas. Usavam perucas, narizes postiços e outros adereços, que os tornavam semelhantes a palhaços. Consigo levavam um enorme saco de pano, de onde iam saindo, ao longo da animação, uma panóplia de adereços adequados à temática do dia.

À semelhança do que acontece com uma dupla de palhaços, também este par apresentava duas personalidades bem distintas e muito diferentes um do outro.

O perfil do Tapioca (animador) era brincalhão inato, muito extrovertido e muito sincero, sempre a fazer asneiras, sempre muito mal informado sobre as suas emoções e sentimentos, dizia o que pensava e assumia sempre as asneiras que fazia.

O Cebolinha (técnica) representava uma personagem sempre muito bem-disposta, alegre e divertida, otimista, simpática, muito compreensiva e sempre disponível para ajudar.

Conhecedora de muitos assuntos que adorava partilhar com todas as pessoas. Fazia-o sempre de forma divertida e onde todos participam ativamente. Também gostava de aprender e pedia sempre ajuda para compreender algo que não entendia bem.

A animação tinha sempre início com um breve momento para recordar a visita anterior, o que permitia fazer uma avaliação da informação interiorizada, reforçar alguns pontos

importantes e saber se ao longo da semana se tinham verificado alguma alteração na dinâmica familiar ou em algum elemento da família e só depois se dava início ao tema do dia.

Em cada dia era abordada uma temática diferente que relacionada com uma carência ou um sintoma observado no agregado familiar e a programação das temáticas seguia uma linha evolutiva ascendente, no que respeita à sua complexidade. Estas visitas eram sempre preparadas tendo em conta não só o tema, mas também o conhecimento que tinham da família, sintomas observados, hábitos enraizados, questões culturais, existência de informações deturpadas, reações possíveis e imprevistos que poderiam surgir. Eram definidas as informações que se queriam dar e daí construía-se as falas das personagens.

O Tapioca, pelas características inerentes à própria personagem, era aquele que passava a informação errada e que verbalizava “como se faz”, criando a oportunidade para o Cebolinha explicar que existiam outras formas de fazer e para passar a informação correta (ao Tapioca e à família).

Todas as questões abordadas numa visita, nunca mais de três, eram pensadas no sentido de se utilizarem recursos diferentes em cada uma e o mais possível. A dramatização, o malabarismo, a música e o canto (com letras criadas para o efeito) e a utilização de acessórios exageradamente grandes, eram recursos utilizados para o efeito.

No final da visita, era oferecida à família uma fotografia tirada a meio da animação (normalmente num momento especial) e um objeto relacionado com a temática daquela visita, o que permitia à família recordar, ao longo da semana, o que se passara ali, naquele dia.



Intervenção com as famílias no âmbito da Vista da Alegria



Boas práticas na área da Educação/Formação

Transversais às diferentes etapas/fases do *Projecto Rua*, dá-se especial ênfase aos projetos inovadores na dimensão da **educação/formação**, tais como a “**Escola de Rua – Clube Tejo**”, ação desenvolvida com o apoio do Ministério da Educação que tinha como principal característica o destacamento de professores, os quais integravam as equipas de rua. O objetivo era efetuar um contacto privilegiado com a criança/jovem, indo ao encontro da realidade (Rua) para que apreendessem conteúdos escolares de modo a motivá-los para a sua reintegração na escola. Mais tarde, e através da ligação do *Projecto Rua* com as escolas, surgiu numa das comunidades, o projeto “**Escola e Comunidades em Movimento**”. Esta parceria visava a articulação permanente da informação e acompanhamento, a rentabilização de recursos materiais e humanos, o estabelecimento da ligação entre a escola e as famílias e o envolvimento destas na realização de atividades extra curriculares.

Foi importante a atividade dos **Animadores de Escola**. Estes surgiram como forma de estabelecer a ligação escola/comunidade e de promover o sucesso escolar, diminuindo os comportamentos desajustados e o abandono escolar. Referenciamos também como projeto inovador a **Formação em Exercício**, que visava o treino de competências profissionais em posto real de trabalho, através de uma forte parceria com o mundo empresarial local, promovendo a integração de jovens com comportamentos desviantes no mercado de trabalho legal.

No que respeita à parceria com o **Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil** (PEETI), realçamos a colaboração ao nível do diagnóstico, sinalização e encaminhamento de crianças e jovens em risco e do desenvolvimento de ações específicas de prevenção da exploração do trabalho infantil.

Mais recentemente, o IAC foi entidade beneficiária no financiamento **PAQPIEF** - Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF, resultando na gestão de várias turmas **PIEF**, cuja finalidade se traduziu em promover a inclusão social de crianças e jovens, mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional. Aqui inovou-se com a **transferibilidade do treino de competências pessoais e sociais** do *Projecto Rua* para os conteúdos programáticos do programa.



A especificidade do Projecto “Educar e Formar para Inserir”

De entre os projetos inovadores na área da educação, destacamos o "**Projeto Educar e Formar para Inserir**", que decorreu na Freguesia de Marvila entre 2005 e 2009. Este projeto surge da necessidade identificada, de um percurso alternativo às respostas existentes, na área da educação/formação, para jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade, pretendendo-se acima de tudo, interromper percursos marginais.

"Pensava que a vida era só curtir, vadiar, tar com os amigos, irmos roubar...a gente roubava só por gosto de ver a pessoa a mandar vir, a gente gozava com as pessoas" J1 (Jovem Formando).

Assente em metodologias adaptadas com base em planos individuais e sempre numa lógica de parceria, pretendeu-se desenvolver competências pessoais, emocionais, sociais, escolares e profissionais. Como foco principal pretendeu-se desenvolver nos jovens competências que os levassem a alterar comportamentos de violência e indisciplina que os conduziam à marginalidade e reproduziam a situação de exclusão social em que muitos deles nasceram, cresceram e vivem.

"Eu não abandonei a escola, eles é que me mandaram p'ra fora" J2 (Jovem Formando).

Foi delineado um perfil de acesso dos candidatos de acordo com as lacunas existentes nas respostas que existiam. Os candidatos para além de terem que ter entre 12 e 18 anos de idade e de terem sido esgotadas todas as respostas de integração nesta área, tinham que estar em abandono escolar há mais de um ano, ter duas ou mais retenções, não ter a escolaridade obrigatória e estar em situação de risco e/ou apresentar comportamentos desviantes.

"Roubámos um carro para fazer assaltos...Tivemos um acidente e morreu uma pessoa...é uma coisa que não se esquece!" J3 (Jovem Formando).

Revelou-se necessário estabelecer critérios de prioridade para a seleção dos candidatos, pois desde o início tivemos uma média de candidaturas três vezes superior ao número de vagas existente. Pretendemos conjugar oportunidade com viabilidade. A oportunidade encarada como a última hipótese do jovem que se encontra na linha de fronteira, onde já tudo falhou, expulso de outras oportunidades às quais não conseguiu corresponder, sem objetivos de mudança, vacila entre aquilo que sabe que não quer (normalmente o Centro Educativo ou outra medida de contenção) e uma falsa liberdade sem opções de escolha, acabando por reforçar comportamentos desviantes e condutas antissociais. Por outro lado, o critério da

viabilidade pressupõe que existe o mínimo para a equipa conseguir intervir. A disponibilidade do jovem é o ponto de partida, mesmo sem mostrar a motivação desejável, o jovem tem que assumir um compromisso com a equipa, no sentido de se dispor a fazer o esforço necessário para a mudança, ele tem que querer ter esta oportunidade. Igualmente importante é a disponibilidade dos parceiros que intervêm na situação, seja ao nível do agregado familiar, seja ao nível do acompanhamento das medidas aplicadas ao jovem e da sua reinserção social.

"Quando vi o meu pai na sala (Tribunal) nem sabia quem era...só depois de ele começar a falar é que percebi. Não podia ficar calada, tive que dizer ao Juiz que ele não era ninguém para falar de mim. Ele não me conhecia, nunca me tinha visto!..." J1 (Jovem Formando).

Rapidamente, começámos a receber candidaturas de jovens que tinham estado em Centro Educativo e que iam terminar a medida, sem qualquer resposta ao nível da educação/formação ou de emprego. A Direção Geral de Reinserção Social solicitava à equipa a integração desses jovens com o objetivo de não se perder todo o trabalho que tinha sido feito ao nível da educação para o direito, a fim de diminuir os riscos de voltar a um percurso de vida idêntico ao que tinha quando lhe foi aplicada a medida de internamento.

"Lá no Centro estive 2 anos...foi muito difícil...chorei muitas vezes, mas depois passado um tempo a gente esquece...aí é que é mau...fazemos porcaria outra vez..." J4 (Jovem Formando).

O Projecto Educar e Formar para Inserir, estava estruturado em 3 componentes distintas mas interligadas entre si e que se complementavam. A saber: a Componente Pessoal que tem por princípio *"Ser para Socializar"* visa a aquisição de competências pessoais, sociais e emocionais que permitam a inclusão social. A Componente Teórica que tem por base o princípio *"Adquirir para Validar"* pretendendo a aquisição de conhecimentos escolares que permitam a certificação do 4º, 6º e 9º anos de escolaridade e a construção de um projeto de vida. A Componente Prática assente no princípio *"Inserir para Formar"* promove a aquisição de competências profissionais que permitam a inserção na vida ativa de forma responsável e competente.

A Componente Pessoal, assegurada pela equipa do IAC - *Projecto Rua*, compreendia todo o processo de seleção e de compromisso de intervenção integrada entre todos os parceiros, a aplicação de um programa de Treino de Competências Comportamentais, com diagnóstico inicial, avaliação e certificação das competências adquiridas. É nesta componente



que é feito o acompanhamento psicossocial integrado em estreita sintonia com os parceiros e a família.

A Componente Teórica, assegurada pela equipa de professores da Escola Secundária D. Dinis, compreendia o desenvolvimento de um Programa Curricular adaptado onde se incluíam as disciplinas de Linguagem e Comunicação, Matemática para a Vida, Língua Estrangeira/Inglês, Cidadania e Empregabilidade e Tecnologias de Informação e Comunicação.

Relativamente à Componente Prática, foi criada uma bolsa de entidades formadoras onde foi possível a formação prática em contexto real de trabalho, desenvolvida com um plano de competências profissionais a adquirir pelos formandos; tinha a duração de 2 a 3 vezes por semana, durante 6 meses, em que o jovem era acompanhado "pelo seu Padrinho", um profissional da equipa onde o jovem era integrado, destacado para o acompanhar. Esta componente implicava um acompanhamento próximo da equipa do IAC - *Projecto Rua*, em visitas ao local de formação, em avaliações regulares com os responsáveis do local e na dinamização das "Assembleias de Formação", um espaço mensal onde era solicitado aos formandos que partilhassem com os formadores a sua visão sobre como estava a decorrer a formação e fizessem propostas para melhorar algum ponto que não estivesse a correr tão bem.

Durante os três anos de vigência deste Projeto, foram abrangidos 176 jovens, dos quais 61 foram sistematicamente apoiados (21 do sexo feminino e 40 do sexo masculino). Relativamente às habilitações escolares dos jovens, à data de entrada no Projeto, salientamos a baixa escolaridade em que 79% dos formandos não tinham o 6º ano de escolaridade. Dos jovens abrangidos, 77% atingiram níveis de certificação e só 2% desses, não quis continuar os estudos. A consciencialização da importância dos estudos num novo projeto de vida e o gosto por aprender, aliados a um novo comportamento e forma de interagir com os outros, foram alguns dos maiores sucessos deste projeto, uma viragem marcante, em percursos de vida anteriormente à margem da sociedade.

"Foi uma boa experiência de vida, mudei muita coisa...aprendi a comportar-me e a ter motivação para fazer as coisas...agora tenho o 9º. Vou procurar trabalho, porque a rua não traz felicidade..." J3 (Jovem Formando).



"O Projeto? Mudou muita coisa...o comportamento, pensar antes de agir, a maneira de falar...cenas de sentimento, de respeito...Foi uma oportunidade de me inserir na sociedade..."
J2 (Jovem Formando).

"...ao longo da articulação mantida, apercebemo-nos que este Projeto do IAC, não se limitava apenas disponibilizar uma componente formativa, intervindo igualmente junto dos jovens e famílias, em parceria com esta equipa e outras instituições existentes na comunidade, assumindo-se esta componente como a principal mais-valia para a nossa intervenção, em casos particularmente difíceis ao nível da exclusão social."(DGRSP)

"O Projeto Educar e Formar para Inserir, enquanto resposta alternativa aos recursos existentes, representa uma mais-valia para o trabalho desenvolvido em articulação entre o IAC e esta Comissão de Proteção" (CPCJ - Lisboa Oriental)

"O respeito pelas características e ritmos específicos de cada jovem e a metodologia utilizada pelo Projeto têm, entre outros aspetos, contribuindo para a melhoria da sua autoestima, com repercussões evidentes ao nível do seu sentimento de autoeficácia. Estes jovens têm vindo a manifestar uma crescente capacidade para se tornarem agentes ativos na definição do seu projeto futuro, posicionando-se de forma crítica relativamente a si próprios e aos seus contextos de vida, aspeto que sem dúvida contribui para uma integração social mais acessível, adaptada e estável." (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)



Ações de treino de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais



“Aprender na Rua” – Uma ação Inovadora

Com o objetivo de fazer o diagnóstico de **comunidades de risco** (com elevado número de crianças na rua, no bairro) e dar resposta a um conjunto de necessidades ao nível da integração das crianças e jovens nas suas comunidades, foi criada em 2004 a ação inovadora, designada “**Aprender na Rua**”. Tem como princípio metodológico o trabalho em parceria, a partilha de metodologias e boas práticas que conduzam a uma intervenção integrada. Partindo deste pressuposto, cabe no âmbito da intervenção desta iniciativa, o desenvolvimento de ações pedagógicas de prevenção e de promoção de competências pessoais e sociais de crianças e jovens com especial enfoque no desenvolvimento do relacionamento interpessoal, da participação e da cooperação.

Sendo as crianças e jovens o grupo alvo por excelência, a área da educação sempre constituiu uma das suas prioridades ao nível da intervenção.

A ação “**Aprender na Rua**” está em curso até os dias de hoje, tendo abrangido diversas comunidades (B° 6 de Maio, B° Famões, B° Arroja, B° Boavista, B° Qtª da Serra e B° Alfredo Bensaúde). Tem-se justificado pela replicação da sua metodologia inovadora, de “...**ir ao encontro e estar com...**”, que continua a ser um dos princípios fundamentais do *Projecto Rua*.

É considerada uma ação de carácter preventivo, junto de crianças com idades entre os 6 e os 14 anos, em contexto comunitário e em estreita articulação com as instituições locais. Utiliza como recurso estratégico a **Unidade Móvel lúdico-pedagógica**, que constitui um privilegiado meio de captação do grupo alvo, assim como também um suporte às atividades lúdico-pedagógicas que são realizadas em contexto de rua, tendo em vista a promoção da mudança de comportamentos e a aquisição de novas aprendizagens.

O contexto onde esta ação decorre – na rua – confere-lhe um carácter aberto (a toda a comunidade) e flexível (adaptado aos participantes), exigindo da equipa o recurso a técnicas lúdico-pedagógicas inovadoras por forma a estimular nas crianças a confiança e a motivação para abordar variados temas e problemáticas. É também através do lúdico e da animação que por vezes se consegue identificar algumas situações de crianças e jovens em risco/perigo.

As comunidades onde se desenvolve a ação “**Aprender na Rua**” são consideradas de risco, onde existem problemáticas sociais muito acentuadas. Com frequência são identificadas situações de risco e perigo e para as quais é necessário, sempre em conjunto com os parceiros



locais, encontrar as respostas/encaminhamentos mais indicados a cada situação. **Os projetos integrados** assumem aqui especial relevância (materializando-se, por vezes, através da constituição de grupos interinstitucionais), assim como o papel de **mediação interinstitucional**, assumido muitas vezes pela equipa, não só porque está numa posição privilegiada de contacto com a população, mas também porque as relações de parceiros nem sempre são pautadas pelo entendimento harmonioso entre as partes.

Ao nível das problemáticas identificadas, destacam-se as situações de negligência no âmbito do acompanhamento socioeducativo das crianças. É frequente encontrar-se crianças com comportamentos inadequados que são fruto de uma ausência de transmissão de afetos e valores e que se refletem no relacionamento interpessoal. No entanto, também com alguma frequência a equipa depara-se com situações de negligência grave ao nível da satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças, maus tratos ou exposição a situações de violência doméstica.

Nesta medida, é fundamental a proximidade com as famílias destas crianças. A abordagem e o acompanhamento assentam no reforço da motivação e valorização do seu papel de pais, no respeito pelo seu ritmo individual, no processo de mudança, na valorização dos próprios filhos, facilitando a compreensão dos comportamentos manifestados e orientando a família para a adoção de novas atitudes perante os filhos.

Quadro 5 - Crianças abrangidas no âmbito da Ação "Aprender na Rua" entre 2004 e 2014

Comunidades	Nº de Crianças Abrangidas	Nº de Crianças em Situação de Perigo
6 de Maio	249	32
Famões	260	59
Quinta da Serra	181	25
Boavista	496	21
Arroja	186	30
Alfredo Bensaúde	442	82
TOTAL	1814	249

Fonte: Própria

Nota: Os valores referentes ao nº total de crianças do Bairro da Quinta da Serra e Famões, dizem respeito ao nº total de crianças abrangidas. Nos restantes Bairros, os valores referem-se à soma das crianças acompanhadas no conjunto dos anos de intervenção.



Ações com a Unidade Lúdico Pedagógica em contexto comunitário

Como podemos constatar, o *Projecto Rua* na sua função de **Laboratório Social**, deixou um rasto inovador, tanto pelo modo como foi concebido enquanto *Projecto* inovador que ganhou sustentabilidade, como pela experimentação de inúmeras boas práticas, possíveis de serem replicadas e utilizáveis em futuras ações.

6.3. O *Projecto Rua* e os cuidados de proximidade

Os especialistas dizem que um dos efeitos perversos das ações de Laboratório Social resulta exatamente da sua natureza experimental: algumas delas não sobrevivem e não deixam rasto da sua passagem, por um lado por não terem conseguido meios que garantissem a sua sustentabilidade, e por outro lado, por se revelarem inadequadas.

Pelo testemunho dos diversos atores, não foi isso que aconteceu relativamente ao *Projecto Rua*, facto reforçado também pelos dados encontrados nos arquivos do *Projecto* que identificam uma longa e diversificada lista de projetos e ações, deixando um forte rasto de atos técnicos e administrativos, possibilitando a **replicação de boas práticas**.

Os atos de intervenção identificados, focalizam-se na zona metropolitana de Lisboa, tendo-se dispersado pontualmente pelo território continental e ilhas, através do efeito multiplicador assegurado pelo trabalho em rede, especialmente a **Rede Construir Juntos**.

Alguns projetos e ações desenvolvidos tiveram eco e foram transferidos também para além fronteiras, com a ajuda de parceiros privilegiados como por exemplo a **Rede Europeia de Ação Social** e a **Federação Europeia das Crianças de Rua**.



As ações desenvolvidas foram de diversa natureza, desde a prevenção, sensibilização e informação, passando pela conciliação das áreas, educativa com a desportiva e recreativa, até às ações formativas de acompanhamento social, psicossocial, de remediação e de avaliação como podemos observar no anexo 9⁴⁹.

Em todas estas numerosas atividades se percebeu a sua consolidação, permitindo que a experimentação do Modelo de Intervenção iniciado pelo IAC – *Projecto Rua*, desse lugar à sedimentação das suas boas práticas, passo a passo transformadas em rotinas de serviços de proximidade. Este facto promoveu o seu reconhecimento pelas entidades locais, nacionais e internacionais, possibilitando o seu envolvimento e união de esforços para a replicação e transferibilidade quer para outros domínios de intervenção, quer para outros territórios.

Neste sentido, pensamos que o *Projecto Rua* deu um contributo extremamente válido para aperfeiçoar os sistemas de cuidados de proximidade previamente existente, coresponsabilizando os diversos atores sociais, locais, nacionais e internacionais, pela resolução dos inúmeros casos de crianças e jovens em situação de risco e perigo.

Os diversos atores, acreditam que o *Projecto Rua* foi e continua a ser “*um verdadeiro balão de oxigénio ou ensaio*” FG (T1 - Assistente Social), que graças a uma equipa técnica, diversa e multidisciplinar, envolvendo uma rede de parceiros governamentais e não-governamentais, de âmbito internacional, nacional, regional e local, fizeram com que o tema das crianças de rua em Portugal, saísse das cifras negras internacionais, e passasse a constituir, hoje, através do *Projecto Rua*, um exemplo Português de boas práticas no contexto europeu e mundial.

A difusão do conhecimento e de *know-how* útil, designadamente a disseminação de boas práticas, constitui, quando suportada em modelos estruturados, um instrumento de multiplicação pedagógica que, contribui para uma gradual melhoria dos sistemas de intervenção.

Disseminação de “boas práticas”- nível internacional

A nível internacional, realça-se a participação do *Projecto Rua* na Federação Europeia das Crianças de Rua (EFSC) e nesta parceria destacamos a planificação, execução e avaliação

⁴⁹ Anexo 10 – O Projecto Rua e os Cuidados de Proximidade.



de projetos conjuntos com o objetivo de criar, testar e disseminar novas ferramentas de trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco.

Neste âmbito, o *Projecto* assume o papel de interlocutor com os PALOP e constitui a pedra basilar na formação a interventores sociais, na supervisão e monitorização a projetos, com especial incidência em Cabo Verde.

O *Projecto Rua*, com o seu eixo de divulgação/transferibilidade, conseguiu dar ênfase à divulgação das suas metodologias de intervenção, contribuindo para o desenvolvimento pedagógico de quem os visitou, através da partilha de boas práticas.

Consciente de que a **transferibilidade** possibilita que os resultados obtidos no contexto da intervenção do *Projecto Rua*, possam ser aplicados noutra contexto, promovendo um **efeito multiplicador**, tem sido ao longo dos anos, uma preocupação central da equipa de intervenção.

Exemplo disso, é o Protocolo de Cooperação celebrado entre o IAC – *Projecto Rua* e a Associação ACRIDES – Associação Crianças Desfavorecidas, com sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde.

Sendo uma instituição congénere, assume como missão a defesa e a divulgação dos Direitos da Criança, proporcionando-lhes um bem-estar saudável e um desenvolvimento integral e harmonioso.

Neste contexto, procura reforçar parcerias com instituições nacionais e internacionais, através da implementação de projetos integrados que visam responder às necessidades dos grupos mais vulneráveis.

Este protocolo, assinado em 2 de maio de 2007, visa sobretudo a transferibilidade de metodologias do *Projecto Rua*, através da promoção de ações de sensibilização e formação, intercâmbios com grupo alvo (crianças e jovens) versando sobre temáticas que contribuem para o seu desenvolvimento e avaliação de projetos.

O objetivo do IAC – *Projecto Rua* foi contribuir para uma melhoria do desempenho dos técnicos/animadores da ACRIDES e conseqüentemente para a diminuição do número de crianças em situação de perigo na República de Cabo Verde.

Esta cooperação possibilitou a criação do projeto **Educação de Rua** e beneficiou crianças em situação de rua da cidade da Praia.



Teve como objetivo contribuir para a integração social das crianças e jovens em situação de rua, promovendo o seu desenvolvimento integral, a defesa dos seus direitos e a prevenção de novas situações de risco/rua. Este projeto contou com o financiamento da Cooperação Portuguesa por um período de um ano, ganhando sustentabilidade até hoje pela eficácia dos seus resultados.

O início das ações programadas acontece com a realização de uma primeira ação de formação de animadores de rua em parceria com o Instituto de Apoio à Criança de Portugal.

Seguiu-se a criação de uma equipa de rua constituída por um psicólogo, uma psicopedagoga, uma assistente social e quatro animadores que, se deslocaram para alguns pontos da Capital para fazer visitas de observação e de contato com crianças em situação de rua.

À semelhança da **Unidade Móvel do *Projecto Rua***, no sentido de ir ao encontro das crianças de rua e proporcionando-lhes momentos de aprendizagem únicos, a equipa de rua teve como material de suporte uma “**caravana**” (carro adaptado), equipada com uma ludoteca, espaço para atendimento psicológico, um duche/casa de banho, televisão, vídeo, computador, rádio e biblioteca.

Na primeira fase de intervenção no terreno, denominada “**Animação em movimento**”, o projeto criou empatia entre o grupo alvo e a equipa e desenvolveu parcerias com outras instituições públicas e privadas, mediante a criação de uma rede de parceiros.

O **posto móvel da ACRIDES** privilegiou as zonas de Sucupira, Parque 5 de julho, Porto da Praia, Supermercado Calú & Ângela, Achada Santos António e Palmarejo.

As animações consistiam em atividades pedagógicas, recreativas e lúdicas, para além do atendimento psicossocial.

Janeiro de 2008 foi o arranque da sua segunda fase, durante a qual a ACRIDES contribuiu para o desenvolvimento de competências e habilidades pessoais e sociais e a construção de um projeto de vida saudável para as crianças acompanhadas.

Naquele período, contribuíram para o desenvolvimento integral da criança/jovem mediante a implementação de vários subprojectos que espelharam também a metodologia de intervenção do *Projecto Rua* português, designadamente uma **Escola de Rua**, um **Centro de Emergência**, um **SOS Cuidados Médicos** e um **Clube de Formação**.



A terceira fase consistiu na consolidação de todo o processo de inserção na família e integração na comunidade com o apoio da rede de parceiros comunitários.

Constatamos que esta equipa de Cabo Verde tem colocado em prática todas as aprendizagens que lhes têm vindo a ser transmitidos ao longo desta parceria, quer nas formações que o IAC – *Projecto Rua* dinamiza em Cabo Verde, quer nas ações de formação e estágios, que alguns elementos da equipa têm tido a possibilidade de vir fazer a Portugal, especialmente o Curso de Animadores de Rua, com o apoio do IAC e o patrocínio das entidades de Cabo Verde.

Para além destas ações, a equipa do IAC – *Projecto Rua* acompanhou e acompanha tecnicamente a ACRIDES ao longo destes anos.

“Mais uma vez foi muito gratificante o acompanhamento técnico efetuado a esta equipa, bem como assistir in loco à aplicabilidade das técnicas e metodologias por nós transmitidas, no trabalho que desenvolvem com as crianças, jovens e suas famílias” FG (T2 – Pedagoga Social).

Puderam também transferir a metodologia da **Rede Construir Juntos**, cuja articulação a nível nacional é da responsabilidade do IAC – *Projecto Rua*.

Tendo por base esta experiência testada em Portugal desde 1997, a ACRIDES convidou o *Projecto Rua* a passar este testemunho em Cabo Verde. Assim, realizou-se no dia 4 de julho de 2011, o seminário “Juntos Vamos Construir” onde a ACRIDES assumiu o papel de promotor da **Rede “Juntos Vamos Construir”** que visa o “Djunta Mon”, a solidariedade, em prol das crianças desfavorecidas em Cabo Verde.

“Levámos na bagagem a metodologia da Rede Construir Juntos. Esta é composta por instituições de solidariedade (IPSS), de Norte a Sul dos país e ilhas, com intervenção na área da infância e juventude. A Rede é dinamizada através de polos regionais, que na sua área geográfica, promovem o trabalho em parceria no sentido de potenciar as sinergias das ações no combate à exclusão social, na área da infância e juventude. A articulação a nível nacional é da responsabilidade do IAC - Projecto Rua” T4 (Técnica de Política Social – Responsável de Equipa).



Transferibilidade de boas práticas do *Projecto rua* em Cabo Verde

“Estamos habituados a desafios, trabalhamos na área da formação há mais de uma década, mas esta experiência representou algo diferentes para nós... Fizemos muito com pouco. Tivemos participantes ávidos de novas ferramentas, atentos e preocupados na forma em como poderiam tirar o partido do que estavam a receber. Fomos recebidos de forma carinhosa e atenciosa e por tudo isto estamos gratos, por nos permitirem partilhar o nosso conhecimento e, simultaneamente, enriquecer o nosso. Ficou, mais uma vez provado, que quem dá também recebe! Gostámos do desafio!” FG (T2 - Pedagoga Social).

Transferibilidade de metodologias - nível nacional

A nível nacional, os diferentes atores também destacam a **Rede Construir Juntos (RCJ)** como mensageira da metodologia do *Projecto Rua*. Como é do conhecimento geral, surge como forma de quebrar o isolamento em que se encontravam algumas instituições, para tal foi lançado o desafio à construção de pontes com outras organizações. Atualmente, tem mais de 100 instituições membro e a partilha de boas práticas tem sido uma constante ao longo dos anos. Com esta partilha foi possível transferir algumas metodologias que permitiram criar ações junto de crianças em situação de rua em diferentes regiões do país, com especial destaque para a cidade do Porto, Braga, Algarve e Ilhas dos Açores (fig. 18).

Em particular gostaríamos de salientar a promoção do direito à participação das crianças e dos jovens em questões que os afetam diariamente. Esta foi uma prática que o IAC – *Projecto Rua* também teve oportunidade de transferir para outras instituições de norte a sul de



- Nos diversos diplomas legais que foram produzidos para potenciar a intervenção com as crianças de rua e problemáticas associadas;
- Nas medidas e programas em matéria de infância e juventude;

Podemos afirmar que o IAC-*Projecto Rua* deu um contributo normativo, tanto pela substância do quadro normativo que induziu, como pelas marcas que deixou nas práticas de execução da lei e em programas governamentais como o Escolhas ou a Medida PIEF do programa PIEC, bem como pelo contributo para o reconhecimento da dimensão global deste problema social complexo (anexo10)⁵⁰.

O *Projecto Rua* deixou um rasto consistente da sua passagem que poderá constituir referência para a elaboração de políticas públicas que se venham a desenhar em relação a problemas sociais similares.

Segundo os técnicos da equipa do *Projecto Rua*, durante muito tempo, as políticas e medidas desenvolvidas na área infantil não contemplavam a especificidade das crianças de rua: havia uma preocupação com a infância, mas não com a problemática das crianças em situação de rua. Ao longo do tempo desenvolveu-se uma maior atenção, tanto a nível internacional como nacional, com a defesa e promoção dos direitos destas crianças. Apesar de progressivamente terem surgido medidas que procurassem integrar estes menores, é unânime que ainda existe um défice de respostas em favor destas crianças, já que muitas vezes são rejeitadas e excluídas pelo próprio sistema.

É importante referir que o IAC – *Projecto Rua* muito contribuiu para a consciencialização da classe política relativamente a esta problemática.

Muitas vezes a legislação não assenta num retrato fiel da realidade social, direcionando a intervenção de forma pouco eficaz. Os técnicos que estão no terreno deparam-se com algumas lacunas na legislação, isto é, muitas vezes a teoria não se adequa à prática. Desta forma “*seria importante que um conjunto de instituições se sentassem à mesa e que pudessem expor no papel todas estas inquietudes e levar junto de quem de direito pode eventualmente ainda fazer alguma coisa a este nível. Por vezes acontecem determinadas situações que nós alertamos e às vezes, ao nível da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, o facto de*

⁵⁰ ANEXO 11 - O *Projecto Rua* e as políticas públicas.



acontecerem determinadas situações que depois não estão contempladas na lei” FG (T8 - Psicopedagogo).

É de realçar que o *Projecto Rua* integrou as equipas das CPCJ's em Lisboa (modalidade restrita e alargada), colaborando num trabalho em parceria para melhor acompanhamento das crianças e formação dos técnicos, com vista a uma melhor aplicação da lei.

Segundo os resultados do *Focus Group*, a justiça e as próprias instituições não conseguem dar resposta às situações de uma forma rápida e satisfatória. Muitas das situações sinalizadas se fossem acompanhadas atempadamente, poderiam ser mais facilmente reversíveis: *”tem sido com muita frequência estas situações de miúdos que se perdem e depois já são muito maiores e pronto, aquilo vai descambando. Quando se podia atuar quando ele, se calhar, tinha 10 anos, quando tem 16 anos é preso e depois por ai fora”* FG (T2 – Pedagoga Social). Segundo os técnicos, *“se pensarmos numa CPCJ que recebe centenas de processo por semana, (...) há muitas situações que não têm logo, digamos que ... o andamento no momento em que isso deveria acontecer”* FG (T3 - Técnica de Política Social). O próprio Sistema de Justiça, nomeadamente os tribunais, não consegue dar resposta em tempo útil a tantos casos. De acordo com estes técnicos *“os recursos deveriam ser mais rentabilizados para que situações que envolvam crianças e jovens em situação de risco não fiquem adiadas sem data para serem avaliadas”* FG (T8 - Psicopedagogo).

O sentido de impunidade que estes jovens vivem é, segundo os técnicos, fruto de um sistema legal permissivo e pouco exigente, pois estas crianças apercebem-se desde cedo que as suas práticas delinquentes e criminosas raramente são punidas, repetindo-as vezes sem conta. *“Um jovem, ou quem quer que seja, comete alguma infração e sabe que está a cometer, portanto, o que se passa aqui extrapola-se muito para a impunidade... se as leis as medidas fossem mais incisivas: “fez e aconteceu”, se calhar não tínhamos tantos jovens assim”* FG (T2 - Pedagoga Social).

Outra questão que dificulta a intervenção nesta área é a desconcentração, oposição ou sobreposição de dados que fazem os técnicos despendem muito tempo e energia na confirmação e comprovação da informação. Desta forma, *“devia haver uma maior plataforma de organização, há tentativas mas ainda podíamos fazer neste campo”* FG (T8 - Psicopedagogo). Há um esforço para que as coisas evoluam, no entanto, é urgente e crucial



que se desenvolva uma maior ligação, dinâmica e complementaridade entre os vários agentes interventivos.

“O Sistema de Proteção de Crianças e Jovens, apesar de estar muito bem conseguido, continua a não dar resposta a todas as crianças que nós encontramos” FG (T1 - Assistente Social).

Algumas destas crianças são institucionalizadas, através do Sistema de Promoção e Proteção de Menores, em instituições em regime aberto, de onde acabam por fugir. *“Estas respostas foram criadas com muito boa vontade e achando que eram uma muito boa resposta mas depois acabam por não impedir que os jovens se coloquem a si próprios em risco, uma vez que são centros que estão abertos. São demasiados abertos”* FG (T8 – Psicopedagogo). Estas instituições, também porque não são muitas, acabam por não ter vagas para todas as situações de risco ou estarem lotadas de crianças com múltiplas vivências, algumas delas bastante problemáticas que carecem de grande atenção. Para além disso, os técnicos que trabalham diariamente nestes centros também são escassos, não podendo criar uma relação de proximidade e desenvolver um acompanhamento muito personalizado. Desta forma, muitas crianças não se sentem verdadeiramente acolhidas e em casa, acabando muitas vezes por fugir. *“Era importante que houvesse instituições que funcionassem num ambiente e num modelo mais familiar, que não fossem depósitos de crianças, que as crianças pudessem ter um acompanhamento mais próximo, o mais familiar possível, de forma a sentirem-se acolhidas, e verem dessa forma resolvidos alguns dos problemas que têm”* FG (T2 Pedagoga Social). É então necessário, segundo os técnicos, *“arranjar medidas mais contentoras, que promovam o bem-estar dessa mesma criança para evitar que ocorram estas fugas que acabam por nos penalizar a todos e sobretudo à criança que se encontra em situação de fuga”* FG (T1 - Assistente Social).

Os técnicos do *Projecto Rua* sentem que existe uma falha grave ao nível das medidas de autonomia de vida e na formação destes jovens para a idade adulta. Há jovens com 16 e 17 anos em que não é realista o regresso à família e a própria instituição de acolhimento está prestes a deixá-los sair, porque, entretanto, completam a maioridade e seria importante uma transição para a independência. Os apartamentos de autonomia são uma boa forma de ajudar estes jovens a ganhar competências, pois é uma experiência de emancipação mas, ao mesmo tempo, são acompanhados por uma equipa técnica que os ajuda a superar as dificuldades. No



entanto, são também muito escassos. Em 2010, apenas existiam 21 apartamentos de autonomia em Portugal, no mesmo ano foram acolhidos 42 jovens.

Num total de 71.000 casos de jovens em risco sinalizados no ano de 2013, apenas 46 jovens foram acolhidos em apartamentos/lar de autonomização (ISS,IP, 2015).

Neste sentido o IAC – *Projecto Rua* tem sido um exemplo ao experimentar diversos projetos-piloto com sucesso na área do acolhimento de emergência, mantendo, no entanto, por concretizar, o sonho de implementar uma Residência de Autonomia.

Outro objeto que condiciona a intervenção é a falta de respostas existentes para estas crianças relativamente ao ensino, já que muitos destes jovens não se adaptam nem são integrados pela própria escola, acabando por desistir antes de completar o ensino obrigatório. Segundo os técnicos, as medidas e políticas deviam ser mais flexíveis, tendo em atenção as características destas crianças, serem desenvolvidas mais alternativas que promovessem o seu desenvolvimento, como é o caso dos PIEF's, do PIEC e do Projeto “*Educar e Formar para Inserir*” (apresentando-se como uma modalidade diversificada, flexível e complementar às modalidades existentes de ensino e formação), desenvolvido pelo *Projecto Rua*.

No entanto, segundo os técnicos, tem havido uma preocupação por parte do Estado para a promoção da educação, da saúde, da habitação digna, fazendo com que estas crianças conheçam os seus direitos e as opções de ajuda que existem ao seu dispor.

“Eu penso que tem havido uma evolução política, não vale a pena estar sempre a dizer que não há, podiam ser mais adequadas, mais cirúrgicas, mais específicas e mais flexíveis acima de tudo. No entanto, mesmo estando escritas, mesmo existindo, eu acho que a maior preocupação e o fosso que há é na aplicação das próprias medidas por causa dos meios, das barreiras. São pessoas que as executam, fazem interpretações variadas, e depois os instrumentos até podem estar perfeitos, até podem existir e não são utilizados na potencialidade que eles têm” FG (T4 - Técnica de Política Social – Responsável de Equipa).

“Se nós apostássemos naquilo que já existe legislado e se concretizássemos aquilo que está escrito, nós teríamos de facto uma sociedade mais justa e que protegeria certamente melhor as crianças” FG (T1 - Assistente Social). De acordo com estes técnicos, a lei contempla de facto uma série de respostas que visam a promoção dos direitos da criança e a proteção de fatores de risco, mas existem instrumentos que ainda não foram efetivados, e esse é o grande desafio: a aplicação das medidas. *“Eu não mexia na lei, limitava-se apenas a*



cumprir aquilo que está definido na lei, mas para isso é preciso meios, é preciso dinheiro, é preciso também a sociedade encarar isso como necessidade e infelizmente, muitas vezes, porque o problema não é tão visível, as pessoas acabam por se alhear, mas o facto é que quem está no terreno apercebe-se que existem muitas necessidades que têm de ser resolvidas”
FG (T8 - Psicopedagogo).

Tal como nos sugerem os técnicos, ainda há um longo caminho a percorrer na defesa e proteção destas crianças.

Desde a sua criação, em 1983, o IAC dá prioridade às crianças em risco, abandonadas, maltratadas, mal-amadas ou dolorosamente revoltadas e infelizes. Assim, em Portugal, foi o IAC que deu o arranque para uma forte sensibilização para este problema, através da organização de seminários sobre temáticas tabu e inovando com projetos em áreas não cobertas pelo Estado, nem por outras entidades, destaque também para o seu papel de influência de magistratura ou *lobbying* de pressão sobre as instâncias decisoras, pelo estatuto que adquiriu e desempenha na sociedade portuguesa e em alguns domínios também na esfera internacional.

Destaca-se o seu contributo na área da legislação, onde exerce um trabalho de colaboração ativa, através da participação em grupos de trabalho e da apresentação de contributos, referindo-se entre outros, o contributo especializado para a Lei de Proteção de Crianças e Jovem em Perigo (Lei 147/99) e para a Lei Tutelar Educativa (nº166/99) no âmbito da sua implementação e aplicação.

Realça-se, também, a colaboração para uma adequação da legislação na área da violência sobre as crianças, nomeadamente a Violência Sexual e, estimulando grupos de trabalho, reunindo diversas personalidades propondo a adoção de um conjunto de medidas normativas de proteção para a clarificação do conceito legal de “Superior Interesse da Criança”, garantindo a Promoção e Defesa dos Direitos da Criança, bem como a Unidade do Sistema Jurídico.

Fruto deste trabalho em parceria entre o IAC e diversos parceiros, no mês de julho de 2015 foi anunciado um conjunto de alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que no entender do IAC, representam um aperfeiçoamento das normas que visam proteger a criança, acautelando o seu superior interesse.



Ao longo de mais de trinta anos, para o IAC a defesa dos Direitos da Criança, designadamente, à dignidade e à integridade pessoal, tem sido o seu objetivo constante e a sua grande prioridade a denúncia e o combate aos maus tratos e à violência sexual.

Nas metodologias e na prática quotidiana do Instituto de Apoio à Criança, tem havido especial preocupação com a valorização de um conjunto de Direitos que entre estes estão, seguramente, o **Direito à Participação** e o **Direito à Preservação das suas Ligações Psicológicas Profundas**, ambos com um conteúdo mais extenso do que aquele que decorre de ideias anteriores à Convenção sobre os Direitos da Criança.

Segundo os diversos atores, o IAC congratula-se com as recentes alterações introduzidas às normas sobre a audição da criança que visam reforçar a sua participação efetiva e entende que a consagração expressa do Direito à preservação dos laços afetivos privilegiados que estabeleceu, contribuirá decerto para uma densificação do conceito de ***Interesse Superior da Criança***.

Recorde-se que em Maio de 2008, o Instituto de Apoio à Criança entregou na Assembleia da República um documento sobre estas matérias, subscrito por mais de trezentas personalidades de reconhecido mérito e competência na área da Criança no sentido do reforço do seu Direito a ser ouvida e propôs alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens, que mereceram agora acolhimento.

Outra das propostas que o IAC vinha fazendo insistentemente reportava-se à Reserva de Competência dos Tribunais em matéria de Abuso Sexual de Crianças, já que a obtenção do consentimento para a intervenção da CPCJ se afigurava inadequada pois pela natureza do crime, não são aconselháveis metodologias que visem o consenso, através do acordo de Promoção e Proteção.

Neste contexto, a equipa do IAC – *Projecto Rua* entende dever “*assinalar a importância destas alterações que irão facilitar uma interpretação mais uniforme acerca dos Direitos da Criança e do seu superior interesse*” E1 (Procuradora da República).

A inovação dos seus projetos e metodologias de intervenção contribuiu também, ainda que de forma modesta, para a criação de nova legislação, exemplo disso, foi a figura do Animador de Escola que foi posteriormente reconhecido como **mediador cultural** (Despacho Conjunto nº 304/98, de 24 de abril, dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social).



Pela validação e reconhecimento das suas boas práticas, serviu de exemplo e de inspiração para outros programas governamentais como é o caso do Programa Escolhas e as turmas PIEF.

“As suas práticas de intervenção aliaram-se e tentaram em conjunto encontrar respostas proactivas e reparadoras de processos geradores do risco de exclusão” E1 (Procuradora da República).

O *Projecto Rua* tem também como finalidade potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a realização de políticas integradas e ajustadas nas áreas da infância e juventude. Destacamos o seu papel enquanto membro no Fórum para a Inclusão Social, no âmbito do PNAI (Plano Nacional para a Inclusão); na EAPN, na RCJ, na RAPVT, no OTSH, etc. e a nível internacional na ESAN e na EFSC.

Realça-se a importância da sua ação proactiva ao colaborar na produção de manifestos, pareceres, cartas de recomendações que se traduzem em ações que integram a prestação de serviços de natureza geral, tipificados e orientados para a defesa dos Direitos Humanos e para o desenvolvimento e concretizados em diversas políticas públicas.

6.5. Percurso de inclusão: Uma história de vida de sucesso

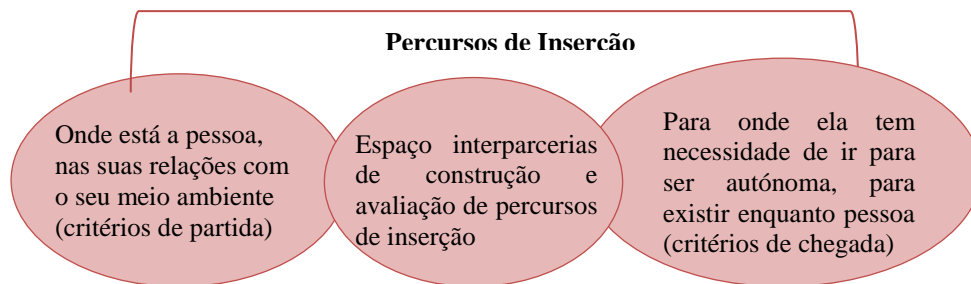
Neste momento de análise, segundo a consulta de vários autores, podemos afirmar que as intervenções sociais que pretendem promover trajetórias de inclusão em crianças e jovens devem passar necessariamente por construir percursos de inserção a nível social, escolar e profissional; assentam numa ótica de competências e capacitação centrada nas potencialidades específicas dos indivíduos (Stoer & Magalhães, 2005:66).

Para Valérie Osmont (2002) o percurso de inserção é entendido como uma “ponte” construída para um beneficiário, com o apoio de um profissional, permitindo reduzir a distância entre dois “pilares” ou referenciais.

Assim, consideramos o Protocolo de Elaboração e Avaliação dos Percursos de Inserção (PEEPI) proposto por Valérie Osmont (2002) relevante para os objetivos deste trabalho de investigação.

Para melhor compreensão podemos observar a (fig.19) de forma a melhor se perspetivar como se processa a construção de um percurso de inserção, com relevância na interpretação de trajetórias inclusivas.

Figura 19 - Percursos de Inserção

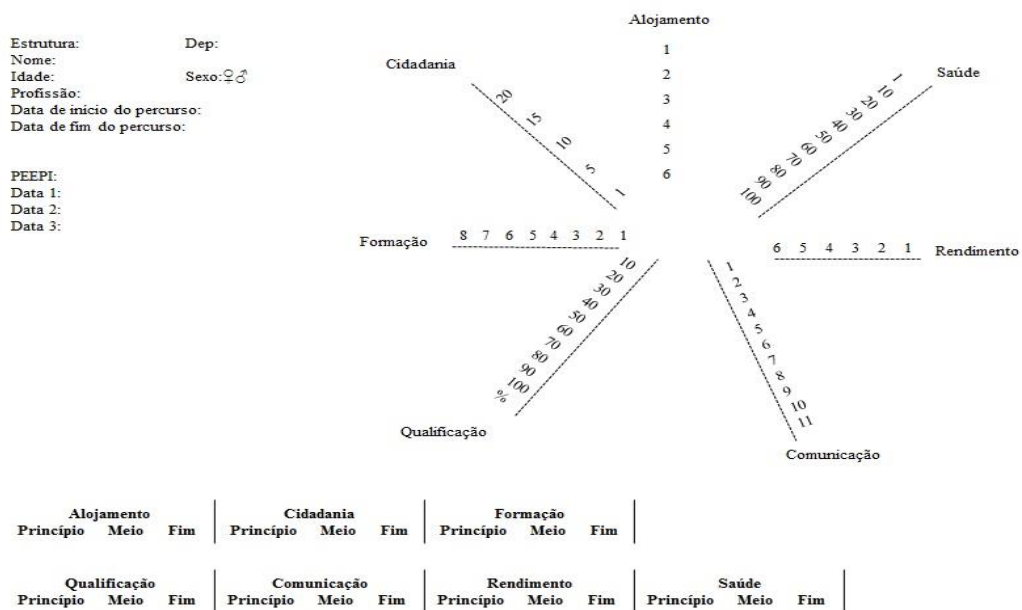


Fonte: Adaptado de PEEPI (Protocolo de Elaboração e Avaliação dos Percursos de Inserção) de Valérie Osmento, 2002, Cabinet Sumak, Paris (cit. in Oliveira 2010)

Nesta ótica, a construção do percurso de inserção necessita que a pessoa saiba bem o que ela procura ser, e onde ela está hoje, para identificar meios, suscetíveis de serem postos em prática, para atingir o objetivo.

A construção do percurso de inserção elabora-se pelo confronto entre aquilo que a pessoa projeta vir a ser e os constrangimentos que ela encontra. Podemos visualizar na (fig. 20), “a estrela” constituída por sete eixos de integração.

Figura 20 - A Estrela



Fonte:Gabinet Sumak



Esta abordagem metodológica pretende realizar três avaliações sucessivas, em três momentos do percurso (entrada no percurso de inserção, a meio do percurso e no final deste) que permitem medir os progressos para cada dimensão.

Neste contexto, as funções essenciais dos profissionais são: o acompanhamento individual (compreensão do contexto individual e das relações estabelecidas, identificação do projeto de inserção pessoal, mobilização de recursos, avaliação das ações, etc.) e a mediação entre as instituições, os recursos e as pessoas.

Nesta abordagem, destacam-se os seguintes elementos que estiveram presentes na construção dos processos de intervenção social que visaram a construção de percursos de inserção do indivíduo acompanhados pelo *Projecto Rua*, passamos a enumerar:

- Ser um processo personalizado, resposta individual, partindo da criança/jovem, tornando-o como sujeito ativo e gestor do seu próprio percurso;
- Realizar uma avaliação global e integrada da situação de partida, identificando as suas dificuldades e necessidades;
- Trabalhar ao nível da reconstrução identitária e do estabelecimento de laços sociais, ao nível individual (identidade e autoestima), dos grupos sociais e ao nível societário;
- Estabelecer uma relação de confiança que permita à criança e jovem tomar decisões, comprometer-se com o que foi decidido e manter a motivação;
- Ter uma abordagem compreensiva e individualizada da criança e jovem, valorizadas as suas singularidades.

Tendo sido abordada a construção teórica de um percurso de inserção, passamos agora a ilustrar trajetórias de inserção de um caso de sucesso, através da análise da “**História de Vida**”⁵¹ que vamos a seguir apresentar.

*Dados pessoais do entrevistado ou caracterização do caso*⁵²

O João⁵³ tem 31 anos, é de nacionalidade Portuguesa, com ascendência cabo-verdiana.

⁵¹ Anexo 12 Guião de entrevista.

⁵² Anexo 13 Grelha de análise das histórias de vida.

⁵³ Nome fictício.



Atualmente exerce a sua profissão de agente da PSP, numa divisão em Sintra. Considera-se “...*uma pessoa com personalidade muito forte que tenta ajudar os outros e que não aceita injustiças*”.

Antes de viver na rua

O João viveu com os pais até aos 3, 4 anos. Recorda a fase da sua infância como sendo “...*um pouco conturbada, complicada com várias implicações ou situações impróprias para uma criança*”. “*O meu pai e a minha mãe não se entenderam, então o meu pai é que tomou conta de mim...*”

A determinada altura, o pai junta-se com a madrasta, com quem teve outros filhos. Este acontecimento familiar foi vivido pelo João de forma sofrida “...*a chegada ou o choque que houve quando o meu pai arranhou a “parente”*. Recordo que a partir de que apareceu, as coisas alteram-se. Foi o início de tudo por assim dizer”.

Sempre viveu num bairro degradado da periferia de Lisboa, considerando que: “*as casas tinham todas as condições para serem habitadas*”.

Lembra a união e o espírito de interajuda entre os vizinhos e refere que os conflitos que por vezes surgiam “... *não eram nada do outro mundo, coisas do quotidiano, de qualquer casa ou qualquer bairro*”.

As brincadeiras daquela época eram mais relacionadas com os jogos tradicionais de rua e com a confeção de alimentos, como gelados e omeletes “...*No verão, brincadeiras com água. Havia lá em baixo o campo da bola, mas era para os mais velhos, na altura era miúdo, não me ia meter com os mais velhos. Lembro-me que eram brincadeiras de casa, fazer omeletes e coisas assim e engraçadas ligadas á comida...*”.

A sua alimentação baseava-se na culinária africana. Não se recorda “...*de ter passado nenhuma necessidade de fome*”.

Relativamente à época de Natal e datas especiais, eram comemoradas em família, em clima de festa com primos e tios.

Relembra, ainda, outros convívios, pois “*o povo africano reúne-se e faz festas por qualquer motivo*”.



A escola iniciou aos 6 anos, com dificuldades que o próprio atribui à ausência de condições “...*de estabilidade, de concentração...não tinha bases em casa...foi difícil a integração no 1º ano, fui obrigado... na altura faltava mais do que ia às aulas*”.

Nesta fase “...*eu só queria ter liberdade para ninguém me chatear a cabeça*”.

Vida na Rua

“...*Na altura liberdade para mim era pessoalmente não ser discriminado, não ser apontado, não ser posto à parte*”.

O João inicia as primeiras fugas no primeiro ano de escolaridade. O principal motivo destas fugas, eram os maus tratos que sofria em casa “...*era ameaçado por uns e outros e muitas vezes, levei porrada por nada, então fugi de casa*”.

A partir daqui, as fugas sucedem-se e acontecem por pequenos motivos “...*até que começou a tornar-se hábito fugir (...) nós íamos para a rua, simplesmente pela adrenalina na rua*”.

A duração do tempo de fuga variava “*às vezes ficava fora uma semana, um mês a viver na rua até alguém me encontrar (...) cheguei a estar dias e meses fora*”.

O pai, familiares e vizinhos procuravam-no durante estas ausências, na tentativa de o encontrarem. Quando tal acontecia, regressava a casa. De referir que não tinha iniciativa em contactar a família no período das fugas. Algumas vezes era a polícia quem o levava para casa, nunca referiu ter tido “*problemas*” com as forças policiais.

O João acompanhava jovens mais velhos e seguia-os até à Baixa de Lisboa (Rossio e Restauradores). “*Os mais velhos cuidavam de mim por aí*”.

Durante o dia conseguiam algum dinheiro, pedindo a turistas e estacionando carros. Por vezes, alguns comerciantes ajudavam, dando-lhes comida.

Os jovens mais velhos exerciam um papel protetor em relação aos mais novos. “*Durante a noite, havia outras instituições, não sei quem, que às vezes iam levar comida quente, etc.*

Normalmente os mais velhos é que tratavam disso, havia uma grande união, que ninguém ficava sem comida”. De Inverno dormia dentro de carros ou nas grelhas do metro.

No que respeita ao consumo e tráfico de substâncias psicoativas, o João menciona que “...*há 20 anos atrás, não havia assim tanta oferta, tanta informação dessas matérias (...) não*



sei mas vi, na altura não era droga, era cola”. Esta substância, pelo seu baixo custo e fácil acesso era a mais utilizada pelos jovens naquele tempo. Até a experiência a nível do consumo de tabaco foi efêmera. *“O máximo que fiz foi tentar uma vez fumar e comprei um maço de cigarros (...) e um mais velho enganou-me e levou o maço...”*.

Durante a sua permanência na rua, não recorreu à prática de furtos ou roubos como forma de sobrevivência.

Quanto às relações comportamentais, considera difícil identificar as emoções sentidas. *“É complicado expressar sentimentos da altura, uma pessoa não sabe o que sente. Há muitas coisas que só passado algum tempo soube o significado delas”*. Na rua prevalece a lei do mais forte, mas não recorda nenhum episódio em que tenha recorrido a comportamentos agressivos.

Não regista insónias ou perturbações do sono. Não se lembra da forma como tratava da sua higiene nem da sua saúde.

Avaliação da Vida na Rua

O melhor que viveu durante o tempo que esteve na rua foi a união das pessoas *“Éramos os perdidos na rua, não conhecíamos ninguém, mas todos estavam pelo mesmo”*.

O pior que viveu e sentiu, foi o frio da noite e a chuva.

Saída da rua/ Vida no Projecto

Após o contacto com a equipa de rua, do IAC, na Praça do Comércio em que lhe é perguntado se quer sair da rua, ele responde de forma afirmativa *“sim eu quero sair da rua”*. Integrou a residência de transição (IAC), retomou a escola e o contacto com a família, ficando cerca de 2 anos em acompanhamento sistemático.

Aqui, recorda sobretudo os espaços de férias que ocorreram *“Havia férias, íamos para todos os sítios, desde o Gerês (...), Torres Vedras, íamos para o Algarve, conheci muito de Portugal, através do IAC”*.

A maior dificuldade sentida, na saída da rua *“Foi adaptar-me às regras, horários e essas coisas todas, ao civismo por assim dizer (...) a minha personalidade era muito forte e depois nunca fui bom a seguir regras”*.



O João manteve-se estável ao longo do tempo “*Depois que saí da rua, nunca mais voltei, por assim dizer, singrei*”. Posteriormente, por terem sido atingidos os objetivos inicialmente delineados, foi encaminhado para outra instituição em Caneças, que deu uma resposta de acolhimento de longo prazo e garantiu o acompanhamento psicossocial desta situação, mantendo a equipa do IAC – *Projecto Rua* o *follow-up* do caso.

“*Aí fiz a 4ª classe até ao 11º ano, até aos 18 anos*”. (...) “*O IAC ia lá de vez em quando*.”

Em termos avaliativos, o João faz um balanço positivo da intervenção do IAC – *Projecto Rua*.

No que diz respeito à equipa, realça a interação entre os diferentes elementos e a coordenação existente. Reforça a importância da equipa, enquanto elementos cuidadores que possibilitaram o estabelecimento de um ambiente protetor e securizante, onde as regras eram estabelecidas e exercitadas.

Em relação às atividades realizadas, avalia-as como fundamentais, pois “*...ajudava a integrar-nos na sociedade (...) ter novas experiências de vida, isso é que faz a diferença para mais tarde*”.

Das vivências que teve com o IAC – *Projecto Rua*, considera que todas foram boas, mesmo os erros cometidos por outros, foram uma fonte de aprendizagem. Lembra com carinho que “*...era o querido da casa. Recordo-me que era muito mimado (...) lembro-me da Dolores, sim, foi um pouco a minha mãe*”.

Vida atual

No presente, o João concluiu o 12º ano e tirou a formação de Agente da PSP. Restabeleceu laços com os pais, a madrasta e os irmãos e tem 3 filhos.

Integra um grupo de amigos do tempo que estudou em Caneças. Hoje o seu principal objetivo “*...é educar os meus filhos, e como são filhos de mães diferentes, por vezes tenho dificuldade em tê-los todos juntos, ao mesmo tempo, mas o objetivo é mantê-los junto o mais tempo possível*”.

A família é, assim, por ele valorizada, tentando dar uma educação diferente aos seus filhos da que recebeu, “*A educação que eu estou a dar...não foi aquela que eu recebi...não está a passar etapas, está a seguir o ciclo normal da vida. Eu tive que crescer à força*”.



O percurso da sua vida conturbado desde tenra idade é avaliado pelo João como alicerce ao homem que é “*sou esta pessoa graças ao que passei senão não seria o que sou hoje...tento fazer o melhor possível para ser feliz...fazer feliz quem me rodeia, e por norma tenho tido sucesso, por isso sou feliz*”.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo central analisar/avaliar o modelo de intervenção do IAC- *Projecto Rua*, identificando o seu contributo como fator promotor de inclusão de crianças “em situação de rua” com vista à construção de metodologias de intervenção para auxiliar os profissionais que intervêm junto de crianças e jovens com percursos de risco.

Na procura de um maior conhecimento sobre o legado que o *Projecto Rua* “Em Família para Crescer” do IAC deixou na sociedade portuguesa, colocou-se como pergunta de partida: Será que o *Projecto Rua* do IAC foi eficaz na prevenção e combate à problemática das crianças em situação de rua e contribuiu para a criação de um modelo de intervenção social transversal para outros contextos?

Nesta óptica, optou-se por uma análise aprofundada do desenvolvimento do *Projecto*, que visou a compreensão do seu papel na construção de percursos de inclusão, em torno das seguintes dimensões: como **observatório social** da problemática, como o **laboratório social**, como serviço de **cuidados de proximidade** e enquanto contributo para a adequação das **políticas públicas**.

A análise teve como principal finalidade o conhecimento e a compreensão desta realidade social através da implicação dos atores (crianças/jovens, técnicos e parceiros).

O objetivo foi estabelecer a ligação entre a missão institucional do IAC – *Projecto Rua*, a sua proposta pedagógica, o papel dos diferentes interventores sociais e a realidade das crianças e jovens em situação de rua.

Da análise da intervenção sob o ponto de vista teórico/analítico, na primeira parte da investigação constituída por quatro capítulos, retiramos as seguintes conclusões:

O primeiro capítulo, depois de fazer uma reflexão sobre a intervenção social enquanto atividade social com um novo status, legitimado pela necessidade de responder de forma sistemática aos problemas sociais decorrentes da mudança acelerada dos nossos tempos, destacaram-se as sinergias que existem entre o desenvolvimento sustentável e o serviço social, enumerando os seus ganhos e vantagens.

Realça-se que o Serviço Social atual, pode por um lado incorporar a dimensão ambiental na sua prática e, por outro lado, promover a dimensão social da sustentabilidade, até aqui descurada.



No entanto, para que a intervenção responda à pluralidade de problemáticas subjacentes a este grupo alvo, é necessária a articulação desta área com tantas outras que promovam a defesa e a capacitação destas crianças.

Assim, concluiu-se que a sustentabilidade de projetos de intervenção social assume especial relevo, uma vez que está constituída em torno de três pilares: o económico, o social e o ambiental, com o objetivo de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer neste processo, a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

O segundo capítulo apoiou-se na análise de inúmeros especialistas nacionais e internacionais, concluiu que o problema social complexo das crianças em situação de rua está presente na maioria das cidades do mundo e evoluiu, em função da própria dinâmica das sociedades. Tendo ganho por isso uma nova dimensão.

A pesquisa documental sugeriu que, apesar de cada país ter as suas especificidades, a maioria das características/problemáticas são comuns, sendo unânime a necessidade e a busca de medidas que colmatem este fenómeno.

Não existindo soluções isoladas nem “mágicas” para este problema, é então necessária a articulação de todos os esforços na defesa e proteção destas crianças, tendo surgido em Portugal, nos últimos anos, uma maior mobilização governamental e institucional. Trata-se de uma tarefa coletiva que necessita de sinergias conjuntas dos diversos setores da sociedade civil e política.

O terceiro capítulo partiu do pressuposto que, sem uma discussão e uma compreensão aprofundada acerca das questões críticas da avaliação, dificilmente poderemos responder mais eficazmente à necessidade de informação acerca do que acontece nos sistemas de intervenção social.

Por isso, concluímos que a avaliação é um domínio fundamental do conhecimento porque nos permite formular juízos acerca de todas as áreas de funcionamento da sociedade e tomar decisões fundamentadas, tendo em vista a sua melhoria, podendo garantir melhor qualidade de vida às pessoas, organizações e à sociedade em geral.

O quarto capítulo identificou o tipo de pesquisa, o método, as técnicas utilizadas e o modelo de análise escolhido.

Permitiu delinear o retrato das crianças de rua e investigar o trabalho desenvolvido na prevenção e resolução deste problema, ao nível das políticas governamentais e institucionais.



Através desta pesquisa exploratória de estudo de um caso único, fizemos uma avaliação sistematizada, que nos permitiu evidenciar os dados e informações relevantes acerca do mérito e do valor do conjunto de atividades específicas que integram o *Projecto Rua* e a eficácia e eficiência das metodologias adotadas.

Por fim, a segunda parte, dedicou-se ao estudo empírico e dividiu-se em dois capítulos. Retomámos a mesma análise do fenómeno das crianças de rua, agora a partir do olhar e da vivência das crianças/jovens acompanhados pelo IAC – *Projecto Rua* e da equipa de intervenção do mesmo *Projecto*.

Assim, o capítulo 5 dedicou-se a fazer a síntese evolutiva do *Projecto Rua* “Em Família para Crescer” como uma iniciativa impar nesta área de intervenção.

Concluimos que, ao longo de todas as fases do projeto identificado, foram criadas condições para que o mesmo fosse conduzido de forma mais estruturada e sistemática ao nível da sua metodologia e das atividades/ações desenvolvidas.

Assistiu-se à evolução das suas dimensões específicas de intervenção, atribuindo funções concretas a cada equipa, de acordo com os objetivos traçados.

Foi possível constatar algumas dificuldades enfrentadas pelas equipas ao longo das etapas do *Projecto* ao nível do financiamento e dificuldades com as crianças e jovens relacionadas com os objetivos propostos e com o perfil que o grupo visado apresentava.

Todas estas etapas foram fundamentais para a construção de um pensamento mais estruturado sobre a intervenção.

Assistimos à maturação e adaptação de metodologias, à estruturação das atividades, à valorização do grupo alvo, desde o início até a atualidade.

Observou-se a criação de referências e modelos sociais positivos, exigindo à equipa uma estrutura organizada e estável que proporcionou uma grande articulação e relação interdisciplinar, a qual privilegiou o espaço de partilha, discussão e decisão, de onde resultaram novos saberes que permitiram à equipa reconsiderar estratégias e adequar o processo de intervenção.

O capítulo 6 permitiu avaliar a sustentabilidade social do *Projecto*, ilustrada também através da apresentação de uma história de vida de sucesso. Foi neste capítulo que conseguimos encontrar resposta para a nossa questão de partida.



A realização de um trabalho permanente de atualização do diagnóstico na cidade de Lisboa, permitiu-nos concluir que o *Projecto Rua* do IAC foi e continua a ser um verdadeiro Observatório Social sobre a problemática das Crianças de Rua.

Através de uma análise exaustiva da documentação produzida pelo e sobre o *Projecto*, complementada pelo relato de uma equipa credível por serem privilegiados no contacto direto com esta realidade, conseguimos compreender a evolução do público-alvo ao longo dos tempos.

Conclui-se que, apesar dos visíveis resultados positivos, não se conseguiu extinguir o problema. Pode-se identificar hoje, um conjunto de crianças e jovens em perigo, com práticas comportamentais de risco, que fazem da rua o seu local de subsistência e de diversão, sendo muitas vezes explorados por adultos.

Esta preocupação constante em manter o Observatório Social das Crianças de Rua atualizado, permitiu adequar e enquadrar este fenómeno em outras problemáticas mais abrangentes como as Crianças Desaparecidas e o Tráfico de Seres Humanos.

Os dados evidenciados e apresentados nesta dimensão, são o melhor indício da grande mobilização do *Projecto*, do interesse crescente dos meios de comunicação social, do maior conhecimento sobre a problemática por parte dos técnicos, e por último, da visibilidade e consciencialização da sociedade em geral.

Podemos, também, concluir que ao longo da sua existência o *Projecto Rua* funcionou como um Laboratório Social. Provou-se pelas inúmeras experimentações sociais de novas práticas de intervenção que se realizaram, quer ao nível de projetos-piloto, quer ao nível de metodologias e de ações inovadoras, como tivemos oportunidade de observar.

O seu papel de Laboratório Social evidenciou-se em dimensões tão importantes como a educação, a justiça, o social, a formação e emprego e a saúde.

É de realçar que o seu impacto permitiu a transferibilidade do seu legado para outras práticas de cuidados de proximidade, a nível nacional e internacional, e permitiu contribuir para a legislação e adequação de políticas públicas.

Como tivemos oportunidade de constatar, o *Projecto Rua* na sua função de Laboratório Social, deixou um rasto inovador, tanto pelo modo como foi concebido enquanto *Projecto* inovador que ganhou sustentabilidade, como pela experimentação de inúmeras boas práticas, possíveis de serem replicadas e utilizáveis em ações futuras.



Pelo testemunho dos diversos atores, podemos afirmar que as ações de natureza experimental, consolidaram-se porque revelaram-se adequadas e garantiram a sua sustentabilidade, deixando um forte rasto de atos técnicos e administrativos, que possibilitaram a sua replicação, com impacto a nível nacional e internacional.

Por último, reforçando o que já foi sublinhado até aqui, terminamos esta reflexão/avaliação sobre o rosto do *Projecto Rua*, destacando o seu contributo normativo em torno dos diversos diplomas legais que foram produzidos para potenciar a intervenção com as crianças de rua e problemáticas associadas; e destacando também o seu contributo na elaboração de medidas e programas em matéria de infância e juventude.

Em resumo, pode afirmar-se que se está face a um *Projecto* em transmutação, que não está terminado, mas em permanente construção, cuja obra permitiu o seu reconhecimento por parte das entidades parceiras e da sociedade em geral.

Limitações do estudo e sugestões para trabalhos futuros

As principais limitações deste estudo decorreram dos perigos constantes da “imersão” emocional da investigadora, o que obrigou a uma vigilância constante dos fatores de risco de subjetivismo e de enviesamento, para garantir validade à investigação, e maximizar a objetividade na construção da realidade social. Foi necessário recorrer a triangulação de dados, de fontes e métodos.

É um imperativo de honestidade intelectual referir que as representações, os valores e a auto imagem da sociedade que o autor, tem condicionaram o estudo.

Outra limitação foi a dificuldade de gestão da informação recolhida, através dos diferentes atores implicados e de uma vasta análise documental.

Neste âmbito, aplica-se bem a expressão de nevoeiro informacional de Edgar Morin.

Pois, durante a pesquisa empírica, estivemos em presença de sobre informação acerca do *Projecto Rua*, resultando num excesso de informações, por vezes inúteis; paradoxalmente a subinformação também foi uma constante, nomeadamente no que diz respeito aos dados quantitativos e acerca das primeiras fases do *Projecto*, o que se traduziu na carência de informações necessárias para uma perceção mais adequada da realidade em estudo.

Assim, as principais recomendações/sugestões são:



Uma vez que nenhum trabalho, apesar dos bons resultados obtidos, pode esgotar o assunto e o problema em análise, através deste estudo surgem novas questões a explorar.

Este trabalho consistiu essencialmente na recolha de testemunhos de técnicos da equipa, que trabalham diretamente no contexto de rua; seria também relevante estender esta análise aos parceiros que atuam em diferentes áreas em prol dos mesmos objetivos.

Seria interessante desenvolver um estudo aprofundado sobre as perceções do grupo alvo perante a sua situação de vida, para se obter uma validação sobre a eficácia do *Projecto* na primeira pessoa, e não apenas através do olhar de quem intervém em sua defesa.

Em função da realidade atual deste fenómeno, em que a maioria das crianças em situação de rua mantém uma relação com a família, seria pertinente desenvolver um trabalho centrado no núcleo familiar, de forma a conhecer e compreender melhor as causas que desencadeiam as fugas de tantas crianças para a rua.

Como forma de comparar resultados, seria também interessante desenvolver um estudo de caso em instituições que atuam em outros países, utilizando métodos replicados pelo *Projecto Rua*.

As conclusões apresentadas sugerem, também, a importância de um conjunto de linhas de trabalho, de estudo e intervenção que aqui se assinalam:

- Organizar uma plataforma global, onde todos os projetos de intervenção com jovens em risco possam partilhar experiências positivas, negativas e boas práticas;
- Construir modelos de intervenção diversificados, em diferentes zonas e contextos;
- Implementar uma avaliação rigorosa e sistemática nos projetos que estão no terreno;
- Retomar o sentido do “tempo útil de intervenção”, não apenas na ótica de uma intervenção atempada, mas também no reforço da prevenção de situações de risco;
- Difundir e consolidar programas de competências pessoais que possam ser implementados;
- Trabalhar a dimensão individual e a dimensão coletiva da intervenção nos projetos de intervenção com jovens;
- Implementar um trabalho de parceria e em rede nos projetos de intervenção;
- Reforçar dois eixos fundamentais na intervenção: as emoções e a participação do jovem;



- A complexidade da problemática implica uma diversidade de respostas e de uma ação sistemática de inúmeras áreas.

Podemos concluir que este estudo contribuiu, como instrumento auxiliar para a elaboração de políticas públicas, através da identificação de lacunas e boas práticas na intervenção com crianças em situação de rua.

Apresentou, ainda, um modelo de intervenção emergente da prática social do IAC – *Projecto Rua*, numa lógica de teorização da prática profissional.

Através da história de vida, contribui-se para a compreensão da dinâmica dos percursos de inserção das crianças, o que permitiu colocar em evidência os elementos mais importantes para a solução das dificuldades de reintegração destas crianças e jovens.

Os atores afirmam que o sucesso deixou o *Projecto Rua* com uma dívida: contar em detalhe a sua metodologia e história. Esta investigação salda parcialmente essa dívida. Cada aspeto do *Projecto Rua* está, aqui, esmiuçado, traduzido, encaixado nas teorias, encadeado em factos, em observações, é uma intervenção considerada de qualidade.

Conclui-se que o *Projecto Rua* faz a ligação entre a intervenção e percursos do passado do presente e do futuro.

Com esta investigação espera ter-se contribuído, para além da descrição dos conceitos, métodos e experiências, para sugerir uma atitude adequada em matéria de intervenção social.

A energia do *Projecto Rua* não pertence a ninguém, e ao mesmo tempo a todos, não pode ser localizada em canto nenhum e está presente em todos os lugares.



Bibliografia

- Acroyd, S. & Hugilhes, J.A., (1992), *Data collection, in context*, Lodon, Longman.
- Agência Portuguesa do Ambiente (2007). *Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável – SIDS- Portugal*, Amadora: APA.
- Amaro, F. (2007), *Métodos e Técnicas de Investigação Qualitativa*, in M. Meirinho
- Ander-Egg, Ezequiel (1982). *Metodologia del Trabajo Social*, Barcelona: El Ateneo.
- Almeida, J. Ferreira; *et al.* (1980), *A investigação nas Ciências Sociais*, 2ª ed., Lisboa: Presença.
- Almeida, J. Ferreira e Pinto, J. Madureira (1993), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença.
- Apetekar, L. (1989a), *Characteristics of street children of Colombia, Child Abuse and Neglect*.
- Apetekar, L. (1989b), *Colombian street children Gamines or Chupagruesoos, Adolescent*.
- Baker, G., e Knaul, F. (1991), *Exploited entrepreneurs: Street an working children in developing countries*, Childhope USA, Working paper I.
- Bardin, L. (2004), *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Branco, Francisco (2010), Prefácio, in Oliveira, Ana Maria, *O Virar da Seta – Factores Positivos em Vidas de Jovens em Risco*, Lisboa, Universidade Católica.
- Brandão, D., & Silva, R. (2008), “Avaliação educadora”, in L.A. Ferraro Jr. (Ed.), *Encontros e Caminhos: Formação de Educador(es) ambientais e coletivos educadores* (vol.3), Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2010), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro.
- Benitez, Sarah (2007), *State of the World`s Street Children: Violence*, London.
- Bilhim, J. (2008), *Ciência da Administração*, Lisboa, Universidade Aberta.
- BIT (2003), “A Luta contra a Pobreza e exclusão social em Portugal”, *Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- Boff, L. (2012), *Sustentabilidade – O que é – O que não é*, Vozes, Petropolis.
- Bravo, R.S., (1985), *Técnicas de investigação social, Teoria y ejercicios*, Madrid: Paraninfo.



- Brüseke, Franz Josef (1998), “O problema do Desenvolvimento Sustentável”, in Viola, Eduardo *et al.* (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*, Santa Catarina: Cortez.
- Brunthand Comission (1987), *Our Common future*, Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, Robert G. (1995), *in the field; An introduction to field research*, London, Routledge.
- Canpenhoudt, L.Vans (2003), *Manuela de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Granvida.
- Cardim, M. E. (2009),” Implementação de Políticas Públicas- Do Discurso às Práticas”, *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, nº.3 – Primavera 2009, pp. 133 – 149.
- Carmo, H. (1993). “A Criança da Rua: um rejeitado da cidade”, in *A Cidade Jornadas, Inter e Pluridisciplinares. Actas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, H. (1995). Avaliação em intervenção comunitária, in *Estudos em Homenagem ao professor Adriano Moreira*, Lisboa, ISCSP, pp. 673-689.
- Carmo, H., & Ferreira, M., (1998), *Metodologia de Investigação: guia para autoaprendizagem*, ob. sup. cit., pp.44, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2000), *Intervenção Social com Grupos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2007), *Desenvolvimento Comunitário*, 2ª ed, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, H. (2008), *O Rasto do PETI, 10 Anos de Combate à Exploração do Trabalho Infantil em Portugal*. Lisboa, MSST, PEETI.
- Carmo, H. (2010), Rumos da intervenção social com grupos no início do século XXI, in Barata, O.S. (coord.), *Política Social e Sociologia*, Lisboa: ISCSP-UTL, pp.103-187.
- Carmo, H. (2011), *Teoria da Política Social – Um Olhar da Ciência Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Carmo, Esgaio e Pinto (2014), *Intervenção Social com Grupos*, Lisboa: ISCSP, Universidade de Lisboa.
- Carmo, H. (2015), “Educação para a Cidadania: Um Imperativo Estratégico para o Serviço Social, in *Serviço Social – Teorias e Práticas*, Lisboa: PACTOR
- Carmo e Esgaio (2015), *Desenvolvimento Comunitário*, 2ª edição, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.



- Castro, M. R. (1997), *Retóricas da Rua: Educado, Criança e Diálogos*, Rio de Janeiro, EDUSO/AMAIS
- Chambers, Robert e Conway, Gordon R. (1992), *Sustainable Rural Livelihoods: Practical concepts for the 21st century*, Institute of development studies, Discussion paper nº 296.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), *Nosso Futuro Comum*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Getúlio Vargas.
- Cohen, Ernesto, Franco e Roland, (1992), *Evaluation de Proyetos Sociales*,:Sigilo Vientiuno editores, SA, México, pp.77.
- Direção Geral do Ambiente (2000), *Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável*, Amadora: DGA.
- Donaldson, S.&Lipsey, M. (2006), “Roles for theory in contemporary evaluation practice: Developing practical knowledge”, in I. Shaw, J. Greene & M. Mark (Eds), *The sage handbook of evaluation*, pp. 56-75, London: Sage.
- Dumont, René (1962). *A África começa mal*. Lisboa: D. Quixote
- English, A. (1991), *Runaway and street yous at risk for HIV infection: Legal na ethical issues in acess to care*, *Jornal of Adolescente Health*, 12, 504-510.
- Ehlers, Eduarda (1999), *Agricultura Sustentável: Origens e perspeticvas de um novo paradigma*, 2^a ed., Gualaíba: Agropequaira.
- Fall, M. (1986), in Le Roux, (1996), *Street Children in South Africa: findings from interviews on the background of street children in Pretoria*, South Africa, *Adolescence*, 1996, vol.31, n.122, San Dirgo: Libra Publishers pp.429.
- Farinha Rodrigues (2013), *Pobreza in Portugal Social de A a Z - temas em aberto editora: impresa publishing/Expresso 2013*.
- Flick, U. (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa, Monitor.
- Feio, P. Areosa (cord.) (2000), *Serviços de proximidade, caracterização e perspectivam de evolução*, Lisboa: IEFP.
- Felsman, J. K. (1985), *Street children: A select bibliography*. Education Resources Information Center.



- Fernandes, Sara (2006), *Crianças de Rua em Braga: Infância, Trajectos de Vida e Práticas Sociais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância, Universidade do Kinho, Iowa Press.
- Fernandes, D. (2007), *Percursos e Desafios da Avaliação Contemporânea. Síntese da lição a proferir no âmbito de provas de agregação*. Documento policopiado não publicado, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Fernandes, D. (2010), “Acerca da articulação de perspetivas e da construção teórica em avaliação educacional”, in M. T. Esteban & A.J. Afonso, *Reflexões críticas sobre a avaliação*, pp.15-39, São Paulo: Cortez.
- Fernandes, D. (2013), Artigo científico – *Avaliação em Educação: Uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 21, nº78, pp. 11-34.
- Fortier, Jean & Roy; Shirley (1996), *Les Jeunes de la rue et L'intervention: quelques repères theoriques*, Cahiers de recherché sociologique, nº27.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001), *O inquérito: Teoria e prática*, 4ª ed., Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2007), *Europa en la Era GFlobal*, Paidós Iberica.
- Guerra, Isabel C. (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Guerra, Isabel C., (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Lisboa: Principia.
- Grant, J. (1991), *Situação mundial da Infância*, Brasília, UNICEF.
- Grant, J. (1993), *Situação mundial da Infância*, Brasília, UNICEF.
- Haydt, R. C. (1995), *Avaliação do Processo Ensino – Aprendizagem*, São Paulo: Ática
- Healy, K. (2002), *Social work theories in context, Creating frameworks for practice*. New York: Palgrave.
- Hecht, T. (1998), *At home in the street: Street children of northeast Brazil*, Cambridge, University Press.
- Hutz, C. S. et al. (1996), *Comportamentos e atitudes sexuais de crianças de rua*, Psicologia Reflexão e Crítica



- INE, (2014), “Rendimento e Condições de Vida”. *Anuário Estatístico de Portugal 2014*.
- ICCB (1985), *Forum on the Street Children and Youth*, Grand Bassam, Ivory Coast, International Catholic Children’s Bureau
- InterNGO (1993), *Program on Street Children and Youth*. Genève, International Catholic Children’s Bureau.
- ISS,IP, Departamento de Desenvolvimento Social e Programas (2015), Casa 2014 – *Relatório “Caraterização da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa:ISS,IP
- Koller, S. H. (1994), *Julgamento moral Pró-social de meninos e meninas de rua*, Tese de Doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul.
- Koller, S. H. *et al.* (1996), *Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição*, Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia.
- Lewis, Óscar, (1969), *A cultura da pobreza*, In *Terceira Guerra Mundial: o Homem contra a pobreza*, Expressão e Cultura, Rio de Janeiro
- Le Roux, Johann (1996), *The Worldwide Phenomenon of street children: a conceptual a analysis; Adolescence*, vol. 31, nº124, San Diego, Libra Publishers.
- Luna, G. C. (1991), Street youth: Adaptation and survival in the AIDS decade.. *Journal of Adolescente Health*, 12, 511-514.
- Maciel, W. *et al.* (1991), *Street children in Brazil*, *International Child Helsth*, 1, 19-20.
- Marcos, L., (2008), *Uma em cada cinco crianças em Portugal em risco de pobreza*, in Seminário.
- Marques, Adelina O.; Santos, V. (1993). *Trabalho com crianças de rua*, Lisboa: IAC.
- Marques, Adelina O. (1994), *Pobreza é com todos – mudanças possíveis*, Lisboa, Comissão das Comunidades.
- Filho, Simão Marrul (2000), “Do desenvolvimento para além do desenvolvimento”, in Quintas, J. S. (org.), *Pensando e praticando e educação ambiental na gestão do meio ambiente*, Brasília: IBAMA.
- Mestre, Alexandra (2011), *Uma avaliação do processo de implementação de um território educativo de intervenção prioritária*, Tese de Mestrado, Ciências da Educação (Avaliação em Educação),Universidade de Lisboa, Instituto de Educação.



- Miguéis, Joaquim José (2000), *Crianças de rua em Angola*, Lisboa, ISCSP/UTL, Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- Miinayo, M.C. de S. (2005), *Conceito de avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de Programas Sociais*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Ministério da Administração Interna (2013), *Relatório Anual de Segurança Interna*, Lisboa.
- Miras, M. Solé, (1996) I. *A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem*, Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mokate, Karen Marie (2002), *Convirtiendo ek “monstro” en aliado: La evaluation como herramienta de la gerência social*, Revista do Serviço Público, v.53, pp. 89-131, Brasília, Brasil: Inap.
- Moreira, Carlos Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, Lisboa, ISCSUP, pg.13.
- Moreira, José Roberto (1999), *Agricultura familiar: Processos Sociais e Competitividade*, Rio de Janeiro – RJ: Mauad; Seropédia, UFRFRY.
- Morin, Edgar (1981), *As Grandes Questões do Nosso Tempo*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Mouro, H. et al., (2001), *100 anos de Serviço Social*, Coimbra: Quarteto.
- Neiva-Silva, et al. (2002), *A rua como contexto de desenvolvimento*, São Paulo: UFBA.
- Nevo, D. (2006), “Evaluation in education”, in I. Shaw, J. Green & M. Mark (2006), *The sage handbook of evaluation methods*, pp. 41-124. Beverly Hills, CA: Sage.
- Olabuénaga, José Ignacio, (1999), *Metodologia de la investigacion cualitativa*, Bilbao, Universidade de Suesto
- Oliveira, Ana Maria, (2010), *O Virar da Seta – Factores Positivos em Vidas de Jovens em Risco*, Lisboa, Universidade Católica
- ONU (1989), *Direitos Humanos e Serviço Social*, Manual para escolas e profissionais de Serviço Social, Lisboa.
- Osmont, Valérie, (2002), *PEEPI*, Paris, Gabinet Sumak
- Otway, O. (1996), “Social work whith children and families, form child welfare to child protection”, in Parton, Nigel, *Social Theory, Social chage and social work*, London : Routledge
- Patton, M. (1986), *Utilization – focused evaluation*, 2ª ed., Newbury Park : Sage.



- Pereirinha, J. A. (2008), *Política Social – Fundamentos da Actuação das Políticas Públicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Peeters, J. (2012), “Sustainable development: a mission foi social work? A normative approach”, *Journal of Social Intervention: Theory and practice*, vol. 21, p. 5-22.
- Pinto, Carla (2015), “Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas”, *in Serviço Social – Teorias e Práticas*.
- Pinto, Maria da Conceição, (2001), *Criança em perigo e em situação de rua: histórias de vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- PNUD (2014), *Relatório do Desenvolvimento Humano: Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*, Lisboa: Tricontinental.
- Popham, W. J. (1974), *Evaluation in education*, Berkeley, California: McCutchan Publishing Corporation.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gravida.
- Eanes, Manuela R. (1993), *Trabalho com Crianças de Rua*, Lisboa, Instituto de Apoio à Criança, pp.7-8.
- Eanes, Manuela R. (1993), *ibid*, pp.9.
- Ratner, B. (2004), *Sustainability as a dialogue of values: challenges to the sociology of development*, *Sociology inquiry*, v. 74, nº1, p. 50-69
- Rattner, Henrique (1999), “Sustentabilidade: Uma ação humanista”, *in, Ambiente e Sociedade*, jul/dec. 1999, nº5
- Rede Europeia Anti Pobreza (REAP), *Luta contra e exclusão na europa – Guia de Acção e Descrição das Políticas Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, pp. 78-79.
- Reppold, et al (1996), *Relações familiares de crianças em situação de rua, XXXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, Ribeirão Preto. SP.
- Riessman, C. K. (1993), *Narrative Analysis, Qualitative Research Methods*, New York: Sage Publications
- Rizzini, Irene (2003), *Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas: trajectórias inevitáveis?*, Rio de Janeiro, Puc Rio.



- Robertson, Roland (1994), “Mapeamento da condição global: globalização como conceito central”, in Featherstone Mike (org), *Cultura Global*, Rio de Janeiro: Editora Vozes
- Robinson, J., (2004), Squaring the circle? Some on the idea of sustainable development, *Ecological Economics*, nº48, pp. 369-384.
- Romeiro, Ademar Ribeiro (2000), *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*, São Paulo: Annablume, FAFESP.
- Rosemberg, Fulvia (1993), “O discursos sobre as crianças de rua na década de 80”, *Cadernos de Pesquisa*, nº87, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- Rosemberg, Fulvia (1994), “Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo”, *Cadernos de pesquisa*, nº91, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Rubington, E., Weinberg, M.S. (1995), *The Study of Social Problems, Seven Perspectives*, New York, Oxford: University Press.
- Sachs, Ignacy (1990), *Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural – urbanas*, Los casos de India y Brasil, Pensamento Ibero-americano.
- Sachs, Ignacy (2000), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro: Garamond.
- Screven, M. (1999), the nature of evaluation part 1: relation to psychology. Retirado em 31 de dezembro de 2014 de <http://pareonline.net/getvn.asp?v=6&n=11>
- Salama, Pierre, “Globalização e trabalho”, *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 1998.
- Sebastião, João (1996), *Crianças de rua: marginalidade e sobrevivência*, sociologia, problemas e práticas, n.19, pp.83-84.
- Stake, R. E. (2003), “Responsive evaluation”, in T. Kellaghan & D. Stufflebeam.
- Stake, R. E. (2004), *Standards-based & Responsive evaluation*, Thousand Oaks: Sage
- Stoer, Stephen e Magalhães, António (2005), *A Diferença Somos Nós – A Gestão Social e as Políticas Educativas e Sociais*, Porto: Afrontamento.
- Schiefer, Ulrich, Bal-Döbel. Luciana, Baptista, António. Döbel, Reinald. Nogueira, João. Teixeira, Paulo Mapa (2006), *Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos: Principia*.



- Stufflebem, Daniel; Shinkfild, Antony J. (1995), *Systematic Evaluation*. EUA: Kluwer-Nijhoff Publishig,
- Stufflebeam, D. & Shinkfild, A.J. (2007), *Evaluation, theory, models, & applications*. San Francisco, CA: Jossey – Bass.
- Serrano, Gloria Pérez (2008), *Elaboração de Projectos Sociais. Casos Práticos. Coleção Educação e Trabalho Social*, nº 7, Porto: Porto Editora.
- Stone, D. A. (2002), *Policy Paradox – The Art of Political Decision Making*, Revised Edition. New York: Norton & Company.
- Soecklin, D. (2003), “Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social”, in Rizzini, I., *Vida nas Rua: trajectórias evitáveis?*, Rio de Janeiro. Puc Rio.
- Szanton, B. (1994), *Urban Children in Distress*, Routlesge
- Terraquente, M. J., (1991), *Crianças da rua*, Lisboa, ISCSP, Relatório de estágio de Política Social.
- Tyler, F. B., *et al.* (1987), *Street children and play*, Children`s Environmennts Quaterly.
- UNDP (1990), *Human develop report*, New York: Oxford University Press
- UNDP (2012), *The Millenium. Development Goals report*. New York: United Nations.
- UNICEF, Comité Português, (2013), *As Crianças e a Crise em Portugal*, Lisboa.
- WCED (1987), *Our Common future*. Oxford: Oxford: University Press.
- Williams, C. (1993), *Who are “street children?” A Hierarchiy of street use and appropriate respondes*, Child Abese& Neclect, 17.
- Worthen, Blaner, R.; Sander, James R. (1987), *Educational evaluation: alternative approaches and pratical guidelines*, Michigan: Longman
- Yin, Robert K. (2002), *Estudo de caso, Panejamento e métodos*, Porto Alegre, Bookman

Webgrafia

- Assistência Médica Internacional (2014), <http://www.ami.org.pt> , consultado em 2015
- Comunidade Vida e Paz (2014), <http://www.cvidaepaz.pt>, consultado em 2015



Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (2014), [URL:http://www.dgrsp.pt](http://www.dgrsp.pt), consultado em 2015

European Federation for Street Children (2009), [URL:http://www.efsc-eu.org](http://www.efsc-eu.org), consultado em 2014

Instituto de Apoio à Criança, (2010), [URL:http://www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt), consultado em 2014

Governo da República Portuguesa (2009) [URL:http://www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt), consultado em 2014

Procuradoria Geral da República (2001), [URL: http://www.gddc.pt](http://www.gddc.pt) , consultado em 2015

Programa Escolhas (2001), <http://programaescolhas.pt.apresentacao>, consultado em 2014

Questão de Equilíbrio (2011), <http://www.questoadeequilibrio.org>, consultado em 2015

Organização das Nações Unidas (2009), [URL:http://www.un.org](http://www.un.org), consultado em 2014

Policia de Segurança Publica (2011), <http://www.psp.pt/pages/defaultpsp.aups>, consultado em 2014

UNICEF (2009) URL: <http://www.unicef.pt> , consultado em 2014

REMAR, *Reabilitação de Marginalizados* (2014), <http://remar.pt/quemsomos>, consultado em 2015

S.C.M. Lisboa (2014), <http://scml.pt>, consultado em 2014

Relatório “Situação da Juventude nas Filipinas”1998) <http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/as-criancas-de-rua-nas-filipinas.php>, (consultado em 24/03/2015).

Relatório “Situação da Juventude nas Filipinas”1998) <http://finslab.com/enciclopedia/letra-a/as-criancas-de-rua-nas-filipinas.php>, (consultado em 04/04/2015).

Documentação consultada

Projecto Rua, Relatórios de Atividades desenvolvidas entre 1989 a 2014

Projecto Rua, Folhas Informativas entre 1990 e 2014

IAC, Boletim entre 1989 a 2014

IAC, InfoCEDI, entre 2004 a 2014

Programas de televisão

Damásio, Isabel (2010, janeiro 27), *Miúdos à Deriva*, Linha da Frente, Lisboa, RTP1,
Reportagem

Leal, Ana (2015, junho 1), *Meninos Invisíveis*, Repórter TVI, Lisboa, TVI, Grande
Reportagem

Legislação

Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio de 1911

Constituição da República, 1976 (Artº69, Artº70)

Código Civil Decreto lei nº496/77 (Artº1887, Artº1915, Artº1918)

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, lei nº147/99, de 1 de setembro

Lei Educativa, Lei nº166/99, de 14 de setembro

Decreto lei nº107/2001 de 6 de abril, D.R. nº82/2001, Série I-A, Emitido por Ministério do
Trabalho e da Solidariedade

Decreto Lei nº58/2002 de 15 de março, D.R. nº63, Série I – A

Código Penal, Livro II, título I, Capítulo V, Secção II, Artº174

Lei da Adopção nº31/2003, de 22 de agosto

Código do Trabalho, Lei nº105/2009

Declaração dos Direitos da Criança (1959)

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)



Anexos

Anexo 1 - Grupos alvo de crianças abrangidas pelas organizações membro da EFSC

Indicadores/ Países	Bósnia e Herzegovina	Bulgária (ACY)	Bulgária (GA)	República Checa	Grécia	França	Macedónia
Âmbito da organização das atividades	Regional NGO (Europa)	Local, nacional	Local	Nacional	Nacional	Regional	Nacional
Com quantas crianças trabalha cada organização?	122	155	58	100	6653	298	22
Qual o nº de crianças de rua? ¹	108 (88%)	155 (100%)	7 (6%)	-	1013 (15%)	105 (35%)	12 (50%)
Qual o nº de crianças institucionalizadas?	4 (3%)	12 (8%)	10 (17%)	-	299 (2009) (4%)	16 (5%)	-
Quantas delas são de famílias monoparentais?	55 (45%)	88 (57%)	50 (86%)	35 (35%)	433 (6%)	85 (28%)	0
Qual o nº de crianças que consome drogas regularmente?	2 (suspeitas)	9 (5%)	0	-	Sem dados	26 (8%)	0
Quantas crianças vivem em situação de pobreza?	122 (100%)	155 (100%)	58 (100%)	5 (5%)	2474 (40%)	253 (85%)	22 (100%)
Quantas frequentam a escola regularmente?	56 (45%)	48 (30%)	23 (40%)	50 (50%)	6653 (100%)	30 (10%)	0
As crianças têm regular acesso a cuidados de saúde?	60 (50%)	Não	45 (77%)	Sim	Sim	Não	Nem todas
Quantas delas estão em conflito com a Lei?	2 (suspeitas)	7 (5%)	12 (21%)	30 (30%)	0	45 (15%)	0
Quantas crianças não têm estrutura familiar?	4	110 (70%)	10 (17%)	40 (40%)	94 (1%)	142 (50%)	0
Quantas crianças são estrangeiras?	10 (8%)	0	0	3 (3%)	2594 (39%)	298 (100%)	0

¹ De acordo com a definição internacionalmente reconhecida.

Anexo 1- Grupos alvo de crianças abrangidas pelas organizações membro da EFSC

Indicadores/Países	Itália (CIAI)	Itália (IdC)	Itália (ONLUS)	Polónia	Portugal	Roménia	Espanha	Reino Unido
Âmbito da organização das atividades	Nacional	Regional	Nacional	Nacional	Nacional	Regional	Nacional	Local, Regional.
Com quantas crianças trabalha cada organização?	37	300	300	30 000	224	1 300	414	228
Qual o nº de crianças de rua?	-	40 (13%)	50 (16%)	18 000 (60%)	70 (16%)	60 (5%)	-	2
Qual o nº de crianças institucionalizadas?	-	300 (100%)	100 (33%)	0	12 (3%)	70 (5%)	414 (100%)	39 (17%)
Quantas delas são de famílias monoparentais?	6 (16%)	0	150 (50%)	5 000 (16%)	34 (8%)	430 (33%)	0	110 (50%)
Qual o nº de crianças que consome drogas regularmente?	-	10 (3%)	30 (10%)	-	47 (11%)	10 (1%) – estimativa	80 (19%)	136 (60%)
Quantas crianças vivem em situação de pobreza?	-	S/ Valor Exato	80 (25%)	15 000 (50%)	347 (82%)	1 300 (100%)	0	149 (65%)
Quantas frequentam a escola regularmente?	37 (100%)	10 (3%)	300 (100%)	30 000 (100%)	374 (88%)	90%	382 (92%)	43 (19%)
As crianças têm regular acesso a cuidados de saúde?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim, mas não a todos os serviços	95%	Sim	Sim
Quantas delas estão em conflito com a Lei?	0	10 (3%)	50 (20%)	-	61 (25%)	50 (4%)	0,2%	143 (63%)
Quantas crianças não têm estrutura familiar?	0	20 (6%)	0	-	18 (4%)	-	414 (100%)	12 (5%)
Quantas crianças são estrangeiras?	14 (40%)	23 (7%)	0	1 000 (10%)	22 (5%)	-	414 (100%)	57 (25%)

Fonte: Adaptado de EFSC “Analysis of the situation of Street Children within Key EU Member States in 2009”

Identificação das organizações e países que fizeram parte do inquérito: Save the Children Norway South East Europe Regional Office, Bósnia e Herzegovina; Alliance for Children and Youth (ACY), Bulgária; Gavroche Association (GA), Bulgária; Silesian Diacony, República Checa; Hors la Rue, França; The Smile of the Child, Grécia; The Italian Association for Aid to Children (CIAI), Itália; Istituto don Calabria, Comunita’ San Benedetto (IdC), Itália; Associazione Maestri di Strada ONLUS, Itália; The First Children’s Embassy of the World Megjashi, Macedónia; The Society of the Friends of Children, Polónia; Insituto de Apoio à Criança (IAC), Portugal; Fundatia Romana pentru Copii, Comunitat Si Familie, Roménia; Fundación diagram intervención psicosocial, Espanha; Pupil Parent Partnership, Reino Unido.

² A preocupação com as Crianças de Rua no Reino Unido é reduzida, principalmente porque muitos deles não estão à vista: dos últimos indivíduos encontrados a dormir na rua ultimamente, apenas dois tinham menos de 18 anos e dormiam na rua em condições degradantes. Contudo, as crianças/jovens que fogem optam por pernoitar em locais perigosos e o número continua a crescer.

Anexo 2 - As necessidades das crianças

Necessidades	Prevenção	Riscos
<p><u>De caráter físico-biológico</u> Condições que garantem a subsistência e um desenvolvimento físico e mental saudável</p>	<p>Alimentação: Adequada alimentação, suficiente e variada, sequenciada no tempo e adaptada à idade</p> <p>Temperatura: Condições de habitação e do vestuário</p> <p>Higiene: Higiene corporal, da casa, da alimentação, do vestuário e do meio ambiente</p> <p>Sono: Ambiente envolvente protegido e silencioso, duração de acordo com as idades, durante a noite e com sesta para crianças mais pequenas</p> <p>Atividade Física: exercício e jogo: Liberdade de movimento no espaço, espaço com objetos, brinquedos e outras crianças, contato com elementos naturais (terra, água, plantas, animais, etc.), passeios, excursões</p> <p>Proteção de riscos reais, integridade física: Organização de casa adequada à segurança (detergentes, eletrodomésticos, ferramentas, escadas, móveis, janelas), organização da escola (salas, pátios, atividades), organização da cidade para proteger a infância (ruas, jardins, circulação); circulação prudente, com crianças ou cadeirinha; conhecimento e controle das relações das crianças</p> <p>Saúde: Revisões adequadas à idade e estado de saúde. Plano de vacinação</p>	<p>Ingestão de substâncias que afetam o feto, desnutrição, défices específicos, não apropriada à idade, excessos</p> <p>Frio ou humidade em casa, falta de calçado ou vestuário adequado</p> <p>Sujidade, contaminação do ambiente, germes infecciosos, parasitas e roedores</p> <p>Insegurança, ruídos, interrupções frequentes, tempo insuficiente, sem lugar e tempos de descanso diurnos</p> <p>Imobilidade corporal, ausência de espaço, de objetos ou de brinquedos, inatividade, sedentarismo</p> <p>Acidentes domésticos. Castigo excessivo. Acidentes na escola. Acidentes de circulação. Agressões</p> <p>Sintomas, falta de vacinação</p>
<p><u>Cognitivas</u> Condição que permitem um desenvolvimento efetiva adequado e adaptado às circunstâncias do meio envolvente</p>	<p>Estimular os sentidos, ambiente com estímulos (visuais, tácteis, auditivos, etc); quantidade, variedade e contingência de estímulos. Interação lúdica na família, estimulação planificada na escola</p> <p>Estimulação linguística na família e na escola</p> <p>Contato com um ambiente físico e social rico em objetos, jogos, elementos naturais e pessoas. Exploração de ambientes físicos e sociais. Oferecer uma base de segurança</p> <p>Compreensão da realidade física e social: Escutar e responder de forma contingente às perguntas. Dizer a verdade. Deixar a criança participar no conhecimento da vida, no sofrimento, no prazer e na morte. Transmitir atitudes, valores e normas. Tolerância face às discrepâncias e diferenças: raça, sexo, classe social, deficiências, nacionalidade, etc</p>	<p>Privação sensorial, pobreza sensorial. Monotonia de estímulos, não contingência de resposta. Currículo escolar não global, não sequenciado, não significativo. Falta de estimulação linguística. Não ter apoio na exploração. Não partilhar exploração com adultos e iguais.</p> <p>Não escutar, não responder num momento inadequado. Mentir ou ocultar a realidade. Visão pessimista. Valores antissociais. Dogmatismo. Racismo</p>

Anexo 2 - As necessidades das crianças

Necessidades	Prevenção	Riscos
<p>Emocionais e sociais</p> <p>Condições que permitem um desenvolvimento afetivo adequado e adaptado às circunstâncias do meio envolvente</p>	<p>a) Sociais:</p> <p>-Segurança emocional</p> <p>- Rede de relações sociais</p> <p>-Participação e autonomia progressivas</p> <p>b) Sexuais:</p> <p>-Curiosidade, imitação e contato</p> <p>c) Com o ambiente físico e social</p> <p>- Interação lúdica</p>	<p>Apego incondicional, aceitação, disponibilidade, acessibilidade, resposta adequada a pedidos e competência. Contato íntimo: tátil, visual, linguístico, etc. Capacidade de controle Capacidade de proteção.</p> <p>Resolver os conflitos com moral indutiva. Explicações, exigências conforme a idade, coerência nas exigências, possibilidade, de revisão se a criança protestar da decisão.</p> <p>Relações de amizade e companheirismo com os pares: fomentar o contato e interação com pares no ambiente familiar e na escola; tempos de contato, festas infantis, comidas e permanências em casa de iguais, etc.</p> <p>Continuidade nas relações. Atividades conjuntas de famílias com filhos que são amigos. Incorporação a grupos ou associações infantis.</p> <p>Participação em decisões e na gestão do que possa afetar a si mesmos e outros na família, escola e sociedade.</p> <p>Responder às perguntas. Permitir jogos e autoexploração sexual. Proteger de abusos</p> <p>Escutar, compreender e responder aos receios: medo de abandono, rivalidade fraterna, medo da doença e medo da morte.</p> <p>Possibilidade de expressar o medo.</p> <p>Evitar verbalizações e condutas que fomentem os medos: violência verbal ou física, discussões inadequadas, ameaças verbais, perdas de controle, incoerência no comportamento.</p> <p>Interação lúdica na família com a mãe, pai e outros familiares.</p> <p>Brincadeiras com os pares.</p>

Anexo 3 - Zonas de maior risco e concentração de menores em contexto de rua³



- Zona 1 Praça do Comércio/ Cais das Colunas/ Corpo Santo/ Cais do Sodré/ Jardim da Ribeira/ Sta. Catarina/ jardim do Adamastor/ Largo Camões/ Bairro Alto/ Príncipe Real/ Miradouro de São Pedro de Alcântara/ Chiado/ Rua do Carmo/ Rossio/ Estação do Rossio/ Restauradores/ Avenida da Liberdade/ Praça da Alegria/ Rua do Coliseu/ Largo São Domingos/ Praça da Figueira/ Rua Augusta
- Zona 2 Campo das Cebolas/ Jardim do Tabaco/ Santa Apolónia/ Alfama/ Feira da Ladra/ Miradouro de Santa Luzia/ Costa do Castelo/ Castelo São Jorge/ Graça - Miradouro da Graça - Miradouro do Monte Agudo/ Mouraria/ Martim Moniz/ Intendente/ Igreja dos Anjos/ Av. Almirante Reis/ Alameda
- Zona 3 Praça do Chile/ Alameda/ Guerra Junqueiro/ Praça de Londres/ Areeiro/ Av. de Roma/ Campo Grande - espaço exterior e jardim/ Campo Grande –metro
- Zona 4 Santos/ São Bento/ Jardim da Estrela/ Largo do Rato/ Marquês de Pombal/ Parque Eduardo VII
- Zona 5 Belém/ Jardins de Belém/ Padrão dos Descobrimentos/ Pedrouços/ Algés
- Zona 6 (Comercial) C.C. Colombo/ C.C. El Corte Inglés/ C.C. Vasco da Gama/ C.C. Amoreiras/ C.C. Chiado/Media Markt/ Alvaláxia
- Zona 7 (Noturna) Santa Apolónia/Campo das Cebolas /Praça do Comércio/Cais do Sodré/Avenida 24 de Julho/Santos/Docas/Bairro Alto/Jardim de S. Pedro de Alcântara/Largo do Camões/Chiado/Rossio/Praça da Figueira/Martim Moniz/Intendente/Igreja dos Anjos/Avenida Almirante Reis/ Alameda/Artilharia 1/Parque Eduardo VII/Jardim da Estrela/Técnico/Gare do Oriente/Parque Expo

³Zonas onde a Equipa de Rua desenvolve a sua ação de diagnóstico através do Giro Diurno e Noturno.

Anexo 4 - Funções de Equipa Técnica do *Projecto Rua*

Equipa Técnica	Funções
Serviço Social Política Social Pedagogia Social	Acompanhamento Social e Familiar
	Discussão de casos e definição de projetos individuais de intervenção
	Elaborar diagnósticos sociais e definir planos de intervenção social
	Acompanhar as famílias dos jovens
	Reunir regularmente com as entidades que participam no acompanhamento e desenvolvimento escolar e social dos jovens
	Planear e dinamizar atividades inseridas em programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais
Psicologia⁴ Psicopedagogia Curativa	Acompanhamento na área escolar e profissional
	Discussão de casos e definição de projetos individuais de intervenção
	Realizar rastreios/avaliações na área da psicologia e definir planos de intervenção psicológica
	Organizar, dinamizar e acompanhar os espaços/apoios individualizados
	Orientação e encaminhamento profissional
	Dinamização de Treino de Competências
Animação Social Animação de Rua	Planeamento e dinamização das atividades lúdicas
	Planear e dinamizar as atividades
	Responsabilidade e acompanhamento dos jovens nas atividades, responsabilizando-se pela sua segurança e bem-estar
	Sinalização à equipa técnica dos casos considerados de risco e discussão de casos
	Co dinamização de Trino de Competências

⁴ Em articulação com o SOS – Criança.



Crianças em Situação de Rua:
O Caso do IAC – *Projecto Rua*
“Em Família para Crescer”

Preâmbulo

Eu, Matilde Sirgado, aluna de Mestrado em Política Social no ISCCP – UL, estou a realizar uma dissertação científica sobre as “Crianças de Rua”, sob orientação do Professor Doutor Hermano do Carmo. A investigação tem como objetivo avaliar a Intervenção do *Projecto Rua “Em Família para Crescer”* do Instituto de Apoio à Criança, em termos da sua eficácia na prevenção e combate à problemática das crianças em situação de rua.

Pretende-se que esta avaliação assente em torno dos princípios orientadores da Intervenção Social: Observatório Social, Laboratório Social, Práticas de Proximidade e Políticas Públicas.

Assim, solicitamos a vossa colaboração e disponibilidade em participar neste *Focus Group*⁵, de forma a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

⁵ O *Focus Group* cumpre as normas éticas de confidencialidade e do sigilo profissional.

Anexo 5 - Guião do *Focus Group* aos técnicos e animadores da equipa do IAC – *Projecto Rua*

Estrutura e Organização do *Focus Group*

Dimensão do *Focus Group*

O grupo foi constituído por 8 participantes, e teve como objetivo gerar tantas ideias quanto possível, por isso optou-se por um grupo de dimensão maior.

Seleção/constituição do *Focus Group*/Critérios de partida para a escolha:

Foi realizada tendo em conta a sua situação face ao desenvolvimento do *Projecto* e o seu conhecimento sobre este. O grupo de discussão foi constituído com a garantia de diversidade da vivência das diferentes fases da intervenção e a diversidade pessoal de cada participante no *Focus Group*.

O grupo foi composto por profissionais técnicos de áreas diferentes: uma Assistente Social (T1), uma Pedagoga Social (T2), três Técnicas de Política Social (T3, T4, T5), dois Animadores de Rua (A6 e A7) e um Psicopedagogo (T8), que estiveram presentes nas diferentes fases de intervenção do *Projecto* em estudo.

O mesmo grupo participou em quatro sessões temáticas complementares (Laboratório Social, Observatório Social, Cuidados de Proximidades, Políticas Públicas).

Duração do *Focus Group*

Cada sessão teve a duração de 2h00, subdivididas em três partes: Período inicial de aquecimento seguido do debate/interação, finalizado com a sessão de encerramento.

O respeito pelo tempo estipulado foi importante para evitar fadiga entre os participantes ou intelectualizações excessivas, acerca do tema, desgaste ou esvaziamento e viés da pesquisa.

Momento – Chave do *Focus Group*

Principais momentos norteadores da sessão do grupo.

- Abertura da sessão: boas vindas, apresentação dos pesquisadores e informações acerca dos objetivos e finalidades da pesquisa e da técnica de pesquisa.

- . Apresentação dos participantes entre si: Dinâmicas de quebra-gelo.
- . Esclarecimentos sobre as dinâmicas de discussões (debate).
- . Debate centrado no guia de temas (resumo dos objetivos e questões a serem tratadas)
- . Síntese dos momentos anteriores.
- . Encerramento da sessão: Considerações finais e agradecimentos.

Local das sessões

As sessões realizaram-se na sede do *Projecto Rua*, longe da intervenção diária dos participantes, numa sala equipada com aparelhagem para a gravação em áudio e vídeo. Decorreu num ambiente que assegurou a privacidade dos participantes.

Tentou-se garantir o conforto facilitador do debate, como por exemplo: temperatura amena, ventilação e boa iluminação e assentos confortáveis.

O papel do moderador

O papel do moderador neste processo de recolha de dados é fundamental, uma vez que deve facilitar a discussão, sem interferir na dinâmica do grupo, por isso optámos por uma moderação dupla, o investigador complementado por um elemento externo à pesquisa, para moderar a eventual influência nas opiniões expressas. Por outro lado o investigador está familiarizado com o problema em investigação e tem conhecimento pessoal do *Projecto* em estudo e das pessoas que constituíram o grupo.

As questões foram preparadas pelo investigador e discutidas com o moderador externo.

Complementarmente recolheu-se informação junto de outros especialistas e do grupo alvo acompanhado pelo *Projecto*, utilizando a técnica de entrevista.

Guião do *Focus Group*

O IAC - *Projecto Rua* como Observatório Social da Criança de Rua

- Evolução da situação da Criança de Rua (do início à atualidade)

A definição da situação da Criança de Rua tem vindo a evoluir ao longo do tempo. Descreva a evolução do perfil da criança de rua que vivia e atualmente vive na cidade de

Lisboa, tendo em conta o nível emocional, moral, social, intelectual, assim como a faixa etária, sexo, etnia, origem, nacionalidade e nível económico da família, ou outro tipo de característica específica.

Destaque as ocupações e relações da criança de rua, o seu percurso escolar ou formação profissional.

Descreve quais as suas perceções, sonhos e ambições.

- Reflita sobre as trajetórias de vida das crianças de rua

Ao longo das fases de evolução do IAC – *Projecto Rua*, recorde os momentos/*outputs*, onde este conseguiu ser um verdadeiro observatório social, ao nível dos eventos que organizou; quando foi notícia, na comunicação social, através das publicações que produziu e da sua literatura cinzenta.

O IAC – *Projecto Rua* enquanto Laboratório Social

Tendo em conta as fases de evolução do IAC – *Projecto Rua*, identifique os projetos, as metodologias e ações inovadores(as) em torno das seguintes dimensões: Educação, Justiça, Social, Formação/Emprego e Saúde.

Selecione e descreva sucintamente aqueles(as) que considera mais relevantes no percurso do IAC – *Projecto Rua*.

O IAC – *Projecto Rua* enquanto serviço de cuidados de proximidade

Considerando que o *Projecto Rua* se tornou um serviço de intervenção social permanente de atendimento direto às crianças de rua e seus familiares, descreva a tipologia de serviço oferecido a natureza das ações desenvolvidas e o tipo de parcerias implicadas.

O IAC – *Projecto Rua* e o seu contributo para as medidas e políticas do sistema de proteção social às Crianças de Rua

Descreva o papel do interventor social na defesa dos Direitos da Criança.

As medidas/políticas sociais e a legislação portuguesa, contemplam a especificidade da problemática das crianças de rua?

Na sua opinião, o Estado assume a responsabilidade de criar respostas sociais para a prevenção e resolução destas situações?

Identifique as medidas e políticas sociais nas quais, considera que o IAC – *Projecto Rua* contribuiu, ainda que de forma modesta para a sua criação e implementação na área da Infância e Juventude. (quer a nível nacional, quer internacional).

Descreva o contributo do IAC – *Projecto Rua* para a legislação referente às crianças em risco/perigo, e para alguns programas de Ação Social, na área da infância e juventude.

Anexo 6 – As crianças em situação de rua na comunicação social

Observatório Social

A Presença do Projecto Rua na Comunicação Social

Tipologia	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Escritas (Jornais/Revistas)		<ul style="list-style-type: none"> - Jornal “Vento Novo” - Jornal parisiense “La Croix” - Reportagem Jornal Jovem - Entrevista ao jornal semanário “O Crime” - Jornal “Comércio do Porto” - Jornal “Gazeta do Cenjor” - Revista “Valor” - Revista Cais (sobre violência urbana) - Reportagem “Anjos Caídos” do Jornal Independente - Entrevista – Revista Visão - Entrevista – Revista “Família Cristã - Entrevista – Mulher Moderna. Entrevista – Nova Gente - Reportagem no Diário Magazine - Entrevista ao jornal “Manhã Popular” - Entrevista ao jornal “A Capital” - Entrevista ao Jornal “Expresso” “Os Meninos de Rua de Lisboa” 	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia na Agência Lusa sobre Prostituição - Entrevista Jornal Público - Reportagem da revista francesa “Convergence” - Entrevista à Revista Sábado - Entrevista à “Pais & Filhos” 	<ul style="list-style-type: none"> - Notícia jornal Destak - Notícia jornal Publico - Notícia no Jornal Expresso - Reportagem na Revista Máxima

Anexo 6 – As crianças em situação de rua na comunicação social

Observatório Social

A Presença do Projecto Rua na Comunicação Social

Tipologia	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Escritas (Jornais/Revistas)		<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista ao Jornal “Correio da Manhã” - Notícia no Jornal “Notícias da Amadora” - Notícia em “Jornal de Notícias” (Desempregadas nos Cursos URBAN) - Artigo na Revista “Grande Reportagem” - Notícia no Diário de Notícias - Jornal 24 Horas - “Clube de Mães dá o Exemplo” - Artigo na Revista XIS (“Finka Panela – Comida Sabe”) - Revista QUO - Notícia publicada no Jornal “Correio da Manhã” – “Caixa Mágica abre esperanças a crianças de rua” 		
Vídeo (TV)	<ul style="list-style-type: none"> - Reportagens de TV sobre o Projecto Rua e sobre as Crianças de Rua (3) - Programa “Ponto Final” TVI - Reportagem de Televisão – Sessão de Encerramento do I Curso de Animadores - RTP Madeira – Encontro - TVI Amigos para Sempre 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa “Viva a Manhã” RTP1 - Gravação da Série “Marginalidades” de Moita Flores - Canal I da Televisão francesa (contributo para reportagem) - “Via Aberta” RTP1 - Telejornal RTP1 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Prós e Contras da RTP1 - Bom dia Portugal RTP1 - “Sociedade Civil” RTP2 - TVI “As Tardes de Júlia” - Reportagem sobre os 25 anos do IAC - RTP1 - RTP1 Em Reportagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Reportagem RTP “Portugal em Direto” - Manhã Informativa RTPN - Programa Antena Aberta RTPN - Notícia no Diário de Notícias sobre o PR

Anexo 6 – As crianças em situação de rua na comunicação social

Observatório Social

A Presença do Projecto Rua na Comunicação Social

Tipologia	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Vídeo (TV)	<ul style="list-style-type: none"> - SIC “Noite da Má Língua” - RTP1 Programa da Manhã 	<ul style="list-style-type: none"> - Televisão Suíça oficial (contributo para documentário sobre meninos de rua em Lisboa) - Jornal da Tarde (RTP1) - Programa da Sic “Verdes Anos” - Programa Canal Aberto da RTP - Participação no programa “Raminho de Salsa” da TVI - Reportagem do programa semanal “País País” da RTP1 - Programa “Canal Aberto” da RTP1 - Programa “Praça da Alegria” na RTP1 - Programa “Hora Viva” da RTP1 - Programa TVI Informação - TVI Informação - Casos de Polícia “Meninos de Rua” - Informação da TV sobre o Bairro 6 de Maio - RTP Programa Consultório - Telejornal da SIC, TVI, RTP1 e RTP2 sobre Mães Solteiras (Bairro 6 de Maio) - RTP1 Programa Amigo Público 	<ul style="list-style-type: none"> - “Bom dia Portugal” RTP1 e RTPN - Programa de Natal da SIC - RTP - Programa Entrada Livre - RTP - Programa Hora Viva - RTP - Programa Via Aberta - RTP 2 - Programa Conselho de Estado - RTP - Portugal no Coração - Programa Filhos da Rua - RTP – Iniciativa PGM 	<ul style="list-style-type: none"> - Reportagem sobre o CDIJ - Diário de Notícias “Sozinhos na Rua” - Debate sobre maus tratos infantis, no Programa da Correio da Manhã TV - Debate sobre maus tratos infantis, no Programa da Correio da Manhã TV (2)

Anexo 6 – As crianças em situação de rua na comunicação social

Observatório Social

A Presença do Projecto Rua na Comunicação Social

Tipologia	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Áudio (Rádio)		<ul style="list-style-type: none">- Entrevista Rádio Mira-Mar- Entrevista Rádio Comercial (Comemoração do Dia Mundial da Criança)- Entrevista Rádio Mira-Mar (Dia Mundial da Criança)- Entrevista Rádio Mira-Mar (sobre mendicidade)- Rádio Mira-Mar (Crianças Marginalizadas)- Reportagem da Rádio Renascença- Reportagem da Rádio Renascença- Reportagem da Rádio Renascença- RDP Internacional- Entrevista – Voz de Almada- Entrevista ao Rádio Mira “Os Filhos da Droga”- Entrevista à RDP Antena 1 (Trabalho desenvolvido pelo PR)	<ul style="list-style-type: none">- “Via do Orienta” RDP- Debate na RDP Antena 1 sobre “Ex-meninas de rua”- “Intervenção Comunitárias com Famílias” - Entrevista à Rádio Miramar- “Caminho de Emmaus” da Paulus Editora- Entrevista Rádio Clube Português	<ul style="list-style-type: none">- Antena 1 – Dia da Criança- Entrevista no Rádio Clube Português- Entrevista na RDP Internacional sobre Trabalho Infantil- Entrevista no âmbito da VII Conferência “Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente”- Entrevista da Antena 1 (Intervenção do PR)

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Ações de Formação (em que o Projecto Rua participou como formador)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
<ul style="list-style-type: none"> - I à V Ação de Formação para Animadores - Ação de formação “Musica e Expressão corporal para a Renovação Cultural das Crianças de Rua 	<ul style="list-style-type: none"> - VI à IX Ação de Formação para Animadores - Ações de Formação em Porto Santo, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada - Ação de Formação em Cabo Verde - “A Criança e o Jovem em Situação de Risco” - Ação de Formação para educadores de rua (Nápoles) - “As Crianças em Risco” (Escola Damião de Góis) - Abordagem à Família e à Criança” e “Identificação de Dinamismos Formais e Informais de Apoio à Criança e Jovem e à Família (Santarém) - Ação de Formação para Animadores (Ponta Delgada) - “Exercícios Práticos – Comunicação em Grupos com Jovens em Risco (Escola Manuel da Maia) 	<ul style="list-style-type: none"> - X à XIX Ação de Formação para Animadores - Curso de interventores junto de Jovens com Práticas de Risco - Formação para Trabalhadores de Rua (Macedónia) - Ação de Formação para Trabalhadores de Rua na Área da Prostituição - “Piores Formas de Exploração de Crianças no Mundo Globalizado” (CNASTI) - Ação de Formação “Boas Práticas de Trabalho Social com Grupos em Risco”(Redondo) - “Experiências de animação socioeducativas – abordagens, metodologias, técnicas e instrumentos” - “Modelos de Intervenção, Metodologias com Jovens em Risco Social - “Abordagem, contato, contratualização com o grupo alvo e intervenção comunitária” (Açores) - Ação de Formação sobre “Dinâmicas de Rua” - “O recurso a técnicas Lúdico-pedagógicas no apoio escolar” (2) - Ação de Formação sobre “Dinâmicas de Espaços de Férias” (2) 	<ul style="list-style-type: none"> - XX à XXIII Ação de Formação para Animadores - “Ação Educar e Formar para Inserir, uma Experiência no Projecto Rua (Centro de Educação para o Cidadão Deficiente) - Visita de acompanhamento técnico em Cabo Verde - X Ação de Formação em Cabo Verde - “Intervenção com crianças e jovens em situação de risco” - “Intervenção pela Positiva em Situações de Risco” (Açores) - Ação de Formação para a PSP Pós-Sessão sobre Maus-Tratos Infantis - Graduação de Psicologia Criminal - Formação para professores das turmas PIEF – Intervenção com Jovens Multidesafiadores

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Ações de Formação (em que o Projecto Rua participou como formador)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
	<ul style="list-style-type: none">- Ação de Formação para Voluntários (IPJ Moscavide)- Ação de Formação na Escola Superior de Enfermagem de Leiria- Ação de Formação em Cabo Verde - Praia e São Vicente (2)	<ul style="list-style-type: none">- Ação de Formação - Meia dúzia de ideias para animação em atelier- Espaço Formativo para Mediadores (Parque de Campismo de Monsanto)- “Dinâmicas para a Interculturalidade”- Ação de Formação em Vila Nova de Paiva (3)- I Curso de Pós-Graduação em Intervenção social nas Crianças e Jovens em Risco Social- “Jogos e Ateliers Lúdico-Pedagógicos” (Portalegre)- Ações de Formação sobre “Prevenção de Abusos Sexuais e Maus Tratos a Crianças” (3)- “Dinâmicas de expressão dramática”- Ação de Formação em Cabo Verde- Ação de Formação para alunos da Escola Superior de Enfermagem de Santarém (3)- Formação Projecto Relais II- Ações de Formação para Agentes de Segurança Pública (2)- Ação de Formação “Intervenção com Jovens em Perigo Integrados em Centro de Acolhimento” (2) – Mindelo- Ação de Formação “Luz Verde para as Crianças de Rua” em Angola e Moçambique (2)	

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Encontros/Seminários Nacionais (em que o PR participou enquanto preletor)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
<ul style="list-style-type: none"> - Seminário “Crianças na Comunidade” - Programa atelier pedagógico dirigido aos auditores de justiça - Seminário sobre “Pobreza Infantil: Que Intervenção Social”. - “A Criança – Presente e Futuro” (Hotel Roma – Lisboa) – a convite do PCP - “O Educador na Europa de Hoje” (promovido pelo CEJE) - Encontro “Um Sonho” - Fim de Semana para troca de experiências e metodologias – Apúlia – Póvoa de Varzim - Seminário “A Criança Hoje” (Açores) 	<ul style="list-style-type: none"> - X Jornadas da Licenciatura em Política Social - Seminário “ A Inserção Social e Económica dos Jovens em Portugal - Encontro Regional dos Educadores de Infância “Trilhos e Andarilhos na Educação”. - Seminário de Avaliação da Iniciativa Comunitária Horizon (1992/1994) - Jornadas sobre Educação Intercultural (Auditório da Câmara Municipal da Amadora) - Educação para a Comunicação entre os Adultos e as Crianças (BICE) - XI Jornadas da Licenciatura em Política Social do ISCSP (sobre Prostituição Infantil) - Seminário “Pobreza, Solidariedade, Exclusão” (Porto) 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do PR numa sessão para voluntários - 1ªs Jornadas de Psicologia e Justiça “Menores em Perigo” (Coimbra) - A Cidade das Pessoas “Quando a Animação faz a Diferença” (Lisboa) - Sessão de informação ao curso complementar de enfermagem (Leiria) - XV Jornadas de Política Social “Políticas de Protecção à Infância: Esboçar um Futuro!” - Encontros Regionais Projeto “Ativar a Participação” - 6º Encontro de Reflexão-Ação - “Intervenção Social Junto de Populações Desfavorecidas (Portalegre) - Congresso/Night Out “Um Abrigo para Todos” - Seminário de Reflexão “Voluntariado – Trajetos de Solidariedade” - “Novos Desafios” (Buraca) 	<ul style="list-style-type: none"> - “Educar para os Direitos e para os Deveres” (Expo Criança, Santarém) - Apresentação da Ação Educar e Formar para Inserir (Seminário “As prioridades do PNAI a nível local”) - “Projectos e Prevenção” (CPCJ Centro) - Seminário “A juventude do Século XXI uma Janela para o Mundo dos Afetos” - V Conferência das Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente - “Em família para crescer na Pontinha” (seminário promovido pela Rede Social do Concelho de Odivelas) - Apresentação do PR na Escola Superior de Enfermagem de Santarém - “Formação Parental – Estratégias para o desenvolvimento das competências familiares

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Encontros/Seminários Nacionais (em que o PR participou enquanto preletor)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
<ul style="list-style-type: none"> - “Atividades do Programa sobre problemática da Infância e da Adolescência em Situação de Risco” – Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica - Seminário “Combate à Pobreza e Desenvolvimento”, organizado pela SEDES. O IAC fez parte da organização do seminário 	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário “Inovação no combate à marginalidade e exclusão social” - Seminário sobre Crianças de Rua (Instituto Jean Piaget) - Debate sobre o tema “Crime e Castigo – Novas formas de Delinquência” - Jornadas “Crianças e Jovens na Rua” (Fundação Bissaya Barreto) - Encontro Regional de Projetos de Luta Contra a Pobreza (Tróia) - Trabalho realizado junto das crianças de rua (Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian) - “Uma experiência de tempo livre com Crianças de Rua” (Leiria) - “Família e Comunidade – que Intervenção?” (Vila Nova de Famalicão) - Encontro “Solidariedade e Desenvolvimento” (Setúbal) 	<ul style="list-style-type: none"> - “A Criança e a Interculturalidade” - VII Seminário SMES-Europa - A Criança e os seus Direitos - As Piores Formas de trabalho infantil (CNASTI) - Encontro de Reflexão/Avaliação do PR (Flamenga) - “As Crianças sem Lar” - “A experiência do IAC – PR na articulação com as forças de segurança” - Encontro “Intervir na Família; Crianças de Hoje Adultos de Amanhã - Encontro de Reflexão/Avaliação do PR (Flamenga) - Projecto “Crianças, adolescentes e jovens – Co-protagonistas da Europa - “O papel da comunidade educativa face à indisciplina” (Golegã) - 2ª Curso do Núcleo Mulher e Menor (NMUME), da GNR 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do PR na Escola Superior de Enfermagem de Santarém - Metodologia de Intervenção do PR no Seminário comemorativo do 10º aniversário do programa “Aprender a Brincar” SCM Amadora - Metodologia de Intervenção do CDIJ - Metodologia de intervenção do Projecto Rua nas Jornadas de Serviço Social (ISCSP) - Preleção na Escola Superior de Saúde de Santarém - Workshop “Violência e violência juvenil” - 1ªs Jornadas Técnicas sobre Crianças e Jovens em Risco - Jornadas de Reflexão sobre investigação e Intervenção com Crianças e Jovens (ISCSP)

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Encontros/Seminários Nacionais (em que o PR participou enquanto preletor)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
	<ul style="list-style-type: none"> - O Desenvolvimento Social do Jovem/Socialização ou Exclusão” (CEJ) - II Jornadas sobre Crianças em Risco “A Criança e a Justiça” - II Workshop sobre “Toxicodependência, Violência e Delinquência” - Jornadas de reflexão sobre “Crianças e Jovens em Situação de Risco Social (Braga) - Seminário de lançamento “Fora de Portas” (Palmela) - “O fenómeno das Crianças de Rua em Portugal (IAC Açores) - “Crianças em Risco: Família vs Instituição” (V Centenário da SCML) - “Educar é auto-educar” Abertura da Exposição Internacional de Pedagogia Waldorf - “Ser Criança...Crescer na Cidade” (Fundação Calouste Gulbenkian) - “Viseu Vive Vida (Núcleo Distrital do Projecto Vida 	<ul style="list-style-type: none"> - “Menores em Risco – Trajetórias e Projectos de Vida (ISS Beja)” - “Exclusão e Inclusão Social na Cidade de Lisboa” (Colégio Sagrado Coração de Maria) - Apresentação do PR – Escola Superior de Enfermagem - Acompanhamento de Família em Risco (Alandroal) - Famílias de Presente e de Futuro – Que Direitos e Deveres (Moimenta da Beira) - 1º Encontro do Departamento de Psiquiatria da Infância e Adolescência - Intervenção Comunitária – Uma acção Integrada - Workshop “Grupos difíceis? Pensar e aprender práticas de inclusão” - “A Intervenção comunitária com Crianças Expostas a Situações de Violência – Estratégias de Prevenção” - Preleção a alunos da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian - “Projetos de Intervenção Comunitária” Escola Superior de Enfermagem de Santarém 	<ul style="list-style-type: none"> - Colóquio “Realidades (In)visíveis – Um olhar sobre a violência doméstica como uma violação dos direitos das crianças”. - “Sorrisos à Prova de Mendicidade e Outras Formas de Exploração” (PSP) - “Fórmula PIEF: garantia para o futuro” - “Novos Desafios do Tráfico Humano: Exploração na Mendicidade e Coação para a Prática de Delitos”, (Braga). - VI Fórum Nacional de Combate à Pobreza (EAPN) - Conferência Nacional sobre Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada (EAPN) - “Professional Ethics and Human Rights” (EAPN)

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Encontros/Seminários Nacionais (em que o PR participou enquanto preletor)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do PR a alunos do ISPA - Debate sobre o filme “Os Mutantes” - “O Eu, o Nós e os Outros” (Escola Técnica Psicossocial) - Seminário “Menores em Risco: Causas – Que Respostas?” (SCM de Chaves e Boticas) - “Trabalho com Crianças e Jovens de Rua” (Coimbra) - Seminário sobre Tempos Livres “A Criança, o Espaço, a Ideia” - “As Mais Graves Formas de Trabalho Infantil” (CNASTI) - “Um Lugar para Todos no Novo Millenium, Crianças em Risco – Que Futuro?” - Debate sobre exclusão social (Évora) - Apresentação do PR ESE Jean Piaget - Apresentação do PR na Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian - “Histórias de Vida – Inadequação do Contexto Escolar” (Décroly) - “A Criança – Crescer Saudável” (Escola Superior de Enfermagem de Leiria) 	<ul style="list-style-type: none"> - “O abuso sexual e maus-tratos em relação às crianças” (Santo António dos Cavaleiros) - Conferência sobre Maus-tratos a Crianças e Jovens (Câmara Municipal de Albufeira) - Congresso “Marvila Participativa” - Apresentação do PR a alunos de Serviço Social - Encontro de Reflexão/Avaliação do PR (Flamenga) - Preleção no Fórum dos 15 anos da Associação de Antigas Guias - “Conversas de fim de tarde – Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna - Apresentação do IAC no 10º Curso do Núcleo Mulher e Menor (Escola Prática de Queluz) - “A televisão e as Crianças” - “Projetos de Intervenção Comunitária”(Escola Superior de Saúde de Santarém) - “Incertezas...Príncipes e Princesas” (CPCJ de Tomar) 	

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Encontros/Seminários Internacionais (em que o PR participou enquanto preletor)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
<ul style="list-style-type: none"> - Sessão de formação das iniciativas inovadoras do 3º Programa da CEE contra a Pobreza (Grécia) - 2º Encontro Tecnicodel Programa Piloto para Situaciones de Necesidad (Badajoz) - 26-30/11 – 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras (Barcelona) - Encontro Internacional sobre Estilos de Vida e Comportamentos Aditivos: Droga, Alcool, tabaco (Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa) - Seminário Europeu de tema “As pessoas Sem Abrigo nos Países do Sul” (Fundação Calouste Gulbenkian) Lisboa - Seminário Europeu sobre “Metodologias de Avaliação” (Aldeia das Açoteias em Albufeira). - Reunião Anual dos Chefes de Projeto do Programa Pobreza 3 (Edimburgo) - I Encontro Internacional sobre Crianças de Rua – Modelos de Intervenção (Fundação Calouste Gulbenkian Lisboa) 	<ul style="list-style-type: none"> - 3º Seminário Europeu “Saúde Mental e Exclusão Social: da exclusão à participação – um desafio impossível?” - Forum Internacional subordinado ao tema “Crianças e adolescentes da rua: Políticas, contextos e estratégias de intervenção” - Seminário Internacional “É a criança quem sofre” (Figueira da Foz) - Seminário Europeu “Saúde, Pobreza e Exclusão” (Amesterdão) - 5ª Sessão Europeia das Universidades Populares (Bruxelas) - 2º Seminário Anual Europeu (BICE em Viena de Áustria) - Forum Mundial da Criança (Refúgio Aboim Ascensão) - Conferência “EqualPeople” (Leeds) - “Crianças de Rua. Que Atendimento?” (Cabo Verde) 	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência Internacional “Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil nos Países da Europa - Conferência Internacional sobre Maus Tratos e Abusos Sexuais a Menores (Fundação Calouste Gulbenkian) - Conferência Europeia sobre Saúde Mental (Roterdão) - I Reunião Europeia de Prostituição Masculina - Seminário Europeu “Serviço Social no Novo Milénio: Formação, Política e Emprego (Lisboa) - Reunião da Direção da Rede Europeia de Crianças de Rua no Mundo 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação no European Forum on Street Children (Londres) - Conferência Regional “Street involved Children in Europe” (Sérvia) - “Selection of Good Practices Workstream 2 – ESCAPE Project (Sófia, Bulgária) - Apresentação pública dos Cahiers no Conselho da Europa, em Estrasburgo. - II Workshop do Projecto Connect em Timisoara - Conferência das ONGs promovida pelo Conselho da Europa em Turim - "Trafficking in human beings in Southern European countries: features and preventive intervention”

Anexo 7 – Eventos sobre a problemática das crianças em situação de rua

Observatório Social

Encontros/Seminários Internacionais (em que o PR participou enquanto preletor)

1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
<ul style="list-style-type: none"> - Seminário Transnacional do Programa Pobreza 3 “Por uma Europa mais Solidária! (Huelva, Espanha) - Formação em Lille (elementos dos vários projetos integrados no Programa Pobreza 3) - “Lutar Contra a Exclusão Social” (Copenhaga) - A Educação em Meios Desfavorecidos” (Perama, Grécia) - Encontro sobre a problemática das Crianças de Rua - Bruxelas - Intercâmbio de Famílias do PR (Charleroi) - Colóquio Europeu sobre “Menores em Fuga” - 3º Seminário Europeu “Saúde Mental e Exclusão Social: da Exclusão à Participação. - Promoção de um Curso de Educadores Territoriais em Nápoles 	<ul style="list-style-type: none"> - Fórum Europeu de Política Social (Bruxelas) - Simpósio “A Política da Criança para o Século XXI: Os Primeiros Passos” - Fórum Europeu para a Segurança Urbana (Paris) - Encontro “Mutações da Sociedade, Revolução do Trabalho Social” (Paris, França) - “Insegurança Urbana: <i>Gangs</i> e Minorias” (Conferência Europeia Violência e Promoção da Saúde Mental da Criança e do Jovem) – Lisboa - Secucities – Children Social Integration (Turim) - Colóquio Europeu de Ação Social (Lille, França) - Encontro Internacional “Criança em Perigo – Que Futuro?” - Seminário “A Exclusão Social como Primeiro Desafio ao Trabalho das Organizações e das famílias (Postdam, Alemanha) 	<ul style="list-style-type: none"> - “Encontro Nacional sobre a problemática da infância em situação de risco” (Cabo Verde) - “A coexistência de contextos multiculturais e multiétnicos – a integração e aceitação das crianças migrantes no sistema nacional de educação e o papel das famílias” - Apresentação do PR em Verona - Fórum Europeu sobre Crianças de Rua - Festival de Cinema – “SilentVoices” (Reino Unido) - Encontro Nacional de Reflexão sobre as questões da família (Cabo Verde) 	

Anexo 8 – Projecto Rua como Laboratório Social

Laboratório Social

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase	
Educação	Nº de Projetos Inovadores	Escola de Rua	Escola e Comunidades em Movimento (animador escolar)	Projeto Educar e Formar para Inserir	Programa de Treino de Competências Pessoais e Sociais	
Justiça					Projeto 100 Rótulos (Integrado CPCJ Lx Centro e PSP)	
					Programa de Treino de Competências Comportamentais	
Social		Residência de Transição				
			Centro de Emergência			
			Aprender na Rua			
			JMC			Rede Juvenil Crescer Juntos
Formação/ Emprego		Horizon - Formação em Exercício				
			URBAN - Unidade de Aconselhamento em emprego e Formação			
			UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Activa			
		Curso de Animadores de Rua			Ação de Formação para Animadores	
Saúde				Clube de Mães		

Anexo 8 – Projecto Rua como Laboratório Social

Laboratório Social

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Educação	Metodologias Inovadoras	Mediação			
Justiça			Capacitação Autonomização Participação		
				Treino de Competências Comportamentais	
			Visita da Alegria		
Social		Acompanhamento Individual			
				Plano Individuais Integrados	
					Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil
			Grupos Comunitários		
				Associação de Moradores	
			Giros Animados		
			Maratonas de giro e "Manual de Procedimentos de Rua		
				Unidade Móvel	
Formação/ Emprego			Party NAD		
Saúde			Oficina da Mama		

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Educação	Ações Inovadoras	Desportos Radicais			
Justiça					
Social		Animações de sensibilização/formação			
				Visitas domiciliárias Integradas	
Formação/Emprego					
Saúde			Vacinações no Bairro		

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais
Grelha de Competências Pessoais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
				I
Pessoal	Saúde	Higiene pessoal	Apresentação pessoal	1. Raramente se apresenta com roupa adequada ao contexto em que se insere e em mau estado de conservação 2. Apresenta-se por vezes com roupa adequada, mas em mau estado de conservação 3. Apresenta-se por vezes com roupa adequada e em bom estado de conservação 4. Apresenta-se com roupa adequada ao contexto e em bom estado de conservação
			Hábitos de higiene	1. Não reconhece e não aplica qualquer hábito de higiene 2. Reconhece alguns dos hábitos de higiene e aplica-os com muita irregularidade 3. Tem conhecimento dos hábitos de higiene pessoal, aplicando-os algumas vezes 4. Tem conhecimento dos hábitos de higiene pessoal, aplicando-os no seu dia-a-dia
		Hábitos de refeição	Alimentação adequada	1. Não tem qualquer hábito alimentar, apresentando uma alimentação descuidada e em horários irregulares e por vezes nem sequer se alimenta 2. Alimenta-se sempre apesar de apresentar uma alimentação descuidada e/ou em horários irregulares 3. Alimenta-se sempre, mas tem algumas vezes uma alimentação descuidada 4. Alimenta-se sempre, tem uma alimentação cuidada e em horários regulares
		Comportamentos de risco	Reconhece comportamentos de risco e sabe as suas consequências	1. Não reconhece comportamentos de risco nem sabe as suas consequências 2. Reconhece alguns comportamentos de risco, mas não sabe as suas consequências 3. Reconhece comportamentos de risco e sabe algumas das suas consequências 4. Reconhece comportamentos de risco e sabe as suas consequências
	Estimular a capacidade cognitiva	Atenção	Participação e perseverança	1. Não participa nas atividades 2. Mostra relutância em participar, desistindo facilmente das atividades 3. Mostra alguma relutância em participar, não desistindo facilmente das atividades 4. Participa na execução das atividades não desistindo das mesmas
			Interesse e Empenho	1. Revela total desinteresse não se empenhando nas atividades propostas 2. Revela desinteresse mas por vezes empenha-se nas atividades propostas 3. Mostra algum interesse empenhando-se nas atividades propostas 4. Revela total interesse e empenho nas atividades propostas
		Aprendizagem	Atitude face a novas aprendizagens	1. Não demonstra nenhum interesse quando confrontado com novas aprendizagens 2. Mostra algum interesse inicial, mas desiste 3. Mostra interesse, mas por vezes acaba por se desistir 4. Mostra muito interesse e dificilmente desiste
	Aquisição e aplicação de conhecimentos		1. Não consegue adquirir novos conhecimentos 2. Adquire por vezes novos conhecimentos, mas não consegue aplica-los 3. Adquire novos conhecimentos, mas apresenta dificuldades em aplicar 4. Adquire e aplica novos conhecimentos	

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais

Grelha de Competências Pessoais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
				I
Pessoal	Estimular a capacidade cognitiva	Raciocínio	Raciocínio lógico	<ol style="list-style-type: none"> Sem pensamento coerente e adequado à situação/ momento Pensamento com alguma coerência, mas raramente adequado à situação/ momento Pensamento com alguma coerência e adequado à situação/ momento Pensamento coerente e adequado à situação/ momento
			Raciocínio Numérico (Conhece e utiliza a numeração)	<ol style="list-style-type: none"> Não conhece os números Conhece os números, mas não consegue efetuar qualquer operação matemática com eles Conhece os números e efetua algumas operações matemáticas básicas (soma e subtração) Conhece os números e efetua operações matemáticas (soma, Subtração, multiplicação e divisão)
		Resolução de problemas	É capaz de identificar o problema e pensar sobre ele	<ol style="list-style-type: none"> Não tem capacidade sequer de identificar o problema Tem alguma dificuldade em identificar o problema, mas consegue ver algumas alternativas para o resolver Não tem dificuldade em identificar o problema e consegue ver alternativas para o resolver É capaz de identificar claramente o problema, vê alternativas para o resolver e consegue definir as possíveis consequências de cada alternativa
			É capaz de tomar uma decisão e implementá-la	<ol style="list-style-type: none"> Não é capaz de tomar uma decisão sobre a melhor alternativa para resolver o problema Tem dificuldade em tomar uma decisão e quando a toma, não consegue implementá-la Não tem dificuldade em tomar uma decisão mas apresenta dificuldades em implementá-la Não apresenta qualquer dificuldade em tomar uma decisão sobre a melhor alternativa para resolver o problema nem para a implementar
	Temporal	Noção temporal	Tem e cumpre horários diários	<ol style="list-style-type: none"> Não tem horários diários preestabelecidos Tem horários diários preestabelecidos, mas nunca os cumpre Tem horários diários preestabelecidos, mas apresenta dificuldade em cumpri-los Tem horários diários preestabelecidos e cumpre-os

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais

Grelha de Competências Emocionais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
Emocional	Expressão de sentimentos	Maturidade e segurança afetiva	Expressa sentimentos adequados à situação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nunca expressa os seus sentimentos 2. Por vezes expressa os seus sentimentos, mas desadequados à situação/ momento 3. Por vezes expressa os seus sentimentos e adequados à situação/ momento 4. Expressa regularmente os seus sentimentos de uma forma adequada à situação/ momento
			Compreende os sentimentos dos outros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não se predispõe sequer a ouvir o outro 2. Tem alguma predisposição para ouvir o outro, mas não o compreende, nem se esforça para o fazer 3. Tem alguma predisposição para ouvir o outro mostrando por vezes dificuldade em compreendê-lo, mas esforça-se para o fazer 4. Tem predisposição para ouvir o outro, esforçando-se sempre para o compreender da melhor forma
	Regulação afetiva	Auto estima	Segurança e Confiança	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não acredita sequer que possui alguma capacidade 2. Acredita que possui algumas capacidades, mas não confia no seu desempenho 3. Acredita que possui capacidades, mas não se sente muito a vontade no seu desempenho 4. Acredita nas suas capacidades e confia no seu desempenho

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais

Grelha de Competências Sociais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
Social	Comunicação interpessoal	Verbal	Escuta ativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem capacidade de escutar o outro e interrompe-o constantemente 2. Tem alguma capacidade de escutar o outro, mas interrompe-o constantemente 3. Tem capacidade de escutar o outro, mas por vezes interrompe o seu discurso 4. Capacidade de escutar e intervir no tempo próprio não interrompendo o discurso do outro
			Verbalização / Comunica positivamente com os restantes colegas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verbaliza constantemente desadequado ao contexto 2. Sente dificuldades em verbalizar, verbalizando apenas quando solicitado 3. Não sente dificuldades em verbalizar, mas verbaliza apenas quando solicitado 4. Verbaliza as suas ideias de uma forma adequada ao contexto e em tempo próprio
			Transformar ideias em palavras de forma lógica e sequencial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não consegue elaborar um discurso perceptível e nem expor as suas ideias 2. Tem dificuldade em elaborar um discurso perceptível e apresenta dificuldades em expor as suas ideias 3. Apresenta um discurso perceptível mas por vezes tem dificuldades em expor as suas ideias 4. Apresenta um discurso perceptível e expões as suas ideias sem grandes dificuldades
		Não Verbal	Reconhece e utiliza uma expressão corporal adequada (expressões faciais e gestos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem qualquer noção de linguagem corporal, as suas expressões faciais e gestos não tem qualquer ligação ao seu discurso 2. Tem algumas noções de linguagem corporal e as suas expressões faciais e gestos por vezes estão coerentes com o seu discurso 3. Tem consciência do que é a linguagem corporal, mas a sua aplicação ainda é inconstante 4. Tem total consciência do que é a linguagem corporal e as suas expressões faciais e gestos estão em sintonia com o seu discurso
		Gráfica	Transformar ideias e palavras em linguagem escrita	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não sabe escrever 2. Escreve com muita dificuldade, não consegue elaborar um texto perceptível e nem expor as suas ideias 3. Sabe escrever, mas tem dificuldade em elaborar um texto perceptível e apresenta dificuldades em expor as suas ideias 4. Consegue escrever um texto perceptível expondo bem as suas ideias
			Diminuir os erros gramaticais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escreve um texto completamente cheio de erros (+ 50%) 2. Dá muitos erros gramaticais (- 50%) 3. Dá alguns erros gramaticais (- 25%) 4. Não apresenta erros gramaticais

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais

Grelha de Competências Sociais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
Social	Capacidade relacional	Relação interpessoal	Com os colegas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mostra-se hostil, adoptando atitudes agressivas e conflituosas para com os colegas 2. Revela por vezes atitudes agressivas e impróprias a um bom ambiente 3. Procura não perturbar o normal funcionamento das actividades propostas, revelando atitudes de respeito pelos colegas 4. Procura construir, em conjunto com os colegas um ambiente agradável de compreensão e respeito
			Com os formadores	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mostra-se hostil, adoptando atitudes agressivas e conflituosas para com o(s) formador(es) 2. Revela por vezes atitudes agressivas e impróprias a um bom ambiente de trabalho 3. Procura não perturbar o normal funcionamento das actividades propostas, revelando atitudes de respeito pelo(s) formador(es) 4. Procura construir, em conjunto com o(s) formador(es) um ambiente agradável de compreensão e respeito
		Meio envolvente	Preservação do espaço envolvente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem qualquer cuidado com o material que utiliza, deixando-o espalhado ao acaso sem ter a preocupação de o arrumar mesmo quando essa tarefa lhe é pedida 2. Tem algum cuidado com o material que utiliza, mas deixa-o espalhado ao acaso sem ter a preocupação de o arrumar a não ser que essa tarefa lhe seja pedida 3. Tem cuidado com o material utilizado e por vezes mesmo que não lhe seja pedido mostra preocupação em o arrumar 4. Tem cuidado com o material utilizado e arruma-o sempre não sendo necessário pedir-lhe essa tarefa
	Assertividade	Comportamento assertivo	Capacidade de dizer "Não"	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não consegue dizer “não” sempre que não pode e/ou não está interessado 2. Raramente consegue dizer “não” sempre que não pode e/ou não está interessado 3. Muitas vezes diz “não” sempre que não pode e/ou não está interessado 4. Diz “não” sempre que não pode e/ou não está interessado
			Resolução de conflitos interpessoais/ intergrupais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Usa constantemente de violência física e verbal para resolver os seus conflitos 2. Usa constantemente de violência física ou verbal para resolver os seus conflitos 3. Usa por vezes alguma violência verbal na resolução dos seus conflitos 4. Não usa qualquer violência para resolver os seus conflitos
			Expressão de sentimentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não reconhece, não identifica e não sabe verbalizar as suas frustrações e mágoas de uma forma adequada 2. Reconhece as suas frustrações e mágoas mas não as consegue verbalizar de uma forma adequada 3. Reconhece as suas frustrações e mágoas mas apresenta alguma dificuldade em verbalizá-las de uma forma adequada 4. Sabe reconhecer, identificar e verbalizar as suas frustrações e mágoas de uma forma adequada

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais

Grelha de Competências Sociais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
Social			Capacidade de defender as suas ideias e reconhecer os seus direitos e deveres	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não consegue defender as suas ideias e não tem qualquer noção dos seus direitos e deveres 2. Tenta defender as suas ideias, mas não tem qualquer consciência dos seus direitos e deveres 3. Consegue defender as suas ideias e tem alguma noção dos seus direitos e deveres 4. Consegue defender as suas ideias e tem total consciência dos seus direitos e deveres
			Capacidade de aceitar as ideias dos outros	<ol style="list-style-type: none"> 1. É sempre contra as ideias dos outros, nem sequer se preocupando em perceber o seu conteúdo 2. Tem alguma capacidade para ouvir os outros, mas opõem-se querendo validar sempre as suas próprias ideias 3. Tem alguma capacidade para ouvir e compreender os outros aceitando por vezes as suas ideias 4. Consegue compreender as ideias dos outros e sabe explicar a razão porque estas lhe fazem sentido em detrimento das suas próprias ideias
	Resolução de conflitos	Cooperação e negociação	Capacidade de cooperar com o outro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recusa-se a cooperar com o outro, adotando atitudes individualistas e antissociais 2. Mostra-se relutante em cooperar, mostrando-se por vezes individualista e antissocial 3. Adota atitudes de cooperação com o outro mostrando iniciativa no sentido da troca de conhecimentos e experiências 4. É extremamente cooperativo, procurando colaborar com o outro de modo a estabelecer um espírito de equipa salutar e interativo
			Capacidade de “negociar” com o outro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não consegue expor o conflito à outra parte 2. Expõe o conflito e diz em que medida isso o afetou, mas recusa-se a escutar e a compreender o ponto de vista do outro 3. Expõe o conflito e diz em que medida isso o afetou, escuta o outro mas tem dificuldade em compreender o seu ponto de vista 4. Expõe o conflito e diz em que medida isso o afetou, escuta o outro, compreende o seu ponto de vista e consegue que ambos cheguem a uma solução

Anexo 9 - Grelha de Competências Pessoais, Emocionais, Sociais e Profissionais

Grelha de Competências Profissionais

MÓDULOS	COMPETÊNCIAS	DIMENSÃO	METAS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO
Profissional	Postura	Conduta	Respeito pelas figuras de autoridade e comportamento adequado as circunstâncias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não obedece quando chamado à atenção 2. Obedece quando chamado à atenção, mas repete o mesmo comportamento 3. Obedece quando chamado à atenção e não repete o mesmo comportamento 4. Não necessita de ser chamado à atenção pelo seu comportamento
		Cumprimento de Regras	Cumpre as regras básicas que regulam o local formativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não reconhece e não aplica as regras básicas do local de formação 2. Reconhece algumas regras e aplica-as com muita irregularidade 3. Tem conhecimento das regras básicas do local de formação, aplicando-as algumas vezes 4. Tem conhecimento das regras básicas do local de formação, aplicando-os no seu dia-a-dia
	Responsabilidade	Compromissos	Assumir um compromisso do princípio ao fim nas tarefas que lhe são propostas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem capacidade de assumir um compromisso 2. Consegue assumir alguns compromissos, mas não consegue cumpri-los até ao fim 3. Compromete-se mas nem sempre assume os seus compromissos até ao fim 4. Assume sempre os seus compromissos até ao fim nas tarefas propostas
			Responder com pontualidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revela elevada falta de pontualidade 2. É pouco pontual (+ 15% do total) 3. É geralmente pontual (- 15% do total), preocupando-se em justificar as situações de atraso 4. Revela-se totalmente pontual
			Responder com assiduidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revela elevada falta de assiduidade 2. Revela algumas faltas de presença (+ 15% do total) 3. É geralmente assíduo (- 15% do total), preocupando-se em justificar as situações de falta 4. Revela-se totalmente assíduo
		Comportamento	Reconhecer as consequências dos seus comportamentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem qualquer consciência do seu comportamento nem das implicações que este poderá causar 2. Tem alguma consciência do seu comportamento mas não das implicações que este poderá causar 3. Tem consciência do seu comportamento e reconhece algumas das implicações que este pode causar 4. Tem total consciência do seu comportamento e suas implicações
	Capacidade de organização	Planeamento	Sabe planear a execução de uma tarefa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não consegue planear nem executar uma tarefa 2. Tem muitas dificuldades em planear e executar uma tarefa 3. Consegue planear uma tarefa, mas tem alguma dificuldade em executá-la 4. Consegue planear e executar uma tarefa
	Autonomia	Deslocações	É autónomo nas deslocações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não consegue deslocar-se sozinho e recusa-se a aprender a fazê-lo 2. Não consegue deslocar-se sozinho e apresenta algumas dificuldades em aprender a fazê-lo 3. Desloca-se sozinho e aprende com alguma facilidade sempre que lhe é explicado 4. Desloca-se sozinho e sempre que tem alguma dúvida procura informar-se e aprender por ele próprio
		Execução de tarefas	É autónomo na realização de tarefas / Tempo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quando lhe é atribuída uma tarefa nunca a realiza 2. Quando lhe é atribuída uma tarefa por vezes realiza-a, demorando por vezes mais tempo que o aceitável 3. Quando lhe é atribuída uma tarefa realiza-a sempre, demorando por vezes mais tempo que o aceitável 4. Quando lhe é atribuída uma tarefa, realiza-a, com sucesso, nunca demorando mais tempo que o aceitável
		Iniciativa Pessoal	Mostra iniciativa no desenvolvimento de tarefas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não demonstra nenhum interesse quando confrontado com novas aprendizagens 2. Mostra alguma iniciativa e interesse na aprendizagem, mas desiste facilmente 3. Mostra iniciativa e interesse na aprendizagem, mas por vezes acaba por desistir 4. Mostra muita iniciativa e interesse na sua aprendizagem e dificilmente desiste

Anexo 10 - Projecto Rua e os cuidados de proximidade

Cuidados de Proximidade

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase	
Intervenção Social direta	Natureza das ações desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> -Atendimento psicológico a crianças, adolescentes, jovens e famílias (em articulação com o setor do SOS Criança). -Colaboração nos Acordos de Promoção e Proteção e nas Medidas Tutelares Educativas; -Participação nas reuniões alargadas CPCJ Centro e Oriental- Modalidade Alargada; -Participação em Operações Policiais em ambiente noturno; -Participação em grupos comunitários/interinstitucionais; -Mediação interinstitucional; -Reuniões interinstitucionais; -Elaboração de relatórios/ informações sociais; -Elaboração de planos integrados de intervenção; -Enquadramento/acompanhamento de estágios académicos e voluntários; -Criação de Programas Formativos para Interventores Sociais (Ex: Ação de Formação para Animadores); -Dinamização/participação em preleções, encontros e seminários; -Produção de materiais de informação e disseminação -Colaboração em estudos científicos; -Participação em redes sociais nacionais e internacionais; -Participação em projetos europeus no âmbito das temáticas relacionadas com a promoção dos Direitos da Criança; -Consultadoria a projetos de âmbito nacional e internacional; -Apoio técnico/supervisão de projetos de intervenção nos PALOP 				
	Tipo de parceiras envolvidas	-Criação de Programas Formativos para Interventores Sociais (Ex: Ação de Formação para Animadores);				
		-Dinamização/participação em preleções, encontros e seminários;				
		-Produção de materiais de informação e disseminação;		-Produção de materiais de informação e disseminação;		
		Equipas Mistas	Protocolo PETI	Equipas Mistas		

Anexo 10 – Projecto Rua e os cuidados de proximidade

Cuidados de Proximidade

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Intervenção Social direta	Natureza das ações desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none">- Intercâmbios juvenis interinstitucionais.- Entrevistas Motivacionais;- Dinamização de ateliês, jogos e dinâmicas de grupo;- Animações familiares;- Animações comunitárias;- Atividades de exterior e de carácter desportivo (desportos radicais, caminhadas, desportos coletivos e desportos de aventura);- Fins-de-semana e espaços de férias;- Visitas socioeducativas.- Ações de sensibilização e formação (TSH, Prevenção dos abusos sexuais, prevenção da violência entre pares, entre outras);- Sessões de treino de competências pessoais e sociais;- Formação parental;- Dinamização de intercâmbios de crianças e jovens;- Acompanhamento do percurso escolar de crianças em situação de risco;- Ações lúdico-pedagógicas em escolas do ensino básico sob o tema dos direitos e deveres da criança (em sala e espaço exterior);- Intercâmbios juvenis interinstitucionais.- Entrevistas Motivacionais;- Acompanhamento individualizado;- Atendimento/encaminhamento/acompanhamento a famílias;- Visitas domiciliárias;- Visitas domiciliárias integradas;- Orientação na organização das tarefas domésticas;			

Anexo 10 – Projecto Rua e os cuidados de proximidade

Cuidados de Proximidade

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase	
Intervenção Social direta	Natureza das ações desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento psicológico a crianças, adolescentes, jovens e famílias (em articulação com o setor do SOS Criança). - Colaboração nos Acordos de Promoção e Proteção e nas Medidas Tutelares Educativas; - Participação nas reuniões alargadas CPCJ Centro e Oriental- Modalidade Alargada; - Participação em Operações Policiais em ambiente noturno; - Participação em grupos comunitários/interinstitucionais; - Mediação interinstitucional; - Reuniões interinstitucionais; - Elaboração de relatórios/ informações sociais; - Elaboração de planos integrados de intervenção; - Enquadramento/acompanhamento de estágios académicos e voluntários; - Criação de Programas Formativos para Interventores Sociais (Ex: Ação de Formação para Animadores); - Dinamização/participação em preleções, encontros e seminários; - Produção de materiais de informação e disseminação - Colaboração em estudos científicos; - Participação em redes sociais nacionais e internacionais; - Participação em projetos europeus no âmbito das temáticas relacionadas com a promoção dos Direitos da Criança; - Consultadoria a projetos de âmbito nacional e internacional; - Apoio técnico/supervisão de projetos de intervenção nos PALOP 				
	Tipo de parceiras envolvidas	-Criação de Programas Formativos para Interventores Sociais (Ex: Ação de Formação para Animadores);				
		-Dinamização/participação em preleções, encontros e seminários;				
		-Produção de materiais de informação e disseminação;			-Produção de materiais de informação e disseminação;	
	Equipas Mistas		Protocolo PETI	Equipas Mistas		

Anexo 1 1 – Projecto Rua e as políticas públicas

Políticas Públicas

Dimensão	Indicadores	1ª fase	2ª fase	3ª fase	4ª fase
Infância e Juventude (nível nacional e internacional)	Contributos para a Legislação		Despacho conjunto ME/MTS nº 304/98 (animador cultural)	Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Risco - Lei nº 147/99 de 1 de Setembro. (Ouvidos como especialistas na proposta de lei)	Propostas de alteração: .à Lei de Proteção de Crianças e Jovens; .à reserva de competência dos tribunais em matéria de Abuso Sexual de Crianças. Clarificação do conceito - Interesse Superior da Criança Direito à participação Direito à preservação das suas ligações psicológicas profundas
				Lei Tutelar Educativa - Lei nº 166/99 de 14 de Setembro (Ouvidos como especialistas na proposta de lei)	
	Contributo para programas a nível nacional		Programa Escolhas (contributo para o desenho do Programa)	Programa PETI (contributo para o desenho das turmas PIEF) RAPVT, OTSH (contributo no âmbito do Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos) PNAI – Plano Nacional para a Inclusão	
	Contributo para medidas e políticas a nível internacional		ESAN e EFSC (Pareceres, recomendações, manifestos, orientados para a defesa dos Direitos Humanos).		Participação na Conferência das ONG's no Conselho da Europa na ótica dos Direitos Humanos.

Anexo 12 - Guião de história de vida

Dados pessoais do entrevistado

Nome, alcunha (s): João⁶

Idade: 31 anos

Sexo: Masculino

Nacionalidade: Português, descendência cabo-verdiana

Antes de viver na rua

Família

Vivia com a família? Com quem?

Vivia com o pai, madrasta e respetivos irmãos

Como eram os natais e as datas especiais?

Passado em família com primos e tios. Familiares que viviam em redor. Era uma porta aberta. A casa era de todos. Havia convívios normais. O povo africano reúne-se e fazem festas por qualquer motivo.

Algum acontecimento que gostasse de referir? (positivo/negativo)

Positivo não, só se for negativo, só se for a chegada de ...ou o choque que houve quando o meu pai arranhou a “parente”. Recordo que a partir de que apareceu, as coisas alteraram-se. Foi o início de tudo por assim dizer.

Tipo de habitação?

Era um bairro de lata, mas tinha todas as condições para estar. Hoje em dia já não existe esse bairro de lata, mas muitos lamentam que estão em piores condições do que estavam num bairro de lata. As casas eram feitas pelas próprias mãos, pelo trabalho normalmente eram pessoas ligadas á construção civil, que se ajudavam umas às outras, sabiam o que fazer, desde a canalização, eletricidade e á estrutura da casa. As casas tinham todas as condições para serem habitadas.

⁶ Nome fictício

Descrição da comunidade de residência?

Havia muita união. A maior parte das casas eram deste gênero, mas outras eram vivendas. Mas era o dito bairro da lata, que já não existe. As pessoas foram realojadas.

Infância

Acontecimento mais importante?

Infância, não sei. Foi uma infância um pouco conturbada, complicada, com várias implicações ou situações impróprias para uma criança, mas é a vida. As minhas lembranças só mesmo da minha mãe. O meu pai e a minha mãe separaram-se eu era menor, inconsciente, tinha 2 ou 3 anos. O meu pai e a minha mãe não se entenderam, então o meu pai é que tomou conta de mim, as minhas memórias só vêm a partir dos 5 anos, 6, 7 e por aí a fora.

Onde vivia?

Com o pai, no bairro.

Brinquedos e brincadeiras favoritas?

Lembro-me que a gente tinha, era comida, a gente fazia gelados, etc. No verão, brincadeiras com água. Havia lá em baixo o campo da bola, mas era para os mais velhos, na altura era miúdo, não me ia meter com os mais velhos. Lembro-me que eram brincadeiras de casa, fazer omeletes e coisas assim e engraçadas ligadas á comida. Brincadeiras por assim dizer, não foi no bairro que vivi ou tive.

Conflitos? De que tipo?

Normais de bairro, brigas de casais ou a educação que dão aos filhos, pôr os filhos na linha, nada do outro mundo. Coisas do quotidiano, de qualquer casa ou qualquer bairro. Brigas normais, tem a ver com a escola, com os estudos, com a educação por assim dizer.

Como pensava que seria a vida na rua?

Não tinha assim grande noção, eu só queria ter liberdade para ninguém me chatear a cabeça, mas na altura não tinha grande noção, não tinha consciência por assim dizer, vou para a rua, acontece-me isto ou aquilo, vou para a rua e sei que ninguém me chateia.

Família, amigos ou vizinhos já tinham ido viver para a rua?

A consciência que vocês têm da rua é diferente daquela que eu tenho, naquela altura. A rua é no sentido de ninguém nos chatear. Quando eu digo chatear, é ninguém nos importunar.

É pura inocência, é ter liberdade sem ter a liberdade, eu não tinha noção. Com certeza apesar de haver maldade no mundo, não acredito que as pessoas nos limitassem por maldade, mas sim para o nosso bem. Não temos consciência disso na altura.

Problemas de saúde?

Sim sempre tive problemas de pele e tinha uma hérnia na perna esquerda. Só mesmo quando desfaleci na rua, fui ao médico por causa desse motivo senão não me tinham levado ao médico. Nem conseguia andar. Era o pai ou a madrasta, eu é que não seria.

Alimentação deficiente?

Uma alimentação baseada na culinária africana, não me recordo de nenhum episódio que me tenha faltado alguma coisa. O meu pai trabalhava todos os dias, sempre foi empregado, era camionista neste caso. Não me recordo de ter passado nenhuma necessidade de fome.

Relação com a escola?

A escola iniciei aos 6 anos, mas naquela altura dos 6 anos foi uma altura de conturbação e não tinha assim grande êxito, por assim dizer. Na altura era complicado, em casa não tinha condições de estabilidade, de concentração, etc. então na escola que me recorde não tive rendimento, tanto que oficialmente só iniciei o 1º ano aos 7 anos. Praticamente chumbei o 1º ano porque na altura faltava mais do que ia às aulas, segundo o que me recordo. Foi difícil a integração no 1º ano fui obrigado, não tinha bases em casa.

Vida na rua

Fugas

Porque foi viver para a rua?

Eu não fui viver para a rua, simplesmente fugi de casa porque não tinha bons tratos em casa. Na altura o meu pai tinha que ir trabalhar e eu ficava em casa com a minha madrasta. Entretanto foram “aparecendo” os meus irmãos e senti a diferença e por fazer A ou B era discriminado. Hoje consigo ver que eu era a ovelha “negra” da família ou da casa, então na altura fugi de casa porque era ameaçado por uns e outros e muitas vezes levei porrada por nada, então fugi de casa. Até que começou a tornar-se hábito fugir, talvez por pequenos motivos, já se tornava necessário sair dali. Tinha 5 ou 6 anos, na altura da 1ª classe. Ia ter com uns supostos primos que eram dali de um bairro perto, mais velhos, e íamos para a baixa.

Saiu a “bem” ou a “mal”?

Saí de casa a bem.

Saiu subitamente ou gradualmente?

Fugi várias vezes, o meu pai ia procurar-me e os vizinhos também. Às vezes ficava fora uma semana, um mês a viver na rua até alguém me encontrar. O meu pai encontrava-me ou os meus familiares, dependia e eu regressava. Mas quando houvesse uma oportunidade, lá ia eu. Lembro-me de várias fugas mas da 1ª vez não me lembro.

Tinha “fugido de casa antes? Para onde?”

Saiamos da Damaia, Venda nova e vínhamos para o Rossio, Baixa, Restauradores. Na altura eu conhecia “aquilo” como a minha mão mas agora já não conheço. Ia com pessoal mais velho que fazia o mesmo do que eu. Os motivos pelos quais eles o faziam supostamente poderiam ser diferentes dos meus, mas eu acompanhava-os e seguia-os.

Durante quanto tempo?

Cheguei a estar dias e meses fora.

Como ganhava a vida?

Sobrevivência.

O que costumava fazer durante o dia?

Lembro-me na altura que uns pediam aos turistas, outros mais velhos iam estacionar carros e eram pagos, outros ainda, os comerciantes davam-lhes comida na rua.

Qual o local onde costumava passar a noite?

Durante a noite, havia outras instituições, não sei quem, que às vezes iam levar comida quente, etc. Normalmente os mais velhos é que tratavam disso, havia uma grande união, que ninguém ficava sem comida. Quem concretamente não me lembro. Havia vários locais, dependia do tempo. Se fosse frio era dentro dos carros ou em cima das grelhas do metro. Se fosse calor, depende a vaguear pela rua. Os mais velhos cuidavam de mim por aí.

Quais os principais locais da cidade que frequentava?

Zona da Baixa, Rossio, etc.

Manteve contatos com a família durante a fuga?

Não, só se alguém me encontrasse.

O que é para si a liberdade?

Hoje liberdade, sei que acarreta responsabilidades, mas na altura liberdade para mim era pessoalmente não ser discriminado, não ser apontado, não ser posto á parte. Essa era a noção de antigamente, hoje em dia descrevo a liberdade totalmente diferente.

Atividades socialmente condenáveis

Teve problemas com a polícia? Porquê?

Não, mas também na altura a polícia muitas vezes levava-me a casa. Recordo-me uma vez ou outra, que a polícia me levou a casa, mas nunca tive problemas com a polícia. Lembro-me que não tinha qualquer maldade.

Usou drogas? Sim/Não. Quais?

Não usei mas vi, na altura não era droga, era cola, etc. Hoje, tenho noção que eram químicos, na altura não tinha noção. O máximo que eu fiz foi tentar uma vez fumar e comprei um masso de cigarros “armado em esperto” e um mais velho enganou-me e levou o masso de cigarros. Então, eu como tive sempre uma personalidade muito forte e o meu orgulho é o que mais me caracteriza, nunca mais comprei cigarros. Contacto com cigarros resume-se por aí. Eu nunca gostei que me” pisassem os calos” e na altura para não dar parte fraca, como era mais novo, não ia ter forças para...então nunca mais.

Traficou drogas? Sim/Não. Quais?

Não, não me recordo de qualquer episódio nessa altura. Estamos a falar de há 20 anos atrás, onde não havia assim tanta oferta, tanta informação dessas matérias (droga). Nós íamos para a rua, simplesmente pela “adrenalina da rua”. Hoje em dia os jovens sabem mais do que nós na época. Há mais maldade hoje em dia e a sociedade vive de uma maneira diferente.

Participou em furtos ou roubos?

Não. Lembro-me de uma vez que fomos jogar á bola e roubámos fruta e isso, foi um pandemónio. Mas nada de roubos por assim dizer. Foi fruta numa mercearia, e nem fui eu, eu estava lá no meio, uns foram buscar sumos, outros, fruta, mas “tanto ladrão é o que rouba, como o que fica á porta”.

Alterações comportamentais

Agressividade devido ao stress?

Da minha parte não, eu era “bué” inocente, da minha parte não. Com certeza houve algum episódio, é a lei do mais forte. Certamente houve mas agora não sei assim dizer casos.

Sentimentos de solidão?

É complicado expressar sentimentos da altura, uma pessoa não sabe o que sente. Há muitas coisas que só passado algum tempo soube o significado delas.

Irritabilidade?

Essas coisas, a pessoa não se dá conta, não sabe o que significa.

Perturbações de sono? Sim/Não

Não.

Insónia?

Eu dormia bem. Dormia melhor na altura, do que hoje.

Dormir demais?

Na altura dormia no chão, sem qualquer dor, hoje durmo no chão...já não consigo dormir no chão por exemplo.

Acordar de noite subitamente?

Tinha um sono tranquilo.

Necessidade de andar ou mover-se continuamente?

Não.

Rede de recursos

Durante a fuga como se alimentou?

À base do que íamos pedindo, e os mais velhos estacionavam carros. Na altura e os turistas ou os automobilistas pagavam gorjeta e ia-se comprar pão e coisas.

Como tratou da sua higiene?

Isso, eu não me recordo. Não me lembro mesmo.

Onde recorreu quando esteve doente?

Na rua não me lembro.

Avaliação da vida na Rua

O melhor que viveu e sentiu durante o período na rua?

O melhor era a união das pessoas que estavam na rua, os miúdos, esse é o aspeto que mais recordo. Eramos os perdidos na rua, não conhecíamos ninguém, mas todos estavam pelo mesmo.

O pior que viveu e sentiu durante o período na rua?

Há! Se calhar as noites frias ou coisas assim, não é .Havia dias complicados, a chuva e etc.

O que visualizou?

Um acontecimento que me marcou foi a união que havia. Havia mais velhos que não conhecia de lado nenhum, até me lembro que na altura havia adultos, rapazes e raparigas, e uma rapariga até estava grávida, nós estávamos a dormir numa carinha e havia união, havia pessoal que ia lá ver-nos e queriam retirá-los da rua, como ela estava grávida, etc. que não tinham condições. Eles achavam que na rua é que estavam bem e estavam felizes e nós , não nos cabia...é a tal união e interajuda e solidariedade que havia. Lá está, não via maldade como hoje vejo no dia-a-dia.

Saída da rua/Vida no Projeto

Como conseguiu sair da rua?

Eu recordo que saí da rua porque na altura havia aquelas visitas, não sei se era só o IAC ou não, havia visitas de pessoal na rua. E uma das vezes, lembro-me que foi na praça do comércio, estava lá um rapaz, sei quem era, mas não me lembro o nome dele, e foi á rua e disse-me: mas tu queres sair da rua? Sim eu quero sair da rua, não quero estar aqui e depois não sei bem qual a conversa, mas por alto, ele vai-se embora e eu fui atrás dele até praticamente á casa dele, não para a instituição, mas para casa dele. Ele morava para ali para o arco do cego ou coisa assim parecida e sei que depois pernoitei na casa dele cerca de uma semana até chegar ao IAC.

A quem recorreu?

Sei quem ele era, mas não sei o nome, era do IAC, fazia parte do IAC.

Quanto tempo demorou esse processo?

Fui para a escola com 7 anos, eu sou de fevereiro, perdi um ano de escola. Não sei bem se foi dos 5 aos 7 anos , ou dos cinco e meio aos sete. Um ano ou um ano e meio, dois.

Voltou temporariamente à rua? Sim/Não Porquê?

Depois que saí da rua, nunca mais voltei, por assim dizer “singrei “.

Qual a maior dificuldade ao sair da rua?

Foi adaptar-me às regras, horários e essas coisas todas. Na altura não tínhamos horários, regras, foi adaptar-me ao civismo por assim dizer.

Como foi a entrada no IAC – Projeto Rua?

Tive algum tempo na casa desse rapaz, (talvez estivessem a tratar de burocracias!) e daí entrei para o IAC. Depois o IAC tentou encontrar o meu pai, encontrou-o através do trabalho, foram ter com ele ao trabalho, o meu pai disse que pensava que eu já estava morto, etc. e depois o meu pai concordou que eu ficasse no IAC e daí fiquei na residência.

Há quanto tempo?

Fiquei até ao 3º ano. No 4º ano já mudei do IAC. Ou seja, 7º, 8º, até aos 9 no IAC. Dos 7 aos 9 anos, até á 3ª classe.

O que fez, ações e atividades em que participou?

Havia muita interação no IAC. Havia férias, íamos para todos os sítios, Torres Vedras, íamos para o Algarve, Olhão, Sagres. Havia várias atividades, conheci muito de Portugal, através do IAC, desde o Gerês, etc.

Como foi o seu percurso no IAC – Projecto Rua?

Escola/Formação/Trabalho/Acolhimento em instituição)

A escola onde fui integrado era a escola 33 em Alvalade, perto da residência. Ao nível da escola, não era mau aluno, mas ao nível da convivência, lá está a minha personalidade era muito forte e depois nunca fui bom de seguir regras. Não era um miúdo fácil, mas pronto, tudo se fez. Depois fui para a Obra da Imaculada Conceição em Santo António, que era uma instituição ligada à igreja católica, em Caneças. AÍ fiz a 4ª classe até ao 11ºano, até aos 18 anos. O IAC ia lá de vez em quando e alguns elementos do Roque, etc.

Avaliação da intervenção do IAC – Projecto Rua

Qual a sua opinião em relação à equipa do IAC – Projecto Rua?

Eu lembro-me que eram equipas mistas, masculinas e femininas. Lembro-me que havia boa interação entre os membros e havia coordenação. Estou a lembrar-me da Dolores, coitada da Dolores, sofreu um bocadinho comigo. Sim, foi um pouco minha mãe, quem nos dá banho e nos cuida e nos lava a roupa, temos que dar a mão á palmatória. Na interação que havia, a ligação entre eles (equipa) funcionava. Se não funcionasse, não durava até hoje, por assim dizer. De modo que eu acho que é positiva a intervenção que houve entre os elementos da equipa na altura.

Qual a sua opinião acerca das atividades que eram realizadas?

Era bom porque a vida de estudante com 3 meses de férias na altura e ficar em casa, não era o mais ideal. Então o sair e aproveitar, fazer atividades de carnaval e páscoa, etc., sempre ajudava a integrar-nos na sociedade por assim dizer e ter novas experiências de vida, isso é que faz a diferença para mais tarde.

Destaque o melhor que viveu no IAC – Projecto Rua?

O IAC teve tudo bom, tanto que como eu estava com mais velhos, não me recordo se era o mais novo ou não, mas o destaque é ver, por vezes os outros errar e não errar onde eles erraram. Sendo mais novo, se eles erraram lá, sempre tive perspicácia...eu era o “querido da casa”. Recordo-me que era muito mimado, mais novo talvez por isso, tenho boas lembranças da altura.

Destaque o pior que viveu no IAC – Projecto Rua?

O pior? Pior, não sei, houve uma situação aí, sempre tive problemas de pele, tinha muitos medicamentos para tomar etc. ainda hoje tenho. Na altura o meu problema de pele é que era o meu problema.

Vida atual

Continua os estudos: Sim /Não

Não. Acabei o 12º ano e parei os estudos. No colégio fiz até ao 11º, o 12º já fiz sozinho fora da instituição.

Trabalha: Sim/Não. Qual a profissão?

Trabalho. Sou agente da PSP, exerço na divisão de Sintra, esquadra do Cacém.

Em relação à sua (re) integração na sociedade:

Mantém ligação estável com a família?

Sim hoje em dia sim. Com toda a gente (pai, madrasta , irmãos) e com a mãe também.

Constituiu uma nova família?

Sim por assim dizer. Tenho 3 filhos.

Mantém um grupo de amigos estável?

Sim, o meu grupo de amigos é o grupo que criei desde a altura de Caneças. Desde a primária, até hoje vá. De Alvalade não.

É autónomo na relação com os serviços?

Sim.

Como se descreve a si próprio(a)?

Eu? Sou uma pessoa com uma personalidade muito forte que tenta ajudar os outros e que não aceita injustiças.

Considera-se realizado (a) /feliz?

Sim sou realizado e feliz também.

Quais as suas maiores aspirações e sonhos para o futuro?

Sou pai, o meu objetivo principal é educar os meus filhos, e como são filhos de mães diferentes por vezes tenho dificuldade em tê-los todos juntos, ao mesmo tempo, mas o objetivo é mantê-los juntos o mais tempo possível. Tenho 2 filhas e 1 filho. A mais velha é rapariga, o rapaz é o segundo e depois é a pequenota de 6 anos. São a motivação para me levantar todos os dias.

Fala do seu passado aos seus filhos?

Não.

Tinha a idade da sua filha quando esteve na rua e sobreviveu. Consegue imaginar a sua filha na rua?

A minha filha eu não consigo porque ela é criança. Por andar com mais velhos, tive que me fazer adulto á força. A minha filha não, a minha filha está num meio totalmente diferente daquele onde eu cresci, está a desenvolver capacidades atempadamente, e eu tive que passar etapas. A educação que eu estou a dar á minha filha não foi aquela que eu recebi. A minha filha não está a passar etapas, está a seguir o ciclo normal da vida. Eu tive que crescer á força.

A vida foi difícil?

Se fosse fácil, também não era para mim. Sou esta pessoa graças ao que passei senão não seria o que sou hoje, não sou nada de especial mas apenas tenho a minha personalidade e tento fazer o melhor possível para ser feliz, por assim dizer. E neste caso, fazer feliz quem me rodeia, e por norma tenho tido sucesso, por isso sou FELIZ.

Anexo 13 - Grelha de análise das histórias de vida

Número de casos estudados:
Grupo etário:

	Entrevista 1
Dados pessoais do entrevistado	
Nome	
Alcunha ou Apelido	
Idade	
Género	
Nacionalidade	
Antes de viver na rua	
<u>Família</u>	
Com quem, onde e como viviam	
Relações intrafamiliares	
Tipologia da família	
Caraterísticas da comunidade de residência	
<u>Infância</u>	
Acontecimentos mais importantes	
Quais os brinquedos e as brincadeiras	
Problemas de saúde/doenças	
Perceções das crianças em relação ao que seria viver na rua	
Escolarização: <ul style="list-style-type: none"> - Matriculado - Absentismo - Sucesso 	
Vida na Rua	
<u>Fugas</u>	
Causas da opção pela vida na rua	
Qual o período de tempo de permanência na rua	
Estratégias de sobrevivência	
Conhecer os perigos inerentes à vida na rua	
Gestão da liberdade <ul style="list-style-type: none"> - Como e onde passam o dia e a noite 	
Conhecer a atitude das crianças em relação à liberdade: <ul style="list-style-type: none"> - Como a sentem - Como a gerem - Como a entendem em relação a eles próprios e aos outros 	
<u>Atividades socialmente condenáveis</u>	
Existência de consumo de drogas e quais	
Existência de problemas com a polícia	
Saber quais as experiências sexuais vividas	
Saber se existe violações	
Saber se mantém vida sexual ativa, com adultos	

Anexo 13 - Grelha de análise das histórias de vida

Saber se existe prostituição	
<u>Alterações comportamentais</u>	
Como a criança se posiciona em relação às situações perigo/medo	
<u>Recursos</u>	
Alimentação, higiene e saúde	
Avaliação da vida na rua	
O que considera a criança ser o pior da vida na rua	
O que considera a criança ser o melhor da vida na rua	
O que a criança mais apreciava da vida na rua	
O que a criança menos apreciava na vida na rua	
Saída da rua/vida no projeto	
<u>Saída da rua</u>	
Conhecer como se processou	
Saber a quem recorreu, ou se foi abordado e por quem	
Quanto tempo demorou o processo	
Conhecer as dificuldades	
Saber se a criança sente saudade de “alguma coisa” do período de tempo em que viveu na rua	
Alguma vez fez fugas de regresso à rua	
<u>Vida no projeto</u>	
Como decorreu a adaptação da criança ao projeto e qual a sua relação com adultos, outras crianças e com o exterior	
Qual a reação da criança perante o cumprimento de regras e horários	
Quais as rotinas e atividades que a criança realiza	
O regresso a casa família/escola/trabalho	
<u>Avaliação da intervenção do IAC – Projecto Rua</u>	
Conhecer a opinião da criança acerca do que “mais” ou “menos” gosta no projeto	
Vida atual	
Conhecer os projetos de vida atuais	
Integração na sociedade: Família; amigos; serviços	
Projetos de vida para o futuro	